

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO**

**SARAH BUENO MOTTER**

**DISCURSOS SOBRE PAGAMENTO POR SERVIÇOS  
AMBIENTAIS NOS JORNAIS DE REFERÊNCIA DO BRASIL**

**PORTO ALEGRE**  
**2016**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO**

**SARAH BUENO MOTTER**

**DISCURSOS SOBRE PAGAMENTO POR SERVIÇOS  
AMBIENTAIS NOS JORNAIS DE REFERÊNCIA DO BRASIL**

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação e Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Ilza Maria Tourinho Girardi

**PORTO ALEGRE**  
**2016**

**SARAH BUENO MOTTER**

**DISCURSOS SOBRE PAGAMENTO POR SERVIÇOS  
AMBIENTAIS NOS JORNAIS DE REFERÊNCIA DO BRASIL**

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação e Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Ilza Maria Tourinho Girardi

Porto Alegre, 6 de maio de 2016.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professora Doutora Ana Maria Dalla Zen  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Professora Doutora Cláudia Herte de Moraes  
Universidade Federal de Santa Maria

---

Professora Doutora Luciana Pellin Mielniczuk  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Professor Doutor Rudimar Baldissera (suplente)  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

*À Gaia.*

## AGRADECIMENTOS

No processo de desenvolvimento de uma dissertação, reverberam muitas vozes. Não consigo desassociar cada etapa da minha vida ao resultado que se apresenta nestas páginas. Desde a escolha de me tornar jornalista motivada pela ideia de “mudar o mundo”, com 14 anos, até os dias de hoje em que trabalho com a área de comunicação e sustentabilidade. Por isso, sou grata a muitas pessoas, todas que me ajudaram a trilhar esse caminho, em maior ou menor grau. A cada palavra proferida por esses companheiros de jornada, que permitiram que meus sonhos pudessem ser mais claros ou pudessem se tornar realidade, sou muito grata.

Agradeço a oportunidade de ter cursado minha graduação em uma universidade pública e gratuita e a acolhida e a confiança do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da UFRGS. Em especial, sou grata à minha orientadora Ilza Girardi que me recebeu para realização dessa pesquisa, compartilhando seu conhecimento de forma sempre carinhosa e motivadora, em todos os momentos. Agradeço ao Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (CNPq/UFRGS), do qual faço parte, composto por pessoas especiais, que tanto me ajudaram, especialmente a Eliege Fante, Eutalita Bezerra e Roberto Villar. Também agradeço a Ângela Camana, Arsenio Jose Farranguane, Carine Massierer, Cláudia de Moraes, Débora Gallas e Reges Schwaab, por terem me acompanhado e incentivado. Sou grata aos professores que estiveram em minha trajetória do mestrado, principalmente a Dóris Fiss que me ajudou a surpreender sentidos da Análise do Discurso. Também agradeço aos membros da minha banca de qualificação, Reges Schwaab e Cláudia de Moraes, que me deram orientações preciosas para continuidade desse trabalho.

Agradeço a minhas experiências de trabalho em ONGs que me inspiraram a ser o que eu sou hoje como profissional e pesquisadora: Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul (NEJ/RS), Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais (InGá) e Instituto Curicaca.

Agradeço à Deus pela existência. Agradeço à minha família por ser minha base. Aos meus pais, Vera e Jorge, nenhuma palavra do mundo pode expressar o amor e gratidão que tenho por eles. À Talitha por toda a sua dedicação, em me escutar e ajudar nos momentos de maior tensão. Ao carinho e incentivo do Gabriel. E aos amigos Fernando, Laura, Michele, Paula, Suellen e aos amigos do Banrisul.

*“Nunca há um instante de trégua entre a virtude e o vício. A bondade é o único investimento que nunca falha.”*  
*Henry David Thoreau*

## RESUMO

O objetivo principal deste trabalho é compreender a construção dos discursos jornalísticos sobre pagamento por serviços ambientais (PSA), nos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*. Para isso, utilizamos o referencial teórico-metodológico da Análise do Discurso de matriz francesa, além de acionarmos reflexões sobre a crise ambiental que vivenciamos e sobre o Jornalismo Ambiental, como prática profissional engajada na militância pela vida. Nosso recorte do objeto empírico compreendeu todas as notícias e reportagens desses periódicos, com aparições dos termos serviço(s) ambiental(is) e serviço(s) ecossistêmicos(s), desde a primeira menção (no jornal *Folha de S. Paulo*, em 1997, em *O Estado de S. Paulo*, 2001, e em *O Globo*, 2002) até a última do ano de 2013. Com isso, chegamos a 159 textos e 361 sequências discursivas para análise. Os gestos de leitura que foram realizados, a partir do *corpus* discursivo, permitiram perceber que esse discurso mostra incerteza frente ao caminho a seguir para resolução da crise ambiental e planetária. Além disso, foram percebidos sentidos que evidenciam uma visão rasa da natureza, ao enquadrá-la como capital natural e um ativo da economia. Destacou-se assim um discurso predominantemente regido por uma Formação Ideológica Capitalista, a qual se desdobrou em três Formações Discursivas identificadas: Formação Discursiva (FD) da Percepção da Crise Planetária no Capitalismo; FD do Capitalismo Verde; e FD do Capitalismo Marrom. Concluimos que, para superação dos problemas socioambientais globais, ainda temos o desafio, como humanidade, de transformarmos as bases mecanicistas e cartesianas do pensamento, para uma visão de mundo sistêmica e complexa, que abranja uma ética solidária e cooperativa.

**Palavras-chave:** Jornalismo Ambiental. Análise do Discurso. Pagamento por Serviços Ambientais. Jornais de Referência.

## ABSTRACT

The main objective of this research is to understand the framing of journalistic discourse on payment for environmental services (PES) in the Brazilian reference newspapers: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* and *O Globo*. For this purpose, we use the theoretical and methodological framework of the French Discourse Analysis, and we activate reflections on the current environmental crisis and the Environmental Journalism, as a profession engaged in militancy in favor of life. Our empirical object is all the news and feature stories from these newspapers, with occurrences of the terms environmental(s) service(s) and ecosystem(s) service(s), from its first mention (*Folha de S. Paulo* in 1997, *O Estado de S. Paulo* in 2001, and *O Globo* in 2002) to the last of the year 2013. That brings us to 159 texts and 361 discursive sequences for analysis. The reading gestures that we made from the discursive *corpus* allowed us to realize that this discourse shows uncertainty facing the way to resolve the environmental and planetary crisis. In addition, we perceived meanings that show a superficial view of nature, because the discourse frame it as a natural capital and as an economic asset. This discourse is predominantly governed by an Ideological Formation that we called Capitalist, which was divided into three Discursive Formations: Discursive Formation of Perception of Planetary Crisis in Capitalism; Discursive Formation of Green Capitalism; and Discursive Formation of Brown Capitalism. We conclude that, to overcome the global environmental problems, we have yet to transform the mechanistic and Cartesian thought basis to a systemic and complex worldview comprising an ethics of solidarity and cooperation.

**Keywords:** Environmental Journalism. Discourse Analysis. Payment for Environmental Services. Reference newspapers.



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Porcentagem de distribuição de notícias e reportagens entre os três jornais pesquisados. .....	79
Gráfico 2 – Ocorrência de Notícias 1 – Número de aparições de notícias e reportagens, por ano, que utilizaram os termos serviço(s) ambiental(is) e serviço(s) ecossistêmico(s), no jornal <i>O Globo</i> . .....	83
Gráfico 3 – Ocorrência de Notícias 2 – Número de aparições de notícias, por ano, que utilizaram os termos serviço(s) ambiental(is) e serviço(s) ecossistêmico(s), no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> . .93	
Gráfico 4 – Ocorrência de Notícias 3 – Número de aparições de notícias, por ano, que utilizaram os termos serviço(s) ambiental(is) e serviço(s) ecossistêmico(s), no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> . .....	98

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Diagrama do caminho da análise. ....	80
Figura 2 – Nuvem de palavras 1 – Realizada, por meio do software online Tagul, a partir dos títulos das notícias e reportagens selecionadas para a análise no jornal <i>O Globo</i> ....	83
Figura 3 – Nuvem de palavras 2 - Realizada, por meio do software online Tagul, a partir dos títulos das notícias e reportagens selecionadas para a análise no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> . ....	88
Figura 4 – Nuvem de palavras 3 – Realizada, por meio do software online Tagul, a partir dos títulos das notícias e reportagens selecionadas para a análise no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> . ....	94
Figura 5 – Diagrama FD – FD da Percepção da Crise Planetária no Capitalismo. ....	117
Figura 6 – Diagrama da Formação Ideológica Predominante. ....	141

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Exemplos de aparições da incerteza no corpus discursivo de <i>Folha de S. Paulo</i> . .....	101
Quadro 2 – Exemplos de aparições da incerteza no corpus discursivo de <i>O Globo</i> .....	105
Quadro 3 – Exemplos de aparições da incerteza no corpus discursivo de <i>O Estado de S. Paulo</i> . .....	111
Quadro 4 – Exemplos de efeitos de sentido da natureza/meio ambiente como capital natural – objeto do mercado, no corpus discursivo. ....	120
Quadro 5 – Exemplos de efeitos de sentido de serviços ambientais como sustentação da vida humana, no corpus discursivo. ....	125
Quadro 6 – Exemplos de efeitos de sentido de ser humano que guarda e fornece, no corpus discursivo.....	129
Quadro 7 – Exemplos de efeitos de sentido de ser humano que consome e degrada, no corpus discursivo. ....	132
Quadro 8 – Exemplos de efeitos de sentido sobre PSA, no corpus discursivo. ....	135
Quadro 9 – Exemplos de efeitos de sentido questionadores sobre a monetarização da natureza, no corpus discursivo.....	137

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AD – Análise do Discurso

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CP – Condições de Produção

E – *O Estado de S. Paulo*

F – *Folha de S. Paulo*

FD – Formação Discursiva

FI – Formação Ideológica

G – *O Globo*

PPGCOM-UFRGS – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

ONG – Organização não governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

PL – Projeto de Lei

PSA – Pagamento por serviços ambientais

PSE – Pagamento por serviços ecossistêmicos

PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

SD – Sequência Discursiva

T – Texto

TEEB – A Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade (sigla em inglês)

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Unisinos – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

USP – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2. DISCURSO .....</b>	<b>20</b>
2.1 PERCURSO DOS CONCEITOS .....	21
2.2 ANÁLISE DO DISCURSO E JORNALISMO.....	28
<b>3. JÁ-DITOS AMBIENTAIS.....</b>	<b>34</b>
3.1 A CRISE AMBIENTAL E O DESAFIO DA ALTERIDADE .....	34
3.2 CAPITALISMO PINTADO DE VERDE.....	44
3.3 PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS.....	53
<b>4. JÁ-DITOS DO JORNALISMO.....</b>	<b>59</b>
4.1 UM OLHAR SOBRE O JORNALISMO .....	59
4.2 PERSPECTIVA AMBIENTAL PARA O JORNALISMO .....	66
4.3 JORNALISMO DE REFERÊNCIA E JORNAIS PESQUISADOS .....	70
<b>5. DISCURSO DA VALORAÇÃO DA VIDA .....</b>	<b>77</b>
5.1 DELIMITANDO A ANÁLISE.....	77
5.2 OLHAR CONTEXTUAL .....	81
5.3 TEMPO VERBAL: FUTURO (INCERTO) DO PRESENTE.....	99
5.4 REDE DE SENTIDOS DO PSA.....	117
5.5 FECHAMENTO.....	138
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>143</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>148</b>
<b>APÊNDICE A .....</b>	<b>157</b>
<b>APÊNDICE B.....</b>	<b>163</b>
<b>APÊNDICE C .....</b>	<b>176</b>
<b>APÊNDICE D .....</b>	<b>184</b>
<b>ANEXO A.....</b>	<b>189</b>

## 1. INTRODUÇÃO

É curioso que o momento da escrita da introdução de um trabalho acontece após a conclusão de seu desenvolvimento. Um dos motivos, acredito, é que o processo de uma pesquisa se desenrola à medida que decidimos o próximo passo, a próxima frase, o próximo parágrafo. Qual será nossa contribuição? Conseguimos ter um vislumbre apenas após muitas páginas. Certamente a dissertação que se encontra aqui, nunca foi imaginada em sua completude, quando em 2013, eu elaborava o anteprojeto desta investigação. As ideias foram se acomodando, se reconfigurando e até mesmo ampliando.

O objetivo principal foi trazer uma lupa para um fenômeno específico que diz muito de nossa sociedade. Talvez quem aqui chegue não saiba o que é exatamente o pagamento por serviços ambientais (PSA). De fato, é um termo técnico. O que seria um serviço ambiental? Precisamos primeiro saber que o meio ambiente e seus ecossistemas, por meio de seus processos e relações, geram diversas benesses à vida do planeta. A flora consegue capturar o CO<sub>2</sub>, de modo a controlar a concentração desse gás de efeito estufa na atmosfera. O solo permite que possamos ter alimentos, não só para os humanos, mas para todos os animais. O ciclo da água renova os recursos hídricos que mantêm a vida na Terra. Esses seriam exemplos dos serviços que vem dos ecossistemas.

A partir disso, podemos responder o que seriam os serviços ambientais. São aquelas ações que o ser humano exerce para manter os serviços ecossistêmicos em funcionamento. O cuidado para que a nascente de um rio esteja limpa, as ações que evitam o desmatamento e a não utilização de agrotóxicos, podem ser considerados serviços ambientais. Entendidos esses dois conceitos, podemos acrescentar o termo “pagamento”, assim tornando a equação mais complexa. O PSA é um instrumento muito recente, que foi efetivado pela primeira vez na década de 1990. Um dos motivos que o originou foi a percepção da degradação ambiental e de que o equilíbrio do meio ambiente é fundamental para o funcionamento da sociedade e da economia. Assim, na Costa Rica, surgiu o primeiro esquema de PSA, em 1996, o qual remunerou proprietários de terra que conservassem as florestas do país em pé.

A partir da percepção da existência dessa ferramenta da economia para conservação ambiental e de sua evolução por meio dos anos, procuramos delimitar uma

proposta investigativa que nos respondesse como o jornalismo aborda essa temática no Brasil. Em nosso país, atualmente já existem esquemas de PSA em diversos estados, contudo ainda não há um marco legal nacional. Embora não haja uma política padrão para todo o território, o jornalismo não se abstém de trazer a temática para pauta social.

Com conhecimentos teóricos a respeito da problemática ambiental, inquietamo-nos primeiramente com os termos que surgem para denominar tal relação. A serviço de quem está a natureza? A serviço de qual sistema estão os agricultores e proprietários de terra? De que contexto emerge o conceito de PSA?

Com essas perguntas, o problema de nossa pesquisa foi construído, a partir de nossa visão sobre o Jornalismo Ambiental<sup>1</sup>, o qual reconhece a importância do papel do jornalismo na militância pela vida, e da academia, que busca observar os fenômenos sociais, descrevê-los, analisá-los, criticá-los, apontando possíveis aprimoramentos ou soluções. Com base em teorias da Análise do Discurso francesa, do pensamento complexo, da ecologia profunda e do jornalismo pudemos propor o seguinte problema: *como o jornalismo de referência, no Brasil, constrói os discursos sobre pagamento por serviços ambientais (PSA)?* Com o entendimento da necessidade de delimitação de nosso *corpus* da análise, chegamos a três<sup>2</sup> dos quatro jornais impressos de maior circulação do país, e estruturamos nosso objetivo geral: *compreender a construção dos discursos jornalísticos sobre pagamento por serviços ambientais (PSA), nos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo*. E, para atingir nosso objetivo geral, construímos os específicos:

- Apontar quais os sentidos sobre PSA circulam nos jornais *Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo* e *O Globo*;
- Destacar perspectivas acionadas nos discursos sobre PSA, nesses três jornais;

---

<sup>1</sup> Demarcamos o termo Jornalismo Ambiental com letras maiúsculas com o objetivo de destacar a importância de suas especificidades para o jornalismo como um todo e também para salientar nosso lugar de fala que emerge a partir das reflexões e trabalho do Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental da UFRGS.

<sup>2</sup> Dados do site da Associação Nacional de Jornais. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

- Mapear marcas discursivas que apontem contradições e/ou congruências do discurso sobre PSA com as noções da economia verde<sup>3</sup>, nesses três jornais.

Buscamos primeiramente trazer concepções básicas de como enxergamos o discurso. Afinal, é por meio do processo discursivo que se constroem e reconstroem concepções de mundo. Assim como também é por meio dele que podemos argumentar nossa investigação e propor ao leitor os sentidos que depreendemos do mundo. Dessa forma, o segundo capítulo deste trabalho aborda o referencial teórico-metodológico da Análise do Discurso (AD) de tradição francesa, fazendo uma relação entre a AD e o jornalismo. Para isso, trabalhamos com Michel Pêcheux, Eni Orlandi, Helena Brandão, entre outras referências.

Somando às noções expostas sobre o discurso, no terceiro capítulo, situamos o leitor dentro de nossas concepções acerca da problemática ambiental. Sabemos que vivemos tempos difíceis em que o meio ambiente é explorado e degradado para atender interesses econômicos. Enxergamos que as soluções dentro dos paradigmas atuais parecem não levar a uma real saída, visto que os problemas ambientais ocasionados pela expansão do consumo aumentam e estão diretamente relacionados à lógica do lucro, inerente ao capitalismo.

No terceiro capítulo, além de apontarmos a importância do pensamento complexo para superação da crise ambiental, consideramos relevante mostrar como está sendo construído o discurso sobre a valoração econômica da natureza, dentro do sistema capitalista. Para isso, trazemos principalmente documentos oficiais da Organização das Nações Unidas (ONU) desde 2008, com a publicação do estudo *A Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade* (TEEB, sigla em inglês), evidenciando como esse discurso está globalizado. Trabalhamos com as noções da ecologia profunda e da visão sistêmica, fazendo uma crítica às propostas para conservação ambiental que se delimitam dentro do sistema e da economia verde (proposta que também é institucionalizada pela ONU). Para isso construímos nossa argumentação, por meio de autores como Edgar Morin, Enrique Leff, Fritjof Capra, Nancy Unger, José Lutzenberg, entre outros.

---

<sup>3</sup> Economia de baixo carbono, eficiente e inclusiva, dentro do sistema capitalista.



É também no terceiro capítulo que adentramos o conceito do pagamento por serviços ambientais e sua crítica. Conforme Packer (2013a, p. 3), o PSA é “um dos instrumentos elaborados para tentar solucionar os problemas ambientais dentro da lógica do mercado, sem questionar as estruturas do capitalismo”. É importante destacar que, durante nosso estudo de estado da arte, não encontramos nenhuma tese ou dissertação que associe a questão do jornalismo e do pagamento por serviços ambientais, o que também nos deu base para continuidade de nossa investigação<sup>4</sup>. Pudemos constatar que dentro dessas pesquisas a maioria trata de estudos sobre iniciativas de PSA que estão acontecendo no país, trazendo uma visão em consonância com o viés econômico de valoração da vida, o qual, por outro lado, essa proposta de estudo busca problematizar. Nesse sentido, verificamos uma lacuna de trabalhos com um viés crítico aos pressupostos desse “esverdeamento do capitalismo”, mostrando que esta dissertação vem preencher um espaço não só no campo da comunicação, mas também de outros campos de estudo que tratam do tema do PSA.

No quarto capítulo do trabalho, damos destaque a nossa compreensão do jornalismo. Para isso, trazemos a teoria construcionista do jornalismo, o jornalismo como conhecimento e como agente de construção social da realidade. Consideramos também fundamental, dentro de nossa proposta de estudo, abordar noções sobre o Jornalismo Ambiental que apontam o jornalista como um militante da vida e lembram a inexistência da imparcialidade nos discursos. Por fim, trabalhamos com a questão do jornalismo de referência, apresentando os jornais de nossa investigação. O jornalismo como construção social, o jornalismo como conhecimento e o Jornalismo Ambiental evidenciam uma complexa rede no fazer da profissão, nas suas condições de produção e na constituição dos sujeitos que a praticam. Essas perspectivas enfatizam a necessidade de enxergar o mundo com um olhar de humildade, tendo em vista as limitações existentes e inerentes da própria língua e dos sujeitos. Trazemos, nesse capítulo, autores como Peter Berger,

---

<sup>4</sup> Para o processo de qualificação desta dissertação, em maio de 2015, buscamos os termos “pagamento por serviços ambientais” e “pagamento por serviços ecossistêmicos”, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, no Banco de Teses e Dissertações da Capes, no banco de periódicos da CAPES, nos repositórios de teses e dissertações da UFRGS, PUCRS e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Unisinos. A partir dessa pesquisa, foram encontrados 70 trabalhos abordando os termos “pagamento por serviços ambientais” e “pagamento por serviços ecossistêmicos”, sendo que destes, 15 são teses de doutorado, 53 dissertações de mestrado e duas dissertações de mestrado profissional. As áreas de conhecimento que abrangem esses estudos são diversas, contudo nenhum trabalho abarca os temas da comunicação e do jornalismo.

Thomas Luckmann, Érik Neveu, Wilson Bueno, Ilza Girardi e Nelson Traquina.

É importante salientar que a produção jornalística dá visibilidade e materializa discursos a respeito dos desafios ambientais que vivemos, além de ser responsável em difundir informações à sociedade e ter papel na construção social da realidade (ALSINA, 2009). Pensar o jornalismo como um discurso da sociedade é uma reflexão fundamental. Pensar o jornalismo sob o viés ambiental é urgente e necessário.

Em relação aos três jornais de nosso estudo, podemos também evidenciar a representatividade que possuem, sendo jornais de referência. Assim, são instituições sociais que influenciam a opinião pública de seu país, fazem mediação de conflitos sociais, pautam meios de comunicação e formadores de opinião. Dessa maneira, acreditamos que os três periódicos escolhidos são objetos importantes para entender o jornalismo atual.

A presente dissertação insere-se em um contexto no qual as questões ambientais ganham cada vez mais evidência. Refletir sobre como o meio ambiente tem ganhado espaço na sociedade e como a sociedade tem se apropriado das questões ambientais é fundamental. O Brasil possui um contexto de destaque quando se trata dos temas ambientais. Segundo dados do Ministério do Meio Ambiente<sup>5</sup>, o país tem a maior biodiversidade do planeta, contendo 20% das espécies de flora e fauna do mundo. Fato que justifica e corrobora a necessidade de profunda reflexão sobre temáticas que tratam de assuntos polêmicos, tais como a valoração da natureza e o PSA.

No quinto capítulo, finalmente chegamos a análise. Primeiramente procuramos esclarecer os critérios do recorte de nosso *corpus*, os quais delimitaram todas as notícias e reportagens que citassem os termos serviço(s) ambiental(is) e serviço(s) ecossistêmico(s), nos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, desde a primeira aparição (no jornal *Folha de S. Paulo*, em 1997, em *O Estado de S. Paulo*, 2001, e em *O Globo*, 2002) até a última do ano de 2013. O resultado foi um total de 159 textos dos quais foram extraídas 361 sequências discursivas<sup>6</sup>. Após, realizamos uma análise contextual do material, por meio de gráficos e de uma sistematização dos títulos das matérias. Essa primeira etapa de análise permitiu-nos perceber a recorrência do enfoque

---

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biodiversidade/biodiversidade-brasileira>>. Acesso em: 03 abr. 2016.

<sup>6</sup> As sequências discursivas (SD) são extrações textuais do objeto empírico, realizadas a partir do objetivo desta pesquisa e do olhar do pesquisador na investigação.

na floresta Amazônica nos textos jornalísticos de estudo. Além disso, constatamos o aumento de frequência de publicações sobre nosso tema a partir do ano de 2008, fato que relacionamos com a primeira publicação do estudo TEEB.

Com base no referencial teórico-metodológico da Análise do Discurso de tradição francesa, procuramos na segunda etapa da análise destacar uma característica recorrente que identificamos no *corpus* discursivo de forma geral. Um dos principais efeitos de sentidos apontados por nós é o da incerteza. Apontamos marcas discursivas que evidenciam que a humanidade não mostra segurança do caminho a percorrer para solucionar a crise ambiental. Por vezes, percebemos que a sociedade ainda está ancorada em paradigmas de desenvolvimento que não possuem preocupação com a conservação ambiental, por outras enxergamos que o fim da degradação da natureza por alternativas econômicas, como o PSA, parece uma possibilidade distante de se tornar concreta.

A terceira e última parte da análise permitiu que vislumbrássemos alguns efeitos de sentido a respeito do meio ambiente como capital natural, dos serviços ambientais como sustentação da vida humana, do ser humano que guarda e fornece serviços ambientais, do ser humano que consome e degrada a natureza. Além disso, percebemos que, nesse discurso, o PSA é apresentado como uma alternativa e uma possibilidade de inovação para conservação ambiental, embora também possua obstáculos para sua efetivação. Ainda, procuramos destacar efeitos de sentido que, embora não predominantes, mostram um viés crítico à valoração econômica da natureza. Concluímos identificando que a formação ideológica predominante é a do capitalismo, com três formações discursivas: Capitalismo Marrom; Capitalismo Verde; e Percepção da Crise Planetária no Capitalismo. No capítulo seis, procuramos delimitar as considerações finais de nossa investigação, embora saibamos que muitos outros sentidos podem ainda ser depreendidos do *corpus* discursivo de nossa pesquisa.

## 2. DISCURSO

O título desta dissertação começa com a palavra “discursos”, o que evidencia a importância da marca lexical, na construção desta pesquisa. O dicionário Aurélio (FERREIRA, 2010, p. 725) expõe algumas significações para a palavra: “peça oratória proferida em público [...]”; “exposição metódica sobre certo assunto”. O termo, ao remeter a sentidos de exposição metódica e fala, aproxima-se ao que entendemos como percurso de um trabalho de dissertação. Evocar sentidos lógicos para a temática abordada, evidenciando uma exposição didática a respeito dos cursos e percursos de pesquisa, certamente é um dos caminhos que uma investigação acadêmica deve percorrer.

Contudo, muito além do que o dicionário evoca para a ancoragem dos sentidos, discurso, neste trabalho, aciona uma teoria a respeito do tema, desvinculada de qualquer tipo de estabilização de significação, de conceitos fixos, limitados e “encaixotados”. Essa teoria, que também dá suporte metodológico a esta investigação, é a Análise do Discurso (AD) de matriz francesa. A AD, pelo referencial teórico de Michel Pêcheux, permite uma análise profunda dos textos. Ela vai além de um vislumbrar de sentidos transparentes na palavra, chegando-se a uma reflexão sobre a opacidade dos sentidos e da língua.

A AD mostra que todo o discurso é um processo que se estabelece entre locutores, e os sentidos que emergem dessa relação também estão inseridos em um processo dinâmico. À medida que o discurso e o sentido são vistos como processo, não é possível avaliá-los por uma lógica linear. A fluidez do discurso escapa de qualquer concepção estabilizante da língua, da história, da ideologia ou do sujeito. A AD permite uma desconstrução da materialidade dos discursos e possibilita o vislumbre da relação de entremeio de diversas áreas do saber, dentro de uma relação dinâmica e processual.

Buscamos trabalhar com esse referencial teórico-metodológico para orientar as análises no *corpus* discursivo desta dissertação, mas também para orientar a construção teórica do trabalho. A AD contribui de maneira significativa para reflexões a respeito do próprio jornalismo, oferecendo meios de problematizar sua cultura e prática profissional. Além disso, também fortalece o estudo da questão ambiental, ajudando-nos a perceber que as construções dos discursos sobre o tema sempre estão inscritas em ideologias e visões de mundo específicas, ora nos levando à solução, ora ao reforço da crise ambiental. Tendo em vista que todas as práticas linguageiras são discursos, entender o que é o

*discurso* é o primeiro passo deste trabalho. Dessa maneira, vamos a seguir explicar conceitos principais da AD e após suas aplicações no entendimento do jornalismo.

## **2.1 PERCURSO DOS CONCEITOS**

Para compreender a Análise do Discurso, é preciso vislumbrar os conceitos que ela evidencia, por meio da construção, desconstrução e reconstrução da teoria pelos estudiosos da área. A AD dedicou-se, em um primeiro momento, à Análise do Discurso político, surgindo em contexto de efervescência intelectual e social da França, no final da década de 1960. Atualmente e sempre evoluindo, a AD dedica-se aos discursos materializados em diversas maneiras, além da escrita, também na imagem, no som e outras formas de expressão humana.

A Análise do Discurso equaciona um campo de conhecimento a partir de três áreas do saber, o Materialismo Histórico, a Psicanálise e a Linguística. No entremeio dessas três disciplinas, surge a AD que estuda o discurso na sua materialidade. Orlandi (2012, p. 20) esclarece que essa disciplina:

[...] interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e demarca a Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele.

A linguagem verbal e outros tipos de linguagem, nesse viés, não são vistos de maneira transparente, ou seja, os sentidos das marcas lexicais não estão "colados" a elas.

A AD pode ser dividida de forma didática, em três fases, entre os anos de 1969 e 1983. A primeira delas tem como marco, no ano de 1969, a publicação da obra *Análise Automática do Discurso* de Michel Pêcheux (FISS, 2003). Nesse livro, o pensador procura construir uma “maquinaria” para a análise dos discursos e expõe conceitos fundamentais para a teoria, como as condições de produção e as formações imaginárias do discurso. As condições de produção (CP) são o que constituem o contexto no qual o discurso é construído, levando em conta aspectos sociais, históricos e o meio em que se realiza o discurso (escrito, visual, sonoro). Também observamos, nas CP, as posições em que os sujeitos se encontram no momento em que se realiza o discurso (como a posição de um político, de um professor, de um estudante, de um jornalista, etc.) e o lugar em que

estão. O discurso de um congressista na Câmara de Deputados é diferente em relação a seu discurso em um ambiente privado.

Com as reflexões a respeito das condições de produção, é também possível perceber o que, naquele discurso, se refere a outro discurso e o que é silenciado. Conforme Pêcheux (1993, p. 79), “[...] é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao conjunto e discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção”.

Outra noção fundamental que foi evidenciada, em 1969, é o de formações imaginárias. Esse conceito diz respeito às representações imaginárias que os interlocutores possuem ao proferirem um discurso. São questões que habitam o imaginário: "quem sou eu para lhe dizer isso" e "quem é você para que eu lhe diga". Todo o discurso é permeado por essas formações imaginárias sobre as posições que são ocupadas pelos sujeitos: a posição-sujeito de pai que diz ao filho, a posição-sujeito do jornalista que fala à sociedade, e assim por diante.

O orador experimenta de certa maneira o lugar de ouvinte a partir de seu próprio lugar de orador: sua habilidade de imaginar, de preceder o ouvinte é, às vezes, decisiva se ele sabe prever, em tempo hábil, onde esse ouvinte “espera”. Esta antecipação do que o outro vai pensar parece constitutiva de qualquer discurso. (PÊCHEUX, 1993, p. 77).

A AD é marcada pela evolução de suas concepções e estudos, possuindo a própria dinamicidade do discurso e se desprendendo de qualquer ideia mais determinante sobre o sentido das práticas languageiras. Após a primeira fase, Pêcheux e seus seguidores começam a perceber que para pensar a respeito dos sentidos, muito além das condições de produção e representações imaginárias, é preciso perceber as relações ideológicas que permeiam no discurso. Em 1975, Pêcheux publica a obra *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, acrescentando à equação complexa da teoria a importância da ideologia. Influenciado de forma contundente por Louis Althusser, Pêcheux dá ênfase às noções de Formação Discursiva (FD)<sup>7</sup> e Formações Ideológicas (FI).

---

<sup>7</sup> É importante lembrar que Michel Foucault também trabalha com a questão do discurso e possui um conceito de Formação Discursiva. Para ele, “o discurso não é atravessado pela unidade do sujeito e sim pela sua dispersão; dispersão decorrente das várias posições possíveis de serem assumidas por ele no discurso” (BRANDÃO, 2004, p. 35.). Ele foca na compreensão do discurso como gerador de poder, pois aquele que fala está falando de um lugar reconhecido institucionalmente. E esse poder é controlado. Apesar da

É importante compreender, nesse sentido, que a ideologia permeia todo discurso. Pêcheux (2014, p. 81) explica que “[...] o sistema da língua é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento”. Embora com autonomia relativa, é na língua que se pode manifestar as relações conflituosas e antagônicas dos processos discursivos, da ideologia e da luta de classes. Pêcheux (2014) considera a ideologia como uma força material e a enxada como constituinte do sujeito. Ele propõe uma teoria não-subjetivista da subjetividade, em que a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos.

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados. (PÊCHEUX, 2014, p. 146).

Os sentidos das palavras são determinados pelas posições ideológicas que estão em funcionamento, no contexto sócio-histórico em que são produzidos. Dessa maneira, o sentido se dá em relação às formações ideológicas em que o discurso está inscrito. Pêcheux (2014, p. 147) explica que as formações discursivas são aquilo que “numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determina pelo estado da luta de classes, o que pode e deve ser dito”. Assim, entendemos conforme Orlandi (2012, p. 43): “as formações discursivas podem ser vistas como regionalizações do interdiscurso<sup>8</sup>, configurações específicas dos discursos em suas relações”. É importante salientar, no que tange às FDs, que elas não são constituídas por fronteiras “estanques”, mas por bordas fluídas e heterogêneas. Segundo Courtine (2009), uma das reflexões acerca das FDs é as possibilidades das diversas graduações que uma FD pode ter, não sendo limitada a uma concepção X ou Y, de “direita” ou “esquerda”, por exemplo. Portanto, as FDs carregam em si toda a dinamicidade do discurso, como um processo em constante transformação.

---

reconhecida importância de Foucault para essas reflexões, o foco desta dissertação são as noções e conceitos elaborados por Pêcheux, que trazem a ideologia e o materialismo histórico como um dos principais eixos para a reflexão do discurso.

<sup>8</sup> Veremos a noção do conceito de interdiscurso, mais adiante neste capítulo.

Em relação às Formações Ideológicas (FI), podemos dizer que são elas que regem o discurso e são compostas por uma ou mais FDs. Por exemplo, hipoteticamente podemos dizer que uma Formação Ideológica capitalista, teria em si uma Formação Discursiva da precificação da natureza, outra Formação Discursiva da precificação dos bens simbólicos e assim por diante.

Segundo essa perspectiva, se processo discursivo é produção de sentido, discurso passa a ser o espaço em que emergem as significações. E aqui, o lugar específico da constituição dos sentidos é a Formação Discursiva, noção que, juntamente com a de condição de produção e formação ideológica, vai constituir uma tríade básica nas formulações teóricas da Análise do Discurso. (BRANDÃO, 2004, p. 42).

A partir das concepções de FD e FI, constitui-se o que podemos chamar de interdiscurso que é o eixo vertical do discurso onde “moram” os já-ditos, a historicidade e a ideologia. O interdiscurso, segundo Pêcheux (2014), é o todo das formações discursivas e ideológicas. Toda a análise de um discurso é realizada a partir da reflexão do entorno do texto e de sua materialidade. Essa materialidade, por exemplo, a reportagem de um jornal, é chamada na teoria de AD de intradiscurso, que é o eixo horizontal de análise. A análise é realizada no movimento de ir e vir entre as marcas lexicais presentes no texto e reflexões a respeito do interdiscurso (ORLANDI, 2012).

Nas relações entre inter e intradiscurso, também podemos destacar outro conceito importante para a Análise do Discurso, que é o esquecimento enunciativo. Pêcheux (2014) afirma que, por essa conformação, o sujeito falante tem a ilusão de que o que foi dito só pode ser dito daquela maneira, esquecendo-se que o discurso é construído também a partir do referencial do interdiscurso. Ainda, Pêcheux destaca o esquecimento ideológico, por meio do qual o sujeito pensa ser a origem do seu dizer, apesar de não o ser, por estar permeado continuamente pela ideologia.

Por outro lado, apelamos para a noção de “sistema inconsciente” para caracterizar um outro “esquecimento”, [...], que dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da Formação Discursiva que o domina. Nesse sentido, [o esquecimento] remetia, por uma analogia com o recalque inconsciente, a esse exterior, na medida em que – como vimos – esse exterior determina a Formação Discursiva em questão. (PÊCHEUX, 2014, p. 162).

Dentro disso, podemos destacar a noção de paráfrase e em contraponto a de polissemia. A paráfrase é a reatualização de sentidos já existentes, marcados pela historicidade e pela memória. A polissemia, por outro lado, representa o equívoco e a



ruptura do sentido. "Se o real da língua não fosse sujeito à falha e o real da história não fosse passível de ruptura não haveria transformação, não haveria movimento possível, nem dos sujeitos nem dos sentidos" (ORLANDI, 2012, p. 37). Falamos, assim, permeados por já-ditos que permitem que construamos os discursos e evidenciam a inscrição ideológica das posições-sujeito assumidas. "Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido" (ORLANDI, 2012, p. 33).

Dentro da evolução dos conceitos, também foi se delimitando o que se entende por sujeito na Análise do Discurso. O sujeito para a AD não é o sujeito físico, de "carne e osso", mas sim o sujeito discursivo. Ele tem o desejo de ser completo, por mais que esteja situado e constituído na incompletude. A teoria percebe o sujeito em uma construção relacional entre o "eu" e o "tu", existindo a partir da interação com o outro. O sujeito, além disso, é histórico, heterogêneo, ideológico, conflituoso, múltiplo, inacabado e constituído de muitas vozes (BRANDÃO, 2004). Ele é heterogêneo e desliza em diferentes posições-sujeito, dentro de uma ou várias FDs. Em um momento, pode assumir uma posição de revolucionário, em outro, de conservador, dependendo da identificação ideológica que estabelece.

Na AD, mais do que o sujeito, interessam as posições-sujeito, uma vez que o sujeito é pensado discursivamente como uma posição entre outras. Não há, portanto, uma forma de subjetividade, mas um lugar que o sujeito ocupa para ser sujeito do que diz. (FERREIRA, 2003, p. 192).

AD considera que o sujeito não é nem livre e nem assujeitado completamente pela ideologia. A dinâmica fluida desse sujeito, contudo, não é consciente a ele. Para que a própria prática do discurso possa acontecer, é necessário que as formações ideológicas, que assujeitam o interlocutor, estejam presentes de maneira inconsciente nos discursos, como já abordamos ao expor os tipos de esquecimento para a AD. Quando esse sujeito diz algo, antes do dizer não toma consciência de toda a historicidade, ideologia e dos já-ditos a respeito daquilo que diz, apesar disso, esses dizeres estão lá ressoando nas palavras enunciadas. Ele nunca vai ser origem do que fala, por mais que tenha a ilusão de o ser. Ele "esquece" que é interpelado a todo momento pela ideologia e as formações ideológicas com as quais está identificado. Os sujeitos "implicam uma dimensão social mesmo quando no mais íntimo de suas consciências realizam opções morais e escolhem valores que orientam sua ação individual". (BRANDÃO, 2004, p. 79).

A terceira fase da disciplina, por sua vez, é marcada pela publicação da obra de Pêcheux, *Discurso: Estrutura ou Acontecimento*, em 1983. Nesse momento, noções mais fluidas do interdiscurso são evidenciadas. Para essa reflexão, surge o conceito de memória discursiva, sendo aquilo que “recupera o passado e, ao mesmo tempo, o elimina com os apagamentos que opera, a memória irrompe na atualidade do acontecimento” (BRANDÃO, p. 99, 2004). A memória discursiva é concebida como heterogênea e fluida.

Uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos. (PÊCHEUX, 1999, p. 56).

O discurso é a materialização da ideologia, mas não de maneira estanque, pois o equívoco está presente como fator constituinte do discurso. Portanto, apesar de uma Formação Discursiva poder ser entendida como aquilo que pode e deve ser dito, muitas vezes evocando uma noção de homogeneidade, “os efeitos das contradições ideológicas de classe são recuperáveis no interior mesmo da unidade dos conjuntos de discurso” (BRANDÃO, 2004, p. 50)<sup>9</sup>. Schwaab e Zamin (2014, p. 54) lembram que a noção de heterogeneidade do discurso é característica da terceira fase da AD.

Não se trata mais de um complexo de FDs com uma em posição de dominância em relação às demais, mas de uma FD heterogênea em relação a si própria, com fronteiras porosas onde há espaço para o diferente e o contraditório.

A partir do exposto, podemos perceber que o sentido da palavra é construído na relação que se estabelece entre os interlocutores do discurso, que são sujeitos descentralizados, incompletos e assujeitados à ideologia. Dessa maneira, Pêcheux (1997), na terceira fase, explica que, na perspectiva da AD, existe a necessidade de se quebrar a pretensão de homogeneidade a respeito do real. As ciências não são homogêneas e também não são detentoras da "verdade", pois não existe uma verdade. Os sentidos por elas construídos também não são “inéditos”, o que se diz só é possível, por meio daquilo que já foi dito. Dessa maneira, todas as ciências e todo o conhecimento são gestos de interpretação que emergem e se constituem a partir de vários já-ditos.

---

<sup>9</sup> A partir da noção de Formação Discursiva, Pêcheux trabalha com o conceito de forma-sujeito que é o meio pelo qual o sujeito se inscreve em uma determinada FD. “A forma-sujeito é efeito por ser uma unidade imaginária que realiza a incorporação-dissimulação dos elementos do interdiscurso, apontando para o efeito de unidade/evidência do sujeito” (SANTOS, 2013, p. 230).

Quanto ao sentido, ela [AD] também produz sua crítica a duas tendências que se ligam: à que propõe o sentido literal (o sentido é um, do qual derivam os outros) e à que, no lado oposto, diz que o sentido pode ser qualquer um. Ambas posições são a negação da história. A Análise de Discurso considera que o sentido não está já fixado a priori, como essência das palavras, nem tampouco pode ser qualquer um: há determinação histórica do sentido. (ORLANDI, 1994, p. 56).

Ernst-Pereira e Mutti (2011) explicam que Pêcheux considerou a AD uma disciplina de interpretação, com possibilidades constantes de ressignificação de conceitos. Por isso também, ele próprio designa as três épocas da AD citadas anteriormente.

[...] podemos entender que o quadro de postulados está definido, são sistemáticos, mas não isentos de novas possibilidades de interpretação; o autor [Pêcheux], assim, enfatiza o movimento dos sentidos produzidos pelos sujeitos nas condições de existência, sob influência das condições de produção. (ERNST-PEREIRA; MUTTI, 2011, p. 824).

Tendo em vista o referencial teórico acionado por Pêcheux, dentro de uma pesquisa, o estabelecimento do *corpus* em si já é uma prática analítica, conforme também apontam Ernst-Pereira e Mutti (2011) e Orlandi (2012). Para analisar o discurso, cada pesquisador percorre um caminho dentro de suas condições de produção e possibilidades. Embora seja um caminho individual amparado com os conceitos-chave da AD, ainda é possível delimitar algumas maneiras de se fazer esse percurso, de surpreender o discurso em materialidades linguísticas ou imagéticas. Ernst-Pereira e Mutti (2011) indicam que o *corpus* discursivo pode ser operado por meio de três noções: *a falta, o excesso e o estranhamento*.

Assim, numa dada conjuntura histórica frente a um dado acontecimento, aquilo que é dito demais, aquilo que é dito de menos e aquilo que parece não caber ser dito num dado discurso, constitui-se numa via possível, mesmo que preliminar e genérica, de identificação de elementos a partir dos quais poderão se desenvolver os procedimentos de análise do corpus. (ERNST-PEREIRA; MUTTI, 2011, p. 827)

Essas noções serão acionadas, durante este trabalho, e para compreendê-las é necessário destacar que sobre a falta, as autoras citadas apontam que essa percepção ocorre no intradiscurso, quando o analista percebe que há sentidos silenciados no material de análise. A falta também pode dar efeito de consenso, quando deixa opaca a diferença entre posições-sujeito em tensão. O excesso, por sua vez, é a demasia, verificada por palavras e expressões intensificadoras. Essas expressões muitas vezes tem o objetivo de tentar estabilizar o sentido, fazendo com que não ocorra o deslize para outra Formação Discursiva. Também o excesso ocorre na reiteração de conhecimentos do interdiscurso,

no intradiscurso. Por fim, o estranhamento mostra a tensão entre Formações Discursivas e é evidenciado por elementos do intradiscurso e do interdiscurso. O estranhamento revela uma desordem dentro do enunciado. Elas explicam:

Aqui se dá o efeito de pré-construído através do qual um elemento irrompe no enunciado como se tivesse sido pensado antes, em outro lugar, independentemente, rompendo (ou não) a estrutura linear do enunciado. Possui como características a imprevisibilidade, a inadequação e o distanciamento daquilo que é esperado. (ERNST-PEREIRA; MUTTI, 2011, p. 830).

Assim é possível uma investigação das relações que um discurso tem com outros, pensando ainda nos conceitos de articulação e confronto (SCHWAAB; ZAMIN, 2014). Todos esses conceitos mostram-nos questões importantes para a compreensão das práticas languageiras, nas quais o jornalismo se enquadra. Na próxima seção, abordamos questões que relacionam a AD e o jornalismo.

## **2.2 ANÁLISE DO DISCURSO E JORNALISMO**

Dentro do escopo desta dissertação, trabalhamos com a materialidade dos textos jornalísticos publicados em periódicos diários brasileiros. Diante da perspectiva de que o sentido não é intrínseco à palavra, é impossível para o jornalismo<sup>10</sup> construir um discurso de verdade, senão um “efeito de”. As reportagens e qualquer tipo de comunicação, dessa maneira, são opacas no sentido. Nas notícias e matérias veiculadas nos jornais diários brasileiros, encontram-se possíveis dizeres e sentidos diversos, que se estabelecem na relação entre interlocutores. Conforme aponta Benetti (2007, p. 107), “de forma sucinta, o jornalismo é um discurso: a) dialógico; b) polifônico; c) opaco; d) ao mesmo tempo efeito e produtor de sentidos; e) elaborado segundo condições de produção e rotinas particulares”.

Apesar de, em geral, o jornalismo defender a sua condição de prática imparcial dotada da capacidade de reportar os acontecimentos de maneira objetiva, a partir da teoria da Análise do Discurso, transparecem suas limitações, dado que nenhum dizer é isento de ideologia ou posicionamento e assim a objetividade não é possível. Conforme Berger (2003), a linguagem é fator constituinte (e não descritivo) daquilo que se fala. Nesse

---

<sup>10</sup> Questões teóricas a respeito das especificidades do jornalismo serão abordadas no quarto capítulo desta dissertação.

sentido, a questão da imparcialidade e neutralidade é abalada na prática jornalística de mediação da realidade, embora haja esforços na práxis para mantê-la, como o uso das “aspas” e de recursos tecnológicos, como a fotografia<sup>11</sup>, visando ao status de objetividade.

Em sintonia com o exposto, Patrick Charaudeau (2013, p. 42), na obra *O Discurso das Mídias*, afirma que por definição nenhuma informação é transparente, neutra ou factual. “É, pois, inútil colocar o problema da informação em termos de fidelidade aos fatos ou a uma fonte de informação.” Dessa maneira, o autor propõe uma reflexão a todos que possuem como matéria prima do seu trabalho, a informação:

A cada momento, o informador deve perguntar-se não se é fiel, objetivo ou transparente, mas que efeito lhe parece produzir tal maneira de tratar a informação e, concomitantemente, que efeito produziria uma outra maneira, e ainda uma outra, antes de proceder a uma escolha definitiva. (CHARAUDEAU, 2013, p. 38).

Apesar disso, conforme explicam Schwaab e Zamin (2014), o jornalismo, por meio dos valores historicamente relacionados a ele, o da objetividade e o da imparcialidade, atua nos discursos que produz, de forma a tentar alcançar uma estabilidade a respeito do sentido da realidade. As noções de objetividade e isenção provocam um esquecimento e a ilusão de que o jornalista é a origem do dizer, por mais que ele trabalhe com a seleção daquilo do que diz e do que deixa no silêncio (SCHWAAB; ZAMIN, 2014). O esquecimento acontece tanto por parte do jornalista, como por parte da audiência. Os autores explicam:

Ao descrever acontecimentos, os textos jornalísticos empreendem movimentos de resgate da memória. Nesse processo, produzem efeitos de sentido ao fazer circular narrativas sobre o presente, permeadas por signos historicamente constituídos. São dizeres oriundos de uma montagem orientadas por memória e esquecimento. (SCHWAAB; ZAMIN, 2014, p. 55).

Pensar a notícia como uma construção que acontece, por meio de sujeitos que não são nem livres e nem completamente assujeitados à ideologia e estão inseridos em um determinado contexto sócio-histórico, é fundamental para a percepção dos efeitos de sentidos que a prática jornalística produz. Nessa perspectiva, a corrente teórica do jornalismo que mais tem sintonia com a AD é a da Teoria Construcionista (Benetti, 2007).

---

<sup>11</sup> Embora se saiba que as fotografias são um modo de discurso que possui toda a complexidade de qualquer expressão humana, no senso comum, a fotografia ainda traz a características de “espelho do real” (SOUSA, 2004).

Para a qual, a notícia é uma construção social composta por diversos fatores. Benetti (2007, p. 110-111) explica que a notícia:

[...] depende basicamente de seis condições de produção ou existência: a realidade, ou os aspectos manifestos dos acontecimentos; os constrangimentos impostos aos jornalistas no sistema organizacional; as narrativas que orientam o que os jornalistas escrevem; as rotinas que determinam o trabalho; os valores-notícia dos jornalistas; as identidades das fontes de informação utilizadas e seus interesses.

Em relação ao último fator, “as identidades das fontes de informação utilizadas e seus interesses”, é importante destacar que toda a relação entre o jornalista e sua fonte não é neutra, assim como tudo aquilo que é dito pela fonte e aquilo que é selecionado pelo jornalista para aparecer na notícia. As fontes jornalísticas são atores chave, na coleta e seleção de informações pelo jornalista, e um dos parâmetros que orientam a prática dos profissionais da área é a busca por uma pluralidade de fontes para a construção da notícia, a fim de relatar perspectivas diferenciadas dos acontecimentos.

Embora a orientação profissional almeje esse objetivo no que tange às fontes, é interessante observar, a partir da Análise do Discurso, que muitas vezes, por mais que haja uma diversidade de fontes dentro de uma mesma notícia, ainda o discurso pode remeter a Formações Discursivas muito semelhantes, inscritas em uma mesma Formação Ideológica, sendo apenas um espaço de paráfrase. Podemos somar a essa reflexão que apenas uma fonte também pode concretizar, no discurso, mais de uma Formação Ideológica, dado que o discurso tem na sua essência um caráter heterogêneo e todo o sujeito desliza por posições discursivas diversas, ora inscrevendo-se em uma Formação Discursiva, ora em outra.

Benetti (2008) salienta também a importância do conceito de formações imaginárias para se pensar o jornalismo como gênero discursivo. Ela destaca que o profissional jornalista possui uma imagem institucionalizada sobre si, sobre o papel que exerce na sociedade e também da identidade que possui, esse imaginário é um importante fator nas condições de produção da notícia. Os ideais que estão em jogo, nessas representações, conforme já mencionado, são alicerçados em valores como o da verdade, da credibilidade, da objetividade e da imparcialidade.

Na perspectiva da Teoria Construcionista e da AD, é possível perceber as relações que se dão entre o campo jornalístico e outros, como o econômico, político e tecnológico,

ou seja, o contexto sócio-histórico de produção. Schwaab e Zamin (2014) explicam que o jornalismo é um campo de mediação entre outros, sendo um espaço de editoração.

Assim, ao produzir a notícia, o jornalista estabelece uma série de relações, seja com as fontes, com a sociedade, ou com os membros da comunidade profissional. Para cumprir sua função, ele se faz valer de técnicas, gêneros, formatos e processos de edição por meio dos quais é possível escolher, excluir ou acentuar determinados aspectos dos acontecimentos, amparado sempre pelo capital simbólico do próprio campo, a credibilidade. (SCHWAAB; ZAMIN, 2014, p. 51).

É por esse papel social que o jornalismo é legitimado a produzir discursos sobre o mundo, sobre a relevância dos acontecimentos e sobre o que a sociedade precisa saber, a respeito do cotidiano e o que se sobressai dele. Benetti (2008) explica que o jornalista e o jornalismo, dentro desse contrato com o público, silenciam as condições de produção dos seus discursos, de forma a garantir a legitimidade e a credibilidade sobre o que falam. As rotinas de produção de uma notícia não são ditas, dando a ilusão de que aquilo que está sendo noticiado só pode ser feito dessa maneira e que não há interferência do profissional na construção da notícia. O jornalista<sup>12</sup> mostra o que lhe é mais conveniente.

Em seus modos de dizer, o Jornalismo pode atuar na estabilização dos sentidos como evidentes: as imagens dos fatos, os depoimentos, a narração, o ao vivo, o caráter pedagógico, a regularidade de cobertura, a linguagem. Elementos que concedem um efeito de eficácia ao que é notícia. (SCHWAAB; ZAMIN, 2014, p. 59).

É também o que Charaudeau (2013) destaca quando fala sobre o ato de informar, o qual se caracteriza pela seleção das informações pelo informador. O autor explica que toda a ação da informação pressupõe um interlocutor que detém o conhecimento e outro que o ignora. O jornalismo é um dos atores sociais responsáveis pelos fluxos de informação, sendo um especialista no que tange essa prática, dotado da capacidade de informar a “verdade” sobre a realidade.

Assim essa atividade [de informar] encontra-se na mira da crítica social, obrigando seus atores a se explicar, obrigando as mídias a produzir paralelamente ao discurso de informação, um discurso que justifique sua razão de ser, como se além de dizer “eis o que é preciso saber”, as mídias dissessem o tempo todo: “eis porque temos a competência de informar”. (CHARAUDEAU, 2013, p. 34).

---

<sup>12</sup> Importante destacar quando está referido “o jornalista”, é referido o sujeito discursivo jornalista que desliza por posições-sujeito, permeadas por ideologias pelas quais se identifica, pelo contexto histórico em que se insere e as formações imaginárias que possui.

Embora a comunicação nunca seja transparente ou objetiva, o informador deve sempre refletir sobre que efeitos de sentido possíveis seu ato de informar pode produzir.

Comunicar, informar, tudo é escolha. Não somente escolha de conteúdos a transmitir, não somente escolha das formas adequadas para estar de acordo com as normas do bem falar e ter clareza, mas escolha de efeitos de sentido para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolha de estratégias discursivas. (CHARAUDEAU, 2013, p. 39).

Ainda refletindo sobre o papel do informador na sociedade, o autor fala sobre o efeito de verdade. A questão da verdade é um dos elementos mais presentes no discurso do jornalismo. Segundo Charaudeau (2013), o efeito de verdade relaciona-se com a convicção que o informador gera ao informado de que o que fala é digno de credibilidade. Existe, portanto, uma adesão por parte do informado. O efeito de verdade, segundo Charaudeau (2013), é evocado a partir da mobilização de uma posição de “direito à palavra”. É o caso do jornalismo que aciona a posição-sujeito de que é capaz de falar sobre os acontecimentos de maneira “objetiva” e, dessa forma, pode produzir um efeito de verdade nos discursos que materializa.

O discurso informativo não tem uma relação estreita somente com o imaginário do saber, mas igualmente com o imaginário do poder, quanto mais não seja, pela autoridade que o saber lhe confere. Informar é possuir um saber que o outro ignora (“saber”), ter a aptidão que permite transmiti-lo a esse outro (“poder dizer”), ser legitimado nessa atividade de transmissão (“poder de dizer”). (CHARAUDEAU, 2013, p. 63).

Por fim, dentro de alguns pontos que podem ser estabelecidos entre o jornalismo e a AD, Schwaab e Zamin (2014) destacam que, por o discurso ser constituído na relação entre interlocutores, o espaço de formação de sentido também acontece nas percepções e nos processos de interpretação dos públicos, da audiência. O jornalista, além de produzir sentido, por meio da mediação de diversos campos sociais, também propõe efeitos de sentido à sociedade. Berger (2003) também enfatiza esse aspecto e explica que todo discurso surge de um discurso e direciona o leitor a outro. Dessa forma, o “processo de produção discursiva é, ao mesmo tempo, um processo de recepção, e que todo o processo de recepção implica, por sua vez, o começo de uma nova cadeia de construção de significantes ou semiose” (BERGER, 2003, p. 26).

Para encerrar essas reflexões, destacamos a importância da Análise do Discurso para o estudo do Jornalismo Ambiental. Conforme aponta Belmonte (2015), a AD é usada frequentemente nas pesquisas relacionadas aos efeitos de sentidos surpreendidos nos



discursos do Jornalismo Ambiental. Ao encontro do exposto, está a pesquisa sobre o estado da arte do campo de estudo do Jornalismo Ambiental no Brasil, que constatou, em teses e dissertações publicadas entre os anos de 1987 e 2010, que “[...] os referenciais teórico metodológicos mais citados estão vinculados à perspectiva da Análise do Discurso (em suas diferentes vertentes), mencionado 20 vezes, e da análise de conteúdo, 25 vezes” (GIRARDI; LOOSE; CAMANA; 2015, p. 374). Fato que evidencia a importância e pertinência das reflexões sobre o discurso para entender o que está sendo dito sobre meio ambiente no campo de atuação jornalística. Campo este que é efeito e produtor de sentidos na sociedade contemporânea.

Olhar o jornalismo pelo viés da AD permite que se possa ser menos ingênuo a respeito dos discursos das mídias. Talvez os pesquisadores do campo jornalístico e jornalistas, incorporando também essa visão, possam, enfim, contribuir de maneira mais eficaz para um dos principais objetivos do jornalismo: defender o interesse público e ser uma instituição da democracia. No capítulo quarto deste trabalho, iremos abordar mais detalhadamente essas questões. A seguir, vamos refletir sobre a problemática ambiental e algumas possibilidades e perspectivas sobre o tema relacionado à economia.

### 3. JÁ-DITOS AMBIENTAIS

À luz dos conceitos expostos sobre a Análise do Discurso, optamos por denominar este capítulo como “Já-ditos Ambientais”. A expressão “já-dito” também marca o capítulo seguinte e pretende evidenciar que os temas abordados, nestas seções, fazem parte daquilo que chamamos de interdiscurso. Além disso, o termo ajuda a perceber que os próximos dizeres estão intrinsecamente habitados por sentidos que reverberam do nosso lugar de fala. São já-ditos, já-escutados, já-estudados atualizados na medida em que as palavras são escritas e que são lidas e relidas, por qualquer sujeito.

As discussões sobre a questão ambiental, a seguir, derivam de discursos que reatualizam sentidos, muitas vezes, evocando os primórdios da vida humana. O tema da espiritualidade, por exemplo, reverbera nestas páginas, quando abordamos a questão da conexão do ser humano com todos os seres vivos e a conexão que ele possui com o planeta que habita. Tratamos do tema ambiental, a partir da emergência dessa problemática, no debate internacional. Além disso, também nos ocupamos da economia verde e do pagamento por serviços ambientais (PSA), tendo em vista a problemática que nos interessa nesta investigação.

#### 3.1 A CRISE AMBIENTAL E O DESAFIO DA ALTERIDADE

Vivemos em um ambiente em que os desastres ambientais estão cada vez mais frequentes, incêndios florestais, inundações, secas, deslizamentos, tornados, entre tantos outros eventos que assolam a vida humana e destroem ecossistemas. Segundo dados do Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres, apenas no ano de 2015, cerca de 100 milhões de pessoas foram afetadas por desastres ambientais no mundo e 22.773 morreram<sup>13</sup>. Em locais com maior vulnerabilidade o quadro pode ser pior, com populações expostas a condições de vida insalubres. Além disso, a humanidade enfrenta desafios de proporções gigantescas como a fome, a crise hídrica, a perda da biodiversidade e a mudança climática. São problemas econômicos, ambientais, sociais e

---

<sup>13</sup> Dados disponíveis em: <[http://www.unisdr.org/files/47804\\_2015disastertrendsinfographic.pdf](http://www.unisdr.org/files/47804_2015disastertrendsinfographic.pdf)>.

Acesso em: 25 mar. 2016

éticos. O paradoxo que se vive é estarrecedor: ao mesmo tempo que o ser humano precisa do meio ambiente e faz parte dele, a degradação socioambiental continua avançando.

Para entendermos o contexto da crise ambiental presente, é importante abordarmos o momento em que ela entrou em pauta na sociedade de forma contundente e algumas informações históricas a esse respeito. Desse modo, primeiramente, destacamos as distinções a respeito dos termos conservação e preservação da natureza, dicotomia que nasce no século XIX, nos Estados Unidos. Diegues (2000) explica-nos que o conservacionismo surgiu, a partir das ideias do engenheiro florestal americano, Gifford Pinchot. Com base na noção de utilização dos recursos de forma racional, ele trouxe as primeiras definições do que seria uma produção sustentável.

Na sua concepção, a natureza é frequentemente lenta e os processos de manejo podem torná-la eficiente; acreditava que a conservação deveria basear-se em três princípios: o uso dos recursos naturais pela geração presente; a prevenção de desperdício; e o uso dos recursos naturais para benefício da maioria dos cidadãos. (DIEGUES, 2000, p. 29).

Diegues (2000) aponta que essas concepções foram precursoras do que conhecemos hoje como “desenvolvimento sustentável”. O desenvolvimento para Gifford Pinchot era a base da conservação, com a otimização da utilização dos recursos naturais e benefício da população como um todo (não apenas alguns). Foram essas ideias que também pautaram momentos importantes do debate ambiental internacional no século XX, como a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em 1972, e a publicação do relatório de Nosso Futuro Comum, o Relatório de Brundtland, em 1987, que abordaremos nas próximas páginas.

Por outro lado, outra corrente de pensamento que surgiu na mesma época da conservacionista, foi a do preservacionismo, a qual considerava a natureza como fonte de apreciação estética e espiritual. A ideia é uma preservação pura do meio ambiente. O precursor desse pensamento foi o naturalista e escritor, John Muir, fundador do Sierra Club, uma das primeiras organizações não governamentais (ONGs) dedicadas à questão ambiental do planeta. Ele defendia os valores intrínsecos da natureza.

Foi John Muir o teórico mais importante do preservacionismo, abraçando um organicismo pelo qual a base do respeito pela natureza era seu reconhecimento como parte de uma comunidade criada à qual os humanos também pertenciam. Para esse autor, não somente os animais, mas as plantas, e até as rochas e a água eram fagulhas da Alma Divina que permeava a natureza. (DIEGUES, 2000, p. 31).

Em sintonia com Muir, Henry David Thoreau é outro pensador da mesma corrente. Na obra *Walden*, ele conta sua trajetória ao viver em contato direto com a natureza em um bosque dos Estados Unidos. Pregava uma vida simples, junto à natureza selvagem. A citação que segue exemplifica sua visão:

Eu tinha três peças de calcário em minha escrivaninha, mas fiquei apavorado quando descobri que precisaria tirar o pó todo o dia, enquanto a mobília de meu espírito ainda estava toda empoeirada, e de desgosto joguei fora as pedras pela janela. Então como poderia eu ter uma casa mobiliada? Prefiro sentar ao ar livre, pois o mato não junta pó, a não ser onde o homem fendeu o solo. (THOREAU, 2012, p. 46-47).

Ambos os movimentos do século XIX ampliaram a consciência sobre a questão ambiental. Uma das principais consequências que tiveram foi o surgimento de diversas organizações ambientais de proteção da natureza e também, em nível governamental, a criação de parques de preservação ambiental<sup>14</sup>. Os debates foram avançando e, na metade do século XX, entre o agravamento dos problemas de poluição e a escassez de recursos, começou-se a perceber a finitude dos bens naturais. Em um movimento de contracultura, inserido em questionamentos sobre os sistemas político-econômicos, surgem discussões internacionais amplas sobre a questão ambiental. A percepção dos limites da natureza começou a aflorar não só entre os pensadores contra hegemônicos, que questionam as estruturas do sistema exploratório da natureza, mas também dentro das próprias estruturas institucionais globais.

Uma das pensadoras marco desse momento é a bióloga americana Rachel Carson que em 1962, publicou um clássico do movimento ambientalista: *Primavera Silenciosa*. A obra trata sobre os agrotóxicos e a contaminação da cadeia alimentar por esses agentes químicos. Carson fez a denúncia de que os pássaros estavam sendo envenenados por pesticidas ao comer insetos contaminados. Dessa maneira, o livro alertou a opinião pública estadunidense e do mundo sobre a ameaça dos inseticidas.

---

<sup>14</sup> Segundo Silva (2016, p. 31), a partir de uma pesquisa de como os termos “conservação” e “preservação” são usados nos estudos da Ecologia e em normas e leis ambientais do Brasil, “conservação pretende uma limitação de uso dos bens naturais dos ecossistemas com *orientações* à interferência humana. No caso da preservação, seriam impostas *restrições* ao uso humano”. O apontamento da pesquisadora evidencia também as noções históricas apresentadas, visto que de fato a preservação traz um sentido de natureza intocada.

Em 1972, o Clube de Roma publicou o documento, os Limites do Crescimento “que alertava para as evidências de esgotamento do modelo econômico baseado no consumo exacerbado e altamente concentrado em poucas nações” (BONES; HASSE, 2007, p. 23). Em âmbito internacional, no mesmo ano, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, também conhecida como Conferência de Estocolmo, marcou o debate. Esse evento alertou a humanidade para os problemas ambientais globais. Participaram 113 países, entre os quais apenas 16 possuíam entidades de proteção ambiental (BONES; HASSE, 2007). No documento final da Conferência de Estocolmo, foi definido um importante avanço, o direito humano ao meio ambiente:

O homem tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequadas, em um meio ambiente de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna, gozar de bem-estar e é portador solene de obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente, para as gerações presentes e futuras. (ONU, 1972, p. 3).

Em 1987, pode-se destacar o relatório Nosso Futuro Comum, que é conhecido por trazer o conceito de desenvolvimento sustentável: “um processo que permite satisfazer as necessidades da população atual sem comprometer a capacidade de atender as gerações futuras” (LEFF, 2001, p. 19). É interessante observar como a percepção da importância da natureza se expandiu também para contextos nacionais. Na Carta Magna brasileira de 1988, é definido o direito de todos os cidadãos a um meio ambiente equilibrado e sadio.

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988).

Em 1992, no Rio de Janeiro, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como Cúpula da Terra. O evento trouxe novamente a pauta ambiental em todo o mundo e, principalmente, no Brasil, com ampla cobertura da imprensa. Foi um período em que editoriais especializadas em meio ambiente surgiram em grande número para relatar as discussões da Conferência, possibilitando uma ampliação da consciência da população brasileira sobre a questão.

Apesar da abrangência que esses eventos proporcionaram ao debate ambiental e de impactos positivos que causaram, como a definição do direito humano ao meio ambiente, a sociedade ainda possui desafios gigantescos a serem superados. Um deles é apontado por Acsehrad (2002), quando o autor explica que o sistema econômico atual

encontra maneiras de flexibilizar direitos e normas, principalmente nos países mais vulneráveis economicamente. No Brasil, esse processo é notável com o exemplo da revogação, em 2012, do Código Florestal Brasileiro de 1965, considerado como um dos mais avançados no planeta. A antiga lei foi substituída pela Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Acselrad (2002) sugere uma espécie de chantagem por parte das empresas para com os governos, para que elas se instalem e usufruam de determinadas flexibilizações ambientais. O capital oferece o emprego e o “desenvolvimento” à região, enquanto que o poder público deve oferecer condições mais brandas de aplicação das leis ambientais. Esses processos têm impactos sociais e ambientais grandes e, infelizmente, num contexto de fragilidade econômica, política e social, a chantagem costuma ser bem-sucedida.

Dentro dessa discussão, muitas vezes, há argumentos de que, pela Terra ter mais de 7 bilhões de habitantes, está ocorrendo escassez de recursos naturais devido à demanda da grande população. Contudo, como contra-argumenta Porto-Gonçalves (2005), os habitantes pobres não são aqueles que esgotam os recursos do planeta. 80% da população mundial, que é aquela parte menos favorecida economicamente, socialmente e ambientalmente, consome apenas 20% dos bens naturais. Por outro lado, os outros 20% da população da Terra, que é a parte mais rica, consome o total de 80% dos recursos ambientais. A desigualdade é notável. Assim, apesar de vivermos em uma sociedade baseada no incentivo ao consumo crescente, ele não pode ser incorporado por todos os habitantes da Terra, pois o planeta não consegue suportar tal ritmo de extração de recursos (PORTO-GONÇALVES, 2005).

Somada à desigualdade de distribuição de recursos também há a desigualdade de distribuição dos rejeitos. Conforme aponta Porto-Gonçalves (2005), o que acontece é que os rejeitos fabricados pelo sistema são alocados em sua maioria, nos locais onde vivem as populações menos favorecidas pelo sistema global. Assim, os países em desenvolvimento, por viverem contextos sociais e políticos mais flexíveis aos interesses do capital, acabam por serem expostos a ambientes mais degradados e poluídos. Ainda, essa desigualdade chega em forma de diferentes pressões, ao mesmo tempo que os problemas ambientais de poluição e devastação da biodiversidade agravam-se em países em desenvolvimento, a responsabilidade pela conservação ambiental também recai sobre

eles. Isso acontece, pois é nesses países que ainda existem ecossistemas importantes e preservados, como o bioma amazônico e os ecossistemas tropicais.

Um dos discursos que surge nesse contexto é que a biodiversidade e os recursos naturais são bens comuns de toda a humanidade, dessa forma, os países em desenvolvimento têm como dever compartilhar suas riquezas biológicas com o chamado “primeiro mundo”. Apesar disso, conforme explica Shiva (2003), quando os países desenvolvidos utilizam esses recursos, eles os privatizam e os patenteiam, de forma a não serem mais pertencentes a toda a humanidade. As relações são extremamente desiguais e injustas. “Desenvolvimento para alguns implica subdesenvolvimento para muitos” (SHIVA, 2003, p. 146).

Muito se pode pensar a respeito dessa realidade e dos motivos pelos quais o ser humano chega à crise ambiental e às desigualdades sociais. Na observação deste cenário, há a percepção de que a vida acontece em uma rede de interdependência entre seres vivos e componentes inorgânicos do planeta. O agir, no mundo e na sociedade, predominantemente, pautado por uma visão cartesiana e fragmentada da realidade é um dos fatores que leva o ser humano a esse momento, conforme apontam Morin e Kern (2002). A incapacidade de o ser humano ver a relação da vida humana com os animais não humanos e os demais seres de todos os complexos ecossistemas leva-o a uma incompreensão de si mesmo, sendo ele parte da natureza e parte dessa rede. Desconexão é um dos grandes problemas, e uma visão complexa da realidade pode ser a solução.

Os caracteres biológicos do homem foram discutidos nos departamentos de biologia e nos cursos de medicina; os caracteres psicológicos, culturais e sociais foram divididos nos diversos departamentos de ciências humanas, de modo que a sociologia foi incapaz de ver o indivíduo, a psicologia incapaz de ver a sociedade, a história acomodou-se à parte e a economia extraiu do *Homo sapiens demens* o resíduo exangue do *Homo economicus*. Pior ainda, a noção de homem se decompôs em fragmentos desarticulados, e o estruturalismo triunfante acreditou poder eliminar definitivamente esse fantasma irrisório. (MORIN; KERN, 2002, p. 61).

Segundo Pombo (2013), o modelo analítico cartesiano não é mais suficiente. Essa percepção atinge também o mundo da ciência e traz uma revolução ao modo de se pensar os campos científicos e acadêmicos. A partir do pensamento complexo, é possível enxergar o planeta Terra, o ser humano e o mais pequeno ser vivo conectados ao cosmos. Conforme Morin e Kern (2002) explicam, somos, afinal, poeira de estrelas. Na construção de um olhar em rede sobre o mundo, os autores (MORIN; KERN, 2002, p. 46) também

destacam como a educação tem sido vislumbrada pelo paradigma cartesiano: “é que nossa educação nos ensinou a separar, compartimentar, isolar, e não a ligar os conhecimentos, e, portanto, nos faz conceber nossa humanidade de forma insular, fora do cosmos que nos cerca e da matéria física com que somos constituídos”.

Pombo (2013) explica que os campos científicos têm como desafio a superação do paradigma da especialização, que se construiu por meio do pensamento cartesiano. Esse modo de fazer ciência levou a muitos avanços para a humanidade, contudo, também criou desafios. É necessária uma revolução no pensar científico e, nesse sentido, uma revolução no próprio pensar sobre o ser humano. A academia, portanto, deve alcançar um patamar de interdisciplinaridade para poder alavancar soluções aos problemas planetários, como a fome e a pobreza. Conforme Francelin (2003), a ciência começa a perceber os fenômenos que não consegue explicar na especialização, como o surgimento da vida, o amor e o ódio.

O olhar da complexidade mostra que o mundo está integrado em um grande sistema. Essa complexidade precisa ser estudada, com suas inter-relações e relações. O pensamento sistêmico torna-se também um campo para elucidar as incertezas dos objetos de pesquisas. Muito além de uma visão totalizante, pretende deixar evidente que as certezas não existem, pois tudo está em constante mudança e transformação. Mostra que a percepção das relações de maneira mecânica, direta e linear não pode ser mais considerada para enxergar o mundo de maneira coerente (MORIN; KERN, 2002).

É por meio da interdisciplinaridade que é possível chegar às camadas mais profundas da realidade e do conhecimento. Conforme explica Pombo (2013), existem problemas impossíveis de resolver isoladamente, como a mudança climática e outras questões ambientais. A humanidade, além dos problemas atuais, possui desafios que transcendem os séculos, como a miséria e a fome, que paradoxalmente acontece num mundo de abundância. “Para problemas deste gênero, então, é preciso apelar para outro tipo de interdisciplinaridade, uma interdisciplinaridade envolvente, circular [...] que



explore ativamente todas as possíveis complementaridades” (POMBO, 2013, p. 39, tradução nossa)<sup>15</sup>.

A ciência nova surge para dizer não, o ser humano não é mecânico, também vive de incertezas e de desordem; a mente humana não pode concebê-lo com exatidão em suas estruturas, pois podem não ser fixas, talvez sejam mutantes, imprevisíveis e auto-organizáveis, ou seja, em um sistema aparentemente caótico, o mundo se autorregula e se auto-organiza. (FRANCELIN, 2003, p. 2).

Ainda, a partir da perspectiva da complexidade, são criados outros objetos de estudo, que não existiriam sob o prisma de um único campo do saber. Objetos de investigação como a questão climática, ocupações urbanas, a cognição, o desenvolvimento, a questão energética, só existem por um pensamento em rede: não é possível entendê-los de forma isolada. O olhar sistêmico não pode ser banalizado, ele objetiva estabelecer uma convergência e não a criação de falas isoladas sobre um objeto, a partir de inúmeras perspectivas que não se conversam. Conforme Morin e Kern (2002) apontam, o pensamento complexo não possui a pretensão de abarcar tudo que possa ser dito sobre um determinado objeto ou problema, mas sim a partir desse olhar, mostrar que é possível estar aberto e sempre disposto a inovações.

Pelizzoli (2002), no seu livro *Correntes da Ética Ambiental* afirma que podemos enxergar o momento atual e a crise ambiental e cartesiana como um desafio da alteridade, ou seja, o desafio de o ser humano enxergar os seres que estão a sua volta com um olhar solidário. Morin e Kern (2002) explicam que vivemos na Idade de Ferro da civilização, evoluímos na tecnologia, na ciência, mas parece que não conseguimos atingir um agir realmente humanizado, solidário e cooperativo dentro da nossa sociedade. Desde os primórdios da globalização, com as grandes navegações no século XV, o ser humano pauta-se pela exploração e pela competição. “A era planetária se inaugura e se desenvolve na e através da violência, da destruição, da escravidão, da exploração feroz das Américas e da África. É a idade de ferro planetária, na qual estamos ainda” (MORIN; KERN, 2002, p. 23).

---

<sup>15</sup> Para problemas de este género hay entonces que apelar a otro tipo de interdisciplinariedad, una interdisciplinariedad envolvente, circular, [...], que explore activamente todas las posibles complementariedades. (POMBO, 2013, p. 39).

Pensar em rede e pensar na alteridade pode ser a solução para os nossos problemas globais. O ser humano possui muitos vieses, é um ser biológico, intelectual, cultural, social, econômico, moral, ético, histórico. A diversidade que percorre as sociedades, que percorre a natureza, os animais, as árvores, insetos, minerais, une todos em uma única rede viva. O homem precisa aproximar-se dessa rede, religar-se e se encontrar com um ser unificado na diversidade. Ponderamos que o agir fragmentado que ainda está presente é resultado de uma ideologia da modernidade. Nesse sentido, Unger (1991), na obra *O Encantamento do Humano: Ecologia e Espiritualidade*, diz que o homem tornou seu pensar centralizado na técnica e na ciência. A autora (UNGER, 1991, p. 66) explica o paradigma civilizacional atual:

1. Tudo no mundo é cognoscível. O misterioso, o paradoxal, é apenas o ainda não conhecido.
2. A única maneira pela qual nós podemos “conhecer” o real é pela via da ciência, e qualquer outra forma de conhecimento é subjetivo, não verificável e irrelevante. O mundo é manipulável, e é manipulável via ciência.
3. A natureza contém estoques infinitos de recursos naturais; donde se justifica a estratégia de um desenvolvimento ilimitado das forças produtivas materiais.

Por isso, na medida que o homem se distancia da natureza por meio da objetificação do meio ambiente, torna ainda mais difícil perceber soluções para os problemas atuais. Os conhecimentos que não estão de acordo com o pensamento moderno não são considerados relevantes. Os saberes e fazeres das comunidades tradicionais carregados de conhecimento pela experiência e história são desqualificados dentro desse contexto. Como a diversidade biológica, a diversidade cultural também está sendo devastada. A monocultura da mente, como a monocultura agrícola, traz instabilidade e pobreza ao planeta (SHIVA, 2003). Vivenciamos um momento de crise, no qual há a necessidade de se repensar a maneira pela qual nos inserimos no mundo, sem a pretensão de o homem dominar outros homens e a natureza. Unger (1991, p. 55) defende que: “ao se tornar cada vez mais autocentrado e arrogante o homem moderno passa a entender sua humanidade na razão direta de sua capacidade de dominar e manipular o mundo e outros homens”. Para a autora, é necessário resgatar uma ética de cordialidade e respeito pela Terra e suas populações, repensando e transformando o olhar antropocêntrico da humanidade.

O olhar de Unger (1991) para os problemas que enfrentamos encaixa-se numa visão que podemos chamar de ecologia profunda. Em 1970, Arne Naess, filósofo

norueguês, elaborou o conceito dessa corrente. “[Essa visão] não vê o mundo como uma coleção de objetos isolados e sim como uma rede de fenômenos indissolivelmente interligados e interdependentes” (CAPRA, 2003, p. 21). Dessa maneira, o ser humano é visto como parte e como mais um elemento da teia da vida, em que todos os seres vivos têm seu valor intrínseco e devem ser considerados. Em termos gerais, a ecologia profunda almeja a qualidade e não altos padrões de vida, tem como objetivo o “ótimo” e não o “grande” (NAESS, 1990). Essa perspectiva também aponta que a solução para os problemas não está na tecnologia ou na ciência, mas em valores presentes em outros paradigmas. “A crise das condições de vida na Terra poderia nos ajudar a escolher um novo caminho com novos critérios de progresso, eficiência, e ação racional” (NAESS, 1990, p. 26, tradução nossa<sup>16</sup>). Dessa forma, a vida não seria medida pelo valor de utilidade que tem ao homem, mas seria considerada pelo seu valor intrínseco.

A partir do pensamento da ecologia profunda, podemos refletir também sobre o direito fundamental à vida. “Todos os seres vivos têm um direito inerente à existência e essa deve ser a razão suprema para não permitir que ocorra a extinção de uma espécie” (SHIVA, 2003, p. 111). Unger (1991, p. 82), em consonância com Shiva (2003), explica que “o desejo de proteger uma espécie animal ou vegetal tem como fundamento o simples ‘respeito pela sua existência’”. O direito à vida também se aplica às futuras gerações que possuem o direito de acesso a um ambiente equilibrado. Apesar disso, em um agir egoísta a sociedade historicamente tem infringindo esse direito fundamental, por meio da devastação ambiental e do consumismo.

Para essa reflexão, trouxemos um dos pioneiros do movimento ecológico brasileiro: José Lutzenberger. Ele também aborda a necessidade de repensarmos nossos valores, de construirmos uma nova ética do cuidado e do respeito. Para ele, o paradigma deve ser o do equilíbrio, em detrimento do econômico e do tecnológico predatório. Assim, explica:

O futuro não está na megatecnologia, está na tecnologia intermediária, não está no consumo desenfreado, está no uso frugal, com sentido, dos escassos recursos do Planeta, está na descentralização das decisões e da produção, na autossuficiência sempre que possível, na diversidade de estilos de vida e de culturas. (LUTZENBERGER, 1980, p. 59).

---

<sup>16</sup> “The crisis of life conditions on Earth could help us choose a new path with new criteria for progress, efficiency, and rational action.” (NAESS, 1990, p. 26).

A crise, segundo o pensador, é ética e precisamos construir uma alternativa:

A nova ética será inclusiva, ela abará o Caudal da Vida em sua plenitude. A filosofia será da visão unitária do Universo. Em terminologia mais técnica - o Universo como grande sistema racional, e todas as suas partes como subsistemas integrados, em complementaridade perfeita uns com os outros. (LUTZENBERGER, 1980, p. 81).

Assim, há a necessidade de ressignificação do meio ambiente, pela qual ele seja visto de maneira complexa e harmoniosa, em que todos os seres humanos sejam respeitados por sua diversidade cultural, social e ambiental. Precisamos integrar novos valores à humanidade que estejam em harmonia com a rede da vida e produzir e circular novos sentidos para entendermos nossa realidade e nosso modo de estar no planeta. O entendimento da crise ambiental e da proposta de um olhar complexo sobre a realidade, para superação dos desafios da humanidade, são pontos fundamentais para nossa investigação. Encerramos essa discussão, afirmando novamente que vivemos o desafio da alteridade (PELIZZOLI, 2002).

Na próxima seção, para aprofundar ainda mais nossas reflexões sobre a relação do homem e o meio ambiente na atualidade, trazemos apontamentos sobre o desenvolvimento de propostas da economia que tentam unir o capitalismo à conservação ambiental. Em contraponto, levantamos algumas visões críticas à essa concepção econômica, que traz em seu âmago o argumento da valorização monetária da vida.

### **3.2 CAPITALISMO PINTADO DE VERDE**

A crise ambiental mostra-nos que vivemos em uma sociedade que não percebe os limites do planeta e do desenvolvimento econômico, pautada pela necessidade de garantir o aumento incessante do lucro. A busca pelo dinheiro não tem barreiras. No balanço financeiro de uma grande corporação, os números têm espaço para crescer de maneira ilimitada, casas de zeros enchem as contas bancárias das empresas multinacionais, todavia, a correspondência da percepção abstrata da riqueza com o mundo material é esquecida. Para produzir os números, é necessário, no mínimo, a energia que vem dos recursos naturais da Terra. Como alcançar um lucro sem fim com um planeta limitado? (UNGER, 1991; PORTO-GONÇALVES, 2005).

Na medida em que a economia se desprende de qualquer vínculo moral ou ético, é natural (dessa lógica mercantil) que ela se desprenda de qualquer

mundanidade, de qualquer materialidade, e se reconheça exclusivamente na sua dimensão simbólica mais abstrata, a quantidade; enfim, no dinheiro. (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 122).

André Gorz (2005) explica que as mudanças sociais, econômicas e tecnológicas do último século começaram a reconfigurar o capitalismo de maneira significativa, a ponto de o sistema chegar a uma contradição. A produção está se estruturando em pilares não mensuráveis, imateriais. O valor simbólico não permite, por sua natureza, uma conversão em escalas monetárias e temporais. O capitalismo cognitivo, conforme Gorz (2005), é uma contradição do capitalismo tradicional, pois reconfigura as relações de trabalho e os valores das mercadorias. Rabelo (2008) explica que a crise atual do capitalismo é a crise das equivalências, pois não há, para a produção imaterial, uma medida uniformizadora. O valor não é monetário e o trabalho não pode ser medido, pois é realizado por características cognitivas ou por processos. Como valorar monetariamente um bem simbólico ou cultural? Como valorar processos? E, o meio ambiente, é possível dar um valor a uma evolução milenar dos ecossistemas? É possível encontrar uma metodologia de valoração ambiental que se aplique a cada contexto regional e suas particularidades?

O capital apropria-se dos bens culturais coletivos e os privatiza, assim como os bens naturais e os ecossistemas. Vende estilos de vida, personalidades, identidades e processos sistêmicos. A base do capitalismo pós-fordista é o consumidor individual, não é mais a produção (RABELO, 2008). Grandes empresas detentoras de marcas mundialmente conhecidas, como a Nike e a Microsoft, dirigem enormes investimentos ao marketing e à comunicação, a fim de criar a dimensão simbólica de seus produtos, uma vez que os consumidores buscam nas mercadorias a exclusividade e a própria identidade, objetivando saciar desejos e não necessidades. O capital humano é um recurso que se produz sozinho, de forma gratuita, como o chamado “capital natural”, que é composto pelos bens do meio ambiente. “O trabalho do saber vivo não produz nada materialmente palpável” (GORZ, 2005, p. 20). Assim como a complexa rede dos ecossistemas, embora tenha uma representação material, as suas interações não são palpáveis. Há quem diga que a maior empresa do planeta é a natureza<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> Em nosso *corpus* de análise, uma sequência discursiva traz esse pensamento. No jornal *O Estado de S. Paulo* (Apêndice A): SD123 - "A maior empresa do mundo não é o Wal-Mart, nem a Microsoft, nem a BMW, é a natureza", disse o secretário-executivo da CDB, Ahmed Djoghla. "Nós somos os principais acionistas, e estamos destruindo nosso capital."

Gorz aponta (2005) a existência de uma variedade tão grande de determinantes cognitivos da produção imaterial que se torna praticamente impossível mensurar com precisão o valor das mercadorias e o valor do trabalho para fazê-las. Dessa forma, os produtos perdem o valor econômico tradicionalmente conhecido, que era medido pela quantidade de trabalho social equivalente a uma unidade de mercadoria-padrão: o dinheiro. “O valor de um serviço é, pois, tão menos mensurável quanto maior seja a parcela de doação e produção de si, ou seja, quanto mais seu caráter incomparavelmente pessoal lhe confira *um valor intrínseco* que prevalece sobre seu valor de troca normal” (GORZ, 2005, p. 33, grifo nosso).

A privatização que ocorre no capitalismo cognitivo diz respeito aos bens coletivos (RABELO, 2008), é apropriar-se dos bens naturais, como a luz do sol e o ar. Gorz (2005) faz uma reflexão interessante, quando explica que a tentativa do capital de se apropriar desses bens acontece pela privatização do direito de acesso. Esse fato é o que, muitas vezes, ocorre com os bens naturais, quando empresas impedem, por exemplo, populações tradicionais de terem acesso à água de seus rios e ao lazer de suas praias. A crise de equivalências é a própria crise do capitalismo, embora haja a tentativa de capitalização desses bens imensuráveis.

Nesse sentido, Pelizzoli (2002) explica que o capitalismo estaria relacionado a dois processos de exploração: o do homem e o da natureza. É interessante observar, conforme o autor, que essa exploração não é própria apenas desse sistema econômico. No socialismo, por meio da antiga URSS, ocorreu tanta devastação como no capitalismo, isso porque os dois são baseados na ideologia do progresso e da ciência.

O socialismo e o capitalismo foram, em suma, mitos do desenvolvimento. O primeiro, em sua versão soviética, está moribundo, e, em sua versão social-democrata, chegou ao esgotamento. O segundo goza apenas de uma saúde aparente. Foi apenas por um tempo muito curto que ele se mostrou como a fórmula mágica para resolver todos os problemas. (MORIN; KERN, 2002, p. 103).

A lógica para ultrapassar essa realidade é a não linearidade. “Linear é o crescimento econômico e tecnológico, pretensamente acreditado como sem fim e 'em progresso/evolução', visando cada vez maior quantidade de matéria transformável” (PELOZZI, 2002, p. 58). Apesar dessas reflexões sobre a necessidade de mudança de paradigmas, há dentro do sistema econômico e político a busca por soluções que propiciem a manutenção do modelo econômico atual. Conservar o crescimento dos lucros

e, se possível, o meio ambiente seria a premissa da economia verde<sup>18</sup>. Assim, a conta da economia chega à natureza, valorando monetariamente seus bens. Leff (2001a) avalia que o capitalismo se apropria da visão de meio ambiente para que esta possa ser assimilada no processo de expansão do sistema econômico vigente, por meio de uma gestão do meio ambiente racional. E esse processo não considera os limites do planeta.

É importante salientar que entendemos o meio ambiente, conforme expusemos na primeira seção deste capítulo, como uma complexa rede de relações, entre diversos componentes, bióticos e abióticos, sociais e culturais. Situamos nossa concepção ambiental também em um conceito que se traduz numa visão de imaterial (por carregar em si a ideia de rede) e de valorização da vida em suas características intrínsecas e essenciais. Dessa forma, entendemos que a ideia de capitalismo imaterial que trouxemos anteriormente está muito presente nas discussões hegemônicas sobre a conservação ambiental.

Segundo Belmonte (2015, p. 19), “desde os anos 1970, instrumentos econômicos vêm sendo pensados para lidar com os problemas ambientais, principalmente na Inglaterra, França e nos Estados Unidos”. Nesse sentido, uma proposta econômica que incorpore os processos sistêmicos (e imateriais) do meio ambiente tem se configurado durante as últimas décadas, na forma de monetização da natureza. Conforme o autor, a “economia verde” como termo surgiu em 1989, na obra *Blueprint for a Green Economy* dos autores David Pearce, Anil Markandya e Edward Barbier. Entre os temas abordados no livro, está o da precificação dos serviços ambientais e dos recursos naturais. Fazendo um mapeamento histórico do desenvolvimento do discurso da economia verde, Belmonte (2015) aponta, entre outros marcos: o Protocolo de Quioto, em 1997; o *Relatório de Stern: a economia da mudança do clima*, publicado em Londres, em 2006; e, a crise econômica de 2008<sup>19</sup>.

---

<sup>18</sup> Segundo a Iniciativa Economia Verde da ONU, esse termo pode ser entendido como: a economia que se preocupa com o bem-estar humano e a igualdade social e também com a redução de riscos ambientais e escassez ecológica. Ou seja, pensa na redução das emissões de carbono, eficiência no uso de recursos e é socialmente inclusiva. Disponível em: <<http://www.unep.org/greeneconomy/AboutGEI/WhatIsGEI/tabid/29784/Default.aspx>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

<sup>19</sup> Provocada pelo colapso do mercado imobiliário nos EUA, inovações de produtos financeiros sem consistência e pela expansão do crédito bancário, a crise impactou o mundo inteiro. O marco para início

Na tentativa de valorar o imaterial e o intrínseco, também destacamos marcos dentro da temática dos serviços ambientais e serviços ecossistêmicos<sup>20</sup>. Os estudos de *A Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade* (TEEB, sigla em inglês) que foram conduzidos pela ONU e liderados pelo economista indiano Pavan Sukhdev, são relatórios internacionais de destaque no que tange o tema, publicados em 2008 e 2010, com pesquisas subsequentes. Eles tiveram como base e inspiração a *Avaliação Ecossistêmica do Milênio*, que ocorreu entre os anos de 2001 e 2005, focada em um estudo do bem-estar humano e da transformação dos ecossistemas. Essa pesquisa evidenciou que uma melhor gestão da natureza tem como consequência um maior bem-estar humano.

O TEEB, por sua vez, além de retomar a *Avaliação* também procurou estar alinhado à Convenção sobre Diversidade Biológica da ONU<sup>21</sup>. Teve como metas “promover uma melhor compreensão do real valor econômico fornecido pelos serviços ecossistêmicos e disponibilizar ferramentas econômicas que levem tais valores em consideração” (TEEB, 2008 p. 11). Além da degradação ambiental e das diversas crises ambientais que o planeta vive, como a climática, o estudo enfatiza a necessidade de se pensar sobre os pobres, que são os mais afetados pela devastação da biodiversidade. “São eles os que dependem de modo mais direto dos serviços ecossistêmicos que estão sendo comprometidos por uma análise econômica deficiente e desacertos na política” (TEEB, 2008, p. 11).

Nesse sentido, foram propostas a necessidade de suspensão dos subsídios dados pelos governos a atividades degradantes, a criação de uma medida para avaliar os custos e benefícios dos serviços dos ecossistemas e a visibilidade dos serviços ecossistêmicos

---

desse momento foi a falência do banco Lehman Brothers, em 15 de setembro de 2008 (FERRAZ, 2013; OREIRO, 2011).

<sup>20</sup> Conforme explica Lovelock (2006, p. 153), “a expressão ‘serviços de ecossistemas’ foi introduzida pelo biólogo Paul Ehrlich e seus colegas em 1974 para reconhecer que um ecossistema era mais do que um lugar onde os biólogos podiam estudar a biodiversidade, e que os ecossistemas eram valiosos como reguladores locais do clima, água e recursos químicos”.

<sup>21</sup> A Convenção da Diversidade Biológica é um conjunto de normas para proteção da biodiversidade. Foi assinada, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, em 1992. Ela começou a vigorar em 1993, com a ratificação de 168 países e três principais objetivos: a conservação da biodiversidade, o uso sustentável dos componentes da diversidade biológica e o uso justo e equitativo das benesses vindas da utilização de recursos genéticos. Disponível em: [www.cbd.int](http://www.cbd.int). Acesso em: 25 mar 2016.



no sistema econômico, por meio de mercados e políticas. O estudo foi dividido em duas fases principais: a primeira, em 2008, expôs o marco conceitual da pesquisa; e a segunda, em 2010, com indicação de políticas e medidas econômicas para valoração dos serviços ecossistêmicos, entre elas os Pagamentos por Serviços Ecossistêmicos (PSE)<sup>22</sup>. Segundo o estudo, esses instrumentos “podem criar uma demanda para corrigir os desequilíbrios que lesam a biodiversidade e impedem o desenvolvimento sustentável” (TEEB, 2008, p. 12). Para o TEEB, existe degradação ambiental, pois não há reconhecimento do valor econômico dos ecossistemas e *A Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade* veio preencher essa lacuna.

No documento de 2010, o TEEB enfatiza a necessidade de se gerenciar o capital natural de forma eficiente. A invisibilidade do valor econômico da natureza gera prejuízos tanto econômicos, como sociais. Embora o estudo em suas conclusões possua um subtítulo “Precificar o que não tem preço?”, ele ainda defende que é possível contextualizar e criar metodologias apropriadas para chegar a valoração econômica dos ecossistemas. A investigação conclui também que os recursos naturais são ativos econômicos e recomenda:

[...] o atual sistema de contas nacionais deve ser aprimorado o mais rápido possível para incluir o valor das mudanças dos estoques de capital natural e dos serviços ecossistêmicos[...] Ademais, a elaboração de contas físicas consistentes para estoques florestais e serviços ecossistêmicos deve ser uma prioridade. (TEEB, 2010, p. 31).

Segundo o documento, a gestão do capital natural de maneira sustentável é um dos meios para se reduzir a pobreza. Como os incentivos econômicos e subsídios influenciam o uso dos recursos naturais, o pagamento por serviços ecossistêmicos seria uma forma de incentivo econômico positivo. Outra questão é a valorização da “infraestrutura ecológica”<sup>23</sup>, com a conservação e a restauração do meio ambiente e seus ecossistemas.

A manutenção, recuperação ou fortalecimento dos serviços fornecidos pelos ecossistemas, como manguezais, áreas úmidas ou bacias hidrográficas nas florestas em geral são comparativamente melhores do que a infraestrutura

---

<sup>22</sup> Em uma perspectiva ampla, o PSE pode ser entendido como sinônimo de pagamento por serviços ambientais (PSA), na próxima seção deste capítulo entraremos em mais detalhes.

<sup>23</sup> Esse termo nos gerou estranhamento e será analisado no capítulo 5 desta dissertação, junto a exemplos extraídos de nosso material de pesquisa.

construída pelo homem, como estações de tratamento de esgoto ou diques. (TEEB, 2010, p. 33).

O TEEB também conclui que, caso continue a falta de valoração dos serviços ecossistêmicos e da biodiversidade, a humanidade vai consolidar um caminho autodestrutivo. É preciso “tornar a natureza economicamente visível” (TEEB, 2010, p. 34) e integrar essa valoração nas tomadas de decisão dos setores econômicos e políticos, como uma oportunidade e não um obstáculo ao desenvolvimento.

A biodiversidade, em todas as suas dimensões – qualidade, quantidade e diversidade dos ecossistemas, espécies e genes – precisa ser preservada, não apenas pelas razões sociais, éticas ou religiosas, mas também pelos benefícios econômicos que fornece às gerações atuais e futuras. Devemos buscar nos tornarmos uma sociedade que reconhece, mensura, gerencia e recompensa economicamente a gestão responsável do capital natural. (TEEB, 2010, p. 34).

É interessante observar a evolução do discurso do debate internacional que vai, desde 1972 até a atualidade, desenvolvendo uma alternativa econômica para o sistema marrom<sup>24</sup>. Outro marco que destacamos, nessa discussão internacional sobre meio ambiente e economia, é a Iniciativa Economia Verde, conduzida pela ONU e lançada em 2008. A Iniciativa tem três bases de atuação, uma é a produção de documentos de pesquisa que mostram as relações do investimento verde na macroeconomia, na sustentabilidade e na redução da pobreza, em diversos setores, como o das energias renováveis e da agricultura sustentável, oferecendo orientações de políticas. Outro foco é a prestação de consultoria sobre como países podem chegar a uma economia verde. E o terceiro é o engajamento da Iniciativa em redes de parceiros, entre empresas, ONGs e pesquisadores, para a implementação da economia verde<sup>25</sup>.

A Iniciativa Economia Verde teve como um dos principais resultados o relatório *Rumo a uma Economia Verde – Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e Erradicação da Pobreza*. Muito do discurso já acionado em estudos como o TEEB é retomado nesse relatório. A publicação foi divulgada, em 2011, pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e mostrou como seria a transição da

---

<sup>24</sup> Entendemos por sistema marrom o capitalismo moderno que não tinha como foco de suas preocupações a redução de gases de efeito estufa ou a redução do impacto ambiental negativo.

<sup>25</sup> Disponível em: <<http://www.unep.org/greeneconomy/AboutGEI/WhatIsGEI/tabid/29784/Default.aspx>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

economia marrom (a poluente e baseada nos combustíveis fósseis) para uma economia verde (aquela que conserva os recursos naturais), que é definida da seguinte forma:

[...] uma economia que resulta em melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente riscos ambientais e escassez ecológica. Em outras palavras, uma economia verde pode ser considerada como tendo baixa emissão de carbono, é eficiente em seu uso de recursos e socialmente inclusiva. (PNUMA, 2011, p. 9).

A ONU então propõe uma nova visão sobre a economia, diante de diversas crises que já haviam afetado o capitalismo contemporâneo, como a de 2008, que foi a maior desde 1929. Na proposta da economia verde, alguns pontos são destacados, como a necessidade de engajamento dos governos para eliminar progressivamente os subsídios que sustentam indústrias “marrons”, assim como políticas e contratos públicos mais verdes (que pensam nos impactos ambientais). Outra ideia que se une à economia verde é a da inovação tecnológica e eficiência de processos produtivos, mostrando que por meio do desenvolvimento da ciência é possível solucionar desafios globais.

O documento *Rumo a uma Economia Verde* avalia que o crescimento econômico mundial incentivou a acumulação de capital, contudo teve como consequência a degradação ambiental e impactos nas gerações futuras e atuais. O estudo defende que só é possível chegar ao desenvolvimento sustentável, por meio da transformação da economia e enfatiza que a economia verde não inviabiliza o crescimento econômico. Além disso, também aponta a necessidade de definição de novas métricas:

Os indicadores econômicos convencionais, tais como o PIB, proporcionam uma imagem distorcida para o desempenho econômico, especialmente uma vez que tais medidas não refletem a extensão com a qual as atividades de produção e o consumo podem estar drenando o capital natural. Como a atividade econômica normalmente se baseia na desvalorização do capital natural em termos de abastecimento, regulamentação ou serviços culturais, isso está causando o esgotamento dos recursos naturais e acabando com a habilidade dos ecossistemas de fornecerem benefícios econômicos. (PNUMA, 2011, p. 12).

Em sintonia com o discurso construído sobre a valoração econômica da biodiversidade e do paradigma da economia verde, após 20 anos da Cúpula da Terra, a ONU promoveu a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+20. O evento teve como escopo o debate sobre a economia verde, em consonância com a Iniciativa lançada em 2008. No documento final do evento, com 283 colocações, foi destacado o potencial que as políticas econômicas têm como instrumento para se atingir o desenvolvimento sustentável (ONU, 2012).

A partir do exposto sobre as propostas de um capitalismo verde, podemos perceber pontos importantes da construção do discurso sobre a valoração dos ecossistemas e da biodiversidade, como a concepção do capital natural (que são os recursos ambientais do planeta) e a necessidade de valoração econômica do meio ambiente para evitar a degradação ambiental. Conforme destacamos na seção anterior, defendemos que para o meio ambiente ser respeitado a premissa básica é o reconhecimento do valor intrínseco da vida. Além disso, nosso posicionamento também está na percepção do meio ambiente pelo pensamento sistêmico. Não enxergamos que as racionalidades econômica e tecnológica possam oferecer formas definitivas de superação da crise ambiental, pois estão pautadas no pensamento linear do progresso.

Os discursos expostos mostram-nos a proposta de uma nova fase do capitalismo que tem o objetivo de acumular o chamado capital natural. O ponto de vista de que a degradação ambiental acontece pois não há reconhecimento econômico da natureza, parece-nos errôneo. Isso porque a lógica da degradação e devastação ambiental está pautada por uma visão utilitarista da natureza, em que os bens ambientais são vistos como à disposição do uso humano. O uso exploratório da natureza em sua essência não está embasado na falta de valor monetário, mas sim em uma concepção que está em oposição à corrente da ecologia profunda: a ecologia rasa<sup>26</sup>. Para construção de um paradigma cooperativo, solidário, sistêmico e uma nova ética, a ecologia rasa precisa ser superada.

Moreno (2013) questiona a serviço de quem estaria a economia de baixo carbono. Esse paradigma não problematiza questões como os direitos humanos e a distribuição de renda, nem mesmo as relações de poder vigentes (FATHEUER; SACHS; UNMÜBIG, 2012; MORENO, 2013). Outra crítica é que a economia verde não estimularia mudanças nos paradigmas de consumo, mas somente “a mudança parcial dos padrões de produção unicamente por meio da atribuição de preço à biodiversidade e privatização dos bens comuns” (PACKER, 2013a, p. 4). No contexto de crise, Moreno (2013) pontua que, quanto maior a escassez de recursos, maior a possibilidade de o capital explorar a natureza.

---

<sup>26</sup> Entendemos como ecologia rasa aquela visão do meio ambiente pautada no pensamento fragmentado, em que a natureza é vista como um objeto à disposição do uso do homem.

Fatheuer, Sachs e Unmübig (2012) trazem algumas críticas interessantes à economia verde. Eles explicam que uma das análises mais contundentes a esse respeito é que, havendo a mercantilização dos bens naturais, o setor privado pode atrair-se por essa exploração comercial de forma intensa. Entre tantas outras questões que podem ser abordadas como contraponto à economia verde, eles enfatizam a exclusão das populações tradicionais de qualquer tipo de negociação dentro desse paradigma.

Para os mesmos autores, precisamos de uma Revolução da Suficiência, em que possamos atingir o bem-estar com moderação. Por isso é preciso questionar a mudança dos hábitos de consumo. Devemos minorar a pobreza, mas também reduzir a riqueza. “Melhor’, ‘diferente’ e ‘menos’, eis a trindade da sustentabilidade” (FATHEUER; SACHS; UNMÜBIG, 2012, p. 36). Nesse sentido, os autores argumentam que precisamos viver um mundo que tenha como prioridade cooperar e não concorrer, por meio de uma economia relacional de valorização dos bens-comuns (naturais, sociais, culturais e digitais). A seguir trabalharemos o modo com que a economia verde propõe um de seus instrumentos: o pagamento por serviços ambientais.

### **3.3 PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS**

Por meio da institucionalização dos instrumentos econômicos para a conservação e gestão ambiental, a natureza é reduzida a valores monetários para encaixar-se na lógica econômica. Mercados de bens ambientais surgem com o objetivo de consolidar um sistema de baixa emissão de carbono, com a manutenção dos paradigmas de consumo (PORTO-GONÇALVES, 2005). Um dos mecanismos que emergem dentro dessa lógica é o pagamento por serviços ambientais (PSA). Por esse instrumento econômico, é feito o pagamento de um valor (monetário ou não) pela conservação de um serviço ecossistêmico a um proprietário de terra ou a uma comunidade (WUNDER, 2010). Segundo Wunder (2010, p. 30), PSA pode ser definido como:

1. uma transação voluntária na qual
2. um serviço ambiental bem definido ou uma forma de uso da terra que possa assegurar este serviço
3. é comprado por pelo menos um comprador
4. de pelo menos um provedor
5. sob a condição de que o provedor garanta a provisão deste serviço.

Podemos diferenciar o que é o serviço ecossistêmico e o que se entende por serviço ambiental:

Serviços ecossistêmicos [...] seriam as funções e processos dos ecossistemas relevantes para a preservação, conservação, recuperação, uso sustentável e melhoria do meio ambiente e promoção do bem-estar humano, e que podem ser afetados pela intervenção humana. De forma complementar, serviços ambientais são os de consultoria, educação, monitoramento e avaliação, prestados por agentes públicos e privados, que tenham impacto na mensuração, prevenção, minimização ou correção de danos aos serviços ecossistêmicos. (PEIXOTO, 2011, p. 6).

Nessa perspectiva, os serviços ecossistêmicos seriam os benefícios à sociedade que resultam da interação entre elementos bióticos e abióticos, dentro de um ecossistema. O serviço ambiental seria a ação humana para conservar esses benefícios. Em estudos da ONU, há uma categorização dos principais serviços ecossistêmicos: os de regulação, como os microclimas; os de suporte, como a manutenção da biodiversidade; os de suprimento, como o aumento de produtividade de alimentos; e os culturais, como a beleza cênica de paisagens ambientais.

Na América Latina, os primeiros esquemas de PSA surgiram na metade da década de 1990. A Costa Rica foi o país pioneiro nos sistemas de PSA. Em 1996, foi criado o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais da Costa Rica para evitar o desmatamento, tornar maior a cobertura de floresta do país e valorar os serviços ecossistêmicos (PERALTA, 2013). Hoje, de forma geral, podemos dizer que projetos de PSA concentram-se nas áreas de conservação de bacias hidrográficas, biodiversidade, beleza cênica, armazenamento e sequestro de carbono.

No Brasil, embora haja propostas de uma política nacional sobre PSA, ainda não há efetivamente um regramento que abarque todo o país, mas iniciativas dispersas em diversos estados. Em Minas Gerais, por exemplo, ocorre o programa governamental Bolsa Verde, desde 2008, beneficiando proprietários rurais que tenham práticas sustentáveis em suas propriedades ou aqueles que manifestem o compromisso de adotar tais atitudes. Também há o Bolsa Floresta, no Amazonas, que desde 2007 trabalha com famílias de Unidades de Conservação Estaduais, por meio de um arranjo institucional público e privado, a fim de se atingir práticas mais sustentáveis. No Amazonas, é a Fundação Amazonas Sustentável (FAS) que gerencia os recursos do PSA, oriundos de empresas e também do governo. Estados como São Paulo, Acre, Espírito Santo e Paraná também têm ações de PSA. Ainda há organizações não governamentais que apoiam esses projetos, como a Fundação O Boticário.

Em relação à temática em nível nacional, podemos destacar dois projetos de lei no Brasil que pretendem instituir uma política sobre PSA para todo o país. O primeiro deles é o Projeto de Lei (PL) 792/2007 que ainda tramita na Câmara dos Deputados e dispõe sobre a definição de serviços ambientais. Segundo esse PL, “pagamento por serviços ambientais (PSA) tem por fim transferir recursos monetários a todos que contribuem para a produção dos benefícios deles advindos” (BRASIL, 2007, p. 2). Essa proposta admite a possibilidade de “transformar as comunidades rurais pobres em protetoras do meio ambiente, com direito a receber por suas atividades geradoras de serviços ambientais” (BRASIL, 2007, p. 6).

O Projeto de Lei 312/2015, por sua vez, pretende instituir a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais. Ele também tramita na Câmara dos Deputados e define serviços ecossistêmicos como “benefícios relevantes para a sociedade gerados pelos ecossistemas, em termos de manutenção, recuperação ou melhoria das condições ambientais” (BRASIL, 2015, p. 1). Eles trazem as seguintes categorias de serviços: de provisão (água, alimentos, etc.), suporte (decomposição de resíduos, manutenção da biodiversidade, etc.), regulação (sequestro de carbono, purificação do ar, etc.) e culturais (estéticos, recreacionais, etc.). Serviço ambiental, segundo esse PL, é uma ação humana para manter, recuperar ou melhorar um serviço ecossistêmico. O PSA por sua vez é uma

[...] transação contratual mediante a qual um pagador, beneficiário ou usuário de serviços ambientais transfere a um provedor desses serviços recursos financeiros ou outra forma de remuneração, nas condições acertadas, respeitadas as disposições legais e regulamentares pertinentes. (BRASIL, 2015, p. 2).

Essa transação pode ser paga tanto pelo poder público como pela iniciativa privada, estando na condição de usuário do serviço. Nesse sentido, quem provê o serviço ambiental pode ser tanto pessoa física como jurídica, de direito público ou privado. Interessante pontuar que no próprio PL são explicados contrapontos à prática:

Óbvio que não há consenso sobre esse tipo de estratégia. Há quem entenda que não se deve pagar por isso, já que todos devem cumprir a legislação ambiental, de modo a assegurar a preservação de nossas riquezas naturais. Outros o veem como alternativa eficaz, especialmente por conciliar a defesa ambiental com a geração de renda. De qualquer forma, o modelo pode funcionar como importante atrativo para aumentar o exército de aliados no combate à degradação ambiental, tarefa hoje restrita praticamente ao governo e a alguns idealistas engajados em organizações não governamentais. (BRASIL, 2015, p. 1-2).

Dentro das noções do sistema econômico vigente, Calado (2008) afirma que os agricultores atualmente são pressionados a produzir cada vez mais. Segundo a autora, devido ao sistema no qual estão inseridos, na maioria das vezes, eles não conseguem levar em consideração os efeitos que algumas práticas, como o desmatamento, as queimadas e o uso de agrotóxicos, exercem sobre o meio ambiente. As decisões dos agricultores podem tanto tender à conservação, quanto para a degradação ambiental, dependendo dos estímulos de mercado que existem e também de questões como segurança alimentar e obstáculos financeiros. O PSA fundamenta-se, segundo a autora, no fato de que incentivos econômicos podem promover a mudança de atitudes, com a finalidade de aumentar e conservar os serviços que a natureza oferece ao homem. Por meio do PSA, pretende-se uma mudança no uso da terra. As experiências vinculadas a esse mecanismo, segundo Calado (2008), têm ocorrido principalmente em países onde ainda existe grande número de florestas conservadas.

O critério de voluntariedade de adesão aos esquemas de PSA, descrito como uma das características do instrumento, é questionado por alguns autores. Com relação aos fornecedores dos serviços ambientais, muitas vezes, eles estão inseridos em um contexto social e econômico de exclusão em relação ao sistema vigente, e não têm a opção de escolher se querem receber o valor pelo pagamento. Nessas situações, acontece um “comércio-forçado”, de acordo com Corbera (*et al.*, 2013). Esses autores colocam que o “fardo” da proteção ambiental cai então, desproporcionalmente, nas populações menos favorecidas pelo sistema econômico social e econômico. Ainda que eles não sejam os agentes sociais que tenham provocado a maior degradação ambiental, são eles os pressionados a conservar.

Nesse sentido, também podemos questionar o fato de que os agricultores podem decidir entre práticas conservacionistas ou degradantes, dado que o sistema de produção no Brasil, ainda é pautado pelo cultivo de culturas agressivas, como a da soja e o eucalipto, que saturam a saúde do solo e utilizam grandes quantidades de agrotóxicos. A responsabilidade da conservação ambiental, assim é desproporcionalmente colocada aos indivíduos que vivem da terra e precisam tirar dela o seu sustento diário. Os agricultores, muitas vezes, por falta de informação e incentivo podem utilizar de práticas agressivas ao meio ambiente e a eles próprios.



Calado (2008) pontua que o pagamento não é garantia do fornecimento do serviço, visto que o proprietário pode não conseguir cumprir o fornecimento devido a imprevistos, como incêndios, inundações, secas, etc. A partir disso, também podemos questionar a eficiência do acompanhamento e fiscalização das contrapartidas de projetos que envolvam o PSA. Em um país como o Brasil, de proporções continentais, nem a legislação vigente é fácil de se fazer cumprir. Dessa maneira, Calado (2008) aponta que, para a conservação do meio ambiente, existem os mecanismos de comando e controle, ou seja, as leis e a sua fiscalização. Ela problematiza a adicionalidade do PSA frente ao fato de que se houvesse cumprimento das normas ambientais, muito poderia ser conservado.

Para Packer (2013a), os marcos legais e as políticas públicas podem ficar enfraquecidos com a lógica do PSA. Ela aponta (2013, p. 21):

O que de fato pode realizar a conservação e uso sustentável dos recursos naturais é a garantia do direito à terra e território, a reforma agrária e democratização do acesso e uso do solo rural e urbano e dos recursos naturais, a proteção dos conhecimentos comunitários pelo seu direito ao livre uso da biodiversidade e da agrobiodiversidade, respeitando as características dos bens comuns.

Packer (2013a) ainda afirma que o PSA é uma ferramenta para resolver os problemas ambientais na lógica econômica do mercado, sem criticar as bases do capitalismo. Nesse sentido, somente será feito o pagamento do serviço se na lógica do sistema “valer a pena”, gerando uma privatização dos bens comuns, como o ar, a água e o solo. Os valores intrínsecos da biodiversidade são reduzidos a um valor monetário. Packer (2013b) também afirma que, desde a década de 1970, a sociedade tem lidado com a escassez de recursos pelo viés da economia, enquanto existem outras maneiras de solucionar esse problema. A economia lida por meio da privatização, a ciência pela tecnologia. “A conjugação destas duas correntes, privatização e aplicação tecnológica, esteve na base da chamada Revolução Verde, e agora está na base da Economia Verde” (PACKER, 2013b, p. 30). Para ela, não devemos adotar métricas ou valores para o meio ambiente que não contemplem a questão dos modos de vida e os saberes e fazeres das populações tradicionais.

Ela explica que a compartimentalização dos “serviços ecossistêmicos” em categorias, peca por perder a noção de unidade territorial, assim como o conhecimento tradicional. Apenas conservando um bem natural, são esquecidas todas as relações que estão em volta dele. Ainda, a autora entende que os contratos são instrumentos

questionáveis por definirem a “propriedade” sobre os bens comuns e territórios. Ela postula que, ao invés de serviços, seriam necessárias políticas que defendam os “Direitos dos Agricultores”. “Não se trata de serviços ambientais prestados, mas de direitos coletivos e de reprodução de modos de vida que acabam beneficiando a todos” (PACKER, 2013b, p. 36). Por isso, ela classifica o conceito de prestador de serviços como utilitarista.

Em suma, penso que o conceito de serviço ambiental não dá conta das nossas questões, tanto pela noção de serviço, que enfraquece a de direito, quanto pelo foco nos recursos e não nos modos de vida e de produção dos comuns. Também corremos o risco de substituir ou sobrepor políticas públicas que são resultado de demandas históricas do nosso campo. Temos que trabalhar com políticas sociais e agregar o valor do modo de produção associado ao uso sustentável às políticas que existem, através de preço justo, incentivos à comercialização etc. (PACKER, 2013b, p. 38).

A partir da visão monetária, enxerga-se a natureza por esse viés utilitarista, em que há a necessidade de que tudo exista a partir de uma razão prática. Ocorre também uma abordagem atomizada da preservação, segundo Shiva (2003), pois os objetivos comerciais não permitem que critérios ecológicos sejam considerados. A natureza torna-se uma mercadoria que gera biomercados, como os monopólios das patentes de plantas, os transgênicos, o mercado de carbono e os serviços ambientais. Dessa maneira, a diversidade é substituída pela uniformidade comercial. “Precisamos abandonar os dois mitos maiores do Ocidente moderno: a conquista da natureza-objeto pelo homem sujeito do universo, o falso infinito para o qual se lançavam o crescimento industrial, o desenvolvimento, o progresso” (MORIN; KERN, 2002, p. 92).

As reflexões que fizemos apresentam um panorama geral da questão do capitalismo verde e de um instrumento econômico específico, o PSA. Além dos contrapontos que apresentamos a essas duas questões, como a ideia de impossibilidade de mensuração do valor da natureza, por ela ter um valor intrínseco, também enfatizamos a necessidade de incorporarmos o paradigma da complexidade para a solução da crise planetária. A economia da suficiência pode somar-se à visão da alteridade e da cooperação para trilharmos um caminho rumo à verdadeira justiça socioambiental. No próximo capítulo, trazemos considerações a respeito da prática jornalística, do Jornalismo Ambiental e do jornalismo de referência.

## 4. JÁ-DITOS DO JORNALISMO

Na perspectiva da Análise do Discurso francesa, chamamos de interdiscurso os elementos que habitam o entorno da materialidade dos textos. Pelos motivos que trouxemos na abertura do capítulo três, também optamos por usar a expressão “já-ditos” como título desta seção, pois, de alguma forma, esperamos recuperar, nas próximas páginas, as teorias e ideias pertinentes à problemática desta dissertação, no que tange ao tema do jornalismo. As interpretações sobre o que é o jornalismo, qual o motivo das notícias serem como são, quais são os valores que orientam essa comunidade profissional, entre tantos outros elementos, reverberam no *corpus* discursivo desta pesquisa e tem destaque a seguir. Dentro do objetivo deste trabalho, que é compreender a construção dos discursos jornalísticos sobre pagamento por serviços ambientais (PSA) em jornais de referência do Brasil, também se considerou necessário trazer apontamentos sobre o conceito de jornal de referência, além de reflexões acerca das especificidades do Jornalismo Ambiental.

### 4.1 UM OLHAR SOBRE O JORNALISMO

Braga (2001) explica que, a partir da expansão dos grandes meios de comunicação social no século XX, ocorreu a problematização dos processos comunicativos e assim esses veículos foram vistos como objeto principal de estudo da área de comunicação. Uma das pesquisas marco são as de Claude Shannon e Warren Weaver, em 1948, que formularam a teoria matemática da comunicação/informação, centrando suas reflexões no processo de transmissão das informações, sem se preocupar com o contexto comunicacional e o conteúdo das mensagens. A comunicação, segundo essa perspectiva, seria a transmissão de informações, por meio do comunicador, passando por um transmissor, o canal, com interferência de um ruído, chegando a um receptor e por fim o destinatário (RÜDIGER, 2011). Traquina (2001) lembra que os estudos do jornalismo, muitas vezes, podem ser confundidos com os midiáticos de uma maneira geral. De fato, muitas pesquisas fundadoras das teorias da comunicação aconteceram com objetos empíricos do jornalismo, como os estudos de Lazarsfeld nos anos 1940.

A respeito do jornalismo, é possível abordar suas especificidades sob muitos vieses, alguns com mais limitações teóricas que outros, mas todos evidenciando o processo de desenvolvimento e avanço dos estudos na área. Da teoria do espelho, a qual defende que os relatos jornalísticos podem refletir a realidade com objetividade, à teoria construcionista, que enxerga a notícia como um produto de uma rede de relações sociais, as reflexões sobre o campo jornalístico foram se constituindo e transformando. A teoria organizacional mostra a importância de se pensar os constrangimentos que as empresas jornalísticas exercem sobre seus empregados. Os estudos sobre os valores-notícia evidenciam as características que determinam a seleção dos acontecimentos dignos de se tornarem públicos. As pesquisas também começaram a perceber a influência de outros campos na produção do jornalismo, principalmente o econômico e o político. Além dessas abordagens, teóricos se dedicam a reflexões sobre a cultura da comunidade profissional dos jornalistas, suas rotinas de trabalho e as relações entre jornalistas e suas fontes de informação.

Para esta dissertação, dentro de tantas abordagens sobre o jornalismo, destacamos as reflexões acerca do jornalismo como discurso, que trabalhamos no segundo capítulo, do papel do jornalismo como construtor social da realidade, do jornalismo como conhecimento e do Jornalismo Ambiental. Todas ao encontro do referencial teórico já abordado no segundo capítulo deste trabalho, por se proporem a trazer um olhar sistêmico à reflexão. Traquina (2001, p. 60-61) explica as notícias como construção social:

O filão de investigação que concebe as notícias como construção rejeita as notícias como espelho por diversas razões. [...] defende a posição de que a própria linguagem não pode funcionar como transmissora direta do significado inerente aos acontecimentos, porque a linguagem neutral é impossível. [...] é da opinião de que os mídia noticiosos estruturam inevitavelmente a sua representação dos acontecimentos, devido a diversos fatores incluindo os aspectos organizativos do trabalho jornalístico [...], as limitações orçamentais [...], a própria maneira como a rede noticiosa é colocada para responder à imprevisibilidade dos acontecimentos [...].

A notícia como construção social da realidade e o jornalismo como agente deste processo remete à discussão de um dos livros clássicos e de inspiração dessa percepção: a obra de Peter Berger e Thomas Luckmann (2009) intitulada *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. O livro aborda temas como: as relações que as pessoas possuem na vida cotidiana; como essas relações são dirigidas

pelos conhecimentos de cada um; e também de que forma elas constroem socialmente suas percepções de realidade.

Os autores trazem a ideia de que o mundo é composto por diversas realidades, no entanto, há uma predominante que é a da vida cotidiana. Nesta realidade, as atitudes pragmáticas são preponderantes, as pessoas vivem “aqui e agora”. Qualquer problema que fuja a essa realidade é facilmente reintegrado a ela e solucionado ou, quando diverge completamente, é visto como um grande choque. Essa realidade é estruturada espacial e temporalmente; o tempo tem total influência sobre a realidade de qualquer pessoa, pois é ele que ordena a vida dela e sua consciência.

Embora não seja abordado com ênfase o papel do jornalismo nesta obra, conforme aponta Meditsch (2010), é interessante lembrar como a produção jornalística dialoga com o cotidiano. Nesta perspectiva, o jornalismo não possui papel principal, contudo ainda é importante para a dinâmica social, atuando como um mediador da realidade cotidiana. Park (2008, p. 69), também teórico da sociologia do conhecimento, coloca que “a função da notícia é de orientar o homem e a sociedade num mundo real” e “à medida que ela consegue isto, a notícia tende a preservar a sanidade do indivíduo e a permanência na sociedade”.

Conforme Meditsch (2010), muitos estudos do jornalismo que se embasaram nesse conceito de construção social da realidade, enquadraram o jornalismo como um dos agentes principais neste processo. Segundo ele, quem relacionou esse conceito ao jornalismo pela primeira vez foi a estudiosa Gaye Tuchman. Meditsch (2010) explica que o jornalismo interfere na “conservação da realidade”, que já havia sido interiorizada pelos indivíduos, pela família ou escola. O jornal é “um dos índices do mundo real” (MEDITSCH, 2010, p. 22). Para essa reflexão ele enfatiza:

Ao se discutir a construção da realidade na perspectiva daqueles autores, deve ficar claro que, para eles o jornalismo pode ser incluído entre os autores que contribuem significativamente para essa construção – tanto para a realidade objetiva quanto para a realidade subjetiva, mas não como o ator único e nem mesmo como principal. (MEDITSCH, 2010, p. 22).

O jornalismo, nesse sentido, tem um papel na construção social da realidade, mas um papel coadjuvante. Embora os meios de comunicação busquem legitimidade como transmissores da realidade social, provavelmente, pela perspectiva de Berger e

Luckmann, podemos afirmar que possuem uma importância “terciária”, no que diz respeito ao processo de interiorização da realidade. Meditsch (2010, p. 28) afirma:

Em coerência com a teoria de Berger e Luckmann, o jornalismo só poderia ser visto como uma forma de socialização ainda mais tênue em termos de construção da realidade, talvez denominada adequadamente de ‘terciária’ se confrontada com os níveis anteriores. Teria o papel de ‘conservação’ e de ‘atualização’ das realidades internalizadas nas socializações primária e secundária, no mesmo sentido em que os autores falam da função da conversa na vida cotidiana.

A reflexão sobre os graus de intensidade que os atores sociais possuem na construção social da realidade mostra que o cotidiano é uma rede de conexões onde existem elos mais fracos e elos mais fortes para cada indivíduo. Por isso, o olhar atento e humilde é necessário para qualquer estudo do jornalismo. Berger e Luckmann (2009) ainda destacam em suas reflexões que a intensidade de maior grau, nas relações do cotidiano, está na interação face a face. O contato direto de uma pessoa com outra permite a elas o conhecimento da individualidade alheia e ainda o autoconhecimento, pois, por meio desse encontro o homem pode expor e escutar sua própria subjetividade. Para eles, é através da linguagem que a vida cotidiana adquire significação, objetiva experiências vividas e permite conhecer o acervo social de conhecimento da sociedade.

Nesse último aspecto, o jornalismo também é um agente que propõe um conhecimento específico. Ele produz conhecimentos em um processo de mediação dos campos sociais, no tempo presente e no cotidiano. Conforme aponta Park (2008), a notícia, nessa lógica, é um produto perecível, transitório e efêmero, por isso acaba por se interessar por fatos pontuais e não sua rede de explicações e conexões, embora ela tenha também a capacidade de orientar os indivíduos no mundo real e esteja situada em um contexto. Para entender o conhecimento que a prática jornalística produz e reproduz, Meditsch (2002) lembra as diferenças entre o conhecimento científico e o conhecimento cotidiano. Segundo o autor, o conhecimento produzido pelo jornalismo estaria entre os dois. “Por um lado, o Jornalismo como forma de conhecimento é capaz de revelar aspectos da realidade que escapam à metodologia das ciências [...], por outro, é incapaz de explicar por si mesmo a realidade que se propõe a revelar” (MEDITSCH, 2002, p. 9). Meditsch (2010) explica que o texto do jornalismo, em comparação à ciência, ainda consegue ter uma visão mais holística e sintética, características que dificultam a sistematização.

E se a ciência em particular (e a vida acadêmica em geral) se afirma em oposição ao senso comum, isso talvez explique a dificuldade que tem para compreender a natureza do jornalismo. Entender o senso comum é fundamental para compreender os processos cognitivos envolvidos na comunicação jornalística e a participação do jornalismo na produção dos acontecimentos e, conseqüentemente, na construção da realidade. (MEDITSCH, 2010, p. 36).

O autor destaca que todo o conhecimento produzido pelo jornalismo está inserido dentro de um contexto histórico e cultural, relacionando-se com diversos sujeitos. Além disso, como já exposto pela teoria construcionista e a Análise do Discurso, existem inúmeros fatores internos e externos que determinam a construção social das notícias e seu discurso. Rememorando questões já abordadas no capítulo segundo desta dissertação, o produto jornalístico apresenta-se em um discurso que silencia suas condições de produção e mostra uma perspectiva de um acontecimento que pode ser interpretado como “único”.

A notícia é apresentada ao público como sendo a realidade e, mesmo que o público perceba que se trata apenas de uma versão da realidade, dificilmente terá acesso aos critérios de decisão que orientaram a equipe de jornalistas para construí-la, e muito menos ao que foi relegado e omitido por estes critérios, profissionais ou não. (MEDITSCH, 2002, p. 10)

O jornalismo como forma de conhecimento possui suas particularidades e não almeja status de ciência. Essa perspectiva se consolida com estudos de diversas áreas como a da Sociologia e da Teoria do Discurso. Na dinâmica de construção social da realidade, o jornalista oferece conhecimentos aos indivíduos, produzindo-os e reproduzindo-os, por isso Meditsch (2002) enfatiza a importância de um controle social e uma avaliação continuada das práticas do campo. “A questão do conhecimento que o jornalismo produz e reproduz e de seus efeitos pode ser demasiado estratégica para a vida de uma sociedade para ser controlada exclusivamente pelos jornalistas como grupo profissional ou pelas organizações onde trabalham.” (MEDITSCH, 2002, p. 12)

A questão de uma avaliação acerca dos produtos jornalísticos leva-nos a reflexões sobre a qualidade da prática jornalística. Qual o jornalismo que vem sendo construído atualmente? Quais seus desafios e obstáculos? Por mais que seu papel na percepção da realidade não seja o principal, que papel é esse? Seus profissionais e as empresas estão atentos a critérios éticos? Entendemos que o olhar crítico que Meditsch (2002) propõe pode ser desempenhado pela academia, por meio de estudos como o que estamos

realizando, os quais demarcam a vocação do jornalismo em promover pautas de interesse público e mostram alternativas para o enquadramento dos acontecimentos.

Com bases no dever ser do jornalismo, os profissionais do campo trabalham ancorados no principal capital que possuem diante da sociedade: a credibilidade (BERGER, 2003). Esse capital, aliado às técnicas jornalísticas de escrita e produção, promove legitimidade e sentidos de “efeitos de verdade” aos acontecimentos relatados pelos jornalistas. O vínculo que esses profissionais estabelecem com suas audiências traz, além desse capital, também o da confiança, conforme aponta Franciscato (2008, p. 172):

Essa legitimidade social que a instituição jornalística conquistou para realizar um relato fiel das ocorrências cotidianas torna-se um alicerce ao mesmo tempo essencial e instável, pois é cotidianamente colocada em questão quando, a cada edição do jornal ou veiculação de programa telejornalístico, o indivíduo, ao exercitar a sua condição de cidadão ou de mero consumidor opta por renovar este vínculo.

Dentro da perspectiva da credibilidade, também está aliada à noção de objetividade. Rosen (2003) afirma que uma das percepções para a entender seria como um acordo entre jornalistas e empresas. A empresa, ao dar espaço para a prática jornalística imparcial, espera o silenciamento da subjetividade de seus empregados. O jornalista, dessa forma, tem independência para abordar os acontecimentos com "objetividade". Mas que independência seria essa? Na prática, segundo o autor, esse acordo de liberdade para a atuação do jornalista, muitas vezes, é maculado por pressões econômicas da empresa jornalística, pois ela procura atender os interesses de lucro que lhe são próprios.

Embora as forças de mercado pressionem o jornalismo de forma a afastá-lo do interesse público, uma das perspectivas que podemos destacar como alternativa é a do jornalismo cívico que procura ser propulsor da cidadania de forma local. Conforme Neveu (2006), essa corrente do jornalismo trabalha com questões pertinentes ao público das comunidades, a fim de esclarecê-las e mostrar soluções para o fomento da democracia. Rosen (2003) salienta que um dos papéis dos jornalistas é o de reaproximar as comunidades da vida pública, de forma a promover o exercício da cidadania. Para isso, o jornalismo precisa acrescentar aos seus produtos: contexto, perspectiva e interpretação. “A objetividade é uma filosofia muito má e impraticável para essa tarefa de reaproximar os cidadãos da política e da vida pública. Este é para mim um dos grandes desafios com



que se deparam os jornalistas neste momento” (ROSEN, 2003, p. 82). Assim, dentro da noção de credibilidade jornalística, poderia ser acrescentado o jornalismo interessado, o jornalismo que se importa e que faz a democracia acontecer. Rosen (2003) define muitas formas de perceber esse horizonte jornalístico da “objetividade”.

Uma [...] forma de conceber a objetividade é como expressão de um ideal muito nobre e necessário numa democracia. Esta é concepção de uma desinteressada – não de uma objetiva, mas de uma desinteressada – verdade. Isto é, expressa a esperança de que uma comunidade política possa concordar com alguns factos para que, produtivamente, possa discordar de outros. (ROSEN, 2003, p. 79).

Dornelles (2008) aborda a necessidade de consolidação de um estilo de jornalismo que não seja neutro e imparcial. Dessa maneira, ela também traz para reflexão o jornalismo cívico, que evidenciou um paradigma ativista para a profissão. As iniciativas mostram maneiras de congregar cidadãos à vida pública. Os jornalistas, assim, tornam-se parceiros para solucionar as problemáticas das comunidades. Com base na teoria do jornalismo cívico, a autora diz que:

[...] o perfil do novo jornalista seria o de estar aberto a ver a democracia como algo que temos de criar, de reinventar, de re-imaginar. Nesse sentido, não poderão, nem deverão ser neutros em relação às questões relativas à participação das pessoas na vida política, à existência de debate político alargado e sério, ao funcionamento do sistema político e outras temáticas inerentes à existência de uma democracia política. O profissional de jornalismo não poderá ser indiferente à qualidade das práticas democráticas. (DORNELLES, 2008, p. 54).

Embora haja alternativas como o jornalismo cívico, sabemos que o campo não está livre de pressões mercadológicas e políticas que se traduzem, muitas vezes, na precarização das redações, dos conteúdos publicados e dos pilares em que o jornalismo se consolidou, como a democracia. Há uma tensão entre a vocação do jornalismo para atender o interesse público e o objetivo da empresa jornalística que visa ao lucro. Na atualidade, conforme explica Traquina (2012), dois polos tendem a dominar a emergência do campo jornalístico contemporâneo: o polo econômico (a definição das notícias como um negócio) e o polo ideológico (a definição das notícias como um serviço público). O quadro configura um campo de pesquisa e atuação complexo, em que o jornalista, muitas vezes, não consegue efetivar seu trabalho atendendo aos dois vieses.

Neveu (2006) argumenta que pressões mercadológicas têm levado o jornalismo a buscar de forma contínua o aumento das audiências, tendo como consequência a perda da

qualidade dos produtos jornalísticos. Dentro da lógica do capital, muitas vezes, os jornalistas acabam por se tornar uma categoria frágil e desconectada de seus princípios deontológicos. Ainda, temas muito técnicos ou científicos, embora sejam de interesse público, acabam por não se tornarem pauta, pois necessitam de “muitas explicações”, fato que ocorre frequentemente com as pautas ambientais. A empresa jornalística é o lugar onde a tensão entre o mercado e a vocação do jornalismo se estabelece. É um ambiente de estruturas complexas e hierárquicas, regida por diversos atores: diretores de redação, secretários de redação, editores, editores comerciais, jornalistas, entre outros. Assim, a escrita jornalística, nesse contexto, conforme aponta Neveu (2006) molda-se segundo pressões e recursos sociais, muitas vezes usando de reducionismos e simplificações. Desse modo, “[...] a concepção do jornalismo e da imprensa como uma atividade econômica entre outras e a visão das audiências como coleções de consumidores constituem obstáculos à realização de uma missão democrática de jornalismo.” (NEVEU, 2006, p. 197).

Embora esteja sob pressões empresariais, políticas, entre outras, conforme aponta Traquina (2012), o papel do jornalismo continua sendo o de informar a sociedade sem censura. A existência desse horizonte é essencial mesmo que muitas vezes se torne distante. O jornalismo como construtor social da realidade, mesmo que não seja de forma protagonista, precisa repensar seu papel na sociedade, tendo em vista sua vocação para atender ao interesse público.

A seguir apresentaremos uma perspectiva para o jornalismo que busca trazer um paradigma transformador à profissão, que é a do Jornalismo Ambiental.

## **4.2 PERSPECTIVA AMBIENTAL PARA O JORNALISMO**

Dentro das reflexões sobre o jornalismo, também enxergamos a questão de pesquisa desta dissertação sob o prisma do Jornalismo Ambiental. Este olhar vai ao encontro do exposto, acrescentando que o jornalista e o campo jornalístico devem somar em seu fazer o pensamento sistêmico, o qual enxerga o conhecimento de forma integrada. As disciplinas não são circunscritas em fronteiras definidas, mas se permeiam e interagem em fluxos contínuos. O jornalismo então deve incorporar essa concepção sempre estando atento às redes de acontecimentos e conhecimentos. Girardi *et al.* (2012, p. 148)

compreendem o Jornalismo Ambiental como uma prática engajada, com concepções filosóficas e éticas:

O Jornalismo Ambiental, partindo de um tema específico (mas transversal), visa ser transformador, mobilizador e promotor de debate por meio de informações qualificadas e em prol de uma sustentabilidade plena. Para sua concretização é necessário buscar respaldo em olhares mais abrangentes, que possibilitem ver as conexões, superar a fragmentação reiterada. Fundem-se, desta forma, a natureza do jornalismo especializado com as demandas socioambientais que acabam por compor o horizonte de reflexão dos paradigmas emergentes.

Belmonte (2015, p. 72-73) também contribui para a construção de um conceito de Jornalismo Ambiental, definindo-o como:

[...] uma especialização temática da atividade jornalística consolidada no Brasil na última década do século XX, mas também é um compromisso com a promoção de uma qualidade de vida planetária e com a construção social de uma realidade mais justa e ecológica. Entre suas características estão: a contextualização socioambiental, a relação risco/limite, os processos longos, a incerteza científica e a complexidade técnica.

O aporte teórico do Jornalismo Ambiental faz a conexão entre a crise ambiental planetária e o campo jornalístico, sendo, dessa maneira fundamental a esta pesquisa. Esse viés reforça que o jornalista deve pensar os acontecimentos, as pautas e as suas produções com um olhar interligado e interdependente. Assim, essa perspectiva provoca um fazer além de análises superficiais sobre os acontecimentos, tendo como consequência a produção de matérias e reportagens aprofundadas sobre os temas ambientais. O Jornalismo Ambiental, na prática, permite construir a realidade social de forma complexa e dinâmica, contribuindo de maneira essencial para uma prática profissional que vise atender ao interesse público.

Conforme apontam Girardi, Loose e Camana (2015), no Brasil, a recorrência de teses e dissertações a respeito do jornalismo e da temática ambiental aumentou a partir da década de 2000. Essas pesquisas, que em sua maioria focaram na questão do produto jornalístico, abordaram temáticas como sustentabilidade, mudanças climáticas e aquecimento global, Amazônia, transgênicos, natureza e preservação. O trabalho das autoras evidenciou que as teses e dissertações não trouxeram de forma contundente a

diferenciação sobre jornalismo de meio ambiente, superficial e fragmentado, e o Jornalismo Ambiental, que traz o viés sistêmico<sup>27</sup>.

[...] o Jornalismo Ambiental, em nossa perspectiva, exige o cumprimento dos seguintes requisitos: apresentar uma visão sistêmica dos fatos; reconhecer a complexidade dos eventos ambientais que não podem ser reduzidos e formatos simplistas; contemplar a diversidade dos saberes e não ficar refém de fontes oficiais (que são importantes, mas não são as únicas); defender a biodiversidade e a vida em sua plenitude, o que significa deixar de ser imparcial; e assumir seu papel educativo, cidadão e transformador (GIRARDI, LOOSE, CAMANA, 2015, p. 377).

Mesmo com esta visão sendo discutida nos meios de atuação dos jornalistas e a emergência dos paradigmas da complexidade, ainda existem muitos passos a serem dados para a concretização dessa perspectiva. O jornalismo que se conhece hoje é constituído em padrões fragmentados. As editorias que categorizam temas não proporcionam suas integrações, fato que colabora para que haja abordagens pouco qualificadas sobre pautas ambientais. Além disso, a fragmentação não permite que o conhecimento produzido pelo jornalismo potencialize a construção de soluções para a crise planetária. Soluções essas que, acreditamos, só poderem ser vislumbradas, a partir do pensamento em rede.

Uma visão sistêmica da realidade permite ao jornalista uma produção mais qualificada dos temas que trata, sejam eles ambientais, culturais, sociais ou econômicos. Na verdade, todos eles estão conectados e devem ser vistos em rede. A visão dos veículos de comunicação, por outro lado, muitas vezes trata do meio ambiente de maneira limitada à exuberância da fauna e da flora (TRIGUEIRO, 2005). Crespo (2003, p. 66) diz que “independentemente da classe social, da escolaridade, da cor, do sexo e da religião, os brasileiros consideraram o meio ambiente como sinônimo de fauna e de flora”, evidenciando que ainda há muito para expandir na percepção do tema. Os acontecimentos têm aspectos econômicos, ambientais, sociais, culturais, históricos, biológicos e muitos outros. A percepção dessa rede que compõe a realidade vai de encontro ao pensamento cartesiano que foca suas análises na quantificação e nas partes, na fragmentação e não no todo (CAPRA, 2003).

O jornalismo também lida com o reducionismo, na medida em que sustenta por meio de critérios de noticiabilidade e de regras organizativas que fazem com que transpareça na matéria publicada, muitas vezes, uma visão mecanicista e cartesiana que simplifica e fragmenta partes de uma complexa

---

<sup>27</sup> Essa diferenciação é explicada pelo Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental da UFRGS/CNPq.

relação entre as partes e o todo num sistema em equilíbrio dinâmico capaz de se auto-organizar. (MASSIERER, 2011, p. 15).

Bueno (2008) afirma que o Jornalismo Ambiental tem três funções básicas: a informativa, a pedagógica e a política. A informativa aborda o direito e a necessidade do público de ter conhecimento de informações que tratam do tema ambiental. A função política seria a que fala da capacidade do Jornalismo Ambiental em promover a mobilização da população, incluindo a visão tradicional de que o jornalismo deve vigiar o poder público. Por fim, a função pedagógica aborda a especificidade do Jornalismo Ambiental em explicar e apontar caminhos para os desafios ambientais.

Os traços didáticos estão presentes na atividade ainda que muitos neguem. Devido aos públicos heterogêneos eles são imprescindíveis para que até os fatos complexos, mas muitas vezes corriqueiros, possam ser entendidos por uma grande parcela de pessoas, com variados repertórios culturais. Quando se trata de Jornalismo Ambiental a didatização dos conhecimentos é quase uma obrigação, tendo em vista a especificidade de termos e a minuciosidade dos eventos científicos, difíceis de serem compreendidos até por aqueles que tem por missão divulgar os aspectos de tal campo. (LOOSE; GIRARDI, 2012, p. 2).

O Jornalismo Ambiental também defende a ausência de imparcialidade na prática jornalística. Sabemos que, se o jornalismo constrói a realidade e ao mesmo tempo é construído por ela, e, dessa maneira, é impossível ser isento. Certamente nenhum campo do conhecimento é neutro, sendo até mesmo as ciências mais exatas perpassadas por interesses, principalmente econômicos e políticos. O jornalista ambiental, portanto, é um militante da vida, da conscientização da população e da luta contra desigualdades. Ou seja, o comprometimento deste profissional está no interesse público, do qual o jornalismo sempre esteve vinculado. Apesar disso, ainda as “mídias conservadoras e comunicadores desavisados tendem, muitas vezes, a ignorar as raízes do Jornalismo Ambiental, sua disposição irrecusável para a mobilização e para o despertar de consciências” (BUENO, 2007, p. 14).

Moraes (2015), em sua tese, destaca que os conteúdos que analisou a respeito da cobertura da Rio+20, nas revistas *Carta Capital*, *Veja*, *Época* e *Isto É*, trazem predominantemente um discurso focado no campo político e econômico, evidenciando que não há isenção ao se informar a sociedade. "A economia se mostrou a construção discursiva dominante, como motor fundamental e, muitas vezes, a única porta de entrada

ou saída para as soluções relacionadas à crise climática" (MORAES, 2015, p. 182). Esse viés deixa opaca a complexidade ambiental.

Dentro do pensamento sistêmico, o Jornalismo Ambiental admite que é preciso escutar diversas vozes para mostrar os acontecimentos de interesse público à sociedade. As vozes com diferentes perspectivas podem evidenciar aspectos, muitas vezes, pouco percebidos nos acontecimentos. Nesse sentido, torna-se importante ouvir tanto o cidadão comum, como as autoridades. É preciso fugir da legitimação oficial das fontes, sejam elas políticas ou econômicas, e buscar vozes alternativas. Girardi, Pedroso e Baumont (2011) realizaram uma pesquisa com o Caderno Ambiente do jornal Zero Hora evidenciando, entretanto, a extensa utilização de fontes oficiais. Conforme as autoras, apenas em treze textos apareceram fontes não oficiais, em um conjunto de 39 matérias analisadas.

Nós, os jornalistas ambientais, apesar do cenário ainda muito aquém do ideal, esperamos que em algum momento não haja mais necessidade de se ter essa nomenclatura. Todos os temas, estando conectados, não precisarão de "caixas" em que devam estar limitados e a "caixa" do jornalista ambiental e do Jornalismo Ambiental não será mais necessária. O conhecimento e a construção social da realidade serão efetivados de maneira integrada e circular, como um verdadeiro ecossistema. Porém, enquanto ainda não chegamos a esse estágio, cabe ressaltar as especificidades que devem ser trabalhadas neste campo de conhecimento, principalmente a necessidade do olhar sistêmico na construção das notícias.

Para a continuidade de nosso estudo, vamos tratar nas próximas páginas de mais um tema importante para a investigação: os jornais de referência.

### ***4.3 JORNALISMO DE REFERÊNCIA E JORNAIS PESQUISADOS***

Para estudar jornais de grande circulação de um país, como propomos nesta dissertação, é necessário falar sobre os sentidos que emergem das posições de prestígio desses veículos. Dessa forma, trazemos alguns apontamentos a respeito do conceito de jornalismo de referência, para uma maior compreensão das condições de produção dos materiais que analisaremos no próximo capítulo. Ainda consideramos pertinente trazer,

nesta seção, algumas características específicas dos jornais escolhidos para a realização desta pesquisa, pois são eles os jornais de referência sobre os quais iremos nos debruçar.

Zamin (2014), por meio de uma pesquisa de estado da arte sobre o termo jornalismo de referência, diz que essa expressão frequentemente é utilizada para justificar um recorte de um *corpus* de pesquisa. De fato, em nosso trabalho a delimitação é pertinente e recebe evidência no título da dissertação. Amaral (2004) explica que os jornais de referência são “os que têm prestígio, são hegemônicos e representam posições sociais e simbólicas privilegiadas no campo jornalístico” (AMARAL, 2004, p. 54). Essa é uma das principais justificativas para se trabalhar com esse tipo de veículo e também uma das quais nos apoiamos. Zamin (2014) explica que os jornais de referência têm as seguintes características:

[...] ter tradição, prestígio e credibilidade; servir de referência a outros jornais no próprio país; voltar-se para a política, a economia e os assuntos internacionais; ter como público um leitor competente do mundo público (as elites econômica e cultural), e possuir índices elevados de tiragem e circulação. (ZAMIN, 2014, p. 931).

Um dos recursos desse tipo de periódico é dar destaque a artigos de opinião em suas publicações, assim são mediadores simbólicos, oferecendo perspectivas sobre a realidade que podem respaldar o exercício da cidadania de suas audiências. Conforme Zamin (2014), eles também se constituem como uma instituição por dois motivos: institucionalizam os discursos que levam ao público, anulando os discursos silenciados; e, fazem parte da rede de agentes institucionais de uma sociedade.

Num sentido de continuidade histórica, são tradicionais e gozam de um prestígio consolidado. Encontram-se alinhados a posições ideológicas conservadoras e, para além de exercerem uma supremacia mercadológica, em termos de mercado publicitário, o são também em termos comunicacionais, enquanto referência informativa das elites. Constituem-se como instâncias mediadoras, dado que seus discursos se estabelecem em função e por interação com o poder político, a opinião pública e a intelectualidade. (ZAMIN, 2014, p. 936).

Ainda, Zamin (2012) postula que esses jornais tem um papel simbólico de mediar conflitos sociais, trazendo noções de ordem, em meio ao caos. Também podemos destacar, nos estudos sobre o jornalismo impresso, alguns aspectos trazidos por Neveu (2006):

Os semanários e a imprensa diária nacionais, se não empregam mais do que 13% dos jornalistas, constituem o centro inicial da prática jornalística e são os herdeiros de suas mitologias profissionais. Apesar da concorrência com o audiovisual, esse jornalismo conserva uma autoridade moral e uma legitimidade oferecidas ao mesmo tempo pela herança da história e pela natureza dos formatos da imprensa, cujo conteúdo permite dirigir a análise, na

qual os textos normatizantes do editorial ou das páginas de opinião permitem uma intervenção no debate público. (NEVEU, 2006, p. 57-58).

Pelo exposto, podemos evidenciar a importância dada a esses jornais também como potenciais propulsores da democracia, por meio dos debates que promovem e da legitimidade que evocam. Como aponta Neveu (2006), eles possuem uma mitologia e um imaginário a seu respeito. A sociedade os olha, em termos gerais, como um “redueto” do “bom jornalismo”. Eles são jornais dignos de serem lidos, dignos de consideração, por carregarem uma herança e uma história da prática profissional dos jornalistas. Essas percepções também habitam o interdiscurso do *corpus* discursivo que será analisado e tornam-se dignas de consideração.

Dados os sentidos e características que colocamos e que ressoam quando falamos de jornalismo de referência, investigar um tema ambiental nesses periódicos nos traz pistas importantes sobre a percepção da crise ambiental que vivenciamos e como ela ressoa socialmente. Nesse sentido, trazemos para a discussão algumas características dos jornais de referência nacionais que essa dissertação analisa: o jornal *Folha de S. Paulo*, o *Estado de S. Paulo* e *O Globo*. Esses jornais, dentro da perspectiva teórica abordada, também podem ser destacados como propulsores da construção social da realidade no Brasil (ainda que não como principal agente), tendo em vista que tem abrangência nacional. Esses três periódicos estão situados entre os quatro jornais de maior média de circulação do ano de 2014<sup>28</sup>, no país. Na classificação, o jornal *Folha de S. Paulo* está em primeiro lugar, com a circulação média (impressa e digital) de 351.745 exemplares. *O Globo* está em segundo, com 333.860, e o *Estado de S. Paulo* em quarto, com 237.901 exemplares<sup>29</sup>.

Para entender o lugar de fala desses jornais, buscamos, nos sites institucionais das empresas jornalísticas, informações básicas sobre os periódicos. Constatamos que a dicotomia entre interesse público e pressões econômicas apresenta-se nas trajetórias dos periódicos. A partir da década de 1980, pudemos perceber que eles se voltaram a um foco do mercado e da concorrência, por meio de maiores investimentos em parques gráficos e outras tecnologias.

---

<sup>28</sup> Dados do site da Associação Nacional de Jornais. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

<sup>29</sup> O terceiro lugar é do jornal Super Notícia, de Minas Gerais, com 318.067 exemplares.



O jornal *O Estado de S. Paulo* é o único jornal centenário que compõe esta pesquisa. Ele foi fundado no dia 4 de janeiro de 1875, com o nome A Província de São Paulo. Surgiu, primeiramente, com o fim de combater a monarquia e a escravidão. A linha da publicação naquele momento e, segundo o site do periódico<sup>30</sup>, até os dias atuais, é: “fazer da sua independência o apanágio de sua força”. Como já abordado, os jornais de referência evocam os princípios do jornalismo, como o da independência e o da imparcialidade. Neste caso, eles estão expostos na “linha mestra” que caracteriza o jornal, conforme destacamos.

*O Estado de S. Paulo* tem um histórico de posicionamento político, com militância em pautas como: a abolição da escravatura, a proclamação da República e o apoio aos aliados, durante a II Guerra Mundial. O que o situa também como um propulsor do debate público. Um dos destaques de sua história é que, no período da ditadura militar, na década de 1970, o jornal marcava os espaços dos textos censurados com publicações de trechos de *Os Lusíadas*, de Luís Vaz de Camões. Contudo, no final da década de 1980, segundo Moreira (2006), o Estadão perdeu o caráter editorial mais político, tendendo para uma linha editorial mais moderna.

O jornal também se encontra em um contexto empresarial complexo. Ele é controlado pela família Mesquita e faz parte do Grupo Estado que possui a Rádio Eldorado, a Agência Estado, a OESP Gráfica e a Rádio Estadão, o que indica a importância do aspecto mercadológico. Conforme o site do periódico, *O Estado* é ganhador de prêmios de influência e credibilidade (dois dos elementos fundamentais para a definição de um periódico de referência).

Atualmente, ele possui os seguintes cadernos e suplementos: Política, Internacional, Metrópole e Esportes, Economia & Negócios, Caderno2, Edição de Esportes, Viagem, Jornal do Carro, Paladar, Divirta-se, Aliás, Casa, Estadão PME, Estadão.edu, Planeta, Jornal do Carro Classificados, Empregos e Carreiras, Imóveis e Oportunidades. Outro fato que destacamos é que, em termos de editoria, esse periódico foi um dos pioneiros no jornalismo científico. Em 1917, Manequinho Lopes, botânico formado na Europa, escrevia a coluna *Assuntos Agrícolas*.

---

<sup>30</sup> Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 9 mai. 2015.

O jornal *O Globo*<sup>31</sup> foi lançado no dia 29 de julho de 1925, com o foco, em um primeiro momento, na cidade do Rio de Janeiro/RJ. Segundo Moreira (2006), a linha editorial do jornal é difícil de ser definida, por meio de informações trazidas pela própria empresa. Nesse sentido a autora, que também trabalhou com esses três jornais em sua dissertação de mestrado, trouxe dados de pesquisa realizada pela Justiça Federal para definir a linha editorial do periódico<sup>32</sup>. Por meio dessas informações, ela explica que *O Globo* se apresenta comprometido com a verdade e com o desejo do leitor (MOREIRA, 2006).

Segundo declaração do jornal, [...] entre os pontos básicos de sua linha editorial destacavam-se: defesa da sociedade justa, democrática e pluralista, com garantia de liberdade de expressão; defesa da economia de mercado, em que merecem igual respeito a livre iniciativa da empresa e os direitos do consumidor; condenação de toda forma de discriminação e preconceito social; disposição a apoiar em editoriais candidatos a cargos eletivos, sempre que a tomada de posição servir ao interesse público, preservando-se a isenção do noticiário; apoio a programas e ideias que se coadunem com os princípios do jornal, não se filiando, nem se associando, entretanto, a associações político-partidárias; abertura de espaço para o debate e o livre curso das ideias independentemente de sua linha editorial. (MOREIRA, 2006, p. 75).

As características expostas também evidenciam uma tendência aos princípios do jornalismo, como a defesa de uma sociedade democrática e pluralista, entretanto “isenção” e “independência” são explicitamente preteridas, tendo em vista o compromisso do jornal com uma economia de mercado. Talvez, se essas informações estivessem expostas de maneira acessível às audiências ainda seriam mais “honestas” do que apenas a defesa de uma pretensa imparcialidade.

Os cadernos, atualmente, presentes na publicação são: Primeiro Caderno, Segundo Caderno, Caderno de Esportes, Rio Show, Revista O GLOBO, Revista da TV, Prosa e Verso, Carro e Etc, Boa Viagem, Ela, Boa Chance e Morar Bem. O Grupo Globo, no qual está situado o jornal, é composto pela TV Globo, a Globo Filmes, a Globosat, a Som Livre, o Sistema Globo de Rádio, o ZAP (site de imóveis), os jornais Extra e Expresso, 16 revistas de temáticas variadas, serviços de provimento de internet para as empresas do

---

<sup>31</sup> Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 17 mai. 2015.

<sup>32</sup> A pesquisa foi realizada, em 1994, pelo Centro de Estudos Judiciários da Justiça Federal. (MOREIRA, 2006)

conglomerado e o Globo.com<sup>33</sup>. Podemos perceber também neste caso um contexto mercadológico bastante forte no qual o periódico de nossa pesquisa está inserido.

O jornal *Folha de S. Paulo*, por sua vez, foi criado na segunda metade do século XX. Os títulos que dariam origem ao periódico surgem em 1921, com a *Folha da Noite*, em 1925, com a *Folha da Manhã* e, em 1949, com a *Folha da Tarde*. Somente em 1960 é que o jornal *Folha de S. Paulo* entra em circulação. Um destaque trazido pelo site do jornal<sup>34</sup> foi que, em 1976, criou-se a editoria de “Tendências/Debates”, dando voz a formadores de opinião. A publicação dessa editoria mostra uma das características que evidenciamos como sendo de um jornal de referência, ou seja, trazer para o debate público assuntos de relevância. Artigos de opinião e editoriais são um meio de tornar isso possível. A década de 1980 é um marco para a definição das metas editoriais do periódico, em que se colocam: a informação correta, interpretações competentes e a pluralidade de opiniões como objetivos, características que também vão ao encontro do que definimos como um jornal de prestígio. Segundo o site desse jornal, atualmente “a Folha estabelece como premissa de sua linha editorial a busca por um jornalismo crítico, apartidário e pluralista”. (2016, documento eletrônico). Também, na década de 1980, a *Folha* criou o cargo de ombudsman, ou seja, um representante dos leitores dentro do jornal que publica semanalmente comentários críticos a respeito dos meios de comunicação e da *Folha*.

O jornal *Folha de S. Paulo* possui atualmente os cadernos: Poder, Mundo, Mercado, Cotidiano, Ciência + Saúde, Folha Corrida, Esporte e Ilustrada. O Grupo Folha, além da *Folha de S. Paulo*, controla o jornal *Agora*, *Valor Econômico* e *Alô Negócios*, também possui o UOL, a *Folha.com*, a gráfica *Plural*, o *Datafolha*, o *Publifolha*, a *Folhapress*, além de outros negócios. Ressaltamos, mais uma vez, que esses jornais de prestígio nacional estão situados em contextos marcadamente mercadológicos, pois pertencem a grandes conglomerados empresariais.

Em relação aos três jornais, podemos evidenciar pelo exposto a representatividade que possuem, fazendo parte de grandes grupos de mídia e tendo relevância nacional e internacional. Esses três periódicos são jornais de referência, portanto são instituições sociais que influenciam a opinião pública do país, fazem mediação de conflitos sociais, pautam meios de comunicação e formadores de opinião. Dessa maneira, acreditamos que

---

<sup>33</sup> Disponível em: <<http://grupoglobo.globo.com/>>. Acesso em: 8 mai. 2015.

<sup>34</sup> Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/>>. Acesso em: 9 mai. 2015.

os três jornais escolhidos são objetos importantes para entender o jornalismo atual e o jornalismo sobre meio ambiente/Jornalismo Ambiental<sup>35</sup>. Finalmente, a seguir, iremos apresentar a análise de nosso *corpus* discursivo.

---

<sup>35</sup> Conforme abordamos anteriormente, o jornalismo de meio ambiente trata das questões ambientais de forma fragmentada e superficial, enquanto que o Jornalismo Ambiental traz o viés sistêmico e as características que expusemos na seção 4.2 deste trabalho.

## 5. DISCURSO DA VALORAÇÃO DA VIDA

Com base nos conceitos da Análise do Discurso, do jornalismo e das discussões sobre a problemática ambiental, construímos esta investigação pela concepção fundamental de que a língua é opaca e que os sentidos podem sempre ser outros. As percepções teóricas trazidas nos capítulos anteriores atravessam as análises que se seguem nas páginas e também acionam outros referenciais. Essas leituras são administrações de sentidos realizadas pela posição sujeito das autoras, situadas no lugar de pesquisadoras do Jornalismo Ambiental. A seguir, vamos percorrer os caminhos de análise que se desenharam de forma gradual. Primeiro passamos pelo recorte de nosso objeto empírico. Após, fizemos uma análise geral de dados quantitativos, para então entrarmos na Análise do Discurso propriamente dita.

### 5.1 DELIMITANDO A ANÁLISE

Antes de entrarmos no processo de análise, é importante relembrar o objetivo geral e os objetivos específicos deste trabalho. Temos como objetivo geral *compreender a construção dos discursos jornalísticos sobre Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), nos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo*. Para operacionalizá-lo, trazemos como objetivos específicos: apontar quais os sentidos sobre PSA circulam nos jornais *Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo e Globo*; destacar perspectivas acionadas nos discursos sobre PSA, nesses três jornais; e mapear marcas discursivas que apontem contradições e/ou congruências do discurso sobre PSA com as noções da economia verde, nesses três jornais.

A fim de atingir esses objetivos, pesquisamos, nos acervos eletrônicos dos periódicos em suas edições impressas, os seguintes termos: serviço(s) ambiental(is) e serviço(s) ecossistêmico(s). Consideramos todas as aparições desde a primeira até a última do ano de 2013<sup>36</sup>. Após a coleta do material, aplicamos um primeiro filtro em que foram excluídos os textos não jornalísticos com aparições dos termos, como avisos de

---

<sup>36</sup> O projeto desta dissertação foi escrito no ano de 2013. No ano de 2014, o material empírico foi coletado, para que nos semestres seguintes fosse realizada a análise.

editais e licitações governamentais. A próxima etapa foi um filtro em que excluímos os textos que traziam as expressões pesquisadas como parte de nomes próprios, por exemplo, nome de empresas e eventos.

Consideramos apropriado aplicar, ainda, mais um filtro para a delimitação do *corpus*, excluindo os textos do gênero jornalístico opinativo, embora tenhamos a compreensão de sua relevância. Conforme Costa (2010), é possível definir alguns gêneros jornalísticos, principalmente o informativo e o opinativo. O primeiro engloba relatos informativos sobre os acontecimentos, como notas, notícias e reportagens. O último traz textos como o editorial, o comentário, o artigo, a resenha, a coluna e a caricatura. Dentro do gênero informativo, optamos por analisar as reportagens e notícias, excluindo as entrevistas e as notas, que, conforme Costa (2010) relatam acontecimentos que estão se configurando, antecipando possíveis notícias e sendo um material de menor relevância. A notícia, por outro lado, é entendida como um relato de um acontecimento relevante que já ocorreu na sociedade, enquanto que a reportagem como um relato de ampliação da notícia, mostrando consequências deste acontecimento (COSTA, 2010).<sup>37</sup> Também foram excluídas notícias que traziam os termos pesquisados somente em infográficos que as acompanhavam, pois, o foco desta dissertação é o texto das matérias, estritamente.

Nesse sentido, foram determinadas 159 notícias e reportagens para coleta das sequências discursivas que compõem o *corpus* discursivo desta dissertação: 39 no jornal *Folha de S. Paulo* (com a primeira aparição em 1997); 83 em *O Estado de S. Paulo* (com a primeira aparição em 2001); e 37 no jornal *O Globo* (com a primeira aparição em 2002).

---

<sup>37</sup> No Apêndice D, é possível verificar a distribuição da maioria dos tipos de textos jornalísticos encontrados, por ano de publicação e jornal.

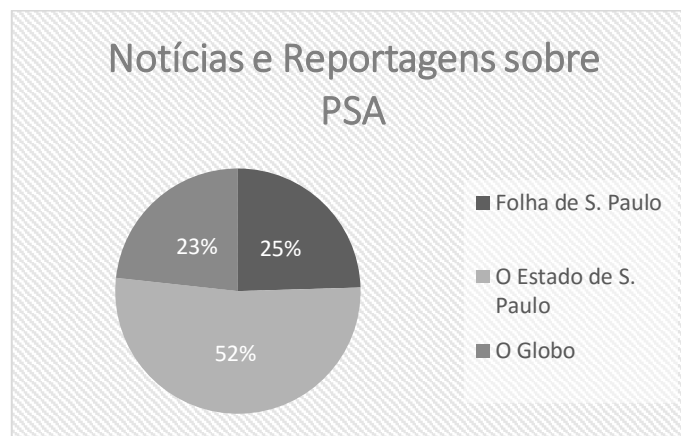


Gráfico 1- Porcentagem de distribuição de notícias e reportagens entre os três jornais pesquisados. Fonte: Elaboração da autora.

Por meio do recorte do objeto empírico, pudemos chegar ao nosso objeto analítico. Seleccionamos as sequências discursivas (SDs)<sup>38</sup> a partir de nosso objetivo geral e temática da dissertação, embora outras questões pertinentes tenham sido vislumbradas nas notícias, como a problemática da mudança do código florestal brasileiro, o período eleitoral em que Marina Silva concorreu à presidência, o desmatamento da Amazônia, as mudanças climáticas, biodiversidade, entre outros. Esses temas fazem parte do interdiscurso do discurso do PSA, habitam os dizeres, têm relação, mas não são o foco de nossa pesquisa. As SDs que demonstraram uma tentativa de explicar o que é o PSA e do que ele se constitui foram selecionadas para constituir o *corpus* desta investigação.

<sup>38</sup> As sequências discursivas (SD) são extrações textuais do material da análise, realizadas a partir do foco analítico do pesquisador. Em nosso caso, a materialidade discursiva são as notícias e reportagens com os termos serviço(s) ambiental(is) e serviço(s) ecossistêmico(s), nos jornais da investigação.

Também observamos a delimitação de Ernst-Pereira e Mutti (2011) de três caminhos pelos quais é possível iniciar uma Análise do Discurso: pela falta, excesso ou estranhamento, conforme já explicado no segundo capítulo desta dissertação. Com todas essas percepções, selecionamos 361 sequências discursivas<sup>39</sup>. Com base nos conceitos da AD, o caminho que procuramos percorrer para vislumbrarmos o processo discursivo do PSA, nos jornais selecionados, pode ser visto no diagrama abaixo.

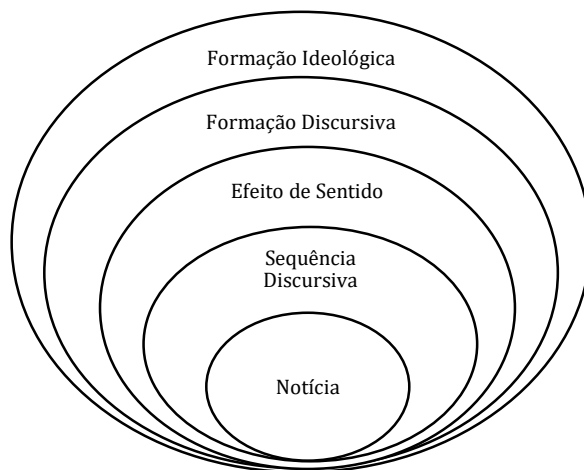


Figura 1 – Diagrama do caminho da análise. Fonte: Elaboração da autora.

Toda a análise discursiva, a partir dos pressupostos teóricos de Michel Pêcheux, parte de uma análise das condições de produção dos discursos. Nos capítulos anteriores desta dissertação, trouxemos alguns dos elementos que compõem esse cenário, como a crise ambiental que nos provoca reflexões sobre a conexão planetária que os seres humanos possuem com o meio ambiente. Também o sistema econômico que procura maneiras para sua manutenção, de forma a preservar os lucros e conservar o meio ambiente. Neste contexto, dentro de um papel de produtor de conhecimento e construtor da realidade, o jornalismo oferece propostas de interpretação dos acontecimentos. Olhares diferenciados dessa prática, como o do Jornalismo Ambiental, mostram que alguns valores como a objetividade e a imparcialidade precisam ser problematizados a fim de que o jornalismo se torne um porta-voz da vida.

Além dessa análise das condições de produção, também destacamos qual seria o sujeito do discurso: o jornalista. Podemos fazer algumas considerações gerais sobre os aspectos que delimitam esse profissional. Segundo Mick, Bergamo e Lima (2012) autores

<sup>39</sup> Os Apêndices A, B e C contêm os textos por data, título, editoria e as sequências discursivas correspondentes de cada jornal.



de um estudo<sup>40</sup> realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em convênio com a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), em 2012, os profissionais do jornalismo eram majoritariamente mulheres com até 30 anos e 90% tinham diploma de jornalismo. Além disso, optando por um segmento político, durante a pesquisa, a metade considerava-se de esquerda. Destacamos também que, aproximadamente, um em cada três jornalistas tinha alguma participação em organizações ou movimentos sociais, embora aqueles que atuavam, na época, especificadamente em mídias eram minoria nesse aspecto. Outro dado relevante nesse perfil é que aproximadamente três quartos dos jornalistas eram a favor da criação de um órgão de autorregulamentação da profissão.

Neveu (2006, p. 37) afirma que “ser jornalista é ser o ‘mediador’ que deixa visível a vida social, o ‘pedagogo’ e o ‘organizador’ que põe clareza no caos dos acontecimentos”. O jornalista é um trabalhador que produz além da notícia, também ideias e valores que explicam a sociedade (BERGER, 2003).

Não iremos nos estender nessas reflexões, pois já nos dedicamos a elas no quarto capítulo deste trabalho, contudo é importante destacar, para a análise, a posição-sujeito que chamamos de “jornalista”, que é um empregado assalariado, com críticas a respeito do seu trabalho (tendo em vista que a maioria apoia um órgão de autorregulamentação), permeado por valores culturais de sua própria profissão e que é colocado em uma posição de prestígio, ao atuar em jornais de referência. Essa posição-sujeito jornalista pode inscrever-se em uma Formação Discursiva *x* ou *y*, ou até mesmo em uma mistura das duas. Entendemos que ele circula por posições-sujeito diversas e heterogêneas.

## **5.2 OLHAR CONTEXTUAL**

Com o objetivo de traçar as características contextuais a respeito das notícias e reportagens de nossa pesquisa, consideramos pertinente, devido ao extenso número de textos selecionados, trazer algumas reflexões sobre dados gerais desse *corpus*. Também

---

<sup>40</sup> A pesquisa “Perfil do jornalista brasileiro” foi realizada no ano de 2012 e entrevistou 2.731 profissionais, com margem de erro de 2% e intervalo de confiança de 95%. Disponível em: <<http://perfildojornalista.ufsc.br/files/2013/04/Perfil-do-jornalista-brasileiro-Sintese.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2016.

consideramos relevante essa etapa, pois colabora para a caracterização do interdiscurso dos textos analisados e de suas condições de produção.

Nesse sentido, produzimos alguns conteúdos de caráter mais quantitativo que foram foco de uma análise de caráter livre, em que acionamos alguns conceitos da Análise do Discurso. Entre os conteúdos, estão as nuvens de palavras realizadas com os títulos das matérias analisadas<sup>41</sup>, que podem ser visualizadas nas próximas páginas. Foram geradas três “nuvens”, uma para cada jornal, de modo a não perder as especificidades de cada um desses periódicos de referência, no que diz respeito à temática das notícias e reportagens. A nuvem de palavras é uma ferramenta que ajuda a perceber o contexto no qual o jornal está inserido, no sentido de enfoques e perspectivas para abordar os acontecimentos, o que também vai colaborar para responder o nosso objetivo específico: “destacar perspectivas acionadas nos discursos sobre PSA, nesses três jornais”.

Também produzimos gráficos que mostram o número de notícias que utilizaram os termos serviço(s) ambiental(is) e serviço(s) ecossistêmicos(s), por ano, em cada jornal. Esse material nos mostra o período em que o tema foi mais presente no periódico, além de evidenciar o ano em que houve a publicação da primeira notícia/reportagem sobre nossa temática de estudo, no jornal em questão. Apresentaremos esses materiais de forma sequencial à medida que encerrarmos a discussão de um periódico, abriremos a discussão do jornal seguinte. Abaixo é possível visualizar a nuvem de palavras e o gráfico do jornal *O Globo*.

---

<sup>41</sup> Excluímos desses títulos: as preposições, os artigos e o pronome relativo “que”.



Figura 2 – Nuvem de palavras 1 – Realizada, por meio do software online Tagul, a partir dos títulos das notícias e reportagens selecionadas para a análise no jornal *O Globo*. Fonte: Elaboração da autora.



Gráfico 2 – Ocorrência de Notícias 1 – Número de aparições de notícias e reportagens, por ano, que utilizaram os termos serviço(s) ambiental(is) e serviço(s) ecossistêmico(s), no jornal *O Globo*. Fonte: Elaboração da autora.

Fazendo uma análise a respeito da nuvem de palavras do jornal *O Globo*, destacamos o ranking de termos mais utilizados nos títulos das notícias e reportagens no periódico. Nos 37 textos, temos as seguintes palavras e o número de inserções: “Rio” oito inserções, “Amazônia” com quatro, “preservação” com quatro, “20” com três e “clima” com três. Essas palavras se referem aos seguintes títulos, em ordem cronológica: **Amazônia** sob a ameaça de virar um cerrado (28/07/2004); Para Stiglitz, Brasil tem de cobrar compensação por manter **Amazônia** (08/04/2006); Vigília pela **Amazônia** (14/05/2009); Conta do **clima** é de R\$99,9 bi (06/11/2009); **Clima** de palanque em Copenhague (18/11/2009); Extinção entre o mar e **rio** (14/04/2010); **Preservação** ameaçada (18/01/2011); No **Rio**, agricultores receberão para preservar (15/02/2011); A **preservação** como renda (05/07/2011); Deputados apresentam proposta para **Rio +20** (12/10/2011); **Preservação** de papel (31/01/2012); Negociadores da **Rio +20** ganham prazo extra para chegarem em acordo (08/05/2012); **Rio +20** deve aprovar obrigação aos países (11/05/2012); Desafio do **Rio** é acordo climático global (22/05/2012); **Rio Clima** quer novo PIB e fim de subsídio a petróleo (18/06/2012); Desafios da **preservação** (12/03/2013); e **Rio** emite, **Amazônia** compensa (26/03/2013).

O jornal *O Globo* teve sua primeira matéria publicada sobre serviços ambientais ou serviços ecossistêmicos no dia 24 de fevereiro de 2002, fato que evidencia que o tema é muito recente no periódico. Da mesma forma, as matérias que destacamos acima também são de um período muito próximo da atualidade, sendo a maioria publicada entre os anos de 2009 e 2013.

Embora seja um periódico nacional com influência em outros veículos do conglomerado em que está inserido, conforme evidenciado no capítulo anterior, o jornal *O Globo* também é pautado de maneira contundente dentro das temáticas e fatos que têm relação com a cidade do Rio de Janeiro e do Estado. Possivelmente por isso, podemos perceber o destaque da palavra “Rio” na Figura 2. Essa palavra é utilizada apenas uma vez no sentido de “curso de água”, sendo, nas demais vezes, empregada como um substantivo próprio (como o Estado, município e eventos relacionados ao lugar geográfico). Também é possível perceber a evidência dada pelo jornal à conferência Rio +20, que a capital do estado do Rio de Janeiro sediou, lembrando que “20” foi uma das palavras de maior destaque nos títulos.

Outra palavra sobressalente foi “Amazônia”, evidenciando o foco de produção de textos jornalísticos sobre a maior floresta do Brasil, que caracteriza o bioma amazônico. Em contrapartida, a Mata Atlântica, bioma em que o Rio de Janeiro está situado, não é destaque de quase nenhuma matéria do jornal *O Globo*<sup>42</sup>. A partir da Análise do Discurso, que nos coloca a existência dos não-ditos no discurso, além dos já-ditos, podemos, também, analisar a materialidade discursiva a partir daquilo que ela não diz. A predominância da Amazônia e a praticamente ausência da Mata Atlântica mostra-nos um discurso silenciado e até contraditório já que o Rio de Janeiro está situado no bioma de Mata Atlântica. Esse dado evidencia um tipo de silenciamento por parte da produção jornalística do periódico e a perspectiva que ele dá aos temas ambientais. Até onde é permitido falar das florestas do Sudeste que coabitam com as grandes metrópoles do Brasil? Quais seriam os motivos? Interesses econômicos, desconexão com a realidade local? Embora não seja pauta frequente no jornal, se o pouco que resta da Mata Atlântica for devastado, as maiores metrópoles do sudeste brasileiro ficam insustentáveis, inclusive o Rio de Janeiro.

Seguindo nossa análise que tem como base a Figura 2, temos ainda “preservação” como uma das palavras mais utilizadas nos títulos das notícias e reportagens de *O Globo*. Essa marca lexical remete-nos às discussões surgidas no século XIX, nos Estados Unidos, sobre a questão da conservação e da preservação ambiental. Já naquela época, como explicamos no terceiro capítulo desta dissertação, configurou-se uma dicotomia entre uma corrente de pensamento que defendia o conservacionismo e outra o preservacionismo. Os dois pontos de vista com eco até os dias atuais defendem perspectivas diferenciadas. Conforme explica Diegues (2000), o movimento conservacionista embasou as noções do que se chamaria “desenvolvimento sustentável”, na segunda metade do século XX. Essa visão trazia uma concepção mais utilitarista a respeito dos bens naturais, abordando a importância de questões como o manejo florestal e o mercado. Por outro lado, os preservacionistas, enxergavam a natureza de forma mais pura, evocando o sentido do sagrado para falar de meio ambiente e, dessa maneira, tinham sintonia com a corrente teórica da ecologia profunda. É interessante observar que por mais que tenham raízes históricas e ideológicas diferenciadas, muitas vezes as palavras

---

<sup>42</sup> É possível visualizar esse dado nos apêndices desta dissertação, em que estão listadas todas as matérias analisadas. Destaca-se apenas a matéria “O ar condicionado das cidades” de 5 de junho de 2008.

“conservação” e “preservação” são utilizadas como sinônimos. Por exemplo, na notícia “A preservação como renda”, podemos destacar a seguinte sequência discursiva:

SD298: A lógica é trocar, sem prejuízo econômico, uma atividade degradante ao meio ambiente – no caso de Rio Claro, a pecuária de baixa eficiência – pela **conservação**<sup>43</sup> ambiental.

O título da matéria traz a palavra preservação, mas em seu interior cita “conservação”, abordando a temática a partir do viés econômico. Fala-se em não se ter prejuízo econômico, como se não pudesse existir outros tipos de prejuízo. Caso houvesse prejuízo econômico, essa conservação ainda valeria a pena? Esses sentidos vão ao oposto do que seria o entendimento do valor intrínseco da natureza, no qual historicamente o sentido de “preservação” está situado. Ainda, na notícia “Preservação de papel”, temos a SD que segue:

SD316: Para Borges, a **preservação** das florestas é um forte instrumento de combate ao aquecimento global, pelo sequestro de carbono, e, também, de inclusão social, pela possibilidade de **geração de renda pela venda de serviços ambientais**.

Neste caso, também destacamos os sentidos de “troca econômica” e “geração de renda”. Entendemos como situados em um viés mais sintonizado ao conservacionismo, em que o desenvolvimento econômico procura estar alinhado à questão ambiental. Nesta última SD, também ecoam sentidos evocados por estudos da Organização das Nações Unidas que defendem a conservação dos ecossistemas, por meio da utilização de instrumentos econômicos. Em 2008 e 2010, pelo TEEB e, mais tarde, pelo relatório “Rumo a uma economia verde”, em 2011, a ONU enfatizou a necessidade de uma gestão dos bens ambientais aliada ao sistema econômico vigente, tendo como objetivo evitar a degradação ambiental e reduzir a pobreza.

A última palavra de destaque é a marca lexical “clima”. Ela, por sua vez, em suas três aparições em títulos de notícias e reportagens no jornal *O Globo*, possui sentidos diversos. Temos clima como cenário ou situação, caracterizando um momento de “palanque”. Também como substantivo, quando nomeia o evento “Rio Clima”, e apenas uma vez clima relacionado à questão atmosférica. Na matéria, “Rio Clima quer novo PIB e fim de subsídio a petróleo” é interessante observar mais uma vez a congruência com a

---

<sup>43</sup> Neste trabalho, quando destacamos em negrito alguma palavra ou expressão em uma SD é para enfatizar o sentido no qual estamos debruçando nossa análise.

definição de economia verde divulgada pela ONU, que aponta a necessidade de redução de incentivo aos combustíveis fósseis. A notícia traz de forma explícita uma das recomendações dos relatórios da ONU sobre ecossistemas e degradação ambiental, que é a necessidade do fim dos subsídios a esse tipo de energia. Além disso, também a necessidade de definição de novas métricas econômicas que incorporem a questão do desenvolvimento sustentável. O PIB da forma como é entendido na atualidade não é uma medida apropriada para o avanço da economia verde, pois não incorpora as externalidades ambientais do sistema de consumo humano. Abaixo uma sequência discursiva retirada do texto que torna mais claro o exposto:

SD328: Entre as propostas, que têm por objetivo manter o aquecimento da Terra em até dois graus Celsius no próximo século, destacam-se o **fim dos subsídios aos combustíveis fósseis**, considerados os grandes vilões do planeta, e a mudança no cálculo do Produto Interno Bruto (PIB), que deveria incluir variáveis sustentáveis.

Passando para a análise do “Gráfico 2”, podemos observar que o ano em que houve maior publicação de notícias e reportagens com recorrência dos termos pesquisados, foi o de 2011. Nesse ano, ocorreram discussões preparatórias para a Rio+20 e debate sobre o Código Florestal Brasileiro, que se materializaram em matérias específicas. Consideramos esses temas como parte de um cenário amplo de discussão ambiental que teve como consequência o despertar do interesse jornalístico por outras coberturas da pauta socioambiental (conforme destacamos acima, com a listagem de matérias). É interessante observar que só a partir de 2008 os termos pesquisados possuíram uma frequência de inserção em todos os anos subsequentes. Destacamos que justamente em 2008 foi publicado o primeiro estudo de *A Economia dos Ecossistemas e Biodiversidade* (TEEB, sigla em inglês), já explorado no capítulo três desta dissertação. Embora, no jornal, não haja reportagens sobre o relatório no ano de 2008, em uma perspectiva da Análise do Discurso podemos argumentar que os dizeres evocados por esse estudo de certa forma obtiveram eco na produção jornalística de referência. Afinal, foi um importante documento da ONU com propostas a respeito da valorização econômica da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos.

Após essa breve análise sobre um contexto geral das notícias e reportagens com temáticas mais recorrentes no jornal *O Globo* e também a frequência que os termos serviço(s) ambienta(is) e serviço(s) ecossistêmico(s) apareceram no periódico, vamos

analisar a seguir alguns dados a respeito do jornal *Folha de S. Paulo*. Para isso, também trazemos a nuvem de palavras do jornal:



Figura 3 – Nuvem de palavras 2 - Realizada, por meio do software online Tagul, a partir dos títulos das notícias e reportagens selecionadas para a análise no jornal *Folha de S. Paulo*. Fonte: Elaboração da autora.

Por meio da nuvem de palavras elaborada com os títulos das notícias e reportagens do jornal *Folha de S. Paulo*, é possível notar um ranking de termos mais utilizados nas 39 matérias analisadas: “floresta” com dez aparições, “Amazônia” com seis, “quer” com quatro, “pode” com três, “SP” com três e “governo” com três. Essas marcas lexicais referem-se aos seguintes títulos, em ordem cronológica: Seca ameaça **Amazônia**, diz cientista (22/09/1999); Humanizar a **Amazônia** (03/10/1999); Preservação **pode** ser excelente negócio (09/08/2002); Radiografia do globo inclui cinturão de **SP** (29/01/2003); Queimadas na **Amazônia** prejudicam agropecuária (27/07/2004); Cafezal vizinho da **floresta** produz mais (04/08/2004); **Floresta pode** virar fonte de gás-estufa



(13/11/2004); Amazonas **quer** fundo local pró-**floresta** (18/11/2006); Usina de álcool **pode** capturar carbono (09/05/2007); Revista reforça alerta sobre desmatamento da **Amazônia** (30/11/2007); **Governo** apoia dendê em área desmatada (11/02/2008); **Floresta** será mantida em troca de serviços ambientais (28/03/2008); Marina defende "bolsa-**floresta**" para agricultores (04/04/2008); Minc **quer** pagar para conservar a **floresta** (03/10/2008); Estado **quer** receber para não desmatar (02/04/2009); Carbono de **florestas** esbarra em caos fundiário (03/04/2009); **Governo** de **SP** vai pagar por recuperação de áreas de **florestas** (23/09/2009); Prefeitura **quer** compensar quem permeabilizar solo (13/12/2009); **Amazônia** terá torre de pesquisa de 320 m (13/02/2010); Desenvolvimento verde na **Amazônia** engatinha (28/02/2010); Agronegócio discute metas para 2020 em **SP** (07/08/2010); Mato Grosso lançará bolsa para "exportação" de **florestas** e rios (11/08/2010); Projeto refaz **floresta** no vale do Paraíba (10/10/2010); e **Governo** paga para sitiante preservar área (22/03/2012).

É interessante observar a recorrência da palavra “floresta” como uma das mais utilizadas no periódico *Folha de S. Paulo* nos títulos de notícias e reportagens, assim como também no jornal *O Estado de S. Paulo* (dados nas próximas páginas). Segundo Viaro (2016), a expressão *silvam forestem* “bosque do lado de fora (da muralha medieval)” deu origem à palavra floresta. Primeiro essa expressão foi abreviada para *forestem* e deu origem a *forêt* em francês. No Português, devido à flor, tornou-se floresta. Segundo Dicionário Etimológico<sup>44</sup>, a origem da expressão *silvam forestem* é do latim, em que *forestis*, derivado de *foris*, tem o sentido de “fora”. A partir dessas breves colocações a respeito da etimologia da palavra e do sentido de “exterior”, talvez pouco lembrado, que traz, podemos construir algumas reflexões a respeito da questão ambiental.

O “bosque de fora” é a mata que não está inserida na comunidade medieval, algo exterior ao ambiente daquela sociedade. Atualmente, a floresta que “pode queimar”, que deve ser “mantida, recuperada e preservada” parece também ocupar um espaço exterior ao nosso cotidiano. Falamos da natureza, sem senti-la em sua complexidade e os muros medievais parecem ter sido substituídos pelos muros das cidades que nos isolam de nossa

---

<sup>44</sup> Disponível em: < <http://www.dicionarioetimologico.com.br/floresta/>>. Acesso: 15 fev. 2016.

conexão planetária. A floresta, em sua plenitude, contudo vive além das fronteiras dos paradigmas tecnocráticos e desenvolvimentistas.

Ainda nos sentidos de floresta, podemos perceber que a questão ambiental é colocada dentro dos sentidos de uma vegetação “fechada”, “alta” e “verde”, inacessível à zona urbana. O que esperar de uma ideia de conservação que não aciona as conexões ambientais que existem entre o urbano e o “selvagem”? Mais uma vez também podemos refletir sobre os silêncios em relação aos biomas que não possuem vegetação exuberante, o que acontecerá com eles? O que será do Pampa, da Caatinga e do Cerrado? Eles podem queimar e serem destruídos tanto quanto uma floresta, mas não recebem a mesma atenção.

Assim, refletimos a respeito do foco na Amazônia, que é a segunda palavra mais utilizada pela *Folha de S. Paulo*. O silêncio se repete em relação à complexidade ambiental, como no jornal *O Globo*. O meio ambiente está no local, no regional e no global, passando de ambientes áridos a úmidos, dos oceanos às montanhas, não se restringe a apenas um bioma. Contudo, a Mata Atlântica, por exemplo, que também é o bioma do estado de São Paulo e tão biodiversa como a Amazônia, não é foco das matérias destacadas.

Outras palavras frequentemente utilizadas nos títulos de notícias e reportagens, no periódico da *Folha*, são: quer e pode. Vamos desenvolver mais os sentidos que essas marcas lexicais evocam na próxima seção deste capítulo, contudo já podemos destacar que as expressões “quer receber”, “quer pagar”, “quer compensar”, “pode virar”, “pode capturar” e “pode ser”, encontradas nesses títulos, remetem-nos a sentidos de intenção e possibilidade. A incerteza, a dúvida e os cenários (im)possíveis quanto ao tema ambiental são alguns dos sentidos que mais se destacaram dentro de nossa análise.

Ainda temos a palavra “SP”. Damos destaque à sua primeira aparição na notícia “Radiografia do globo inclui cinturão de SP”, que aborda um importante estudo no debate internacional das questões ambientais. A Avaliação dos Ecossistemas do Milênio, conduzido pela ONU, abordou em diversos relatórios a situação da saúde dos ecossistemas e as transformações que estavam sofrendo. Esses documentos foram publicados no ano de 2005 e alguns deles tiveram caráter regional. A matéria em questão aborda a pesquisa que seria realizada em São Paulo, em 2003, a única cidade brasileira a participar da Avaliação. Abaixo destacamos duas SDs da notícia:

SD18: Um grupo de mais de 2.000 cientistas de todo o planeta está começando o maior **inventário** já feito dos bens e serviços fornecidos de graça ao homem pelos ecossistemas da Terra.

SD19: “Geralmente, quando se fala em ecossistemas, pensamos em espécies ameaçadas. No Milênio, a abordagem é assumidamente **antropocêntrica**.”

Interessante perceber as palavras de destaque das SDs. A palavra inventário, segundo Ferreira (2010, p. 1180), pode denotar entre outros sentidos o significado de “lista discriminada, registro, relação, rol de mercadorias, bens, etc.”. Esse sentido acionado leva-nos ao campo dos objetos materiais. Depreendemos aqui sentidos de objetificação da natureza, que é reduzida a uma listagem. Outra questão que podemos refletir é a quem pertence esse inventário? Na próxima SD já é explicado: aos homens. Por um paradigma pautado pelo antropocentrismo, no qual está inscrita uma visão de mundo cartesiana e fragmentada da natureza, a *Avaliação dos Ecossistemas do Milênio* embasou-se, caracterizando o que chamamos de ecologia rasa (aquela em oposição à ecologia profunda).

Por fim, temos a palavra “Governo” com três aparições. Todas elas evidenciam o arranjo institucional de programas de PSA em que o Governo executa o pagamento aos beneficiários. Nesse sentido, também percebemos a evocação dos sentidos presentes nos relatórios da ONU que abordamos no capítulo três deste trabalho, em que é colocada a importância do Estado em se engajar nas iniciativas de transformação da economia. Para que haja uma economia verde, que incorpore o valor econômico dos ecossistemas, segundo esses estudos, é necessário que o Estado esteja engajado. Nos exemplos do jornal *Folha de S. Paulo*, destacamos a notícia “Governo de SP vai pagar por recuperação de áreas de florestas”. É interessante observar que nessa matéria há uma perspectiva crítica ao tema do PSA.

SD55: O **governo aposta** no modelo para estimular **práticas conservacionistas por meio de incentivos econômicos**, diz Helena Carrascoza, coordenadora de Biodiversidade e Recursos Naturais da Secretaria do Meio Ambiente.

SD57: “Criam-se mecanismos de compensação sem que o Estado tenha uma estrutura de fiscalização para acompanhar esses projetos. E o que vemos é o contrário, é o **desmonte da estrutura que existe**”, diz.

A fala, na SD57, é proferida por Carlos Bocuhy, que no momento era presidente do Proam (Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental) e representante das ONGs no Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) de São Paulo. É interessante a notícia

trazer um contraponto que vai ao encontro de algumas discussões teóricas sobre a questão do PSA. Uma das críticas é que, se as práticas de comando e controle fossem efetivas, ou seja, a estrutura existente de leis e fiscalização o fosse, o governo não precisaria investir em outras práticas, como as do PSA. A crítica que é trazida não é exatamente sobre a essência dos pagamentos, contudo já pontua algumas questões de reflexão a respeito da sua efetividade. Não seria mais profícuo trabalhar pela aplicação das leis de forma eficiente?

Dentro das reflexões do jornal *Folha de S. Paulo*, ainda temos o Gráfico 3 (que pode ser visto na próxima página) em que podemos visualizar a ocorrência dos termos pesquisados neste jornal. A primeira matéria publicada, nesse sentido, foi no dia 19 de outubro de 1997. Ainda que seja antes do jornal *O Globo*, podemos concluir que a abordagem do assunto também é recente no periódico. Os anos de maior ocorrência são os de 2008, 2009 e 2010. Justamente o ano de 2008, em que foi publicado o primeiro estudo de *A Economia dos Ecossistemas e Biodiversidade* (TEEB, sigla em inglês). Em 2009, outra questão socioambiental relevante é que os países se preparavam para uma importante negociação global a respeito das mudanças climáticas. Nesse ano, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas em Copenhague, que foi uma das maiores reuniões sobre o tema e contou com a presença do então presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva. O ano de 2010, por sua vez, foi marcado pela ONU como o Ano Internacional da Biodiversidade. Além disso, nesse ano ocorreu a Conferência de Nagoya que deu origem ao Protocolo de Nagoya sobre Acesso a Recursos Genéticos e Repartição de Benefícios derivados da sua utilização, que não foi ratificado pelo Brasil. Ainda em 2010, foi publicado um estudo de conclusão do TEEB, mostrando a necessidade de valoração dos ecossistemas dentro do sistema capitalista. Esses fatos evidenciam um contexto de discussão ambiental em efervescência, formando parte do interdiscurso das notícias publicadas.

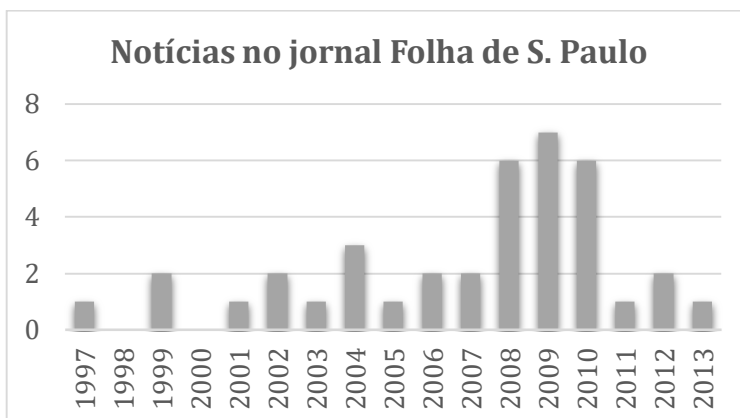


Gráfico 3 – Ocorrência de Notícias 2 – Número de aparições de notícias, por ano, que utilizaram os termos serviço(s) ambiental(is) e serviço(s) ecossistêmico(s), no jornal Folha de S. Paulo. Fonte: Elaboração da autora.

Por fim, chegamos a reflexões sobre os aspectos gerais encontrados no jornal *O Estado de S. Paulo*. Dentro das quais também utilizamos a nuvem de palavras (a seguir) e o gráfico de recorrência de notícias mais adiante.



Figura 4 – Nuvem de palavras 3 – Realizada, por meio do software online Tagul, a partir dos títulos das notícias e reportagens selecionadas para a análise no jornal *O Estado de S. Paulo*. Fonte: Elaboração da autora.

Por meio dos dados apresentados referentes a esse periódico, destacamos o ranking das palavras mais utilizadas nas 83 matérias analisadas: “país” com oito utilizações, “floresta” com oito, “bolsa” com sete, “ser” com seis, “pode” com cinco e “Amazônia” com cinco. Essas marcas lexicais referem-se aos seguintes títulos, em ordem cronológica: SOS Mata Atlântica: 15 anos de luta no **País** (23/11/2001); Crédito **pode** reduzir déficit de madeira (16/10/2002); Parque com maior biodiversidade da **Amazônia** corre o risco de **ser** reduzido (26/10/2002); Política para **Amazônia** deve **ser** revista (29/07/2004); Brasil pede ajuda para a **Amazônia** (09/12/2005); Prefeitura paga ao produtor que preservar a **floresta** (01/08/2007); ‘**País** não deve se acomodar’ diz pesquisador (26/11/2007); Em estudo, **bolsa** para demitidos por madeiras

(29/02/2008); Custo de preservação da **floresta** não **pode ser** só do Pará, diz Ana Júlia (17/04/2008); Muito além da **Amazônia** (03/07/2008); **Bolsa-Floresta** fortalece ideia de negociação em mercado (06/11/2008); Valor para **floresta** em pé (05/12/2008); Diálogo **pode** desengavetar projetos (24/05/2009); Críticos cobram apoio do **país** ao REDD (10/08/2009); Governo estuda criar **bolsa floresta** (28/08/2009); No Amazonas, **'bolsa'** complementa a renda (25/09/2009); 'Países ricos devem pagar pelo esforço de preservação da **floresta'** (03/12/2009); Gestão da biodiversidade ganha selo no **País** (30/12/2009); Área verde obrigatória **pode ser** útil ao produtor (14/02/2010); Cai criação de reservas privadas no **País** (31/03/2010); Projeto remunera proprietário que preserva **floresta** e nascente de água (25/12/2010); **Floresta** em pé vale mais do que soja (05/06/2011); Unidade **pode ser** ampliada (17/07/2011); **Bolsa** Verde começa a pagar R\$ 300 por trimestre para 18,7 mil famílias (27/08/2011); Funai dá **bolsa** para tentar conter assédio (12/03/2012); **País** carece de lei para serviços ambientais (04/07/2012); **Bolsa** Verde comercializa ativos ambientais no mercado futuro (11/12/2012); Costa Rica tenta **ser país** neutro em carbono até 2021 (06/01/2013); e Cobertura **florestal** aumentou 79% no **país** (06/01/2013).

Junto da palavra “floresta”, que já analisamos anteriormente, a palavra “país” aparece também oito vezes nos títulos de notícias e reportagens que coletamos do jornal *O Estado de S. Paulo*. Do total de aparições, seis se referem ao país Brasil. O fato nos evoca sentidos a respeito da posição que ocupa esse periódico como um jornal de referência brasileiro. Ao contrário dos outros dois jornais que trazem a repetição das palavras Rio e SP, o periódico em questão aborda com ênfase a temática do nosso país. Embora consideremos o tema da Amazônia (que também é uma das palavras mais utilizadas nos três jornais) como um tema nacional, é particularmente interessante o destaque para a palavra “país”. *O Estado de S. Paulo* é o único jornal centenário de nosso *corpus* e as abordagens dessas notícias e reportagens mostram uma tentativa de abarcar uma temática que converse com a sociedade brasileira como um todo, evidenciando uma das características fundamentais dos jornais de referência como construtores da opinião pública.

Uma das matérias que mostra o caráter nacional desse periódico é a “Muito além da Amazônia”, do dia 3 de julho de 2008. Essa notícia, logo em seu título vem contrapor um interdiscurso, como evidenciamos nos outros jornais, voltados de forma contundente

ao bioma Amazônico. Contesta o foco predominante a essa floresta, utilizando a expressão “muito além”. Conforme destacamos na SD abaixo, o Brasil possui outros cinco biomas e eles são tão importantes quanto à Amazônia. A expressão também evidencia a tensão presente em todo o discurso, o dito em oposição ao não dito. Parece-nos que o texto nos alerta para uma outra realidade não vista e não percebida pelo resto do país. Também coloca que, nesses outros biomas Cerrado, Mata Atlântica, Caatinga, Pampa e Pantanal, há abundância de biodiversidade e dos “serviços ambientais”.

SD124: O Brasil tem **outros cinco grandes biomas** (conjunto de vida constituído pelo agrupamento de tipos de vegetação, segundo a definição do IBGE) continentais, além dos ecossistemas costeiros, que não apenas apresentam uma **grande biodiversidade**, como também colaboram com uma série de **outros serviços ambientais**.

Nesse sentido, o jornal *O Estado de S. Paulo* é o único que coloca em destaque nos títulos de suas matérias o bioma da Mata Atlântica<sup>45</sup>. Na matéria “SOS Mata Atlântica: 15 anos de luta no País” do dia 23 de novembro de 2001, destacamos as seguintes SDs:

SD80: **Fragmentação** é o principal desafio diante da mata atlântica, hoje.

SD81: Ao mesmo tempo, esta população **continua dependente dos serviços ambientais prestados pela Mata Atlântica**, entre os quais a água e a estabilidade do clima são os mais preciosos. É dos remanescentes florestais, que vêm os recursos hídricos essenciais às cidades, indústrias e agropecuária.

A Mata Atlântica é um bioma fragmentado em meio às grandes cidades e estados do país. Não só fisicamente, mas também simbolicamente, por uma visão pouco sistêmica em relação à natureza. Conforme a matéria, naquele momento, não havia nem 7% da cobertura original do bioma. Desde o momento da chegada dos portugueses ao Brasil, a Mata Atlântica é devastada e fragmentada, com a exploração do meio ambiente e dos povos que lá viviam. Ao contrário do que a expressão “continua dependente” nos dá a entender, o ser humano por ser um ser biológico, nunca deixará de depender. Não é uma questão de continuidade da dependência. Simplesmente fazemos parte. Somos parte da natureza e do meio ambiente.

*O Estado de S. Paulo* também mostra uma evidência para práticas de PSA, quando tem como um dos termos mais usados a palavra “bolsa”. Em seis das sete aparições da

---

<sup>45</sup> Também verificamos as seguintes matérias com destaque no título para esse bioma: Cacau tenta renascer com lema de protetor da Mata Atlântica, no dia 15/07/2012, e “Lei da Mata Atlântica entra em vigor” do dia 23/12/2006.



palavra, bolsa se refere a programas governamentais que beneficiam de alguma forma pessoas e populações que tem práticas conservacionistas no meio ambiente. Destacamos a matéria “Funai dá **bolsa** para tentar conter assédio” do dia 12 de março de 2012.

SD234: As primeiras famílias de índios escolhidas para receber a Bolsa Verde de R\$ 300 por trimestre foram selecionadas nas comunidades mais assediadas por contratos de venda de créditos de carbono, informou ao Estado o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Márcio Meira. O objetivo seria **impedir que os índios vendam por milhões de dólares direitos até sobre benefícios da biodiversidade de seus territórios.**

SD235: "**Créditos de carbono são uma fachada**, tem gente de olho nos produtos para a indústria farmacêutica e no subsolo dos territórios, as negociações abrem espaço para a biopirataria."

SD236: Enquanto isso, contratos são negociados para atender a um mercado de compra de créditos de carbono. **Os clientes são empresas poluidoras.**

Essa matéria é muito interessante. Destoa de uma maneira geral de praticamente todo o resto do *corpus*, ao trazer uma reflexão sobre os povos indígenas. Além disso, mostra uma atitude de proteção do governo frente ao “assédio” dos estrangeiros. Assédio esse que é feito por empresas que buscam os créditos de carbono para se tornarem verdes. Na matéria, também ressoam sentidos de crítica já apresentados no terceiro capítulo desta dissertação em que se coloca a questão da propriedade do território. Após os acordos de crédito de carbono e serviços ambientais quem terá direito sobre a terra?

Como também já mencionado no jornal *Folha de S. Paulo*, o jornal *O Estado de S. Paulo* utiliza marcas lexicais que remetem a sentidos de possibilidade, como “pode ser”. Essas serão analisadas na próxima seção.

Em relação à recorrência das matérias, temos como a primeira publicada pelo periódico um título do dia 18 de fevereiro de 2001. Da mesma forma que os outros jornais, percebemos (conforme o Gráfico 4 abaixo) que os termos pesquisados têm um aumento de aparições a partir do ano de 2008, com um pico em 2009, que também coincide com momentos importantes de discussão internacional da temática ambiental.



Gráfico 4 – Ocorrência de Notícias 3 – Número de aparições de notícias, por ano, que utilizaram os termos serviço(s) ambiental(is) e serviço(s) ecossistêmico(s), no jornal O Estado de S. Paulo. Fonte: Elaboração da autora.

Nesse panorama geral, pudemos levantar algumas questões pertinentes para nossa investigação. Percebemos que o discurso sobre o pagamento por serviços ambientais forma-se em um ambiente fragmentado de notícias dispersas, que abordam questões socioambientais diversas. Pudemos também notar que esse discurso se dá principalmente a partir do ano de 2008, momento em que destacamos a publicação do estudo *A Economia dos Ecossistemas*, realizado pela ONU, que promoveu uma reflexão a respeito da necessidade de se valorar economicamente a natureza e seus processos. Percebemos de forma geral que esse discurso paira sobre “clichês” ambientais no Brasil, principalmente a questão da floresta amazônica e meio ambiente como sendo a “flora” exuberante repleta de verde. Além disso, notamos que nesses discursos reverberam vozes internacionais que colocam os novos paradigmas para uma economia verde, onde os governos devem estar engajados para sua promoção.

Percebemos que, de maneira geral, em todas as matérias dos três jornais, os textos que têm como título explicitamente a temática de estudo, o PSA, são minoria. Contabilizamos, cerca de 30 textos no universo de 159 com essa característica, o que representa aproximadamente 17% das notícias e reportagens. Observamos que o assunto dos serviços ecossistêmicos e ambientais geralmente vem incorporado a outras discussões da problemática socioambiental. Esses termos, em geral, aparecem apenas uma vez na matéria inteira, fato que pode indicar um discurso fragmentado, disperso ou até mesmo pouco interessante para um grande veículo fazer a cobertura.

Pudemos depreender sentidos de fragmentação e desconexão com o local. A perspectiva predominante é situada em paradigmas do *status quo*, embora apareçam algumas questões contraditórias a isso. Nessa primeira trajetória, pudemos marcar algumas marcas discursivas como “floresta”, “inventário”, “antropocêntrica”, “subsídios”, as quais podemos situá-las em uma Formação Discursiva mais próxima à economia verde. A seguir iremos analisar como essa problemática ressoa, evidenciando uma visão de mundo situada na incerteza e na impossibilidade de resolução da crise ambiental.

### **5.3 TEMPO VERBAL: FUTURO (INCERTO) DO PRESENTE**

Conforme o referencial teórico-metodológico da Análise do Discurso francesa, todas as etapas de uma pesquisa são caminhos analíticos do pesquisador. A escolha do *corpus* e a própria estruturação do trabalho são realizadas por um olhar focado nos objetivos propostos pela investigação. Embora cada caminho seja único, Ernst-Pereira e Mutti (2011) elucidam alguns pontos que podemos escolher como inspiração para uma análise discursiva: o excesso no *corpus* discursivo, o que não aparece, e aquilo que gera estranhamento.

Como já abordamos no capítulo terceiro deste trabalho, o PSA pode ser classificado como um instrumento econômico que procura incorporar, nas contas do sistema, a conservação ambiental. Acreditamos que o caminho para superarmos a crise planetária, seja a construção de um olhar de alteridade e sistêmico, ultrapassando o paradigma cartesiano de produção e concepção de mundo. Por mais que a temática do PSA não seja apresentada por esse viés dentro dos periódicos pesquisados, ela traz a questão ambiental para debate na sociedade. O PSA toca diversas questões ambientais, de maneira tangencial ou direta, dentre as quais a biodiversidade, o aquecimento global, as mudanças climáticas e os recursos hídricos. As notícias e reportagens analisadas sobre o assunto trouxeram temas como a Rio+20, reuniões internacionais sobre biodiversidade, a mudança do código florestal brasileiro, a situação da floresta amazônica, dos oceanos, pesquisas e estudos científicos e iniciativas interinstitucionais. Pudemos perceber – com estranhamento – o excesso de efeitos de sentidos de possibilidade, impossibilidade, incerteza, sugestão, alternativa, recomendação, tentativa, condição, aposta e anseio no

*corpus*. Destacamos que esses não são os únicos sentidos encontrados durante nosso percurso analítico, mas sua frequente recorrência permite-nos dedicar esta seção a esse achado do processo discursivo.

Ainda que o instrumento de PSA desconsidere questões essenciais, como o valor intrínseco da vida, e esteja situado dentro de concepções do sistema capitalista, ele é colocado no campo das possibilidades e hipóteses para solução da crise ambiental. Dessa maneira, encontramos diversas marcas discursivas da incerteza, que são construções que evidenciam caminhos possíveis para solucionar a crise ambiental ou cenários prováveis de futuro. Elaboramos, assim, três quadros, um dedicado a cada jornal, com destaque para construções verbais e outras expressões que possuem efeitos de sentido de incerteza. Trouxemos exemplos diversos e apresentamos de forma sequencial reflexões sobre o jornal *Folha de S. Paulo*, após *O Globo* e, por fim, *O Estado de S. Paulo*.

Percebemos de forma destacada que algumas construções verbais podem evidenciar esses sentidos, como aquelas no tempo verbal futuro do pretérito e os verbos modais. Segundo Aquino (2010, p. 138), o verbo conjugado no futuro do pretérito pode designar “fatos que não ocorreram e talvez nunca se realizem, em virtudes de determinadas condições”. As construções com verbos auxiliares modais em conjunto com o infinitivo de outro verbo, por sua vez, “indicam, entre outras coisas, possibilidade (poder), necessidade, obrigação (necessitar, dever), desejo (querer, desejar), consecução (lograr, conseguir), resultado (vir, chegar [...])” (AQUINO, 2010, p. 104).

Embora saibamos que, muitas vezes, esse tipo de construção seja utilizada como recurso linguístico por parte dos jornalistas para denotar distanciamento/imparcialidade, a Análise do Discurso nos autoriza a problematizar a língua a partir dos seus sentidos estabilizados (neste caso, na gramática) até chegarmos a percepções a respeito do processo discursivo de forma ampla. Sabemos que o que a materialidade discursiva nos evidencia em um primeiro momento é apenas a ponta do *iceberg*. Em consonância com os sentidos que podem ser apreendidos dessas construções verbais, algumas expressões específicas também mostram sentidos de hipótese a soluções que se encontram longe de se concretizar. A seguir, analisamos como isso se apresenta no jornal *Folha de S. Paulo*.

<b>Marcas Discursivas da incerteza no jornal <i>Folha de S. Paulo</i></b>
T <sup>46</sup> 2-SD2: Nenhum pesquisador fala mais da Amazônia como pulmão da Terra, só como ar condicionado – o maior do mundo. É um serviço que a floresta presta a este pedaço do planeta, resfriando e umidificando o clima para 20 milhões de habitantes da região, mas seu motor <b>pode</b> literalmente <b>queimar</b> num futuro próximo.
T3-SD3: No discurso ecológico-global, há muito já se fala de compatibilizar o bem-estar do ambiente (conservação) com o de seres humanos (desenvolvimento). <b>Tornar essas boas intenções em políticas e práticas são outros 500.</b>
T5-SD9: Segunda, quanto mais ela aprende, mais conclui que a Amazônia é complexa demais e está num equilíbrio frágil a ponto de alterações muito pequenas a algum ponto do sistema <b>poderem causar</b> danos a todo ele.  SD12: “A ecologia é muito complexa”, diz Antônio Nobre. “ <b>Tem muitas incertezas que nós vamos resolver, eu tenho certeza</b> ”, brinca o cientista, que deverá iniciar medições do fluxo de carbono a bordo de aviões para resolver parte das dúvidas.
T12-SD31: Os serviços prestados pelo Cinturão Verde <b>podem ser</b> difíceis de quantificar, mas a ausência deles pesa no bolso e no cotidiano dos paulistanos.
T25-SD54: “ <b>É uma guerra que estamos perdendo antes de começar.</b> ” Segundo ele, é preciso criar mecanismos econômicos para premiar quem preserva a biodiversidade, como o pagamento por serviços ambientais.
T31-SD63: Na mata densa, a economia <b>pode ser</b> turbinada com ecoturismo, serviços ambientais e extrativismo em cadeias produtivas para produzir fármacos, diz Roberto Smeraldi, da ONG Amigos da Terra e autor de “O Novo Manual de Negócios Sustentáveis” (2009).
T32-SD64: Metade das espécies de animais e plantas <b>pode desaparecer</b> até o final deste século. O resultado seria desastroso não só para apaixonados por micos-leões e ursos-polares, como para a sobrevivência (e o bolso) de parte da humanidade.  SD66: “Nosso estudo mostra que <b>deveríamos ter</b> como regra máxima dar apoio à diversidade natural de um ecossistema, nem que seja pela razão puramente egoísta de querer que ele produza mais para nós”, afirma ele.

Quadro 1 – Exemplos de aparições da incerteza no *corpus* discursivo de *Folha de S. Paulo*. Fonte: Elaboração da autora.

No T32-SD66, podemos destacar uma construção em que o futuro do pretérito aparece na forma de um verbo modal: “deveríamos ter”. Percebemos o sentido de possibilidade conjugado com o de obrigação. É uma obrigação que na verdade ainda não foi cumprida. Quando o texto aponta que nós como sociedade “deveríamos” dar apoio aos ecossistemas, ao mesmo tempo, também apresenta a impossibilidade de realização dessa obrigação, pois à medida que isso é colocado em um futuro pode ou não ser realizado.

<sup>46</sup> T indica o texto do qual faz parte a SD.

Nas construções com verbos modais, é interessante perceber também o sentido que o verbo “poder” evoca, quando nos permite evidenciar dois caminhos: o da devastação continuada ou o da economia verde. No T2-SD2, é colocado que o motor da Amazônia pode queimar (caminho da degradação ambiental). Já no T31-SD63 a economia pode ser turbinada (caminho da economia verde), por meio dos serviços ambientais. A possibilidade de uma economia da suficiência ou um caminho alternativo para o que se está trilhando não aparece nessa bifurcação.

Sem entrar no mérito de que soluções como o PSA possam ser apenas um paliativo para a crise ambiental, enxergamos o sentido de incerteza reverberando nas matérias. Como colocado, no T32-SD66, parece-nos que nem mesmo a razão egoísta de manutenção da espécie humana mobiliza as mudanças. O que também nos traz um sentido de imediatismo, já que o futuro não é considerado. Talvez nunca se realize a conservação ambiental, nem pelo viés capitalista. A incerteza também nos faz voltar ao início das discussões da crise ambiental e o princípio da precaução.

Com o fim de proteger o meio ambiente, o princípio da precaução deverá ser amplamente observado pelos Estados, de acordo com suas capacidades. Quando houver ameaça de danos graves ou irreversíveis, a ausência de certeza científica absoluta não será utilizada como razão para o adiamento de medidas economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental. (ONU, 1992, p. 3).

Milaré (1998) explica que a incerteza científica pode trazer benefício ao meio ambiente, por conseguinte, caberia a quem tem interesse provar que as mudanças que se pretende não levariam a consequências desastrosas para os ecossistemas. Contudo, na prática, talvez o princípio da incerteza e precaução esteja sendo usado às avessas, enquanto há céticos a respeito dos impactos do homem no meio ambiente, a sociedade continua poluindo e degradando a biodiversidade. Nesse sentido, a conjugação no futuro do pretérito, apenas reforça as hipóteses de uma (im)possível mudança.

No T3-SD3, destacamos mais uma vez esse sentido. A ideia de unir a “conservação” e o “desenvolvimento”, talvez seja a premissa da economia verde. Conservação também remete à própria permanência do sistema econômico e social em que nos encontramos. Um dos significados, segundo Ferreira (2010, p. 683), da palavra “desenvolvimento” é “ato ou efeito de desenvolver (se)”. Desenvolver por sua vez pode ser entendido como “fazer crescer [...]” (FERREIRA, 2010, p. 683). A questão é qual

desenvolvimento seria esse, em que 20% da população consome 80% dos recursos? Para quem é o desenvolvimento? Ainda que o bem-estar do ambiente fosse colocado nessa lógica, isso seria no campo das hipóteses, pois conforme aponta a SD: “Tornar essas boas intenções em políticas e práticas são outros 500”. A problemática que apontamos é que dentro das soluções que o sistema fornece a questão ambiental está sendo desconsiderada.

Dentro dessas reflexões, destacamos que os sentidos da incerteza se distanciam do rigor cartesiano que o pensamento racional leva a entender o mundo. Como estar no meio de uma realidade tão incerta para um sistema regido pelo paradigma das certezas? No T5-SD12, são evidenciados, na fala do cientista, os sentidos modernos de que o ser humano é capaz de dominar toda a complexidade ambiental, e que, embora a ecologia seja cercada de incertezas, todas elas serão resolvidas pelo homem. Assim, o antropocentrismo também emerge neste contexto, além do cientificismo, que é acionado na tentativa de ancorar o sentido em uma visão racionalista de mundo.

Talvez esses indícios revelem de algum modo o momento de crise que vivemos, uma grande encruzilhada, em que o caminho não é claro. A crise do capitalismo que Gorz (2005) aponta como sendo a crise das referências, também se mostra nesse discurso. No T12-SD31, é colocado “Os serviços prestados pelo Cinturão Verde podem ser difíceis de quantificar”. Podem ser difíceis ou são impossíveis? Parece-nos que as tensões e contradições presentes em todo o discurso, como já abordado no segundo capítulo desta dissertação, colocam-se na utilização desses verbos e expressões que nos fazem perceber um futuro incerto. Ao mesmo tempo que existe uma “solução” capitalista para a crise ambiental, ela habita o campo das incertezas e possibilidades, sendo de difícil concretização. Não seria então a contradição do próprio sistema?

Segundo Cunha (2012), a palavra crise pode ter diversos significados que variam em relação ao campo de conhecimento que são usados. De forma geral, podemos dizer que etimologicamente essa palavra vem do grego *krisis*, tendo o significado de “separação, disputa, decisão, sentença ou juízo definitivo. No latim *crisis* designa alteração, desequilíbrio repentino; estado de dúvida e incerteza; tensão, conflito” (CUNHA, 2012, p. 120). Destacamos esses significados em que crise se configura como um momento de decisão, separação e incerteza. É um momento de uma encruzilhada, no qual não está presente a estabilidade e em que os paradigmas da modernidade, que

guiaram gerações, já não oferecem mais respostas concretas para nossos problemas. Eles não resolveram problemas seculares como a fome e a miséria e parecem não ser hábeis de resolver. É o momento da incerteza e o momento da escolha do caminho.

Esse tempo de crise, como apontado, expressa-se nos efeitos de sentido destacados, em que o futuro do planeta é colocado no campo das hipóteses, a continuidade da humanidade, da biodiversidade, dos ecossistemas é na verdade uma possibilidade, uma incerteza. Mas de que Formação Discursiva esses efeitos de sentido emergem? Qual seria a posição-sujeito daqueles que se identificam com essa formação? Sabendo que os discursos são heterogêneos, podemos dizer que ainda não estão situados em uma Formação Discursiva completamente identificada com uma proposta da economia verde. Parece-nos que são sentidos situados em uma posição ainda com resquícios da modernidade e do capitalismo marrom, que não possui preocupação ambiental. Nossa sociedade, por mais dinâmica que possa parecer, está estagnada em seus paradigmas fragmentados, os quais pregam o progresso pela ciência e pela economia. Parece-nos que ainda, como humanidade, estamos nos segurando à ancora moderna, que não permite mudanças, nem dentro dos próprios preceitos do sistema.

Uma das maneiras para realização de uma Análise do Discurso também é destacar aquilo que é dito em contraposição àquilo que não foi dito. Analisando as sequências discursivas 64 e 66 no T32, se é possível que algo “possa desaparecer”, também é possível que “possa permanecer”. Caso o caminho fosse realmente a economia verde, o discurso não nos levaria a crer na possibilidade “egoísta” de que os ecossistemas permanecessem “fornecendo” os serviços que prestam? O interlocutor não seria levado a crer que o ser humano despertaria para a solução antropocêntrica da crise ambiental, proposta pela economia?

Podemos destacar que as possibilidades que são mostradas, além daquela de desaparecimento de ecossistemas, também são as das soluções econômicas para a crise ambiental, como já pontuamos. A sequência discursiva 31 no T12 evidencia esse quadro. Os serviços ecossistêmicos “podem ser difíceis de quantificar” (sentido de incerteza: será que é possível? Vamos conseguir? Como fazer? Esse é o caminho?), mas se não for feito “pesa no bolso” (efeito de sentido da economia, consequência financeira, “egoísta”).



Outro destaque que trazemos é o T25-SD54. A “guerra” que é referida seria a efetivação de mecanismos econômicos para preservar a biodiversidade. Contudo, segundo o texto, ela está perdida, embora nem tenha começado. Mais uma vez a impossibilidade e a improbabilidade de implementação desses instrumentos, como o pagamento por serviços ambientais, parece ser definitiva, diante do contexto atual. Deprendemos que a “guerra” está acontecendo dentro do próprio sistema, entre aqueles que ainda estão ancorados no capitalismo marrom e aqueles que pretendem efetivar a economia verde.

Passamos agora para uma reflexão dos sentidos semelhantes que emergem no jornal *O Globo*, observando o quadro abaixo que também traz marcas discursivas da incerteza.

<b>Marcas Discursivas da incerteza no jornal <i>O Globo</i></b>
T133-SD282: A ação mais cara é a que se encontra sob a rubrica de “pagamento por serviços ambientais”, que <b>consumiria</b> R\$ 33 bilhões em dez anos.
T143-SD306: – Os produtos vendidos a partir de elementos encontrados na floresta devem ter parte do lucro revertido para a [sic] ações de proteção da biodiversidade. Além disso, as florestas têm um valor, que deve ser pago para ser mantido. O nó é determinar quem vai pagar isso. Na verdade, acredito que o mundo <b>deveria</b> pagar uma cota para o Brasil manter suas áreas verdes. A biodiversidade <b>deveria</b> ser protegida como uma joia da coroa por sua importância ambiental – afirmou Suzana.
T144-SD308: As nações signatárias, assim, <b>estariam</b> comprometidas em atribuir valor econômico a serviços ambientais prestados pelos ecossistemas. A preservação ambiental <b>seria</b> incorporada à contabilidade do setor produtivo.
T149-SD322: A ministra não especificou quais seriam essas obrigações, mas deixou claro que o padrão de consumo dos países desenvolvidos “não pode <b>ser replicado para todo o planeta</b> ”.
T151-SD326: – A <b>meta</b> é restaurar 15 milhões de hectares até 2050 – afirma Carlos Alberto Mesquita. – E a ideia é que sejam áreas relacionadas a serviços ambientais da floresta, como cabeceiras de rios e encostas. Essas são áreas que não produzem alimentos, nem empregos e cuja maior vocação é mesmo de floresta. SD327: – <b>Se quisermos chegar a esse número</b> , temos que acelerar. Somente no Rio são 950 mil hectares a serem recuperados para evitar o comprometimento dos serviços econômicos e estratégicos prestados pela floresta e garantir a estabilidade do sistema.
T152-SD328: Entre as <b>propostas</b> , que têm por objetivo manter o aquecimento da Terra em até dois graus Celsius no próximo século, destacam-se o fim dos subsídios aos combustíveis fósseis, considerados os grandes vilões do planeta, e a mudança no cálculo do Produto Interno Bruto (PIB), que <b>deveria incluir</b> variáveis sustentáveis.
T156-SD349: – Os serviços ambientais só funcionam em áreas ameaçadas, sob pressão econômica. Ou seja, áreas que <b>seriam derrubadas</b> para gerar renda. O objetivo não é cobrir todas as áreas de floresta do mundo, nem dar valor monetário a todos os recursos. O valor das florestas é infinito.

Quadro 2 – Exemplos de aparições da incerteza no *corpus* discursivo de *O Globo*. Fonte: Elaboração da autora.

É interessante observar alguns elementos do processo discursivo que se mostram em nossa análise, como o da paráfrase. No jornal *O Globo*, também observamos despreendendo-se da materialidade do texto o sentido da incerteza e (im)possibilidade frente à crise ambiental, seja por conjugações verbais que fazem emergir esse sentido, seja por expressões. São marcas discursivas que formam uma rede de sentidos que se repete também nos outros dois jornais e atualizam sentidos já emergentes desde o século XIX com o surgimento do movimento conservacionista.

O PSA, conforme o T133-SD282, consumiria R\$33 bilhões em dez anos, caso essa “conta” de conservação fosse paga. Como já abordamos, analisar um discurso também está relacionado com aquilo que não foi dito em sua materialidade. Ao mesmo tempo que existe um valor a ser pago para conservação, não se explica o quanto se “economizaria”, seja em termos econômicos, sociais ou ambientais, com a efetivação da iniciativa do PSA. Quais são os ganhos da conservação ambiental? A economia verde pretende responder a essa pergunta também, contudo não são esses os sentidos observados nessa SD. Não é destacado que não é uma “conta”, mas sim um “investimento”. Além disso, também não é apontado o “prejuízo” da perda das florestas e do não investimento. Dentro da lógica da economia verde, todo o ecossistema possui um valor monetário, ou seja, não desmatar não seria uma “rubrica” da conta, mas sim um ganho. Dessa forma, podemos perceber que esse discurso não se encontra inserido totalmente numa perspectiva da economia verde. Embora mostre a necessidade de se “gastar” com a conservação ambiental, não explica que o meio ambiente gera ganhos para a economia.

No T143-SD306, é defendido que “o mundo deveria pagar” pelas áreas verdes. Destacamos nessa construção, mais uma vez, a repetição do verbo dever no futuro do pretérito funcionando como um verbo modal. O sentido que depreendemos é o da necessidade e obrigação do dever que o “mundo” possui em pagar, mas que também nos remete a uma possibilidade, tendo em vista o tempo verbal acionado. Outra questão que destacamos é o sujeito desse pagamento: o mundo. Que tipo de responsabilidade pode-se atribuir ao “mundo”? É possível a efetivação de uma obrigação quando o sujeito que a deve cumprir é tão genérico? É comum ouvirmos que quando a responsabilidade é de todos, não é de ninguém. Todos os países do planeta deveriam pagar ao Brasil pelas áreas verdes brasileiras? Pelo exposto, percebemos sentidos que nos mostram uma falta de

comprometimento com a ideia defendida. Se quem considera necessário esse pagamento aponta para um sujeito genérico e tão abrangente como o mundo, percebemos que esse sujeito não se coloca dentro do que supostamente acredita: a necessidade de pagamento.

Nesta SD, é interessante observar mais uma vez o sentido de natureza sendo acionado, por meio das palavras “florestas” e “áreas verdes”. Os ecossistemas “azuis”, por exemplo, como oceanos e rios, parecem serem pouco lembrados quando se trata do discurso da conservação ambiental. Além disso, biomas e ecossistemas que não são caracterizados predominantemente por florestas também não fazem parte desses dizeres. Vemos novamente uma concepção rasa sobre o que é o meio ambiente.

Outra questão que observamos, nesta SD, diz respeito ao “valor” das florestas. A materialidade discursiva coloca que “as florestas têm um valor, que deve ser pago para ser mantido”. Podemos depreender sentidos que nos parecem contraditórios. A floresta somente continuará a ter valor se houver um pagamento? Contudo, a necessidade do pagamento veio somente após a percepção de que a floresta já possuía um valor para a economia e a sociedade, o qual não estava sendo observado. Podemos evidenciar um sentido antropocêntrico nesse discurso, à medida que se reconhece que para existir o valor das florestas é preciso uma ação humana. Mais ainda é preciso uma ação humana situada no campo da economia. Assim também vemos um sentido de utilitarismo frente à natureza, desconsiderando seu valor intrínseco e também a complexidade da teia da vida.

O T144 explica uma proposta dos deputados da subcomissão especial da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para levar aos países participantes da Rio+20. Essa proposta foi entregue ao ministro das Relações Exteriores, solicitando que as nações se comprometessem com a implementação de um PIB, que incorpore variáveis sustentáveis, entre outras recomendações. A SD que destacamos também aciona sentidos de possibilidade na medida em que também traz o tempo futuro do pretérito. Além disso, o próprio texto reproduz uma proposta. Segundo Ferreira (2010, p. 1721), a palavra “proposta” refere-se ao verbo “propor” que tem com um de seus sentidos “oferecer para exame; submeter à apreciação; apresentar”. As propostas trazidas pela economia verde mostram-se na fala dos deputados, nas discussões ambientais e em outros fóruns. O fato de serem uma possibilidade evidencia ainda que a sociedade está de fato ancorada em práticas degradantes e exploratórias da natureza. Acreditamos que iniciativas de valoração monetária da vida não são a solução, mas se até mesmo essa

concepção é admitida como incerteza, será que há tempo para a humanidade? Conseguiríamos fazer uma mudança abrupta para uma outra concepção de vida? Embora a possibilidade de uma solução macro e cooperativa pareça, muitas vezes, distante, também lembramos que estamos em um momento de crise, em uma encruzilhada e que talvez nesse momento decisivo ainda seja possível traçar uma nova rota para o ser humano, mais respeitosa e cooperativa para seus pares e o meio.

As propostas também aparecem em eventos paralelos à Rio +20, como o evento Rio Clima. No T152-SD328, que já analisamos na seção anterior deste capítulo, é colocada a necessidade de se incluir variáveis sustentáveis no PIB. Podemos perceber que, por mais que a proposta de uma economia que preveja a conservação ambiental exista, ela ainda não está consolidada dentro do sistema capitalista. Como Gorz (2005) aponta, a crise do capitalismo é uma crise de equivalências. Não há como medir sistemas e processos, talvez seja por esse motivo que o discurso sobre a economia verde não se concretize em todo o sistema econômico.

No T149-SD322, é apontada a encruzilhada em que nos encontramos, em que “não pode ser replicado para todo o planeta” o padrão de consumo atual. Existe uma percepção da crise e de que há a necessidade de mudança. Apesar disso, esse padrão de consumo atual está sendo replicado e até mesmo expandido. Seguir pelo caminho da economia verde não seria a perpetuação da economia do consumo, incluindo mais um produto ao sistema: os ecossistemas? O campo econômico mostra-se instável, mas, ao mesmo tempo que a sua fragilidade é evidenciada por diversas crises econômicas e financeiras já vivenciadas, como a de 2008, as soluções também são limitadas a ele. As soluções são construídas dentro de uma sociedade que não consegue enxergar os limites planetários em suas propostas, além de não perceber as redes da vida e seu valor intrínseco.

No T151-SD326, é informada uma meta de recuperação para a floresta. Um objetivo que pretende garantir que seja mantida a floresta que tem vocação para ser floresta. É interessante o uso da palavra vocação para limitar o espaço que precisa ser conservado. O dicionário Michaelis (2016) explica que a palavra vocação refere-se à “predestinação”, “inclinação, propensão, tendência para qualquer estado, ofício, profissão etc.”, “disposição natural do espírito; índole”. É uma meta para que se garanta que a floresta cumpra sua “predestinação” de continuar floresta. Causa-nos também

estranhamento essa expressão designada ao meio ambiente, pois nos parece que ela tende a sentidos que se referem a situações presentes na vida humana. O ser humano que teria uma predestinação ao ofício. Embora saibamos que há a possibilidade de polissemia no discurso, em que o sentido escapa da paráfrase e da repetição, esse estranhamento também reverbera quando essa palavra é acionada junto à expressão “serviços econômicos e estratégicos prestados pela floresta” que destacamos na SD327. O termo “serviço” tem origem na palavra servir, a qual tem como um de seus significados: “estar a serviço de” (MICHAELIS, 2015). Podemos perceber nessas expressões a ideia de que a vocação do meio ambiente seria servir ao homem. Ao mesmo tempo que há um antropocentrismo, nessa SD também vislumbramos uma antropofomização da natureza.

A meta que se pretende cumprir também nos parece em tensão. Já que na SD327 percebemos um sentido de impossibilidade para a concretização do objetivo. A materialidade do texto nos diz: “temos que acelerar”. E, caso a ação não seja acelerada, será possível cumprir as condições para que a vocação da natureza em servir o homem seja efetivada? Conseguimos vislumbrar, a partir do exposto, que, como nos explica a teoria da AD, todo o discurso é lugar de tensão, do equívoco e da contradição.

No T156-SD349, podemos perceber o contexto de crise em que vivemos, quando a materialidade discursiva diz que “os serviços ambientais só funcionam em áreas ameaçadas, sob pressão econômica”. Evidencia-se que um dos grandes motores da degradação ambiental é as forças econômicas, que no nosso ponto de vista existem devido à uma percepção da realidade fragmentada. A solução para superar essa pressão econômica sobre a natureza seria, então, um instrumento capaz de evitá-la. Sem o PSA ou ferramentas semelhantes esses locais perderão suas florestas, segundo o texto. Ao ser acionado novamente o tempo verbal futuro do pretérito, quando se coloca que as áreas “seriam derrubadas”, caso não houvesse instrumentos econômicos, percebemos um sentido de urgência, já que na medida em que não existem essas ferramentas o desmatamento continua. É interessante observar também que a materialidade discursiva nos lembra que o “valor das florestas é infinito”. Dessa maneira, percebemos um terceiro caminho dentro da encruzilhada da crise planetária. E caso fosse considerado, de fato, que as florestas possuem um valor infinito, como seria possível convertê-lo economicamente? Poderíamos seguir uma terceira via que nos coloque no caminho da suficiência e da alteridade?

A seguir, vamos analisar como esse discurso é desenvolvido no jornal *O Estado de S. Paulo*.

<b>Marcas Discursivas da incerteza no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i></b>
T47-SD91: Com 165 mil quilômetros quadrados de superfície inundada durante os meses de seca – uma área maior do que o Ceará –, o Pantanal presta uma série de serviços ambientais fundamentais para a sustentabilidade climática e socioeconômica da região. A intensificação do aquecimento global e a pressão do agronegócio, entretanto, <b>ameaçam suspender</b> parte desses benefícios.
T48-SD92: Atingir o objetivo <b>requereria</b> , no mínimo, acabar com o uso ineficiente de serviços ambientais, como estoques de peixes e gestão da água.
T51-SD96: Quanto vale um hectare de floresta intocada? Normalmente, esse valor seria calculado com base apenas nos produtos que podem ser extraídos e comercializados diretamente, como madeira, frutos e resinas. Mas e quanto à água captada da chuva, o carbono absorvido da atmosfera, o controle de temperatura, a manutenção da biodiversidade e o apelo turístico da paisagem? <b>Esses serviços não deveriam ser contabilizados também?</b>  SD97: <b>Se a natureza cobrasse</b> por todos os serviços que presta ao homem, a conta seria gigantesca. Segundo um estudo publicado na revista <i>Nature</i> em 1997, o valor total dos serviços ambientais fornecidos pelos principais biomas do planeta chega a US\$ 33 trilhões, incluindo fatores como regulação climática, produção de alimentos e reciclagem de água.
T58-SD114: <b>O “desenvolvimento sustentável” é possível, segundo Killeen, mas carece de soluções inovadoras para se tornar realidade.</b> Uma delas seria a valorização dos serviços ambientais prestados pela floresta, como produção de chuva e absorção de carbono.
T60-SD118: Ana Júlia tem cobrado do governo o envio ao Congresso de um projeto sobre o pagamento por serviços ambientais, que <b>permitiria a compensação</b> , financeira ou não, de produtores e outros agentes envolvidos na proteção da floresta.
T69-SD149: “Acreditamos que mercado é uma coisa complicada, pois pressupõe troca. Com o crédito, ao não desmatar aqui, dá direito de alguém emitir mais em outro lugar. E <b>não garante</b> que alguma floresta não vai acabar sendo desmatada em outro país”, afirma Suzana Kahn Ribeiro, secretária de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente.  SD150: Só que uma das críticas que esse tipo de financiamento recebe é justamente por não pressupor alguma troca. Quem investir no fundo ganha, claro, um planeta melhor, mas em momentos de crise, o retorno financeiro <b>pode ser</b> priorizado.
T76-SD165: “Eu <b>deveria</b> , assim como todos os produtores conservacionistas, ser recompensado por produzir água, e não pagar por ela.”
T79-SD171: O governo federal também está atento à questão e enviou para o Congresso, em junho, <b>projeto de lei</b> que cria o <b>Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais</b> , com a finalidade de financiar as ações do programa. Além de doações, o fundo receberá recursos da participação especial sobre os lucros do petróleo.
T87-SD190: Quem <b>pagaria</b> a conta não seria o povo brasileiro, mas os países desenvolvidos, por meio da compra de créditos de carbono florestal.
T89-SD192: A nova certificação parte da premissa de que as áreas naturais são responsáveis pela prestação dos chamados serviços ambientais – como produção de água, equilíbrio do solo e do clima, sequestro de carbono da atmosfera, polinização de lavouras, entre outros – e que, sem esses serviços, boa parte dos negócios <b>seria</b> inviabilizada.

T111-SD244: Correa terminou seu discurso de pouco mais de 20 minutos assim: “**Imaginem se fosse o contrário.** Se as florestas pertencessem aos países ricos e os pobres as estivessem destruindo. Já nos teriam invadido, sob o pretexto de salvar o mundo.”

Quadro 3 – Exemplos de aparições da incerteza no *corpus* discursivo de *O Estado de S. Paulo*. Fonte: Elaboração da autora.

No T48-SD92, a materialidade discursiva evidencia que é necessário o uso eficiente dos serviços ambientais. A matéria trata sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)<sup>47</sup> da ONU, abordando a relação da redução da pobreza com a problemática ambiental. O objetivo ao qual se refere a SD que destacamos é o da sustentabilidade ambiental. Mais uma vez, o verbo no tempo futuro do pretérito nos leva a um sentido de possibilidade ou não do atingimento da meta. É interessante observar que as metas da ONU também não propõem uma reflexão sobre os pilares fragmentados que embasam nossa sociedade. Esse discurso que aparece nos ODM também vai reverberar em outras propostas do órgão, como a da economia verde que, embora considere importante a redução da pobreza, não discute a distribuição da riqueza. Enquanto 20% da população consomem 80% dos recursos, e os outros 80% da população mundial consomem 20%. Requerer que se acabe com o uso ineficiente de serviços ambientais, não nos parece ser coerente nesse contexto. Não precisaríamos de justiça e distribuição igualitária? Ou o que se prega é que esse 20% da população consiga extrair ainda mais benefícios daquilo que já é explorado na natureza?

Nesse sentido, trazemos o T111-SD244 que aborda o discurso do presidente do Equador, Rafael Correa, durante a Rio+20. Nessa SD, é colocado: “imaginem se fosse o contrário. Se as florestas pertencessem aos países ricos e os pobres as estivessem destruindo. Já nos teriam invadido, sob o pretexto de salvar o mundo.” Podemos ver acionado o sentido de desproporcionalidade existente no sistema econômico e social do planeta. Enquanto os 20% da população tiram vantagens do sistema, a permanência do capitalismo predatório é uma realidade. Correa aciona um cenário hipotético para expressar seu ponto de vista. Podemos perceber em sua fala que as soluções e as propostas

---

<sup>47</sup> Os ODM foram oito metas propostas pela ONU para serem atingidas até o ano de 2015: 1-Redução da Pobreza; 2-Atingir o ensino básico universal; 3-Igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4-Reduzir a mortalidade na infância; 5-Melhorar a saúde materna; 6-Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças; 7-Garantir a sustentabilidade ambiental; 8-Estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento. Em 2015, foram lançados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em substituição e complementação aos ODM. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

para a conservação ambiental partem de uma hierarquia planetária, em que os países ditos desenvolvidos são dominantes em relação aos que são referidos como em desenvolvimento.

De fato, de alguma maneira, o discurso de “salvar o mundo” é acionado quando ocorre a pressão para que as práticas conservacionistas sejam realizadas principalmente nos países tropicais, onde ainda há muitos ecossistemas preservados. Uma das frases comumente citadas quando se trata da sustentabilidade é “pensar global, agir local”. É interessante observar como o discurso ambiental, nos jornais em que estamos analisando, apresenta-nos soluções que são pensadas em nível global, a partir de organismos internacionais. E se as propostas partissem das comunidades? E, se as propostas comunitárias que já existem, fossem o foco? Não estaríamos fomentando um outro paradigma, mais cooperativo e solidário? A conexão com o contexto é também o que nos proporciona olhar para além do individualismo.

E a realidade da conservação ambiental, ainda que situada no capitalismo, parece distante, conforme coloca o T58-SD114. O desenvolvimento sustentável é possível, mas ainda faltam alternativas para tornar-se realidade. Dentro dessa expressão podemos depreender um sentido polissêmico, em que talvez a solução inovadora seria um sistema econômico que trabalhasse com a suficiência e a cooperação. Logo depois, a frase que segue já direciona o sentido para uma visão mais voltada à economia verde, quando coloca a valorização dos serviços ambientais, embora não haja uma precisão exata de qual seria essa valorização, econômica, social, cultural, ética ou outra.

Nos exemplos trazidos acima, no T60 (publicado em 2008) e T79 (publicado em 2009), é mostrada a iniciativa de se levar ao Congresso uma proposta de legislação nacional sobre o PSA. Contudo, constatamos, até o momento em que trabalhamos nesta investigação, no 2016, que tais propostas não se concretizaram. Além de depreendermos os sentidos de incerteza e impossibilidade no discurso, também verificamos concretamente a não realização das ações propostas.

Outra percepção que causa estranhamento, no campo das hipóteses, é o que evidenciamos no T89-SD192. O trecho que destacamos diz que: “boa parte dos negócios seria inviabilizada”. Neste caso, é referido que a inviabilização aconteceria caso a natureza deixasse de prover os “serviços”, como a produção de água, polinização das



lavouras, entre outros. Destacamos os sentidos de desconexão e pensamento fragmentado que se depreendem desta materialidade discursiva. Sem a água, a polinização, o sequestro de carbono, entre outros benefícios da natureza, nem a vida humana seria viável. Nenhum tipo de vida existiria sem a água. Questionamo-nos qual é a outra parte dos negócios que não seria inviabilizada sem os “serviços ambientais”. Parece-nos que estes dizeres tendem ao incoerente e ao paradoxal. Mais uma vez também destacamos o uso do tempo verbal futuro do pretérito e o sentido de possibilidade que se abre. O que emerge do discurso de forma mais palpável é que no cenário em que não há esses “serviços”, a degradação ambiental tornaria inviável a economia nos paradigmas vigentes.

No T47-SD91, é apontado que “a intensificação do aquecimento global e a pressão do agronegócio” “ameaçam suspender parte desses benefícios”, que seriam aqueles provindos dos serviços ecossistêmicos do bioma Pantanal. Cabe refletir sobre como é utilizado o verbo ameaçar na SD. Esse termo designa o ato de dirigir ameaça, segundo o dicionário Michaelis (2016). Ameaça, por sua vez, refere-se a “advertir”, “amedrontar”, “advertência de futura pena”, “prenúncio de qualquer coisa má”. Ou seja, é um prenúncio da suspensão, uma advertência de que os benefícios possam ser suspensos. Analisando a SD, percebemos como ela também traz uma visão superficial da crise ambiental. Assumimos que o aquecimento global e a pressão do agronegócio são uma consequência de um sistema econômico e social nefasto que tem como base a exploração dos homens e da natureza, fruto de uma sociedade que está pautada no consumismo e que não enxerga os limites da natureza. São esses modos de vida predatórios que, muito além de uma ameaça, estão de fato causando malefícios para o planeta e seres humanos, por mais que estes não percebam ou não queiram perceber.

Ainda destacamos o fato da palavra “ameaça” também nos remeter a sentidos de futuro, pois quem faz uma ameaça ainda não efetivou sua “pena”. Parece-nos uma visão distorcida da crise ambiental. Além disso, o termo suspender nos remete a uma ação que possa ocorrer imediatamente. A suspensão dos benefícios seria um corte abrupto. Contudo em uma percepção da natureza de forma processual e sistêmica, sabemos que a poluição gradualmente já prejudica os ecossistemas e não há possibilidade de ser diferente. Não é possível que em um futuro próximo simplesmente sejam suspensos os benefícios ambientais, uma vez que esse é um processo já em curso. Embora a degradação

já esteja ocorrendo, pela marca discursiva “ameaçar” ainda vislumbramos mais uma vez o sentido de hipótese, cenário de futuro e incerteza.

Ressaltamos ainda o acionamento de dizeres da lógica econômica de oferta e demanda no *corpus*. No T76-SD165, observamos um produtor rural explicando que ele deveria receber por conservar a água e não pagar por ela. À medida em que na propriedade de um indivíduo há a manutenção de uma nascente, ele provê à sociedade a água e, assim, não deve mais pagar por ela, mas receber. É uma relação mercantil de troca, por meio da qual ele oferece o serviço e recebe algum valor monetário como pagamento. Essa lógica, entretanto, não está efetivada de forma ampla, tendo em vista, por exemplo, que não há legislação nacional sobre o tema do PSA. E mais uma vez o tempo verbal futuro do pretérito vai ao encontro dos sentidos que já depreendemos. Quando o produtor coloca que “deveria” receber, ele ainda não recebe.

Além disso, nessa SD destacamos que o produtor rural se coloca como um produtor de água, o que nos gera estranhamento. A marca discursiva “produtor” refere-se àquele “que produz; produtivo” (MICHAELIS, 2015). Já o verbo produzir tem como um de seus significados “dar existência” (MICHAELIS, 2015). É intrigante observar o uso dessa marca discursiva no contexto exposto. Podemos perceber que por meio da palavra “produtor” há, de alguma maneira, uma individualização do processo ecossistêmico de manutenção dos recursos hídricos. O “produtor” que “dá existência” à “água” é o proprietário da terra, e é ele que deveria receber por isso. Sabemos que o ser humano, como parte do planeta, é fundamental para os ecossistemas, contudo ele não é parte única e individual para manutenção ecológica. Ele não é o “produtor” das benesses que o planeta provê. Ele é participante da rede viva. Podemos também assumir, a partir da SD selecionada, que, além da ação de conservação ambiental estar fragmentada e individualizada, os ecossistemas são encarados como “produtos”. Mas a natureza pode ser reduzida a um objeto do mercado? Conforme já exposto, acreditamos que a vida possui um valor intrínseco e, assim como o próprio ser humano não é um objeto, também não o são os ecossistemas.

Podemos perceber sentidos da economia verde presentes na matéria. A ideia de criação e fomento de produtos e produtores ambientais está atrelada à dinâmica de oferta e demanda do mercado. A marca discursiva analisada também delimita sentidos de objetificação da natureza, tendo em vista que para transações comerciais é necessário que

circulem objetos, não seres vivos dotados de autonomia ou sistemas complexos de vida. Apesar disso, existem propostas de que essa possibilidade seja generalizada e que ocorra esse tipo de compra e venda, situando a natureza como um utensílio à disposição do homem. Dentro desse contexto capitalista, valores monetários são definidos para garantir a continuidade de bens fundamentais à vida. Nessa lógica, é o dinheiro propulsor da conservação.

Apesar dos sentidos surpreendidos e expostos anteriormente, sabemos que há a possibilidade de polissemia dentro dos processos discursivos. Pela marca discursiva “produtor”, também podemos inferir outras reflexões. Se produzir também é “dar existência”, perguntamo-nos se, dentro desse contexto de crise ambiental que é provocado pelo próprio ser humano, não é de fato ele que deve “dar existência” a uma nova possibilidade de relacionamento com o planeta. Ser um produtor remete-nos a produzir um produto, mas também a ação de criatividade em produzir novas possibilidades como a de um mundo em que o ser humano viva cooperativamente com a natureza. Assim, por mais que de forma predominante possamos ver os sentidos de mercado ressoando na SD destacada, vemos também uma possibilidade de deslizamento de sentido em que uma nova visão entre os já-ditos pode ser surpreendida.

Percebemos dizeres do campo de mercado também acionados no T87-SD190, em que é questionado quem pagaria para acabar com a devastação. Na SD apontada, seriam os países desenvolvidos. É uma “conta” que já existe, mas só em um futuro será resolvida. Além disso, vemos mais uma vez, que há um “pagador” genérico, conforme também analisamos no jornal *O Globo*, representado pelos países desenvolvidos. Acrescentamos a essa reflexão que essa responsabilidade é delegada para um agente externo à realidade local, pois não é o povo brasileiro que deve pagar. Mas não seriam as comunidades os melhores agentes para resolução de seus problemas ambientais e desafios?

O T69, nas SD149 e SD150, irrompe sentidos até então não observados no discurso que analisamos. A secretária de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente, Suzana Kahn Ribeiro, coloca que o mercado é “complicado”, pois prevê troca. “Com o crédito, ao não desmatar aqui, dá direito de alguém emitir mais em outro lugar. E não garante que alguma floresta não vai acabar sendo desmatada em outro país”. Não foi frequente o vislumbre de um posicionamento mais crítico ao mercado em nosso *corpus* de análise. Nessa SD específica, é trazido um cenário futuro em que o mercado não é

capaz de garantir que florestas não sejam desmatadas. A SD150 complementa que iniciativas como fundos para a conservação ambiental talvez não sejam eficientes. “Quem investir no fundo ganha, claro, um planeta melhor, mas em momentos de crise, o retorno financeiro pode ser priorizado”. Avaliando um cenário de futuro, o mercado é instável para garantir a conservação ambiental. Qual caminho seguiremos?

Concluimos nossas análises sobre o jornal *O Estado de S. Paulo* com o T51-SD96 que questiona se não deveriam ser incluídos nas contas da sociedade os bens que a natureza provê. A SD96 logo começa questionando: quanto vale a floresta? A SD97 explica que se o meio ambiente pudesse cobrar a sua conta seria de US\$ 33 trilhões. “A conta seria gigantesca”. Esse discurso situa o meio ambiente no campo econômico, delimitando-o a cifras monetárias que devem ser pagas ou compensadas. Além disso, também situa a possibilidade de superação da crise ambiental na perspectiva da economia.

A partir de nossas análises e dos efeitos de sentido depreendidos das SDs que trouxemos nesta seção, podemos perceber uma Formação Discursiva em que esse discurso está situado. Avaliamos que essa FD não está nem situada nos paradigmas do capitalismo marrom, que não possui preocupação com a conservação ambiental, e também não está situada em sua totalidade no capitalismo verde, que aposta na conservação ambiental, pela valoração econômica dos ecossistemas. Percebemos que é uma FD heterogênea entre essas duas visões de capitalismo, a qual chamados de FD da Percepção da Crise Planetária no Capitalismo. Consideramos que o discurso demonstra que há uma preocupação com a questão ambiental, mas ainda não há disposição efetiva de mudança, nem da forma como ela é entendida dentro dos paradigmas do capitalismo. Fato que nos preocupa, pois precisamos que as mudanças cheguem ainda mais longe: alcancem uma percepção de mundo sistêmica. Precisamos de uma superação do que conhecemos por capitalismo, precisamos de uma economia da suficiência, da cooperação, da solidariedade de forma generalizada, não em apenas iniciativas pontuais.

Nesse sentido, também percebemos uma posição-sujeito de um jornalista situado em um momento de tensão, pois não consegue vislumbrar outras percepções que saiam dos paradigmas do capitalismo, de uma maneira geral. Essa posição-sujeito também se delimita por um contexto de crise em que esse profissional se encontra, ao ter que exercer o jornalismo entre pressões econômicas e políticas. Admitimos que encontramos sentidos

polissêmicos (como no T58-SD114 e no T76-SD165) às paráfrases da incerteza encontradas na FD Percepção da Crise Planetária no Capitalismo. Contudo esses sentidos não são recorrentes e evidenciam também uma posição-sujeito de um jornalista que está atento ao mundo, mas não consegue dar um passo além, assim como a própria sociedade.

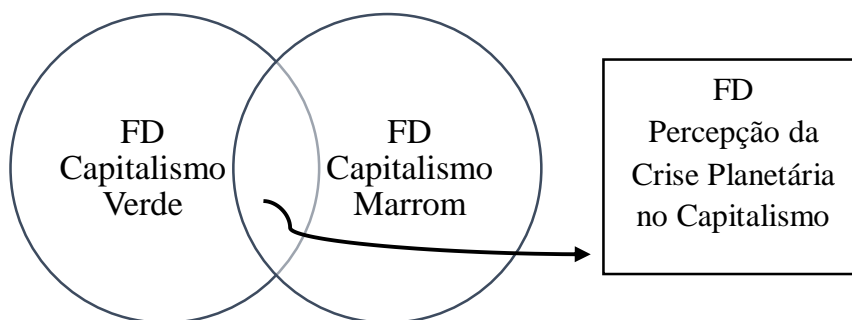


Figura 5 – Diagrama FD – FD da Percepção da Crise Planetária no Capitalismo. Fonte: Elaboração da autora.

Podemos lembrar ainda, conforme trouxemos na seção anterior, que discursos sobre a valoração econômica dos ecossistemas, embora tendo origens em concepções de mundo seculares, em que a natureza é vista de maneira utilitarista, ainda são muito recentes. Um dos documentos marco dessa concepção, o TEEB, foi publicado apenas no ano de 2008. Esse fato mostra que talvez possamos viver um processo de surgimento de sentidos polissêmicos dentro dos periódicos de referência brasileiro. Até pela complexidade do tema, muitas vezes, é difícil uma elaboração mais profunda a respeito dos conteúdos e acontecimentos que se apresentam ao jornalista. Em um primeiro momento, para um leigo, a ideia de pagar para conservar pode parecer “inocente”, pois reflexões mais densas sobre o valor intrínseco da vida demoram para se fortificar.

A seguir, evidenciaremos esforços para analisar efeitos de sentido mais específicos do PSA.

#### **5.4 REDE DE SENTIDOS DO PSA**

Dentro da base analítica que construímos nas páginas anteriores, podemos agora avançar para uma análise da rede de sentidos especificamente do pagamento por serviços ambientais, a qual interliga os jornais de nossa pesquisa. Por meio do referencial teórico-metodológico da Análise do Discurso, sabemos que o discurso se configura em uma rede

de sentidos e, dessa maneira, para nos aproximarmos dessas conexões optamos por delimitar nosso *corpus* pelos termos serviço(s) ambiental(is) e serviço(s) ecossistêmico(s), como já explicamos. A partir disso, procuramos nesta seção compreender as ligações discursivas sobre o tema, presentes nesses jornais. Destarte, optamos por apresentar as sequências discursivas de forma integrada sem segregação dos periódicos por quadros, diferente do que fizemos anteriormente. A título de informação, acrescentamos na frente do número da SD a letra F de *Folha de S. Paulo*, E de *O Estado de S. Paulo* e G de *O Globo*.

Para iniciarmos esta etapa da análise, retomamos o fato de que o referencial teórico-metodológico da Análise do Discurso nos convida a uma investigação acerca dos sentidos dos termos. Assim, a partir da superfície linguística, podemos penetrar as camadas mais profundas dos sentidos e do discurso. Por conseguinte, para adentrar na compreensão dos sentidos de PSA, consideramos necessário refletir sobre o sentido dicionarizado do vocábulo serviço. Segundo Ferreira (2010, p. 1923), essa palavra pode ser entendida como “atividade econômica de que não resulta produto tangível, em contraste com a produção de mercadorias”. Para a realização de uma atividade econômica, precisa-se de um ambiente onde o produto ou serviço possa ser realizado ou oferecido. Assim, chegamos a palavra empresa, que designa a “organização econômica destinada a produção ou venda de mercadorias ou serviços, tendo em geral como objetivo o lucro” (FERREIRA, 2010, p. 779). Nessas reflexões iniciais, podemos perceber que, quando utilizamos o termo “serviço”, embora saibamos que os sentidos sempre podem ser outros, de forma geral, partimos daqueles estabilizados no campo de entendimento do mercado, em que se pressupõe relações de compra e de venda. O termo “pagamento” quase soa redundante diante dessas percepções. Assim, nossa análise foi realizada a respeito dos sentidos que emergem dos agentes que configuram esse mercado: a natureza/meio ambiente, o ser humano e o produto (serviço ambiental).

O primeiro sentido que destacamos é o de meio ambiente como capital natural, conforme sequências discursivas abaixo:

Efeito de Sentido	Exemplo na Rede
<p>Natureza/Meio ambiente como capital natural – objeto do mercado</p>	<p>F-SD4: Começa a surgir no planeta <b>um mercado onde se trocam dólares pela quantidade de animais numa floresta</b>, pelo carbono que as plantas retiram do ar ao crescer ou pela água que as matas ciliares ajudam a manter limpa.</p>
	<p>F-SD6: Os mecanismos pelos quais esses serviços adquirem valor de troca também não são nenhuma mágica: o princípio de tudo é a principal lei da economia, a da <b>oferta e da demanda</b>.</p>
	<p>F-SD25: A humanidade está fazendo um <b>saque a descoberto no grande (porém finito) banco dos ecossistemas globais</b>. O resultado é um colapso futuro na capacidade do planeta de fornecer bens e serviços naturais aos seres humanos, cujo primeiro efeito prático deve ser a impossibilidade de atingir as metas das Nações Unidas de combate à fome em 2015.</p>
	<p>E-SD79: Os autores do trabalho afirmam que os atuais sistemas de avaliação econômica falham ao não levarem em conta os valores dos serviços ambientais de longo prazo bem como, frequentemente, ignorarem o <b>valor monetário</b> desses serviços para os usuários ou fornecedores.</p>
	<p>E-SD97: Se a natureza cobrasse por todos os serviços que presta ao homem, a conta seria gigantesca. Segundo um estudo publicado na revista <i>Nature</i> em 1997, <b>o valor total dos serviços ambientais</b> fornecidos pelos principais biomas do planeta <b>chega a US\$ 33 trilhões</b>, incluindo fatores como regulação climática, produção de alimentos e reciclagem de água.</p>
	<p>E-SD117: Para Virgílio Viana, é preciso criar mecanismos de valorização da árvore em pé, não derrubada. “Precisamos criar uma lógica econômica. A história da política ambiental é a de fazer regras, aplicar multas e fazer apreensões”, diz. “O desafio é fazermos uma profunda revolução no conceito de desenvolvimento, <b>valorizando economicamente a floresta</b>.”</p>
	<p>E-SD122: “<b>Natureza é dinheiro</b>”, resumiu o economista indiano Pavan Sukhdev, que coordena o estudo. Claro que esse não é o único motivo pelo qual deveríamos preservar a biodiversidade. Mas é o único que vai convencer o mundo a agir.</p>
	<p>E-SD127: O Brasil é <b>credor</b> – pelo menos, na área ambiental.</p>
	<p>E-SD128: Quando a União Europeia compra carne da Amazônia, indiretamente ela também <b>importa</b> a água e todos os demais recursos naturais que viabilizaram o crescimento do gado na região – inclusive a floresta que foi cortada e substituída por pasto.</p>
	<p>E-SD129: Acontece que <b>o valor desse serviço ambiental não é computado no preço final</b> do produto.</p>
	<p>E-SD130: “Não podemos é entrar em um <b>déficit</b> ecológico. Se não revermos os modelos econômicos podemos entrar em colapso”, diz.</p>
	<p>E-SD173: <b>R\$ 112 bilhões é o valor estimado dos serviços ambientais</b> prestados pelos ecossistemas do Pantanal, segundo estudo da Embrapa</p>
	<p>E-SD197: O maior desafio do Brasil para reduzir suas emissões de gás carbônico pode ser resumido em uma única frente, a da redução do desmatamento. Em todos os biomas, mas principalmente naquele que é, talvez, <b>o ativo ambiental número 1 do mundo</b>, a Amazônia.</p>
	<p>E-SD198: Conservada, levando em conta só o valor do carbono em suas plantas, <b>ela vale pelo menos o dobro: US\$500 bilhões</b>.</p>
	<p>E-SD238: Segundo os organizadores, “<b>o Capital Natural incorpora todos os ativos naturais da Terra</b> (solo, ar, água, flora e fauna) e todos seus serviços ecossistêmicos, que tornam possível a existência de vida humana. Produtos e serviços provenientes do Capital Natural <b>valem trilhões de dólares por ano</b> e constituem alimentos, fibras, água, saúde, energia, segurança climática e outros serviços essenciais a todos”.</p>
<p>E-SD239: Por este motivo, diz o comunicado, “é preciso fortalecer a <b>importância do capital natural</b> para a manutenção de uma economia global sustentável, ao pedir para os setores privado e público um trabalho conjunto neste sentido”.</p>	

	E-SD255: Para o engenheiro florestal Tasso Azevedo, ex-diretor do Serviço Florestal Brasileiro, o grande desafio é como fazer com que a Bolsa Verde seja um mecanismo para valorizar e incluir aqueles que hoje já trabalham mantendo <b>ativos ambientais</b> ou prestando serviços de natureza ambiental. “São iniciativas desse tipo que fazem a gente dar saltos importantes na aplicação de políticas públicas.”
	G-SD270: – O Brasil fornece enormes serviços ambientais ao mundo (mantendo a floresta amazônica) e não é compensado por isso. <b>O valor desses serviços é enorme, e o mundo não paga nada por eles</b> – ressaltou o economista.
	G-SD332: <b>O valor da biodiversidade no planeta é estimado em US\$ 33 trilhões por ano</b> , valor dez vezes maior do que a quantia gasta por governos, indústrias e ONGs em proteção ambiental. Os custos de sua conservação no Brasil são estimados em US\$ 36 bilhões anuais, 12% do valor da biodiversidade no mundo.
	G-SD333: O Brasil é o país com maior biodiversidade terrestre, tendo entre 15% e 20% dos 1,5 milhão de espécies descritas na Terra. <b>Suas florestas contribuem com serviços no valor de US\$ 4,7 trilhões anuais</b> , como ciclagem de nutrientes, provisão de matérias primas, regulação do clima e controle de erosão.
	G-SD334: O TEEB, sigla em inglês de A Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade, é a primeira experiência metodológica para atribuir <b>valor econômico aos recursos naturais, ativos denominados de capital natural</b> .

Quadro 4 – Exemplos de efeitos de sentido da natureza/meio ambiente como capital natural – objeto do mercado, no *corpus* discursivo. Fonte: Elaboração da autora.

Para iniciarmos nossa análise lembramos um dos sentidos dicionarizados da palavra capital: são “os recursos monetários investidos ou disponíveis para investimento [...], fundo de dinheiro ou patrimônio de uma empresa” (FERREIRA, 2010, p. 420). Por essas reflexões, podemos depreender que todo o capital possui um dono, de forma geral esse proprietário é uma empresa. Quem seria o dono do capital natural? Quais necessidades buscam ser atendidas a partir desse posicionamento discursivo? Por demais, consideramos essa visão essencialmente antropocêntrica, pois o dono de todo o “capital natural” não seria a natureza e seus ecossistemas, seria o ser humano dentro de uma concepção utilitarista de meio ambiente. Percebemos, desse modo, que as necessidades que interessam são as dos seres humanos, assim como o seu bem-estar. Contudo, ponderamos que esse humano “possuidor”, de forma geral, é a representação daqueles 20% da população que consomem os 80% dos bens ambientais, conforme Porto-Gonçalves assinalou (2005).

A palavra “ativo” repete-se dentro desse discurso e possui o sentido dicionarizado de “a totalidade dos bens de uma empresa ou pessoa, incluindo dinheiro, créditos, mercadorias, imóveis, investimentos, etc.” (FERREIRA, 2010, p. 235). Essas noções que emergem vão ao encontro de uma percepção da natureza como um objeto a ser explorado.



Um ativo pode ser negociado, estocado, vendido, exportado, importado, entre outras relações de mercado e também, em princípio, é uma propriedade. Por mais que haja, a percepção da crise ambiental dentro do capitalismo, como já discutimos na seção anterior, ela se torna imersa nos paradigmas que definem o sistema no qual estamos inseridos. O mesmo sistema de pensamento que nos levou ao momento atual.

Na E-SD97, é referido um estudo de 1997 que estimou que “o valor total dos serviços ambientais fornecidos pelos principais biomas do planeta chega a US\$ 33 trilhões”. Esse artigo foi publicado por Robert Costanza junto a outros pesquisadores na revista *Nature*<sup>48</sup> e também explicou o que seria o capital natural: aquele que produz os serviços ecossistêmicos. Esse capital e serviços, segundo o *paper*, contribuem para o bem-estar humano e, dessa maneira, fazem parte do valor econômico do mundo. É interessante perceber como esses dizeres ressoam: a matéria em que está inserida a E-SD97 é do ano de 2006, já a matéria da G-SD332 que também repete essa informação é do ano de 2012. Fatheuer (2014) chama atenção para o fato da incorporação de termos econômicos na discussão das problemáticas ambientais. A “tradução” em números dá argumentos até mesmo a ambientalistas na defesa do meio ambiente, conforme aponta o autor. Ele explica:

A linguagem da natureza agora está entrelaçada com a linguagem da economia [...]. Para muitos o capital natural é uma metáfora, concebido para mostrar que só podemos viver dos lucros da natureza e que não devemos consumir o seu capital – como qualquer dona de casa prudente sabe. Em um exame mais atento, contudo, o termo revela-se problemático. Ele joga muitas coisas dentro de um mesmo saco: recursos renováveis e não renováveis, a função de sumidouro (*sink*) e o funcionamento do sistema em geral. E tudo isso é capital natural? (FATHEUER, 2014, p. 27).

Hawken *et al* (1999) também discorrem sobre a expressão capital natural. Os autores argumentam que a próxima revolução industrial será a do capitalismo natural, em que o valor da natureza será incorporado à economia. Segundo eles, dentro do capitalismo da modernidade, esses valores não foram considerados, por conseguinte os bens naturais foram consumidos como se fossem infinitos. Contudo, na atualidade, diante de diversos problemas socioambientais que estão presentes globalmente, o capitalismo natural

---

<sup>48</sup> Informação disponível em: <<http://www.nature.com/nature/journal/v387/n6630/pdf/387253a0.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

oferece uma alternativa, ao evidenciar que os ativos em risco são aqueles que sustentam a vida, ou seja, a natureza. Eles explicam:

A humanidade herdou um acúmulo de 3,8 bilhões de anos de capital natural. Em se mantendo os padrões atuais de uso e degradação, muito pouco há de se restar no final do próximo século. Não é apenas questão de estética e moralidade, trata-se do mais elevado interesse prático da sociedade e de todas as pessoas. [...] o estoque de capital natural vem diminuindo e os serviços fundamentais de geração de vida que dele fluem estão se tornando críticos no que diz respeito a nossa prosperidade. (HAWKEN *et al*, 1999, p. 3).

Os autores também apontam que dentro da crise que ameaça a sustentação da vida existem obstáculos que não podem ser superados pela atribuição de valores monetários ao capital natural. O primeiro deles é que não há substituto a esses sistemas de sustentação da vida. O segundo é que é muito difícil e impreciso a atribuição desse valor. Para superação da crise, eles apontam a necessidade de uso efetivo de recursos sem desperdícios; uma economia de serviço e fluxo, em que não se adquiram bens, mas serviços; e um investimento no capital natural, para ampliação dos estoques.

Percebemos que, embora os autores coloquem que não é por meio de uma valoração monetária que iremos a chegar uma solução, a proposta, dentro de uma argumentação a respeito do capital natural, é antropocêntrica e não foca em um questionamento a respeito da desigualdade de distribuição de renda e do valor intrínseco da vida. A exposição dos autores nos ajuda a perceber que a concepção de capital natural está situada em uma visão objetificadora da natureza, para que o meio ambiente se enquadre na racionalidade econômica vigente.

A economia verde também se preocupa com a prevenção da redução dos serviços ecossistêmicos e da biodiversidade. Conforme coloca o site da Iniciativa Economia Verde da ONU<sup>49</sup>:

Este caminho de desenvolvimento deve manter, melhorar e, se necessário, reconstruir o capital natural como um ativo econômico crítico e fonte de benefícios públicos, especialmente para os pobres cujo sustento e segurança dependem fortemente da natureza (tradução nossa).

---

<sup>49</sup> “This development path should maintain, enhance and, where necessary, rebuild natural capital as a critical economic asset and source of public benefits, especially for poor people whose livelihoods and security depend strongly on nature.” Disponível em: <<http://web.unep.org/greeneconomy/what-green-economy/#sthash.pka42a2C.dpuf>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

Para uma análise mais detalhada, dentro da lógica de mercado, destacamos na E-SD127 o vocábulo credor. Ferreira (2010, p. 607) explica que credor é “aquele a quem se deve dinheiro, ou outra coisa, considerando quanto ao devedor e à dívida”. Podemos perceber que um dos sentidos dicionarizados é associado à questão econômica. A expectativa do credor é de retorno. O Banco que dá crédito e é credor do endividado espera retorno do seu dinheiro, normalmente com juros. Apesar disso, muitas vezes, a disposição do crédito não garante o retorno e a crise pode se estabelecer, seja na falência ambiental, como na falência econômica. Na mesma matéria referente à E-SD127, destacamos a E-SD128 com a marca discursiva “importar” que possui como um de seus sentidos: “fazer vir de outro país, estado ou município” (FERREIRA, 2010, p. 1132). Importar faz parte de um processo comercial, em que um país compra um bem ou serviço de outro e o leva para dentro de seu território. Neste caso, na E-SD129, podemos observar a importação de que se refere a E-SD128: a água e “todos os demais recursos naturais que viabilizaram o crescimento do gado na região”, ou seja, a importação de um “serviço ambiental”.

O Brasil, sendo um “credor ambiental”, exporta seus “serviços ambientais” a países estrangeiros, contudo essa exportação não é “paga”. Os “serviços ambientais” não são considerados na conta do produto carne. A solução apresentada seria computar o “serviço ambiental” “no preço final do produto”. Dentro da lógica do capitalismo natural, enxergam-se os bens naturais como “externalidades” que devem ser incorporadas às contas do sistema. O valor intrínseco da vida não é considerado e, caso os ecossistemas entrem para a lógica do mundo, não terão outra possibilidade senão pelo viés do número, distante do viés da ética, da cooperação e da solidariedade que a rede viva do planeta mantém, independentemente das ações do homem. Na E-SD130, é evidenciada mais uma marca lexical situada no campo econômico. “Déficit” pode ter o sentido de: “o excesso da despesa sobre receitas, ou de saída sobre entrada de divisas” (FERREIRA, 2010, p. 647). É interessante observar que de alguma maneira a palavra vem contrapor o significado de “credor”. A possibilidade de o Brasil não estar positivo na balança econômica ambiental parece poder se concretizar a qualquer momento. Assim como ocorreu o abalo “inesperado” da crise financeira de 2008.

As noções de capital natural, de produtos e produtores, credores e devedores ambientais está atrelada à dinâmica de oferta e demanda do mercado. A marcas

discursivas mostram sentidos de objetificação da natureza, já que, para transações comerciais é preciso que circulem objetos. O mercado assim está situado numa concepção rasa da ecologia em que a natureza acaba por se tornar um utensílio para o homem. A natureza é apresentada como uma empresa, que possui ativos e valor monetário o qual não foi contabilizado nas relações econômicas, devido a uma falha de mercado. O único meio de fazer com que a sociedade conserve o meio ambiente é a partir dessa valorização econômica, segundo a E-SD122. Essa visão emerge além de um contexto de crise, mas também e principalmente de um contexto de escassez, pois, na lógica econômica, quanto mais escasso um bem, maior o seu valor.

Passamos agora para mais um dos sentidos depreendidos, durante nossa análise, referente ao “produto” dessa transação econômica: o serviço ambiental. Dentro da lógica de mercado que incorpora a natureza, os serviços ambientais são vistos como aquilo que dá sustentação à vida, principalmente a humana. Eles são essenciais ao ser humano constituindo parte da infraestrutura do sistema econômico e social. É interessante perceber, dentro dessa concepção, que não há avanço para uma percepção mais complexa da natureza. A visão é unilateral, mostrando um discurso que enxerga a natureza em uma espécie de servidão. Vejamos abaixo alguns exemplos:

Efeito de Sentido	Exemplo na Rede
Serviços ambientais como sustentação da vida humana	F-SD30: Os pesquisadores, que se reuniram na última sexta-feira num seminário no Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares, em São Paulo, querem agora calcular o valor dos chamados <b>serviços ambientais que o cinturão</b> , uma área de 1,5 milhão de hectares, <b>presta aos 23 milhões de habitantes da megalópole e arredores.</b>
	F-SD39: Um acordo entre o governo da Guiana e um fundo de capitais britânico permitirá, pela primeira vez, o pagamento pelos serviços ambientais de uma floresta em pé na Amazônia. Uma área de 405 mil hectares será mantida como uma provedora de <b>serviços vitais</b> , como regulação de chuvas, armazenagem de carbono e regulação do clima.
	E-SD91: Com 165 mil quilômetros quadrados de superfície inundada durante os meses de seca – uma área maior do que o Ceará –, o Pantanal presta uma série de <b>serviços ambientais fundamentais para a sustentabilidade climática e socioeconômica da região.</b> A intensificação do aquecimento global e a pressão do agronegócio, entretanto, ameaçam suspender parte desses benefícios.
	E-SD103: São <b>120 milhões de pessoas cuja existência está intimamente ligada aos serviços ambientais</b> providos pela mata atlântica", disse a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.
	E-SD135: “Todos na sociedade entendem que temos de construir <b>infraestrutura</b> , como estradas, hospitais, etc. Nós precisamos igualmente investir na <b>infraestrutura natural do planeta.</b> Temos que começar a descrever os produtos e serviços de conservação do planeta em termos que homens de negócios possam entender.”

	E-SD203: “As metas atuais são míopes e deixam a desejar na proteção da biodiversidade e dos <b>serviços ambientais essenciais ao ser humano</b> . A ciência nos mostra que precisamos de mais áreas protegidas”, afirma Frank Larsen [...].
	E-SD238: Segundo os organizadores, “o Capital Natural incorpora todos os ativos naturais da Terra (solo, ar, água, flora e fauna) e todos seus <b>serviços ecossistêmicos, que tornam possível a existência de vida humana</b> . Produtos e serviços provenientes do Capital Natural valem trilhões de dólares por ano e constituem alimentos, fibras, água, saúde, energia, segurança climática e outros serviços essenciais a todos”.
	G-SD268: – Não será como um produto físico, que se compra no supermercado. Mas não há dúvida de que a floresta faz um serviço de valor monetário, pois <b>ajuda a manter ecossistemas importantes para a produção agrícola e para o setor energético</b> – explica.
	G-SD276: – A base da economia brasileira está em torno da Mata Atlântica – ressalta Clayton Lino, presidente do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. – Por tudo o que nos oferece, por esses <b>serviços ambientais insubstituíveis</b> , ela deveria receber mais atenção e investimentos.
	G-SD304: – Precisamos de um novo tipo de cálculo do Produto Interno Bruto que contabilize essa <b>infraestrutura ecológica</b> – diz.
	G-SD361: – <b>A Amazônia tem que servir para o bem da Humanidade</b> , mas isso não pode ser feito seguindo a lógica do desmatamento para levar até lá modelos que não são dela, como grandes plantações de soja – avalia. – Temos que aproveitar o que a Amazônia já tem de bom e pode oferecer naturalmente, <b>fazendo o bioma produzir para nós</b> .

Quadro 5 – Exemplos de efeitos de sentido de serviços ambientais como sustentação da vida humana, no *corpus* discursivo. Fonte: Elaboração da autora.

Segundo Ferreira (2010), a palavra serviço tem origem do latim *servitium*, que possui o significado de “a escravidão”, “os escravos”. Como já explicamos anteriormente, esse vocábulo pode ser entendido como uma atividade econômica que dá origem a produtos intangíveis. Além disso, destacamos que “serviço” também designa o ato de servir, verbo que possui um de seus sentidos dicionarizados de “viver ou trabalhar como servo” (FERREIRA, 2010, p. 1923). Somando a essas reflexões, salientamos ainda que o vocábulo servo pode ser compreendido, no dicionário, como “aquele que não tem direitos, ou não dispõe de sua pessoa ou bens” (FERREIRA, 2010, p. 1923). Essa rede de sentidos a respeito da palavra serviço causa-nos estranhamento, sendo bastante relevante para nossa análise a respeito da relação que se estabelece entre o ser humano e a natureza.

Podemos vislumbrar o sentido de servidão do meio ambiente em relação à sociedade. Os serviços que são disponibilizados pelos ecossistemas dão sustentação à vida humana e são a base da existência de bilhões de pessoas, contudo em uma relação exploratória sobre aquele “que não tem direitos”. A relação de servidão, embora reverberando nas concepções de “serviços ambientais”, possui contrapontos, como já

discorremos no capítulo terceiro deste trabalho, quando abordamos, por exemplo, o direito intrínseco da vida, a partir das concepções da ecologia profunda. Acrescentamos a essa argumentação a recente constituição do Equador, do ano de 2008, que possui um capítulo dedicado aos direitos da natureza. O texto apresenta que a natureza “tem o direito que se respeite integralmente sua existência e a manutenção e regeneração de seus ciclos vitais, estrutura, funções e processos evolutivos” (tradução nossa)<sup>50</sup> (ECUADOR, 2008, p. 52). A respeito dos serviços ambientais, nesta constituição, é afirmado que eles não são suscetíveis de apropriação. Com essa delimitação, percebemos uma tentativa de deslocamento de sentido da expressão de uma visão voltada ao capital natural para uma percepção um pouco menos utilitarista da natureza, já que esses bens não são suscetíveis de terem dono.

A questão de a natureza poder ser, a partir do capitalismo, “aquele que não tem direitos, ou não dispõe de sua pessoa ou bens” (conforme aponta Ferreira (2010, p. 1923)) também nos remete a outras reflexões de contraponto, como por exemplo, a questão dos direitos animais. Em 1998, no dia 10 de dezembro, na mesma data que é celebrado o dia dos Direitos Humanos, a ONG inglesa Uncaged impulsionou a criação do Dia Internacional dos Direitos Animais. O movimento, que argumenta que os animais possuem direitos, também é respaldado por filósofos, como Peter Singer. Ele defende que qualquer ser que é capaz de sofrer deve receber igual consideração de interesses, não importando sua espécie. Singer (2010) argumenta que é preciso combater o preconceito do especismo, ou seja, animais humanos e não humanos devem ser respeitados da mesma forma. Outro ícone desse pensamento é Tom Regan, que também argumenta que os animais, como qualquer ser humano, possuem direito à liberdade, à integridade física e à vida (REGAN, 2006).

Consideramos pertinente trazer essas ponderações, pois são esses alguns dos silenciamentos que identificamos neste discurso. Observamos, então, a partir da análise do termo “serviços ambientais” que a relação do ser humano e do meio ambiente é desproporcional. Dentro dos paradigmas atuais, infelizmente não há abertura para que os direitos da natureza possam ser considerados em sua integridade, ou seja, que haja

---

<sup>50</sup> Tiene derecho a que se respete integralmente su existencia y el mantenimiento y regeneración de sus ciclos vitales, estructura, funciones y procesos evolutivos. (ECUADOR, 2008, p. 52)

respeito ao valor intrínseco da vida. Assim, a sustentação a que se refere esse discurso é a da vida humana, embora todos os seres, das plantas aos animais, necessitem dos ecossistemas para sua sobrevivência.

Fatheuer (2014) faz uma análise de como a linguagem econômica “colonizou” a problemática ambiental com o objetivo de unir os propósitos de conservação do meio ambiente e de desenvolvimento econômico. Nesse sentido, além da expressão “capital natural” que já discutimos anteriormente, também se enquadra a expressão “serviço ambiental”. Consideramos a reflexão do autor muito pertinente. Ao expor que o sistema econômico vigente, além de explorar os homens e a natureza, também coloniza nossos modos de fala. Por isso, ponderamos a importância de adentrarmos os sentidos dicionarizados dos termos com os quais estamos trabalhando. Muito além de um produto intangível, serviço ambiental também designa uma relação desproporcional e fragmentada entre o ser humano e a natureza, como já abordamos. Assim, também são silenciados sentidos de outros tipos de relação entre homem e natureza. Sabemos, por exemplo, que populações tradicionais percebem o meio ambiente de forma mais sistêmica e conectada aos seus modos de vida.

A partir das SDs destacadas, uma das palavras que nos chamou atenção, dentro desse discurso, é “infraestrutura”. Segundo Ferreira (2010, p. 1158), esse vocábulo pode ser entendido como a “base material ou econômica de uma sociedade ou de uma organização”. Essa infraestrutura, segundo as matérias, precisa receber investimento e precisa ser conservada. E para garantir sua conservação é necessário descrevê-la “em termos que homens de negócios possam entender”, conforme coloca a E-SD135. Perguntamo-nos para quem se pretende que essa “infraestrutura” seja conservada? Seria para as populações tradicionais da floresta ou para os interesses daqueles mais ricos economicamente?

Compreendemos que a percepção da importância da “infraestrutura natural do planeta” surge dentro de um contexto de desintegração dessa base de vida. Que tipo de formação ideológica proporciona que a fundamentalidade da natureza seja percebida somente durante uma crise? Seria porque somente agora está sendo ameaçado o modo de vida da parcela da população mais rica economicamente? Dentro desse discurso, também é argumentado que os ecossistemas promoveram a vida de forma gratuita e nesse

momento, não há mais como perpetuar essa condição. Assim, é preciso que se reconheça o capital natural, seus ativos e serviços, os quais possuem um dono e um preço, antes que a infraestrutura ecológica ruine.

Quando chegamos à análise dos sentidos de ser humano neste discurso, vislumbramos um sentido polissêmico ao que se espera de relações mercadológicas. A partir do vocábulo “guardião” podemos depreender noções que vão além de uma relação estritamente econômica com a natureza. Abaixo trazemos esses exemplos, além de identificar o sentido de ser humano como fornecedor do serviço ambiental. Vejamos:

Efeito de Sentido	Exemplo na Rede
Ser humano que guarda e fornece	E-SD79: Os autores do trabalho afirmam que os atuais sistemas de avaliação econômica falham ao não levarem em conta os valores dos serviços ambientais de longo prazo bem como, frequentemente, ignorarem o valor monetário desses serviços para os usuários ou <b>fornecedores</b> .
	E-SD140: Nesse movimento, proprietários rurais que têm manancial em suas terras – caso dos moradores de Extrema –, e os mantêm preservados, <b>prestam</b> de graça um enorme serviço ambiental para quem se beneficia na outra ponta da torneira.
	E-SD147: É algo que, por lei, já deveria ser cumprido de qualquer maneira, e muitas populações tradicionais e indígenas já vinham fazendo sem ganhar nada. Com a compensação financeira, se espera valorizar o trabalho dessas pessoas e incentivar que, aquelas que não agiam em prol da conservação, passem a atuar como <b>guardiãs</b> da floresta.
	E-SD155: “Há anos já discutimos a necessidade de um sistema de beneficiamento, de um modelo de pagamento pelos serviços ambientais que <b>prestamos</b> ”, afirma Manoel Cunha, presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros, que se apresenta em Poznan na semana que vem em um evento paralelo à conferência principal. “Vivemos da floresta, conservando essa floresta, por que não sermos recompensados por isso?”
	E-SD176: “ <b>Sempre preservei</b> , dá pena derrubar. Já vi até onça ali.”
	E-SD230: “Na análise de quem pode participar, é preciso identificar qual é o serviço e tentar sempre fazer a conexão entre quem está <b>fornecendo</b> esse serviço e quem é a pessoa beneficiada por ele. Que pode ser uma cidade, uma indústria, a própria agricultura”, diz.
	E-SD241: Os povos tradicionais – como os índios e ribeirinhos da Amazônia, os inuits do Ártico, os povos das montanhas nos Himalaias, os aborígenes da Austrália, os maoris do Pacífico – são os principais <b>guardiões</b> da sabedoria associada aos recursos naturais e, em muitos casos, os <b>guardiões</b> na prática de áreas protegidas.
	G-SD272: – A gente entende que quem mora nessas áreas e não derruba a floresta <b>presta</b> um serviço ambiental – diz Luiz.
	G-SD288: A preservação da floresta de Araucária do Paraná pode estar ameaçada. O motivo é a redução gradativa do número de faxinais, comunidades coletivas tradicionais típicas que funcionam como <b>guardiãs</b> da mata.
	G-SD290: – <b>Desde que vim morar no sítio, há mais de vinte anos, protejo a mata na beira do rio</b> e em volta da minha casa, mesmo sem



	ninguém nunca ter me dito que isso era obrigatório. Cuidei porque queremos água limpa no rio e viver cercados de mato.
--	--

Quadro 6 – Exemplos de efeitos de sentido de ser humano que guarda e fornece, no *corpus* discursivo. Fonte: Elaboração da autora.

Guardião é aquele que guarda. A ação de guardar tem um de seus sentidos dicionarizado definido por “vigiar com o fim de defender, proteger ou preservar” (FERREIRA, 2010, p. 1062). A partir do exposto no Quadro 6, percebemos que essa prática vem, de forma geral, de uma conduta anterior à valorização econômica da biodiversidade e dos ecossistemas. Podemos perceber nas SDs destacadas que esses agentes, na verdade “prestam” esse serviço por motivos culturais e como característica pertencente a seus modos de vida, como os indígenas, os seringueiros e as comunidades dos faxinais do Paraná. A partir disso, podemos vislumbrar uma outra relação do ser humano com a natureza, mais sistêmica e integradora. O agricultor diz, na E-SD176: “Sempre preservei, dá pena derrubar.”

Por outro lado, a marca discursiva fornecedor tem o sentido dicionarizado de “aquele que fornece ou se obriga a fornecer mercadorias” (FERREIRA, 2010, p. 973). Enquanto que o verbo fornecer pode ser compreendido como “abastecer de; dar” (FERREIRA, 2010, p. 973). De fato, graças às práticas também dessas comunidades a sociedade de uma forma geral pode ser abastecida, daquilo que dá sustentação à vida, como os alimentos e a água. Ao mesmo tempo, embora não explícito na superfície linguística, percebemos que a relação do guardião do meio ambiente reconfigura-se quando entra a racionalidade econômica. O guardião torna-se um fornecedor que não vai mais prestar gratuitamente seus serviços de protetor dos ecossistemas, mas será compensado por isso. A relação de guardião e fornecedor é vista a partir de uma relação de compensação financeira pelo trabalho realizado. O mercado e os governos propõem um novo tipo de interação dessas populações com a natureza, mostrando que é possível ter ganhos financeiros, a partir de seus modos de vida.

É importante ponderar que, dentro do contexto atual, os modos de vida associados de forma mais sistêmica ao meio ambiente, muitas vezes, estão ameaçados pelas forças econômicas. O agricultor familiar, por vezes, pode querer migrar sua cultura de caráter mais tradicional para uma que, em determinado momento pode ser mais rentável, como a soja e o eucalipto. Diante de dificuldades financeiras e de subsistência, essas populações, conforme expomos no terceiro capítulo deste trabalho, podem ser levadas a

um “comércio forçado” de prestação de serviços ambientais, já que não há muitas opções e incentivos para outros tipos de geração de renda. Uma oportunidade de ganho é bem-vinda nesse contexto. Vemos essa percepção reverberando na SD abaixo:

E-SD234: As primeiras famílias de índios escolhidas para receber a Bolsa Verde de R\$ 300 por trimestre foram selecionadas **nas comunidades mais assediadas por contratos de venda de créditos de carbono**, informou ao Estado o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Márcio Meira. O objetivo seria impedir que os índios vendam por milhões de dólares direitos até sobre benefícios da biodiversidade de seus territórios.

Ao mesmo tempo que enxergamos a relação de guardião que, em princípio, não se estabelece pelo viés econômico, percebemos também que ela só é constatada pela sociedade, devido à escassez de recursos ambientais que perturba a possibilidade de perpetuação do modelo econômico vigente. Essas comunidades guardiãs estiveram historicamente em seus meios, trabalhando com a floresta, com o campo e a água, construindo relações mais harmoniosas com a natureza e desenvolvendo conhecimentos sobre a biodiversidade. Contudo é apenas no momento de crise que se dá visibilidade a todo o cuidado ao meio ambiente que as comunidades exerceram no transcorrer de gerações. Pelo olhar do “homem econômico”, a prática da preservação é valorizada e assim essas comunidades tornam-se as “guardiãs” da natureza e por isso possuem o direito de receber uma compensação financeira. Essa compensação, no entanto, tem um custo que pode ser a perda dos direitos sobre os seus territórios, conforme apontado na E-SD234 e questionado na SD abaixo:

E-SD154: “Cada vez mais se ouve falar a respeito do comércio de carbono, mas **os povos indígenas não estão sendo incluídos nas discussões**. Queremos saber: **quem será o dono do carbono?** Que impacto isso terá sobre nós?”, questionou.

Parece-nos que o sentido que se configura é que essas comunidades estavam guardando o meio ambiente para atendimento das necessidades da parcela da população economicamente rica. E agora que a função da preservação já foi realizada e pode continuar sendo, essa sociedade pautada por paradigmas capitalistas compensa os modos de vida de indígenas, quilombolas e seringueiros, com dinheiro. É como, se além do meio ambiente ser convertido em números na lógica do capitalismo, culturas milenares, como as indígenas, pudessem também o ser. Assim a palavra guardião revela uma tentativa de quantificar um trabalho e uma cultura que, ao nosso ver, não pode ser traduzida em números.

Outra ponderação relevante a respeito da marca discursiva “guardião” também é realizada por Silva (2013), quando ela analisou a comunidade da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro, no Amazonas. A pesquisadora aponta a construção pelo Estado de uma retórica de corresponsabilidade pela gestão ambiental.

[...] o Estado, ao conferir um suposto poder de vigilância aos guardiões da floresta, passa, de certa forma, a se desobrigar de sua função clássica de proteger as fronteiras e de promover a segurança, que, nesse caso, corresponde às áreas de proteção ambiental que compõem a região central da floresta amazônica [...]. (SILVA, 2013, p. 140).

Pelo exposto, podemos perceber a complexidade dessa marca discursiva. Ao conferir-se *status* de “guardiões” às populações tradicionais da floresta, depreendemos que esse discurso mostra mais uma relação de desigualdade, na tarefa de conservação ambiental, dentro dos paradigmas vigentes.

Além do papel de guardião/fornecedor, identificamos que o ser humano, nesta rede discursiva, também possui outro papel. Pudemos depreender sentidos de uma sociedade que consome e degrada o meio ambiente. Vejamos abaixo as SDs que expressam esse sentido:

Efeito de Sentido	Exemplo na Rede
Ser humano que consome e degrada.	F-SD25: A humanidade está fazendo <b>um saque a descoberto</b> no grande (porém finito) banco dos ecossistemas globais. O resultado é um colapso futuro na capacidade do planeta de fornecer bens e serviços naturais aos seres humanos, cujo primeiro efeito prático deve ser a impossibilidade de atingir as metas das Nações Unidas de combate à fome em 2015.
	F-SD26: As conclusões da chamada Avaliação Ecosistêmica do Milênio, como quase tudo o que diz respeito ao ambiente global, são desalentadoras: quase dois terços dos chamados serviços ambientais <b>estão em declínio acelerado</b> .
	F-SD28: Como tal <b>degradação</b> não aparece na balança comercial, países como o Equador, o Cazaquistão e a Etiópia, que tiveram um aumento de seu PIB em 2001 e experimentaram perda de florestas e recursos energéticos, teriam na verdade prejuízo caso o passivo ambiental fosse incluído.
	F-SD65: <b>Destruir espécies</b> equivale a colocar em risco os chamados serviços ambientais – purificação de água, polinização, renovação do solo e controle do clima –, que esses seres vivos mantêm em atividade, de graça.
	F-SD75: No Dia da Sobrecarga, porém, expressa-o de outra maneira: <b>para sustentar o atual padrão médio de consumo</b> da humanidade, a Terra precisaria ter 50% mais recursos.
	E-SD95: Pela avaliação da CDB, dos 24 serviços ambientais prestados pela biodiversidade, pelo menos <b>15 estão em declínio</b> .
	E-SD131: Vários mecanismos estão surgindo no Brasil e no mundo com esse fim, mas a base de todos eles é a mesma – até hoje os serviços que o

	ambiente nos presta, como os citados acima, foram aproveitados de graça. Sem terem um valor real de mercado, ou <b>foram consumidos sem muito controle ou vêm sendo destruídos sob a justificativa do desenvolvimento econômico.</b>
	E-SD226: “Temos de ir além da abordagem legalista e mudar o 'paradigma do mato'. O brasileiro tende a ver o mato como sinônimo de sujeira. Isso faz com que às vezes os proprietários deixem pegar fogo, desmatar clandestinamente”, diz. Para ele, ao ganhar um valor, o mato pode ser olhado de outra forma. “Mesmo que um grande proprietário não vá depender disso para ficar mais rico, com a precificação, ele pode começar a olhar para aquilo com bons olhos, <b>não vai ser um estorvo que poderia ser degradado.</b> Ele vai cuidar desse ativo.”
	G-SD322: A ministra não especificou quais seriam essas obrigações, mas deixou claro que o <b>padrão de consumo dos países desenvolvidos</b> “não pode ser replicado para todo o planeta”.

Quadro 7 – Exemplos de efeitos de sentido de ser humano que consome e degrada, no *corpus* discursivo.  
Fonte: Elaboração da autora.

Para que haja um serviço, além de seu fornecedor, também é necessário um consumidor. Chama-nos atenção um dos sentidos dicionarizados do verbo consumir definido por “gastar ou corroer até a destruição; devorar; destruir; extinguir” (FERREIRA, 2010, p. 567). Esse gasto voraz dos recursos do planeta Terra é vislumbrado na G-SD75, na qual é explicado que para sustentar o padrão de consumo atual, anualmente, seriam necessários 50% mais recursos naturais, além dos já existentes no planeta. Na G-SD322, há o alerta de que não existe possibilidade de o padrão de consumo dos países desenvolvidos ser replicado em todo o mundo.

É interessante observar o encontro de sentidos do verbo consumir com a perspectiva da degradação. Na F-SD65, é utilizado o verbo “destruir” que, segundo o Ferreira (2010), é uma das formas que podemos compreender o ato do consumo. Talvez nossa sociedade perceba a realidade de forma tão fragmentada que não consegue conectar o fato de que as compras supérfluas e o exagero do consumismo estejam degradando o ambiente. Para que alguma coisa material esteja em nossas mãos, é preciso que haja um vazio em outro lugar, é o princípio de um sistema fechado como o planeta Terra. Consumir gera impactos negativos no meio ambiente, por isso é necessária a ponderação. A questão é complexa. Parece que a humanidade não exerce o consumo para sua subsistência, mas o faz de forma predatória. Até onde chegaremos com necessidades de comprar objetos que não necessitamos? Até onde chegaremos sem um limite? Até onde chegaremos em uma sociedade que não tem controle sobre sua ânsia de ter cada vez mais objetos e dinheiro? Quando perceberemos que consumir é degradar a nossa própria casa?

Além do consumo humano como degradação, nossa investigação também observou que neste discurso não é pautado, na superfície linguística, a relação de dependência de outros seres com os ecossistemas. Entendendo o verbo consumir no sentido de utilizar os recursos ambientais para manutenção da vida, a partir das SDs que destacamos, não vislumbramos outros consumidores como os animais e outros seres vivos além dos seres humanos. Dentro dos sentidos dicionarizados do vocábulo serviço, talvez possamos depreender que seria improvável a aparição explícita de um usuário do serviço que não fosse o ser humano (por exemplo alguma espécie da fauna), já que somente em sociedade se estabelece relações de compra e venda.

Outra noção que destacamos dessa relação de consumo é que ela foi aproveitada até o momento atual de forma gratuita, assim como a natureza e os guardiões da floresta forneceram serviços ambientais de graça. Como o serviço ambiental até o momento foi gratuito, a degradação ambiental também não foi paga. O novo paradigma, dentro do capitalismo, propõe que essas contas sejam acertadas e tanto a conservação, como a degradação ambiental tenham valor. Assim, quando a natureza vira cifra ela não é mais “um estorvo que poderia ser degradado”, conforme aponta a E-SD226. É importante destacarmos mais uma vez que esse consumo e essa degradação são gerados de maneira geral pela parcela mais economicamente rica do planeta e os estilos de vida consumistas que tornam a relação humana com o meio ambiente insustentável.

A partir da análise realizada a respeito dos papéis que se apresentam no discurso sobre a configuração do mercado de serviços ambientais nos jornais estudados, podemos agora compreender os sentidos de pagamento por serviços ambientais que emergem nesta rede. Apontamos principalmente dois efeitos de sentido sobre o PSA. Um deles é o que enquadra esse instrumento econômico como alternativa, solução e inovação aos problemas ambientais. O outro é o PSA como um instrumento que possui obstáculos para sua efetivação. Podemos conhecer abaixo algumas das sequências discursivas em que destacamos esses sentidos:

Efeito de Sentido do PSA	Exemplos na Rede
Como alternativa, solução e inovação	F-SD51: Os chamados “pagamentos por serviços ambientais”, segundo os governadores, são a forma de <b>conciliar “crescimento econômico com sustentabilidade ambiental”</b> .

	<p>F-SD54: “É uma guerra que estamos perdendo antes de começar.” Segundo ele, <b>é preciso criar mecanismos econômicos para premiar quem preserva a biodiversidade, como o pagamento por serviços ambientais.</b></p> <p>E-SD102: “Ao restringir muito o uso dos terrenos, a legislação não previu a desvalorização fundiária e o desinteresse dos proprietários por um lote onde não se pode fazer nada, o que acabou levando ao abandono e às invasões. <b>Por isso, o pagamento por serviços ambientais é visto com tanta importância.</b>”</p> <p>E-SD107: <b>A ideia é valorizar a floresta em pé de forma a torná-la economicamente mais competitiva na comparação com a pecuária e a agricultura.</b> A proposta das ONGs usa o conceito de pagamento por serviços ambientais que hoje são prestados “gratuitamente” pela floresta, como retenção de carbono e produção de chuvas.</p> <p>E-SD162: “<b>O pagamento por serviços ambientais é uma tendência</b>”, afirma Bracale, de Nazaré Paulista.</p> <p>E-SD170: “<b>O conceito de pagamento por serviços ambientais é inovador</b> porque mostra que há benefícios econômicos diretos na preservação”, explica Fernando Veiga, gerente de serviços ambientais da ONG The Nature Conservancy (TNC).</p> <p>E-SD175: Valle defende o pagamento por serviços ambientais principalmente para pequenos produtores que, <b>sem ajuda, não conseguiriam manter os serviços ambientais em suas terras.</b></p> <p>E-SD194: A engenheira florestal defende que os <b>proprietários sejam incentivados a manter as áreas verdes nas propriedades com ações como o pagamento por serviços ambientais.</b> Nova Iorque já faz isso há cerca de 20 anos e em São Paulo existe um projeto-piloto em que os produtores rurais recebem por permitirem a manutenção da qualidade da água em uma região.</p> <p>E-SD208: O relator da matéria, deputado Jorge Khoury (DEM-BA), disse que os projetos mostram que o Brasil está em sintonia com as negociações internacionais do clima. “<b>Estamos na vanguarda dos temas ambientais.</b>”</p> <p>E-SD212: “Os projetos de pagamento por serviços ambientais estão se consolidando e <b>são um caminho sem volta</b>”, diz Helena.</p> <p>G-SD291: Com o pagamento por serviços ambientais, <b>a ideia é recompensar quem manteve uma boa área de mata nativa de pé e ajudar a recuperar áreas perdidas.</b></p> <p>G-SD310: Ingrid Silveira reconhece que a despoluição do rio ainda é um desafio do projeto, que <b>deve ganhar fôlego com o sistema de pagamento por serviços ambientais</b> a ser lançado até março pela Agência.</p>
Com obstáculos para efetivação	<p>F-SD7: Apesar de tanto otimismo, <b>o mercado de serviços ambientais ainda está verde -no mau sentido.</b></p> <p>F-SD53: “Os limites não estão muito claros. Há municípios amazônicos que têm donos para 200% das terras, por exemplo, por conta de títulos sobrepostos. E o fato é que <b>você só pode fazer o pagamento por serviço ambiental em áreas onde você sabe quem é dono</b>”, disse.</p> <p>E-SD111: “Alguns indivíduos poderão até parar de desmatar. <b>Mas as forças de mercado que dependem dos produtos que esses atores fornecem hoje (como soja e carne) continuarão atuando.</b> Alguém vai ter que atender a essa demanda”, disse.</p> <p>E-SD157: “Para que seja possível tirar proveito das oportunidades que surgem da crescente demanda por serviços ambientais prestados pela Amazônia, duas precondições mostram-se essenciais: <b>a regularização do caos fundiário</b> e a instituição de um sistema de licenciamento de propriedades rurais”, mostra o trabalho.</p> <p>E-SD247: “Mas <b>a ausência de um marco legal causa uma certa insegurança</b>”.</p>

	E-SD254: Segundo o economista Pavan Sukhdev, autor de um artigo sobre o valor econômico de pagamento por serviços ambientais, <b>seriam necessários entre US\$ 150 bilhões e US\$ 440 bilhões</b> por ano para garantir a manutenção da biodiversidade no planeta. De acordo com especialistas, <b>atualmente é estimado que sejam pagos cerca de US\$ 10 bilhões por estes serviços.</b>
	G-SD348: Segundo Paul Simpson, CEO do Carbon Disclosure Project, maior organização sem fins lucrativos voltada ao monitoramento dos projetos de redução de gases-estufa no mundo, <b>o pagamento por serviços ambientais só deve decolar quando houver uma crise de demanda por redução de emissões.</b>

Quadro 8 – Exemplos de efeitos de sentido sobre PSA, no *corpus* discursivo. Fonte: Elaboração da autora.

O PSA aparece como uma alternativa de compensar a degradação ambiental e o comportamento humano consumista. É uma tendência, um caminho sem volta, um instrumento econômico inovador. Por outro lado, essa alternativa só vai se consolidar quando houver uma “crise de demanda por redução de emissões”, conforme coloca a G-SD348. A expectativa que evidenciamos nesse discurso é que o instrumento pode impulsionar e incentivar a conservação. Além disso, que ele possa ser uma forma de compensação às populações que já preservam o meio ambiente.

A expressão “floresta em pé” também se coloca nesse discurso, que mostra uma alternativa de geração de renda, não pela derrubada da mata, mas por seu valor monetário, pelo capital natural que representa. Assim, devido às pressões do sistema econômico que ameaçam a conservação dos ecossistemas, é necessário que a natureza seja competitiva com outras forças de mercado. O meio ambiente precisa também ser uma de empresa, capaz de concorrer com a soja e a pecuária. Conforme a SD abaixo coloca:

E-SD123: “**A maior empresa do mundo não é o Wal-Mart, nem a Microsoft, nem a BMW, é a natureza**”, disse o secretário-executivo da CDB, Ahmed Djoghlaif. “Nós somos os principais acionistas, e estamos destruindo nosso capital.”

A inovação que é reafirmada, nas SDs do Quadro 8, é a inovação do capitalismo. É a mudança para uma economia verde e para valorização do capital natural, na qual a natureza tem seu valor intangível integrado ao mercado. É uma proposta de acumulação do capital, por meio dos processos realizados pelo meio ambiente e dos cuidados dos guardiões da floresta. Para que essa iniciativa se concretize é evocado o argumento de que a conservação pode gerar lucros.

Contudo, conforme o segundo sentido que destacamos referente ao PSA, essa alternativa e inovação da economia tem obstáculos para sua consolidação. No Brasil, empecilhos muito pragmáticos são mostrados, por exemplo, a questão da regularização

fundiária e a falta de um marco legal nacional. A F-SD53 afirma “só pode fazer o pagamento por serviço ambiental em áreas onde você sabe quem é dono”. Outro obstáculo evidente é que o próprio mercado que pressiona a degradação da floresta. É interessante perceber que, ao mesmo tempo que o mercado é uma força de desmatamento, é só ele que poderá fazer “decolar” os sistemas de pagamento por serviços ambientais, conforme explica a G-SD348.

Dentro de nossas análises, uma das expressões que nos chamou atenção foi a encontrada na F-SD7: “Apesar de tanto otimismo, o mercado de serviços ambientais ainda está verde – no mau sentido”. Ou seja, ainda não está maduro para decolar. O verde aqui possui um sentido polissêmico referente ao que normalmente se espera do uso dessa marca lexical dentro de um discurso sobre questões ambientais. Verde refere-se à conservação e práticas que de alguma forma visem impactos positivos no meio ambiente, contudo o mercado de serviços ambientais não está próximo desse verde. Podemos ponderar que a sociedade, na lógica capitalista, ainda não está madura para considerar a natureza com seu valor intangível.

Esse é um comércio que tem uma rede complexa de atores, como já abordamos. Por um lado, os guardiões da floresta que mantêm o funcionamento dos serviços ecossistêmicos, por outro, aquela parte da população que consome os recursos ambientais e os degrada. Embora seja uma alternativa de conservação, apenas US\$10 bilhões são gastos por ano no mundo inteiro em iniciativas como essa, enquanto se precisaria no mínimo 15 vezes mais.

Conquanto tenhamos encontrado sentidos que correspondem aos preceitos da economia verde, ainda conseguimos vislumbrar efeitos de sentido que questionam a efetividade dos mecanismos econômicos de valoração da vida, conforme abaixo:

Efeito de Sentido	Exemplo na Rede
Valorização econômica da natureza criticada	E-SD106: Na prática, dizem os pesquisadores, <b>isso significaria pagar as pessoas para cumprirem a lei</b> , além de não garantir a conservação da floresta.
	E-SD110: “ <b>O que precisa ser remunerado é uma mudança de paradigma</b> , para produzir sem destruir.”
	E-SD112: “ <b>A única solução é reduzir as emissões antrópicas (causadas pelo homem)</b> , e não ficar pedindo crédito pelo que a natureza faz”, afirma Gylvan.
	E-SD245: O estilo pragmático de Correa destoou do de Evo Morales, presidente da Bolívia. <b>Morales atacou o conceito de economia verde</b>



	<b>como uma nova forma de “colonialismo para submeter os governos anti-imperialistas e anticapitalistas”.</b>
	E-SD246: <b>“Paguem a dívida ecológica, não a dívida externa.”</b> E tripudiou: “Sentimos que a dívida dos países capitalistas é impagável, enquanto que a situação dos países pobres e em desenvolvimento é melhor que a deles”.
	G-SD346: No Brasil, a legislação que cria o marco regulatório nacional, estabelecendo padrões para o pagamento por serviços ambientais (PL 792/2007), ainda tramita na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados. <b>Enquanto isso, organizações da sociedade civil se unem para avaliar a eficácia dessas iniciativas, criticando o que chamam de “mercantilização da floresta”.</b>
	G-SD351: Por outro lado, pesquisadores trabalham em cima da questão: <b>será que é realmente necessário dar valor monetário às florestas para preservá-las?</b>
	G-SD352: – <b>Não faz sentido que uma empresa possa emitir o quanto de carbono quiser nos Estados Unidos e pagar algo para um projeto na Amazônia compensar.</b> É preciso acompanhamento, capacitação no manejo florestal.

Quadro 9 – Exemplos de efeitos de sentido questionadores sobre a monetarização da natureza, no *corpus* discursivo. Fonte: Elaboração da autora.

“Será que é realmente necessário dar valor monetário às florestas para preservá-las?”, conforme é questionado na G-SD351. Uma das questões colocadas é sobre a efetividade dos mecanismos econômicos frente à legislação ambiental, conforme também explicamos, no terceiro capítulo deste trabalho. Não seria mais eficaz se as leis fossem efetivadas? Outra expressão que nos causou surpresa ao encontrá-la foi justamente em consonância com a crítica que estamos levantando sobre a “mercantilização da floresta”, conforme é dito na G-SD346. Ferreira (2010, p. 1376) explica que um dos sentidos do verbo mercantilizar é “tornar objeto de comércio”. Assim, é questionado o fato de a natureza ser coisificada diante das propostas capitalistas de conservação ambiental.

Embora as críticas levantadas não sejam predominantes, dentro de nosso *corpus* discursivo, é de fundamental importância evidenciar as tensões presentes no discurso e efeitos de sentido que são inscritos em ideologias diferenciadas. Por exemplo, na E-SD112, é sugerida a solução da diminuição do consumo, quando o especialista Luiz Gylvan defende que é necessário reduzir as emissões antrópicas de gases de efeito estufa. O homem não deve “ficar pedindo crédito pelo que a natureza faz”. Percebemos dessa maneira, um deslocamento de sentido. Ainda salientamos, a E-SD245, em que é evidenciada explicitamente uma crítica à economia verde, quando há destaque para a fala de Evo Morales, presidente da Bolívia, durante a Rio+20, evento que impulsionou as discussões sobre esse debate.

## 5.5 FECHAMENTO

A partir do referencial teórico-metodológico da Análise do Discurso francesa, buscamos percorrer um caminho de pesquisa que pudesse responder nosso objetivo geral que é *compreender a construção dos discursos jornalísticos sobre Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), nos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo*. Para isso, também recorremos a outras ferramentas de análise, no item 5.2 do trabalho, com as nuvens de palavras e gráficos. Em seguida, consideramos pertinente focar em um aspecto geral que vislumbramos em nossa leitura do *corpus* e assim trouxemos para discussão sequências discursivas que evidenciaram nossa percepção de um discurso pautado na incerteza. Por fim, escolhemos adentrar nos efeitos de sentido sobre PSA, a partir da rede dos “personagens” que compõem esse mercado: a natureza (empresa), o serviço ambiental (produto) e o ser humano (usuário/fornecedor).

A primeira etapa de nossa análise nos permitiu perceber que o discurso sobre o PSA, de forma geral, está situado em uma compreensão da natureza focada na floresta e na exuberância de uma fauna robusta. Em consequência, em um aspecto nacional, verificamos que esse discurso frequentemente trata sobre a realidade do bioma Amazônico. Percebemos que outros biomas, Pampa, Pantanal, Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica, possuem poucas aparições. Eles fazem parte de enfoques silenciados nesses textos, junto a percepções de meio ambiente mais complexas e interconectadas.

Pudemos notar que o jornal *O Estado de S. Paulo* mostra nos títulos das notícias e reportagens analisadas uma preocupação com o contexto nacional de forma ampla, tendo a palavra “país” como uma das mais repetidas nesses títulos. Esse fato nos lembrou a posição que o jornal ocupa como um periódico de referência no Brasil, o qual tem, entre outros papéis, o de formação da opinião pública. Por outro lado, percebemos que o jornal *O Globo* traz acentuada evidência ao estado e à cidade do Rio de Janeiro, assim como o periódico *Folha de S. Paulo*, ao estado e à cidade de São Paulo.

Em relação a uma perspectiva temporal, por meio dos gráficos elaborados com quantidade de notícias por ano em cada jornal, pudemos perceber que a publicação de matérias sobre nosso tema de pesquisa passa a acontecer com maior recorrência a partir de 2008, embora com um declínio no jornal *Folha de S. Paulo*, entre 2011 e 2013. No

ano de 2008 ano foi publicado o primeiro estudo da Organização das Nações Unidas (ONU), chamado *A Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade* (TEEB, sigla em inglês), marco no tema da valoração da natureza. Apesar de nem todos os jornais terem tratado sobre esse assunto em notícias específicas em 2008, na perspectiva da Análise do Discurso, consideramos que esse documento da ONU, tenha reverberado nos textos analisados do período, fazendo parte do eixo do interdiscurso.

Na segunda parte da análise, constatamos que repetidamente esse discurso é acionado na perspectiva da possibilidade. Construções verbais e expressões mostraram-se para nós como marcas discursivas da incerteza. Essa etapa permitiu que pudéssemos perceber que esse discurso está situado, em parte, em uma Formação Discursiva Percepção da Crise Planetária no Capitalismo. Entendemos os efeitos de sentido dessa FD em um entremeio de uma FD do Capitalismo Verde e do Capitalismo Marrom. Assim, destacamos que o discurso é mobilizado dentro de um contexto de crise planetária, que tem em seu âmago a incerteza do caminho a percorrer para a solução das problemáticas atuais.

A terceira e última parte da análise permitiu que chegássemos a efeitos de sentido importantes. O primeiro que analisamos foi o da natureza/meio ambiente como capital natural – objeto do mercado. Após, dos serviços ambientais como sustentação da vida humana, do ser humano que guarda e fornece e do ser humano que consome e degrada. Esses efeitos de sentido nos ampliaram a compreensão do discurso sobre PSA, nos auxiliando a perceber quais são os “personagens” desse discurso e como se articulam. Por fim, percebemos os sentidos de PSA como uma alternativa, tendência e inovação para a efetivação da conservação ambiental, dentro da concepção da natureza como capital natural. Também percebemos um sentido de PSA “com obstáculos para sua efetivação”, já que ainda existem barreiras, dentro do próprio sistema, para que essa ferramenta se torne ampla, como as forças de mercado que impulsionam a degradação ambiental. Embora emergindo a partir de noções da economia verde, esse sentido nos mostrou um ponto de dificuldade de mudança dentro da própria economia, estando em coerência com uma concepção de mundo mais voltada ao capitalismo marrom.

Todo o discurso é marcado pela contradição e tensão. Comprovando essa premissa, pudemos ver de forma clara, embora não predominante, alguns efeitos de sentidos da “valorização econômica da natureza criticada”. Essas percepções

evidenciaram um contraponto à visão hegemônica, com uma aparição da expressão “mercantilização da natureza”, que nos tomou de surpresa. Não delimitamos esses sentidos em uma Formação Discursiva específica, pois não foram predominantes e foram muito pontuais, não permitindo que pudéssemos ter uma amostra ampla para sua análise mais profunda.

Outro ponto que podemos destacar é que de forma geral o discurso encontrado não tem correspondência total com os conceitos técnicos apresentados no terceiro capítulo. Por exemplo, o fornecimento do serviço ambiental não é claro neste discurso, ao mesmo tempo que pudemos perceber que a natureza que fornece esse serviço, o homem também é colocado como fornecedor. É importante salientar nesse sentido que não existe diferenciação em relação aos termos serviço(s) ambiental(is) e serviço(s) ecossistêmico(s), nos periódicos. Conforme apresentamos no capítulo terceiro desta dissertação, o termo serviço ambiental refere-se à ação do homem para manter um serviço ecossistêmico. Contudo as duas expressões de vocábulos acabam possuindo o mesmo sentido nos jornais, conforme exemplificamos abaixo.

**G-SD359:** Ela **estoca carbono** e a circulação de ar e umidade nela promove o resfriamento e estabiliza o regime de chuvas não só na região como fora da Amazônia. **Estes são alguns tipos dos serviços ecossistêmicos que são produto desta complexidade de seres vivos que vivem lá.** São estas espécies múltiplas de biodiversidade que prestam serviços que toda a sociedade usa.

**F-SD24:** Em tempos de Protocolo de Kyoto, isso significa que o **serviço ambiental prestado pela Amazônia** de retirar da atmosfera gás carbônico (CO<sub>2</sub>) e fixá-lo na forma de matéria vegetal pela fotossíntese pode ser **reduzido** – ou revertido – por fatores como o aquecimento global.

**E-SD140:** Nesse movimento, **proprietários rurais** que têm manancial em suas terras – caso dos moradores de Extrema –, e os mantêm preservados, **prestam de graça um enorme serviço ambiental** para quem se beneficia na outra ponta da torneira.

De forma geral, concluímos que a grande Formação Ideológica que rege esse discurso é a Capitalista, dentro dela percebemos três formações discursivas. A FD Capitalismo Verde, na qual enquadrados de forma geral os efeitos de sentido de meio ambiente como capital natural, serviços ambientais como sustentação da vida humana, ser humano que guarda e fornece e PSA como alternativa, solução e inovação. Também percebemos uma FD que denominamos de Capitalismo Marrom, em que emergem principalmente efeitos de sentido do ser humano que consome e degrada e do PSA com

obstáculos para efetivação. Entre essas duas FDs, delimitamos uma terceira que é a FD da Percepção da Crise Planetária no Capitalismo, em que enquadramos as marcas discursivas da incerteza.

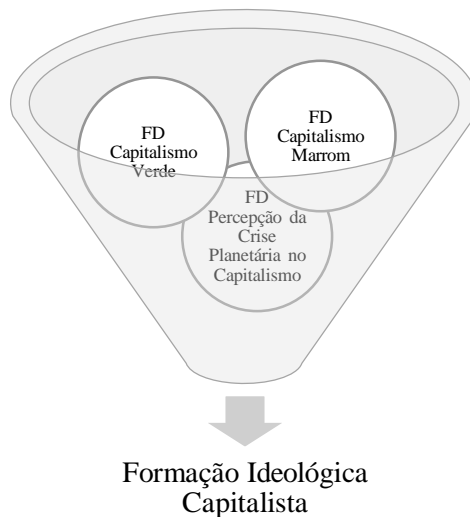


Figura 6 – Diagrama da Formação Ideológica Predominante. Fonte: Elaboração da autora.

Percebemos que essa FI delimita uma percepção da natureza enquadrada nos paradigmas da ecologia rasa. Podemos constatar uma lógica extremamente utilitarista em que a natureza é vista como um objeto que pode ou não gerar retornos financeiros e que está completamente à disposição dos interesses do homem. Em contraposição, afirmamos que a resposta para os desafios globais encontra-se em percepções sistêmicas e não fragmentadoras da realidade e dessa maneira medidas que coloquem os ecossistemas dentro de uma lógica de mercado não podem solucionar a crise planetária atual. O paradigma vigente já custou muito. Custou vidas de espécies que nem conhecemos, vidas de seres humanos, custou a perda da biodiversidade e a perda de culturas tradicionais. Quanto ainda vamos pagar?

Como destacamos anteriormente, esses discursos emergem de um contexto sócio-histórico de crise. Além disso, salientamos que o próprio jornalismo se encontra em um cenário semelhante. A prática profissional está vivendo um momento de questionamentos de sua função frente aos problemas da humanidade, enfrentando severos embates entre sua vocação ao interesse público e os interesses econômicos das empresas jornalísticas. Dentro desse cenário, o Jornalismo Ambiental evidencia a necessidade de se repensar a prática jornalística e demarcar um lugar que seja parcial na luta pela vida. É uma proposta

de solução nesse campo profissional que nos provoca a refletir sobre as práticas atuais do jornalismo.

Também podemos refletir sobre a própria posição sujeito do jornalista na atualidade, a qual está inserida em um contexto de monetarização. A notícia é um produto no mercado da informação e é tratada principalmente por esse viés, evidenciado pela ausência de apuração aprofundada de informações. Dentro dessa análise, destacamos que a informação é considerada um direito humano. Na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 (ONU, 2009, p. 10), é colocado que “todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”. Nesse sentido, sendo o jornalismo também responsável pela construção social da realidade, perguntamo-nos qual tipo de opinião é possível formar, quando não existe aprofundamento de questões complexas?

Ao apontarmos esse fato, voltamos à reflexão anterior, exposta no capítulo terceiro, em que acordos internacionais evidenciam que a natureza é um direito humano. O homem possui o direito ao meio ambiente sadio e equilibrado. As perguntas que ficam são: direitos podem ser vendidos e comprados? É o mercado capaz de prover direitos humanos? Defendemos que somente com um olhar sistêmico será possível solucionar a crise planetária. Quando esse olhar estiver incorporado na sociedade, também não será possível o capitalismo, pois a perspectiva da complexidade aponta para a cooperação e a solidariedade e não para a exploração da natureza e dos homens.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após um longo percurso, somos convidados, ao final do trabalho, a elencar pontos de destaque para seu fechamento, embora saibamos que, a partir da Análise do Discurso francesa, os sentidos sempre podem ser outros. Para isso, relembremos a problemática de nossa pesquisa: *como o jornalismo de referência, no Brasil, constrói os discursos sobre pagamento por serviços ambientais (PSA)?* Essa indagação nos acompanhou durante todo o processo de pesquisa e também nos orientou para a delimitação de nosso objetivo geral: *compreender a construção dos discursos jornalísticos sobre pagamento por serviços ambientais (PSA), nos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo.*

Um dos primeiros pontos que podemos destacar é que nosso estudo vem preencher uma lacuna, nas reflexões do jornalismo e da questão ambiental, já que não identificamos nenhuma tese ou dissertação que faça uma reflexão sobre o PSA e a prática jornalística. Além disso, procuramos trazer um viés crítico ao tema do PSA o que também vem acrescentar à produção acadêmica sobre o assunto, conforme já expomos na introdução deste trabalho.

A nossa análise aconteceu em três etapas. A primeira delas teve o objetivo de perceber um contexto geral no qual se enquadram as matérias sobre o PSA. Para isso, sistematizamos os títulos de todas as reportagens e notícias em nuvens de palavras, as quais nos permitiram verificar a recorrência dos termos utilizados nesses títulos e assim delimitar, de maneira geral, os assuntos de maior enfoque dos três jornais. Percebemos, dessa maneira, que, nesse discurso, a floresta Amazônica recebe frequente saliência, além disso percebemos que textos sobre outros biomas brasileiros são quase inexistentes. Também utilizamos gráficos que nos mostraram a distribuição de publicação dessas notícias e reportagens, através dos anos. Eles nos permitiram verificar que o discurso sobre PSA tem maior recorrência no final da década de 2000 e início da década de 2010, período no qual importantes discussões ambientais estiveram em pauta, como a publicação dos estudos de *A Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade* e a Rio+20.

Embora não estivesse entre nossos objetivos uma análise comparativa sobre os três jornais pesquisados: *Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo*, conseguimos delimitar algumas diferenças. Por exemplo, o jornal *O Globo* tem um enfoque na região geográfica do Rio de Janeiro, assim como o jornal *Folha de S. Paulo*

na região de São Paulo. Em especial, no jornal *O Estado de S. Paulo*, percebemos uma tendência em destacar aspectos nacionais em seu discurso, por meio do uso da palavra “país” nos títulos das matérias analisadas.

Ainda destacamos, que cerca da metade das notícias e reportagens que compõem nosso *corpus* vem do jornal *O Estado de S. Paulo*. Podemos levantar a hipótese de que, por ele ser um dos pioneiros no jornalismo científico, haja uma maior preocupação editorial para tratar sobre temas como o PSA. Além disso, ele é o único periódico que tem uma editoria chamada “Planeta” ainda em vigor na atualidade. Sobre o jornal *O Globo*, chamamos atenção que, por mais que defenda editorialmente a economia de mercado, ele é o único periódico que traz o termo “mercantilização da natureza”, evidenciando uma tentativa de abordar um viés mais crítico sobre o PSA ou um deslizamento de sentido.

Na segunda e terceira etapas, a partir de gestos de leitura com base nos conceitos e noções da análise do discurso, depreendemos alguns dos sentidos que circulam em nosso *corpus* discursivo. Um deles foi o da incerteza frente a solução para crise ambiental, evidenciando as (im)possibilidades do futuro da humanidade e da conservação ambiental. Parece-nos que a civilização ainda está pautada em paradigmas predatórios, embora já tenha percebido os impactos negativos que causa na saúde do planeta.

Além das marcas discursivas da incerteza, também destacamos, em nossa análise, os sentidos da natureza como capital natural, os quais evidenciaram congruência com as noções da economia verde, já que enquadram o meio ambiente como um objeto do mercado. Também em consonância com essas percepções, depreendemos o sentido de serviços ambientais como sustentação da vida humana, evidenciando que a natureza é vista de forma utilitária e rasa, pois é entendida como um objeto de uso humano sem consideração de outros seres vivos. Destacamos que a percepção do meio ambiente como parte da “infraestrutura” da sociedade procura mostrar a necessidade da valorização econômica do “capital natural” com o objetivo de evitar a degradação ambiental. Essa percepção está enquadrada dentro do sistema capitalista e das noções da economia verde.

Nas relações entre meio ambiente, economia e sociedade, salientamos, nesse discurso, um efeito de sentido de um ser humano que guarda o meio ambiente e fornece serviços ambientais. Destacamos essa percepção, a partir de um contexto em que o valor econômico do meio ambiente é discutido e evidenciado nos discursos globais da



economia verde e da valoração econômica dos ecossistemas. Assim, aquelas pessoas e comunidades que possuem práticas de preservação ambiental são valorizadas por sua função de “guardiãs”. No discurso analisado, também percebemos que o ser humano tem o papel de ser o agente do consumo e da degradação da natureza. Esse efeito de sentido evidencia ainda a ancoragem da sociedade em práticas predatórias do meio ambiente, as quais mostram pouca preocupação com a conservação da natureza.

A partir das reflexões a respeito do papel do meio ambiente e do ser humano dentro da temática dos serviços ambientais, vislumbramos efeitos de sentido de PSA, no discurso, enquadrando-o como uma alternativa e solução para degradação ambiental, em sintonia com a perspectiva da economia verde. As práticas de degradação ambiental podem ser resolvidas, nessa perspectiva, por um instrumento econômico que dê valor a floresta conservada. Assim, o desmatamento, por exemplo, poderia causar prejuízo e não ganhos econômicos. Embora o PSA seja apontado como um caminho para solucionar a crise ambiental, ele ainda tem obstáculos para sua concretização. Um deles é o engajamento do governo, dado que ainda não há um marco legal nacional para o tema. Esse efeito de sentido vai de encontro às noções da economia verde, que explicam, entre outros pontos, a necessidade do envolvimento dos governos para que a sociedade avance pelo capitalismo verde.

Apesar de não predominante, ainda averiguamos, em nosso *corpus* discursivo, sentidos questionadores a respeito da valoração econômica da natureza. Por não serem maioria, podemos enquadrá-los como deslizamentos de sentidos que apontam para uma formação ideológica menos conectada a do capitalismo. Esses efeitos de sentido também nos permitiram evidenciar as tensões e as contradições presentes, nesse discurso.

A partir dos efeitos de sentido apontados, identificamos, assim, uma Formação Ideológica (FI) predominante que é a do Capitalismo, o que também evidencia a principal perspectiva pela qual esse discurso é construído. Essa FI se desdobrou em três Formações Discursivas: FD da Percepção da Crise Planetária no Capitalismo (marcas da incerteza); FD do Capitalismo Verde (meio ambiente como capital natural, serviços ambientais como sustentação da vida humana, ser humano que guarda e fornece e PSA como alternativa, solução e inovação); e do Capitalismo Marrom (ser humano que consome e degrada e PSA com obstáculos para efetivação).

Além da estrutura do discurso que evidenciamos, também fazemos uma reflexão sobre o direito humano à informação (ONU, 2009) e o direito humano ao meio ambiente

equilibrado e sadio, trazido na declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em 1972, e também na Constituição Federal (BRASIL, 1988). Perguntamo-nos se esses direitos podem ser concretizados dentro de um contexto de desequilíbrio de valores e de crise planetária. Podemos perceber que na lógica capitalista os direitos reduzem-se a números, a créditos e débitos nas contas da economia. A quantidade, a oferta e a demanda são imperativos nessa lógica.

Dentro dessas reflexões, destacamos que o jornalismo produz um conhecimento que merece consideração. Os discursos analisados foram apreendidos da prática jornalística cotidiana, em que jornais de referência brasileiros procuram estabilizar perspectivas da realidade, por meio de sua credibilidade e prestígio. Eles nos mostram uma espécie de reflexo do funcionamento e das ideologias que permeiam nossa sociedade. Tornam-se um meio de dar voz aos discursos globalizados sobre as propostas de conservação ambiental dentro do sistema capitalista. Concluimos que esse discurso é construído em uma rede complexa de elementos, composta por jornalistas, conglomerados de comunicação, fontes oficiais, pressões mercadológicas e políticas, entre outros. O produto é a notícia que chega a sociedade como se não tivesse passado por tantos processos de enquadramento. Ela é um produto efêmero e cotidiano que evidencia uma proposta de enxergar o mundo. Mas nos perguntamos qual outra visão é possível? Quais foram as vozes silenciadas nesse discurso?

O Jornalismo Ambiental nos dá noções para questionar essas vozes silenciadas. Em última instância, percebemos de forma geral que a perspectiva menos presente, nos discursos analisados, é a da complexidade. Talvez esse fato não nos surpreenda, dado que ainda vivemos em uma sociedade pautada por uma visão utilitarista e rasa sobre a natureza, a qual também se reflete em processos exploratórios dos seres humanos que não estão no topo da hierarquia social. Muitas matérias tratam a natureza como exuberante e distante do ser humano, de forma desconectada. A própria noção de serviço ecossistêmico é fragmentada, separa a questão do “carbono”, da “água”, da “beleza cênica”, da “biodiversidade”, como se na verdade a natureza não trabalhasse em uma rede.

Outro aspecto que vale destacar é o ambiente e o contexto que o jornalismo é produzido atualmente e que pode levar aos sentidos surpreendidos. A falta de aprofundamento talvez diga respeito ao fato de que o jornalismo, assim como o meio ambiente, está sendo concebido principalmente por um viés mercadológico, esquecendo-

se de sua vocação de atender ao interesse público. Assim, evidenciamos uma posição sujeito de um jornalista que trabalha em um ambiente precário e, dessa maneira, suas possibilidades de aprofundamento e escuta de novas perspectivas são limitadas. Diante dessas reflexões, perguntamo-nos, quais os caminhos possíveis, para que a informação e o meio ambiente sejam tratados como direitos fundamentais dos seres humanos.

É necessário pautar que a mudança do paradigma civilizacional é fundamental. A humanidade precisa incorporar no seu modo de vida a diversidade e o respeito e enxergar outras culturas de forma solidária. Acolher outros seres vivos apenas pelo fato de que têm o direito fundamental à vida. O ser humano, quando deixar de olhar de forma egoísta e competitiva para o mundo, será capaz de incorporar um pensamento em rede e um olhar de alteridade e dessa maneira superar os desafios globais. Para essa modificação, o jornalismo, como agente de construção social da realidade, tem um papel essencial. Acreditamos também que é preciso educar, desde a graduação até outros níveis de formação, os jornalistas para os paradigmas da complexidade e do pensamento sistêmico. Assim, esses profissionais estarão melhor preparados para os desafios contemporâneos, promovendo leituras inovadoras, cooperativas e mais democráticas da realidade. O engajamento e atenção para o interesse público, vocação primeira do jornalismo, pode ser assim potencializado.

Temos consciência que a complexidade do tema ambiental e do PSA demanda mais estudos e outras investigações. Mas consideramos que nossa pesquisa contribuiu para ampliar o panorama de compreensão da crise ambiental e do funcionamento de nossa sociedade. Nossa esperança é colaborar para que estejamos um pouco mais perto de concretizar o desafio de enxergar a natureza de forma mais ética e cooperativa.

## REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. **Quatro teses sobre Políticas Ambientais ante os Constrangimentos da Globalização**. 2002. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sca/ppg7/doc/polambgl.pdf>>. Acesso: 28 jun. 2014.
- ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- AMARAL, Marcia. **Lugares de fala do leitor no Diário Gaúcho**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – PPGCOM, UFRGS, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/6253/000439437.pdf?sequence=1>> Acesso em: 31 jan. 2016.
- AQUINO, Renato. **Gramática objetiva da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- BELMONTE, Roberto Villar. **A Construção do Discurso da Economia Verde na Revista Página 22**. Porto Alegre: UFRGS, 2015. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – PPGCOM, UFRGS, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/117262/000967743.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 26 dez. 2015.
- BENETTI, Marcia. Análise do Discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 107-122.
- \_\_\_\_\_. O jornalismo como gênero discursivo. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 15, p. 13-28, jun. 2008.
- \_\_\_\_\_. O jornalismo como acontecimento. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira (org.). **Jornalismo e Acontecimento: mapeamentos críticos**. v. 1. Florianópolis: Insular, 2010.
- BERGER, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BONES, Elmar; HASSE, Geraldo. **Pioneiros da Ecologia: breve história do movimento ambientalista no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: JÁ Editores, 2007.
- BRAGA, José Luiz. Constituição do Campo da Comunicação. In: FAUSTO NETO, A.; BRAGA, José Luiz; PORTO, Sérgio D.; PRADO, José L. Aidar (orgs.). **Campo da Comunicação: caracterização, problematização e perspectivas**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2001.
- BRANDÃO, Helena. **Introdução à análise de discurso**. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 17 mai. 2015.

BRASIL. CÂMARA. **Projeto de Lei 792/2007**. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=453221&filenome=PL+792/2007](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=453221&filenome=PL+792/2007)>. Acesso em: 3 set. 2013.

\_\_\_\_\_. **Projeto de Lei PL 312/2015**. Disponível em: <[http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=9F9B1DC5ADE009155E6F2D8132562C41.proposicoesWeb2?codteor=1299830&filename=PL+312/2015](http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=9F9B1DC5ADE009155E6F2D8132562C41.proposicoesWeb2?codteor=1299830&filename=PL+312/2015)>. Acesso em: 8 fev. 2016.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente – Teoria e Prática**. São Paulo: Majoara Editorial, 2007.

CALADO, Rosângela. **Pagamento por serviços ambientais: limites e oportunidades para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na Amazônia Brasileira**. São Paulo: USP, 2008. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, USP, São Paulo, 2008.

CAPRA, Fritjof. Alfabetização ecológica: O desafio para a educação no século 21. In: TRIGUEIRO, André (coord.). **Meio Ambiente no Século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. 2ª ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

CORBERA, Esteve; KOSOY, Nicolás; MAY, Peter H.; MURADIAN, Roldan; PASCUAL, Unai. **Reconciling theory and practice: An alternative conceptual framework for understanding payments for environmental services**. Disponível em: <<http://www.planetaverde.org/mudancasclimaticas/index.php?ling=por&cont=artigos>>. Acesso em: 25 set. 2013.

COSTA, Lailton Alvez da. Gêneros jornalísticos. In: MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco. **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

COURTINE, Jean-Jacques. O conceito de Formação Discursiva. In: COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do Discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

CUNHA, Isabel Ferin. Crise, Corrupção Política e *Media*. In: SÁ, Alexandre; PEIXINHO, Ana Teresa; CAMPONEZ, Carlos (org.). **Aprofundar a crise: olhares multidisciplinares**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012. Disponível em: <[https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/30729/1/7-Aprofundar%20a%20crise%20\(2012\).pdf?ln=pt-pt](https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/30729/1/7-Aprofundar%20a%20crise%20(2012).pdf?ln=pt-pt)>. Acesso em: fev. 2016.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000.

DORNELLES, Beatriz. O fim da objetividade e da neutralidade no jornalismo cívico e no ambiental. In: GIRARDI, Ilza; SCHWAAB, Reges (orgs.). **Jornalismo Ambiental – Desafios e Reflexões**. Porto Alegre: Editora Dom Quixote, 2008.

ECUADOR. Constitución de la Republica del Ecuador. 2008. Disponível em: <<http://www.asambleanacional.gov.ec/documentos/Constitucion-2008.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

ERNST-PEREIRA, Aracy; MUTTI, Regina Maria Varini. O analista de discurso em formação: apontamentos à prática analítica. **Educação e Realidade**, Dossiê Língua, discurso e sujeito na educação, Porto Alegre, v. 36, n. 3, p. 817-833, set./dez. 2011.

FATHEUER, Thomas; SACHS, Wolfgang; UNMÜBIG, Barbara. Crítica à Economia Verde – Impulsos para um Futuro Socioambiental Justo. **Série Ecologia**. v. 22. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

FATHEUER, Thomas. Nova Economia da Natureza: Uma introdução crítica. **Série Ecologia**. v. 35. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2014.

FERRAZ, Fernando Cardoso. **Crise Financeira Global: Impactos na Economia Brasileira, Política Econômica e Resultados**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013 Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/ppge/FernandoFerraz.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2015.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2010.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. O caráter singular da língua na análise de discurso. **Organon – Discurso, língua e memória**, Porto Alegre, Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 17, n. 35, p. 189-200, 2003.

FISS, Dóris Maria Luzzardi. Dizeres e derivas: três épocas ou um projeto em aberto? In: **Seminário de Estudos em Análise do Discurso (SEAD)**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

FRANCELIN, Marivalde Moacir. A epistemologia da complexidade e a ciência da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 32, n. 2, p. 64-68, maio/ago. 2003. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/118>>. Acesso em: 6 ago. 2014.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente**. Aracaju: UFS, 2005.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; LOOSE, Eloisa Beling; CAMANA, Ângela. Panorama da pesquisa em Jornalismo Ambiental no Brasil: o estado da arte nas dissertações e teses entre 1987 e 2010. **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, n. 34, p. 362-384, set./dez. 2015. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/58452/35501>>. Acesso em: 26 dez. 2015.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; PEDROSO, Rosa Nívea; BAUMONT, Clarissa Cerveira. Jornalismo e sustentabilidade: as armadilhas do discurso. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; LOOSE, Eloisa Beling; BAUMONT, Clarissa Cerveira (orgs). **Ecoss do Planeta: estudos sobre informação e Jornalismo Ambiental**. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; SCHWAAB, Reges; MASSIERER, Carine; LOOSE, Eloisa Beling. Caminhos e Descaminhos do Jornalismo Ambiental. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, Universidade Metodista de São Paulo, v. 34, p. 132-152, 2012.

GORZ, André. **O Imaterial: conhecimento, valor e capital**. São Paulo: Annablume, 2005.

HAWKEN, Paul; LOVINS, Amory; LOVINS, L. Hunter. **Capitalismo Natural: criando a próxima revolução industrial**. São Paulo: Editora Cultrix LTDA, 1999.

LEDOVATO, Luciana; LENZ, Cristiane. **O conceito de Formação Discursiva – múltiplos olhares**. Anais do VI SEAD, Porto Alegre, 15 a 18 de outubro de 2013.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. Petrópolis: Vozes, 2001a.

\_\_\_\_\_. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo, Cortez Editora, 2001b.

LOVELOCK, James. **A vingança de gaia**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2006.

LUTZENBERGER, José. **Manifesto Ecológico Brasileiro: Fim do Futuro?**. Porto Alegre: Movimento, 1980.

MEDITSCH, Eduardo. O jornalismo é uma forma de conhecimento? **Revista Media & Jornalismo**, Lisboa, v. 1, n. 1, 2002. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/mediajornalismo/article/view/1084/5273>>. Acesso em: 30 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Jornalismo e construção social do acontecimento. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira (org.). **Jornalismo e Acontecimento: mapeamentos críticos**. v. 1. Florianópolis: Insular, 2010.

MICK, Jacques (coord.); BERGAMO, Alexandre; LIMA, Samuel. **Perfil do jornalista brasileiro: Características demográficas, políticas e do trabalho – Síntese dos principais resultados**. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC, 2012. Disponível em: <<http://perfildojornalista.ufsc.br/files/2013/04/Perfil-do-jornalista-brasileiro-Sintese.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2016.

MILARÉ, Édís. Princípios fundamentais do direito do ambiente. **Revista Justitia**, vols. 181/184, jan./dez. 1998. Disponível em: <<http://www.ceap.br/material/MAT24092010193525.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>>. Acesso em: 12 mai. 2015.

\_\_\_\_\_. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>>. Acesso em: jan. 2016.

MISOCZKYI, Maria Ceci; BÖHM, Steffen. Do desenvolvimento sustentável à economia verde: a constante e acelerada investida do capital sobre a natureza. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, set. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-39512012000300006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512012000300006)>. Acesso em: 16 mai. 2015.

MOREIRA, Fabiane Moreira. **Os valores-notícia no jornalismo impresso: Análise das 'características substantivas' das notícias nos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e o Globo**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – PPGCOM, UFRGS, 2006. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/7773/000556586.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2015.

MORENO, Camila. Las Roupas Verdes del Rei. In: FUNDACIÓN ROSA LUXEMBURG. **Alternativas al Capitalismo/Colonialismo del Siglo XXI**. Quito, 2013.

MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. **Terra-Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

NAESS, Arne. **Ecology, community and lifestyle**. Cambridge: University Press, 1990.

NEVEU, Érik. **Sociologia do Jornalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

OREIRO, José Luis. Origem, causas e impacto da crise. **Valor Econômico**, São Paulo 13 set. 2011. Disponível em: <<https://jlcureiro.wordpress.com/2011/09/13/origem-causas-e-impacto-da-crise-valor-economico-13092011/>>. Acesso em: 12 mai. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano**. 1972. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/estocolmo1972.pdf>>. Acesso em: 17 mai. 2015.

\_\_\_\_\_. **Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. 1992. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>>. Acesso em: 17 mai. 2015.

\_\_\_\_\_. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 2009. Disponível em: <<http://e25.d32.myftpupload.com/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em: 17 mai. 2015.



\_\_\_\_\_. **The Future We Want**. 2012. Disponível em: <<https://daccess-ods.un.org/TMP/2908886.67106628.html>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. Campinas: Pontes Editores, 2012.

\_\_\_\_\_. Discurso, imaginário social e conhecimento. **Em Aberto**, Brasília, ano 14, n. 61, p. 52-59, jan./mar. 1994. Disponível em: <<http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/911/817>>. Acesso em: 9 mai. 2015.

PACKER, Larissa. **Pagamento por “Serviços Ambientais” e Flexibilização do Código Florestal para um capitalismo “verde”**. Disponível em: <<http://terradedireitos.org.br/biblioteca/pagamento-por-servicos-ambientais-e-flexibilizacao-do-codigo-florestal-para-um-capitalismo-verde/>>. Acesso em: 8 mai. 2013a.

\_\_\_\_\_. Não ao PSA, sim aos Direitos dos Agricultores. In: FASE – Solidariedade e Educação. **Visões alternativas ao Pagamento por Serviços Ambientais**. Rio de Janeiro: Fase, 2013b.

PARK, Robert. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento. In: Berger, Christa; MARROCCO, Beatriz. **A era Glacial do jornalismo: teorias da imprensa**. v. 2. Porto Alegre: Sulina, 2008, p. 51-70.

PÊCHEUX, Michel. Introdução. In: PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 2ª ed. Campinas, SP: Pontes, 1997.

\_\_\_\_\_. Análise automática do discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 2ª ed. Campinas: Unicamp, 1993.

\_\_\_\_\_. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre (org.). **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 5ª ed. Campinas: Editora Unicamp, 2014.

PELLIZZOLI, Marcelo Luiz. **Correntes da ética ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2002.

PERALTA, Carlos. O pagamento por serviços ambientais como instrumento para orientar a sustentabilidade ambiental. A experiência da Costa Rica. In: LAVRATTI, Paula; TEJEIRO, Guillermo (orgs.). **Direito e mudanças climáticas** [recurso eletrônico]: Pagamento por Serviços Ambientais: experiências locais e latino-americanas. São Paulo: Planeta Verde, 2013.

POMBO, Olga. Epistemología de la interdisciplinariedad. La construcción de un nuevo modelo de comprensión. **Interdisciplina I**, Cidade do México, n. 1, p. 21-50, 2013. Disponível em: <<http://revistas.unam.mx/index.php/inter/article/view/46200>>. Acesso em: 5 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. Interdisciplinaridade e Integração dos Saberes. **Liinc em Revista**, v.1, n.1, mar. 2005. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/186/103>. Acesso em: 9 ago. 2014.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA). **Rumo a uma economia verde: Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza – Síntese para Tomadores de Decisão**. 2011. Disponível em: <[www.unep.org/greeneconomy](http://www.unep.org/greeneconomy)>. Acesso em: 12 jul. 2014.

RABELO, Francisco Chagas E. Resenha de “O imaterial: conhecimento valor e capital” de André Gorz. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 8, n. 002, p. 157-159, jul./dez. 2008.

REGAN, Tom. **Jaulas vazias: encarando o desafio dos direitos animais**. Porto Alegre: Lugano, 2006.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.26, n.74, 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142012000100006&lng=pt&nrm=iso&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000100006&lng=pt&nrm=iso&tlng=en)>. Acesso em: 13 mai. 2015.

ROSEN, JAY. Para além da objectividade. In: TRAQUINA, Nelson; MESQUITA, Mário. **Jornalismo Cívico**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

RÜDIGER, Francisco. **As teorias da comunicação**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

SANTOS, Rogério. **Jornalistas e fontes de informação: a sua relação na perspectiva da sociologia do jornalismo**. Coimbra: Minerva, 2003.

SANTOS, Sonia Sueli Berti. Pêcheux. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral (org.). **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. São Paulo: Parábola, 2013, p. 207-233.

SCHWAAB, Reges. **Uma Ecologia do Jornalismo: o valor do ver no saber dizer das revistas da Abril**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – PPGCOM, UFRGS, 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/29243>>. Acesso em: 18 jul. 2013.

SCHWAAB, Reges; ZAMIN, Angela. O discurso jornalístico e a noção-conceito de interdiscurso. **Vozes e Diálogo**, v. 13, p. 46-62, 2014. Disponível em: <[http://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/5587/1/ARTIGO\\_DiscursoJornal%20C3%ADsticoNo%20C3%A7%C3%A3o.pdf](http://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/5587/1/ARTIGO_DiscursoJornal%20C3%ADsticoNo%20C3%A7%C3%A3o.pdf)>. Acesso em: 19 dez. 2015.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da Mente**. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, Gimima Beatriz Melo da. **Guardiões da Floresta, retóricas e formas de controle da gestão ambiental e territorial**. Niterói: UFF, 2013. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, 2013. Disponível em: <<http://www.uff.br/ppga/wp-content/uploads/2013/10/Guardi%C3%B5es-da-Floresta-ret%C3%B3ricas-e-formas-de-controle-da-gest%C3%A3o-ambiental-e-territoria.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

SINGER, Peter. **Libertação Animal**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

SOUSA, Jorge Pedro. **Uma histórica crítica do fotojornalismo ocidental**. Chapecó: Argos Editora Universitária, 2004.

TEEB. A Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade. **Um Relatório Preliminar**. Reino Unido: Banson, Cambridge, 2008. Disponível em: <[http://www.teebweb.org/media/2008/05/TEEB-Interim-Report\\_Portuguese.pdf](http://www.teebweb.org/media/2008/05/TEEB-Interim-Report_Portuguese.pdf)>. Acesso em: 21 fev. 2016.

\_\_\_\_\_. A Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade: Integrando a Economia da Natureza. **Uma síntese da abordagem, conclusões e recomendações do TEEB**. 2010. Disponível em: <[http://doc.teebweb.org/wp-content/uploads/Study%20and%20Reports/Reports/Synthesis%20report/TEEB\\_Sintese-Portugues.pdf](http://doc.teebweb.org/wp-content/uploads/Study%20and%20Reports/Reports/Synthesis%20report/TEEB_Sintese-Portugues.pdf)>. Acesso em: 21 fev. 2016.

THOREAU, Henry David. **Walden**. Porto Alegre: L&PM, 2012.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: Porque as notícias são como são. 3ª ed. rev. Florianópolis: Insular, 2012.

\_\_\_\_\_. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.

TRIGUEIRO, André. **Mundo sustentável**: abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação. São Paulo: Globo, 2005.

UNGER, Nancy Mangabeira. **O encantamento do humano**: Ecologia e Espiritualidade. São Paulo: Loyola, 1991.

VIARO, Mário Eduardo. **História das Palavras**: Etimologia. São Paulo: Museu da Língua Portuguesa, Estação da Luz. Disponível em: <[http://www.museudalinguaportuguesa.org.br/files/mlp/texto\\_12.pdf](http://www.museudalinguaportuguesa.org.br/files/mlp/texto_12.pdf)>. Acesso em: 15 fev. 2016.

ZAMIN, Angela. Jornalismo de referência: o conceito por trás da expressão. **Revista Famecos**: mídia, cultura e tecnologia, Porto Alegre, v.21, n.3, p. 918-942, 2014. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/16716>>.

Acesso em: 26 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. **Nos jornais, um típico acontecimento atípico.** O Caso Angostura em diários latino-americanos de referência. São Leopoldo/RS: UNISINOS, 2012. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – PPGCOM, UNISINOS, 2012. Disponível em: <<http://biblioteca.asav.org.br/vinculos/tede/AngelaZamin.pdf>>. Acesso em: 17 mai. 2015.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de Massa.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

WUNDER, Sven (coord.). **Pagamentos por serviços ambientais:** perspectivas para a Amazônia legal. Ministério do Meio Ambiente, 2010. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/168/publicacao/168\\_publicacao17062009123349.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/168/publicacao/168_publicacao17062009123349.pdf)>. Acesso em: 3 set. 2013.

## APÊNDICE A

### Relação de Sequências Discursivas do Jornal *Folha de S. Paulo*

TEXTO	DATA	TÍTULO	EDITORIA	SEQUÊNCIA DISCURSIVA
1	19/10/1997	Especialistas vêm falhas	Ciência	SD1: "Nem tudo o que nasce na área dos seringueiros terá valor comercial", diz ele. Mas ele concorda que o manejo de madeira seja aplicado de forma moderada até que seja possível alterar a base de renda das populações tradicionais da Amazônia. Acha, porém, que o melhor investimento seria manter a floresta intocada. "A manutenção da biodiversidade biológica constitui um serviço ambiental para o qual os beneficiários, em diferentes partes (sic) do mundo, podem estar dispostos a pagar", afirma.
2	22/09/1999	Seca ameaça Amazônia, diz cientista	Cotidiano	SD2: Nenhum pesquisador fala mais da Amazônia como pulmão da Terra, só como ar condicionado - o maior do mundo. É um serviço que a floresta presta a este pedaço do planeta, resfriando e umidificando o clima para 20 milhões de habitantes da região, mas seu motor pode literalmente queimar num futuro próximo.
3	03/10/1999	Humanizar a Amazônia	Ciência	SD3: No discurso ecológico-global, há muito já se fala de compatibilizar o bem-estar do ambiente (conservação) com o de seres humanos (desenvolvimento). Tornar essas boas intenções em políticas e práticas são outros 500.
4	01/04/2001	Serviços ambientais ganham o mercado	Ciência	SD4: Começa a surgir no planeta um mercado onde se trocam dólares pela quantidade de animais numa floresta, pelo carbono que as plantas retiram do ar ao crescer ou pela água que as matas ciliares ajudam a manter limpa. SD5: Seus profetas são economistas "mainstream" e cientistas de instituições importantes, como o Banco Mundial, a Universidade Stanford, nos Estados Unidos, e a ONG de pesquisas WRI (World Resources Institute). SD6: Os mecanismos pelos quais esses serviços adquirem valor de troca também não são nenhuma magia: o princípio de tudo é a principal lei da economia, a da oferta e da demanda. SD7: Apesar de tanto otimismo, o mercado de serviços ambientais ainda está verde -no mau sentido.
5	21/07/2002	Cuidado: frágil	Ciência	SD8: O clima ficará tão quente e seco e a concentração de CO <sub>2</sub> no ar será tão alta que a floresta simplesmente entrará em colapso, morrendo asfixiada. É o fim da Amazônia. SD9: Segunda, quanto mais ela aprende, mais conclui que a Amazônia é complexa demais e está num equilíbrio frágil a ponto de alterações muito pequenas a algum ponto do sistema poderem causar danos a todo ele. SD10: O modelo de aquecimento global desenvolvido por Cox e dramaticamente apelidado de "Amazonia dieback" (colapso da Amazônia, em inglês), é um exemplo dessas conexões planetárias. SD11: Apesar da incerteza, hoje os pesquisadores do LBA acreditam que a floresta seja um sumidouro discreto de carbono, da ordem de uma tonelada por hectare ao ano. SD12: "A ecologia é muito complexa", diz Antônio Nobre. "Tem muitas incertezas que nós vamos resolver, eu tenho certeza", brinca o cientista, que deverá iniciar medições do fluxo de carbono a bordo de aviões para resolver parte das dúvidas. SD13: Para Carlos Nobre, independente das incertezas, a floresta está prestando ao planeta um serviço ambiental que não entra nas equações da economia -a mesma economia que destrói a floresta. Após quatro anos de estudos e R\$ 50 milhões consumidos pelo LBA, o cientista do Inpe afirma que o desmatamento pode ser um péssimo negócio -especialmente considerando potenciais catástrofes.

				SD14: "Eu pago seguro de carro há 33 anos e só bati uma vez. Quanto a nossa sociedade está disposta a pagar por um seguro?"
6	09/08/2002	<b>Preservação pode ser excelente negócio</b>	Ciência	SD15: Ele diz que os benefícios econômicos da preservação dos ambientes selvagens são até cem vezes maiores que os de sua conversão em lavoura ou pasto, por exemplo. SD16: Em seguida, os pesquisadores calcularam a perda líquida anual decorrente da conversão dos biomas: US\$ 250 bilhões. SD17: Para Carlos Eduardo Young, da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), o estudo é "literatura muito interessante, mas sem rigor metodológico nenhum". Constanza concorda que a conta vale mais como exercício do que como proposta ao mercado. "O que estamos tentando documentar é o valor do bem-estar proporcionado pelos ecossistemas", diz.
7	29/01/2003	<b>Radiografia do globo inclui cinturão de SP</b>	Ciência	SD18: Um grupo de mais de 2.000 cientistas de todo o planeta está começando o maior inventário já feito dos bens e serviços fornecidos de graça ao homem pelos ecossistemas da Terra. SD19: "Geralmente, quando se fala em ecossistemas, pensamos em espécies ameaçadas. No Milênio, a abordagem é assumidamente antropocêntrica." SD20: Por bens e serviços de ecossistemas entenda-se o conjunto de valores que nem sempre são computados por economistas e governantes antes de decidir, por exemplo, construir uma estrada, ou preservar um trecho de mata.
8	27/07/2004	<b>Queimadas na Amazônia prejudicam agropecuária</b>	Ciência	SD21: Segundo os autores, os resultados indicam que programas para desenvolver uma compensação a pequenos proprietários por serviços ambientais, como o Proambiente, proposto pelo governo federal, deveriam incluir créditos de carbono como forma de estimular a manutenção das florestas secundárias, em vez de executar seguidas limpezas da capoeira, usando o fogo, para usar a terra para agricultura ou pasto.
9	04/08/2004	<b>Cafezal vizinho de floresta produz mais</b>	Folha Ciência	SD22: "O nosso ponto é ilustrar que a floresta é valiosa, e que os proprietários precisam capturar esse valor" afirmou o pesquisador à Folha por telefone. SD23: Segundo ele, em plantações com menos de 50 hectares o aumento da produção não compensa a perda em área plantada.
10	13/11/2004	<b>Floresta pode virar fonte de gás-estufa</b>	Ciência	SD24: Em tempos de Protocolo de Kyoto, isso significa que o serviço ambiental prestado pela Amazônia de retirar da atmosfera gás carbônico (CO2) e fixá-lo na forma de matéria vegetal pela fotossíntese pode ser reduzido -ou revertido- por fatores como o aquecimento global.
11	30/03/2005	<b>Humanos esgotam capital natural da Terra</b>	Ciência	SD25: A humanidade está fazendo um saque a descoberto no grande (porém finito) banco dos ecossistemas globais. O resultado é um colapso futuro na capacidade do planeta de fornecer bens e serviços naturais aos seres humanos, cujo primeiro efeito prático deve ser a impossibilidade de atingir as metas das Nações Unidas de combate à fome em 2015. SD26: As conclusões da chamada Avaliação Ecológica do Milênio, como quase tudo o que diz respeito ao ambiente global, são desalentadoras: quase dois terços dos chamados serviços ambientais estão em declínio acelerado. SD27: Uma das recomendações do estudo aos tomadores de decisão é uma reestruturação na maneira dos economistas de fazer contas. SD28: Como tal degradação não aparece na balança comercial, países como o Equador, o Cazaquistão e a Etiópia, que tiveram um aumento de seu PIB em 2001 e experimentaram perda de florestas e recursos energéticos, teriam na verdade prejuízo caso o passivo ambiental fosse incluído. SD29: No Reino Unido, os prejuízos causados pela agricultura a água, solos e biodiversidade em 1996 foram de US\$ 2,6 bilhões, ou 9% da receita agrícola dos países na década de 90. E as perdas econômicas

				causadas por desastres naturais no mundo cresceram dez vezes de 1950 a 2003 -para US\$ 70 bilhões por ano. Números que não são ladainha de ambientalista.
12	04/04/2005	<b>Preservar cinturão verde evita enchentes</b>	Ciência	SD30: Os pesquisadores, que se reuniram na última sexta-feira num seminário no Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares, em São Paulo, querem agora calcular o valor dos chamados serviços ambientais que o cinturão, uma área de 1,5 milhão de hectares, presta aos 23 milhões de habitantes da megalópole e arredores. SD31: Os serviços prestados pelo Cinturão Verde podem ser difíceis de quantificar, mas a ausência deles pesa no bolso e no cotidiano dos paulistanos. SD32: Tundisi afirma que, levando isso em conta, a Sabesp deveria comprar e proteger áreas de mata e charcos no Cinturão Verde para diminuir os custos do tratamento.
13	03/11/2006	<b>Pesca comercial vai acabar em 2048, indica projeção</b>	Ciência	SD33: "As áreas mais sensíveis precisam ser fechadas ao uso humano, mas boa parte do oceano ainda pode ser usado, desde que sejamos organizados para fazermos isso", afirma Worm.
14	18/11/2006	<b>Amazonas quer fundo local pró-floresta</b>	Ciência	SD34: "Reduzir desmatamento tem um custo, e os serviços prestados pelas florestas do Amazonas beneficiam o clima do planeta como um todo. É lógico, portanto, que outros dividam os custos de implementar a conservação das florestas do Amazonas", diz o texto.
15	09/05/2007	<b>Usina de álcool pode capturar carbono</b>	Ciência	SD35: A Amazônia presta serviços ambientais para todo o mundo".
16	30/11/2007	<b>Revista reforça alerta sobre desmatamento da Amazônia</b>	Ciência	SD36: "Sem contar que, sem a mata, o país perderá seu importante serviço ambiental de armazenamento de carbono", lembra o climatologista Carlos Afonso Nobre, do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), co-autor do artigo. SD37: "Se pegássemos 50% dessa área e investíssemos em alta tecnologia para aumentar a produtividade e a rentabilidade, não seria preciso desmatar mais nada."
17	11/02/2008	<b>Governo apóia dendê em área desmatada</b>	Ciência	SD38: Outro mecanismo que deve integrar a proposta é a chamada "servidão florestal". Por ele, proprietários que cumpriram a lei e mantiveram sua reserva de 80% poderiam "vender" até 30% da mata em pé para quem precisasse recuperar uma área desmatada em sua terra. É como se o desmatador estivesse pagando pela preservação feita no terreno do vizinho.
18	28/03/2008	<b>Floresta será mantida em troca de serviços ambientais</b>	Ciência	SD39: Um acordo entre o governo da Guiana e um fundo de capitais britânico permitirá, pela primeira vez, o pagamento pelos serviços ambientais de uma floresta em pé na Amazônia. Uma área de 405 mil hectares será mantida como uma provedora de serviços vitais, como regulação de chuvas, armazenagem de carbono e regulação do clima. SD40: "Como é possível que os serviços do Google valham bilhões e os das florestas tropicais do mundo não valham nada?" SD41: "À medida que os níveis de dióxido de carbono na atmosfera crescem, as emissões passam a ter um custo cada vez mais alto e a conservação passará a ter valor real. A comunidade de investidores está começando a acordar para isso", disse Murray-Philipson.
19	04/04/2008	<b>Marina defende "bolsa-floresta" para agricultores</b>	Ciência	SD42: O pagamento a agricultores funcionaria, nesse caso, para atenuar a destruição. SD43: "Este é um mecanismo para fazer o enfrentamento das mudanças climáticas. Estamos querendo fazer o pagamento para quem contribuir efetivamente na conservação", afirmou o secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, Egon Krakhecke.

20	21/09/2008	<b>Gado avança em reserva Chico Mendes</b>	Brasil	SD44: Alega atrasos nos primeiros pagamentos de R\$ 4,10 por quilo da borracha. Esse preço inclui o pagamento de R\$ 0,70 por serviços ambientais.
21	29/09/2008	<b>Pantanal vale US\$ 112 bilhões, diz estudo</b>	Ciência	SD45: Valor anual da mata em pé é 270 vezes maior do que o lucro da pecuária que a derruba, afirma cientista da Embrapa SD46: Quanto vale um bioma? A pergunta pode parecer maluca, mas, se o bioma em questão for o Pantanal, ela já pode ser respondida: US\$ 112 bilhões por ano, no mínimo. Várias ordens de grandeza mais que o máximo de US\$ 414 milhões anuais que a devastação do local gera. SD47: "Eu analisei quanto a sociedade perde quando se desmata", disse o pesquisador. SD48: "O pecuarista não tem alternativa produtiva. O mercado o pressiona para desmatar e pôr pasto", diz Moraes. "Quando ele faz isso, as ONGs e a sociedade criticam, mas eu como pecuarista faria a mesma coisa."
22	03/10/2008	<b>Minc quer pagar para conservar a floresta</b>	Brasil	SD49: Segundo Minc, a remuneração muda o "cálculo econômico" do produtor rural. "Se você cortar, você ganha algum troco com madeira. Agora, se você plantar, você também ganha algum", disse.
23	02/04/2009	<b>Estado quer receber para não desmatar</b>	Ciência	SD50: Governadores da Amazônia defendem que estrangeiros paguem a produtores rurais pela manutenção da floresta em pé SD51: Os chamados "pagamentos por serviços ambientais", segundo os governadores, são a forma de conciliar "crescimento econômico com sustentabilidade ambiental". SD52: "Muitos bilionários falam da preservação da Amazônia, mas nunca recebi um tostão sequer para preservar as nossas matas."
24	03/04/2009	<b>Carbono de florestas esbarra em caos fundiário</b>	Ciência	SD53: "Os limites não estão muito claros. Há municípios amazônicos que têm donos para 200% das terras, por exemplo, por conta de títulos sobrepostos. E o fato é que você só pode fazer o pagamento por serviço ambiental em áreas onde você sabe quem é dono", disse.
25	06/07/2009	<b>'Mundo inteiro' falhou, afirma ministério</b>	Ciência	SD54: "É uma guerra que estamos perdendo antes de começar." Segundo ele, é preciso criar mecanismos econômicos para premiar quem preserva a biodiversidade, como o pagamento por serviços ambientais.
26	23/09/2009	<b>Governo de SP vai pagar por recuperação de áreas de florestas</b>	Cotidiano	SD55: O governo aposta no modelo para estimular práticas conservacionistas por meio de incentivos econômicos, diz Helena Carrascoza, coordenadora de Biodiversidade e Recursos Naturais da Secretaria do Meio Ambiente. SD56: "É uma forma de remunerar quem protege o ambiente, o que beneficia toda a sociedade. É justo que essas pessoas recebam algo por isso", diz Helena. SD57: "Criam-se mecanismos de compensação sem que o Estado tenha uma estrutura de fiscalização para acompanhar esses projetos. E o que vemos é o contrário, é o desmonte da estrutura que existe", diz.
27	10/12/2009	<b>Terreno fértil</b>	Ciência	SD58: Para o futuro, o Ipê semeia a integração de economia, ambiente e sociedade. O pagamento de serviços ambientais, como a absorção de CO2 -em discussão neste momento em Copenhague-, já é ensinado a gestores públicos nos projetos. SD59: "Quero colocar a conservação no centro da economia. É uma missão forte, que está no meu coração", crava Claudio.
28	12/12/2009	<b>Anistia não deve atrair desmatador, avalia CNA</b>	Ciência	SD60: "O governo não está dando anistia. Está convertendo em serviços ambientais a multa que a pessoa recebeu, desde que ela se adapte à nova lei."
29	13/12/2009	<b>Prefeitura quer compensar quem permeabilizar solo</b>	Cotidiano	SD61: A Prefeitura de São Paulo planeja a criação de uma lei para aumentar a permeabilidade do solo. Ela daria compensações para



				quem aumentasse a área permeável e controlasse a emissão de gases responsáveis pelo aquecimento.
30	13/02/2010	Amazônia terá torre de pesquisa de 320 m	Ciência	SD62: "A grande função das torres será mostrar com dados científicos a importância da floresta amazônica em termos de serviços ambientais e, com isso, incentivar as políticas públicas e desenvolver instrumentos para combater o desmatamento", diz Jochen Schöngart, [...]
31	28/02/2010	Desenvolvimento verde na Amazônia engatinha	Mercado	SD63: Na mata densa, a economia pode ser turbinada com ecoturismo, serviços ambientais e extrativismo em cadeias produtivas para produzir fármacos, diz Roberto Smeraldi, da ONG Amigos da Terra e autor de "O Novo Manual de Negócios Sustentáveis" (2009).
32	05/06/2010	O custo do fim	Especial	SD64: Metade das espécies de animais e plantas pode desaparecer até o final deste século. O resultado seria desastroso não só para apaixonados por micos-leões e ursos-polares, como para a sobrevivência (e o bolso) de parte da humanidade. SD65: Destruir espécies equivale a colocar em risco os chamados serviços ambientais -purificação de água, polinização, renovação do solo e controle do clima-, que esses seres vivos mantêm em atividade, de graça. SD66: "Nosso estudo mostra que deveríamos ter como regra máxima dar apoio à diversidade natural de um ecossistema, nem que seja pela razão puramente egoísta de querer que ele produza mais para nós", afirma ele.
33	07/08/2010	Agronegócio discute metas para 2020 em SP	Mercado	SD67: O encontro que tem como foco central "cenário 2011, comunicação e governança" debaterá uma série de temas relacionados à produção, como controle do desmatamento, manejo de recursos naturais e pagamento por serviços ambientais.
34	11/08/2010	Mato Grosso lançará bolsa para "exportação" de florestas e rios	Mercado	SD68: O setor agropecuário de Mato Grosso, conhecido internacionalmente por seus passivos ambientais, anunciou que pretende se tornar "exportador" de florestas, rios, áreas de reserva legal e de preservação permanente. SD69: "Na prática, o mercado de serviços ambientais ainda não existe. Não há compradores em grande escala e falta definir a regulamentação sobre o que pode e o que não pode ser contabilizado."
35	10/10/2010	Projeto refaz floresta no vale do Paraíba	Ciência	SD70: O conceito, conhecido como pagamento por serviços ambientais, parte do princípio de que terras florestadas têm um valor econômico que vai além da madeira que se pode extrair delas. SD71: "Parando para pensar hoje, dá para ver que o café e outros ciclos de monocultura aqui no vale foram um erro, porque a vocação econômica aqui é a florestal", explica Silvio Simões, professor da Unesp.
36	16/01/2011	Poda radical desfigura árvores e cria riscos	Cotidiano	SD72: E o que fazer para manter nas cidades as árvores, que prestam serviços ambientais como retenção de poluentes e da água da chuva, além de gerar sombra, diminuindo a temperatura nas ruas?
37	22/03/2012	Governo paga para sítante preservar área	Cotidiano	SD73: Na prática, o governo paga para os produtores rurais que preservarem, em suas propriedades, as florestas que cercam as represas.
38	05/06/2012	Falta projeto para manter a floresta em pé	Especial	SD74: Nos próximos cinco anos, a instituição trabalhará em três assentamentos do oeste do Pará para desenvolver um modelo sustentável de desenvolvimento. As ações incluem regularização fundiária, capacitação em técnicas agropecuárias e pagamento por serviços ambientais.
39	20/08/2013	Planeta esgota hoje sua cota natural de recursos para 2013	Ciência + Saúde	SD75: No Dia da Sobrecarga, porém, expressa-o de outra maneira: para sustentar o atual padrão médio de consumo da humanidade, a Terra precisaria ter 50% mais recursos. SD76: Apesar de ter começado a calcular o Dia da Sobrecarga há uma

				<p>década, a Global Footprint compila dados que remontam a 1961. Desde aquele ano, a sobrecarga ambiental dobrou no planeta, e a projeção atual é de que precisemos de duas Terras para sustentar a humanidade antes de 2050. A mensagem é que esse padrão de desenvolvimento não tem como se sustentar por muito tempo.</p> <p>SD77: "O problema hoje não é só proteger o ambiente, mas também a economia pois os países têm ficado mais dependentes de importação, o que faz o preço das commodities disparar", diz Morales. "Isso ocorre porque os serviços ambientais [benefícios que tiramos dos ecossistemas] já não são suficientes".</p> <p>SD78: "Na cidade de São Paulo, usamos mais de duas vezes e meia a área correspondente a tudo o que consumimos", diz Maria Cecília Wey de Brito, da WWF. O número é similar ao da China, um dos maiores "devedores" ambientais.</p>
--	--	--	--	--

## APÊNDICE B

### Relação de Sequências Discursivas do Jornal *O Estado de S. Paulo*

TEXTO	DATA	TÍTULO	EDITORIA	SEQUÊNCIA DISCURSIVA
40	18/02/2001	Preservação tem seu efeito econômico	Economia	SD79: Os autores do trabalho afirmam que os atuais sistemas de avaliação econômica falham ao não levarem em conta os valores dos serviços ambientais de longo prazo bem como, frequentemente, ignorarem o valor monetário desses serviços para os usuários ou fornecedores.
41	23/11/2001	SOS Mata Atlântica: 15 anos de luta no País	Geral	SD80: Fragmentação é o principal desafio diante da mata atlântica, hoje. SD81: Ao mesmo tempo, esta população continua dependente dos serviços ambientais prestados pela mata atlântica, entre os quais a água e a estabilidade do clima são os mais preciosos. É dos remanescentes florestais, que vêm os recursos hídricos essenciais às cidades, indústrias e agropecuária.
42	16/10/2002	Crédito pode reduzir déficit de madeira	Agrícola	SD82: Por fim, nessa nova fase do setor de base florestal, salienta o desenvolvimento de serviços ambientais da atividade florestal. "Antes, a preocupação estava voltada para a atividade, hoje a filosofia básica é produção, a produtividade e desenvolvimento sustentável do meio rural, com enfoque na proteção das matas e reservas e no plantio organizado, visando conservar os recursos hídricos, enumera."
43	26/10/2002	Parque com maior biodiversidade da Amazônia corre o risco de ser reduzido	Geral	SD83: Para o ambientalista Sérgio Guimarães, do Instituto Centro de Vida (ICV), que também está em campanha pelo veto ao projeto, o parque garante importantes serviços ambientais, como a boa qualidade dos recursos hídricos.
44	09/05/2004	Devastação de castanhais desafia o Ibama	Geral	SD84: Prejuízo socioambiental, incalculável, à parte, o agrônomo da Embrapa Alfredo Homma dá números para a queda da produção da castanha-do-pará na região: as 22 mil toneladas de, por exemplo, 1973, são, hoje, 1,2 mil. SD85: Com as palavras do governo Lula, no "Plano de ação para a prevenção e controle do desmatamento na Amazônia Legal", concluído em março: são políticas marcadas "pelos padrões históricos de exploração não-sustentável dos recursos naturais da região, muitas vezes relacionados a ciclos econômicos de expansão e colapso e conflitos sociais que têm beneficiado apenas uma minoria." SD86: No capítulo soluções, a proposta soa bem: "Valorização da floresta para fins de conservação da biodiversidade, manejo florestal de produtos madeireiros e não madeireiros e a prestação de serviços ambientais como um dos alicerces de um novo modelo de desenvolvimento regional, objetivando a qualidade de vida de populações locais com a redução de desigualdades sociais, a competitividade econômica e a sustentabilidade ambiental." As castanheiras do Praia Alta Piranha estão pagando pra ver.
45	22/05/2004	Brasil ganha primeiro mapa de seus biomas	Geral	SD87: Na carta, Lula diz que a criação do santuário de baleias "contribuirá para uma maior cooperação internacional na pesquisa científica" e ressalta a "preocupação com a responsabilidade intrasferível da humanidade com a conservação da biodiversidade, (...) por seu papel na manutenção dos processos ecológicos e dos serviços ambientais que sustentam o equilíbrio ecológico e as sociedades humanas".

46	29/07/2004	Política para a Amazônia deve ser revista	Geral	SD88: "Eu prefiro formular uma equação em que há dois fatores importantes: desenvolver e garantir a continuidade dos serviços ambientais da floresta. Garantir os serviços ambientais e conseguir manter a capacidade de a floresta ser provedora de insumos, entre eles produtos para o extrativismo e para a agroindústria", disse, no encontro, o pesquisador da Universidade de São Paulo (USP) Humberto Rocha. SD89: Mas há formas de trabalhar dentro da linha de que a floresta tem capacidade limitada de absorver a ação do homem e o desafio é permitir o desenvolvimento sustentável nessa faixa dentro desse "limite" da floresta. SD90: [...] Eu sei que o homem tem de vir primeiro. A questão é desenvolver e manter a capacidade da floresta de oferecer os serviços ambientais", observou.
47	22/03/2005	Universidade da ONU pede a proteção do Pantanal	Vida & Ambiente	SD91: Com 165 mil quilômetros quadrados de superfície inundada durante os meses de seca – uma área maior do que o Ceará –, o Pantanal presta uma série de serviços ambientais fundamentais para a sustentabilidade climática e socioeconômica da região. A intensificação do aquecimento global e a pressão do agronegócio, entretanto, ameaçam suspender parte desses benefícios.
48	31/03/2005	Degradação amplia fome e pobreza	Vida & Ambiente	SD92: Atingir o objetivo requereria, no mínimo, acabar com o uso ineficiente de serviços ambientais, como estoques de peixes e gestão da água.
49	09/12/2005	Brasil pede ajuda para a Amazônia	Vida & Ambiente	SD93: A proposta brasileira se soma às da Papua-Nova Guiné e Costa Rica, que lideram o movimento pela compensação dos serviços ambientais prestados pelas florestas – entre eles, a estabilização do clima. SD94: [...] Não é justo que os beneficiários não contribuam com parte dos custos da conservação das florestas."
50	21/03/2006	Longe de suas metas, começa a COP 8	Vida & Ambiente	SD95: Pela avaliação da CDB, dos 24 serviços ambientais prestados pela biodiversidade, pelo menos 15 estão em declínio.
51	04/06/2006	A natureza cobra a sua conta	Vida & Ambiente	SD96: Quanto vale um hectare de floresta intocada? Normalmente, esse valor seria calculado com base apenas nos produtos que podem ser extraídos e comercializados diretamente, como madeira, frutos e resinas. Mas e quanto à água captada da chuva, o carbono absorvido da atmosfera, o controle de temperatura, a manutenção da biodiversidade e o apelo turístico da paisagem? Esses serviços não deveriam ser contabilizados também? SD97: Se a natureza cobrasse por todos os serviços que presta ao homem, a conta seria gigantesca. Segundo um estudo publicado na revista <i>Nature</i> em 1997, o valor total dos serviços ambientais fornecidos pelos principais biomas do planeta chega a US\$ 33 trilhões, incluindo fatores como regulação climática, produção de alimentos e reciclagem de água. SD98: "Queremos criar a figura do produtor de serviços ambientais", diz a coordenadora do Projeto de Recuperação de Mata Ciliar da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Helena Carrascosa von Glehn. SD99: "É exatamente isso o que queremos: que o desenvolvimento econômico promova a conservação." SD100: "Estamos tentando desenvolver uma metodologia universal que permita fazer essa cobrança em todas as unidades, mas ainda não chegamos a essa equação."
52	03/10/2006	Fundação pagará proprietário que proteger mananciais em SP	Cidades Metrópole	SD101: Nesta era, proprietários de terra em áreas de proteção aos mananciais, muitas vezes tachados de criminosos por causa da devastação, são tratados como "produtores de água" que recebem incentivos para manter intatas as nascentes. SD102: "Ao restringir muito o uso dos terrenos, a legislação não previu a desvalorização fundiária e o desinteresse dos proprietários por um lote onde não se pode fazer nada, o que acabou levando ao abandono e às invasões. Por isso, o pagamento por serviços ambientais é visto com tanta importância."
53	23/12/2006	Lei da Mata Atlântica entra em vigor	Vida & Ambiente	SD103: São 120 milhões de pessoas cuja existência está intimamente ligada aos serviços ambientais providos pela mata atlântica", disse a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

54	01/08/2007	Prefeitura paga ao produtor que preservar a floresta	Agrícola	SD104: "Agora a gente cuida delas e ganha por isso." SD105: "Muitos vizinhos não concordaram, me chamam de bobo por abrir minhas terras. Mas vai ficar tudo aí quando a gente morrer", diz Froise, hoje com 70 anos.
55	01/11/2007	Cientistas rejeitam pagamento por preservação	Vida &	SD106: Na prática, dizem os pesquisadores, isso significaria pagar as pessoas para cumprirem a lei, além de não garantir a conservação da floresta. SD107: A idéia é valorizar a floresta em pé de forma a torná-la economicamente mais competitiva na comparação com a pecuária e a agricultura. A proposta das ONGs usa o conceito de pagamento por serviços ambientais que hoje são prestados "gratuitamente" pela floresta, como retenção de carbono e produção de chuvas. SD108: Para Ima Vieira, o pagamento por serviços ambientais só faria sentido em situação de legalidade. Não é o caso da Amazônia, onde quase todo o desmatamento é ilegal. SD109: A geógrafa Bertha Becker, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), disse que a proposta "imobiliza de novo a Amazônia" ao sugerir que a floresta seja simplesmente mantida em pé, em vez de investir na exploração sustentável dos recursos florestais. SD110: "O que precisa ser remunerado é uma mudança de paradigma, para produzir sem destruir." SD111: "Alguns indivíduos poderão até parar de desmatar. Mas as forças de mercado que dependem dos produtos que esses atores fornecem hoje ( <i>como soja e carne</i> ) continuarão atuando. Alguém vai ter que atender a essa demanda", disse.
56	26/11/2007	'País não deve se acomodar' diz pesquisador	Vida &	SD112: "A única solução é reduzir as emissões antrópicas ( <i>causadas pelo homem</i> ), e não ficar pedindo crédito pelo que a natureza faz", afirma Gylvan.
57	30/12/2007	Torre vai monitorar interação de mata e clima	Vida & Ambiente	SD113: As respostas serão importantes para a construção de modelos climáticos mais precisos e para a quantificação de serviços ambientais, como a produção de água.
58	16/01/2008	O desafio de unir desenvolvimento e conservação	Vida & Meio Ambiente	SD114: O "desenvolvimento sustentável" é possível, segundo Killeen, mas carece de soluções inovadoras para se tornar realidade. Uma delas seria a valorização dos serviços ambientais prestados pela floresta, como produção de chuva e absorção de carbono. SD115: "O desmatamento ocorre porque é uma das únicas atividades que gera emprego e renda na floresta", diz o cientista, que vive na Bolívia. "Se quisermos acabar com isso, precisamos 'subornar' as pessoas com outras alternativas para sobreviver." SD116: "Conservar não significa não usar a floresta; significa usá-la sem destruí-la."
59	29/02/2008	Em estudo, bolsa para demitidos por madeiras	Vida &	SD117: Para Virgílio Viana, é preciso criar mecanismos de valorização da árvore em pé, não derrubada. "Precisamos criar uma lógica econômica. A história da política ambiental é de fazer regras, aplicar multas e fazer apreensões", diz. "O desafio é fazermos uma profunda revolução no conceito de desenvolvimento, valorizando economicamente a floresta."
60	17/04/2008	Custo de preservação da floresta não pode ser só do Pará, diz Ana Júlia	Nacional	SD118: Ana Júlia tem cobrado do governo o envio ao Congresso de um projeto sobre o pagamento por serviços ambientais, que permitiria a compensação, financeira ou não, de produtores e outros agentes envolvidos na proteção da floresta. SD119: "E agir significa colocar a mão no bolso para ajudar a financiar o combate ao desmatamento."
61	01/06/2008	COP9: avanço em ritmo de trator	Vida &	SD120: Nas próximas décadas, estudos prevêem que os serviços ambientais primordiais prestados pela biodiversidade, como produção de água, ar e alimentos para o ser humano, poderão ser seriamente comprometidos – incluindo o <i>Homo sapiens</i> na lista de espécies ameaçadas. SD121: De 24 serviços ambientais analisados pelo Millennium Ecosystem Assessment das Nações Unidas, 15 estão em declínio. Entre eles, a capacidade da natureza de purificar água, da atmosfera de eliminar poluentes, dos oceanos de produzir mais peixe e dos insetos de polinizar plantações. SD122: "Natureza é dinheiro", resumiu o economista indiano Pavan Sukhdev, que coordena o estudo. Claro que esse não é o único motivo

				<p>pelo qual deveríamos preservar a biodiversidade. Mas é o único que vai convencer o mundo a agir.</p> <p>SD123: "A maior empresa do mundo não é o Wal-Mart, nem a Microsoft, nem a BMW, é a natureza", disse o secretário-executivo da CDB, Ahmed Djoghlaif. "Nós somos os principais acionistas, e estamos destruindo nosso capital."</p>
62	03/07/2008	Muito além da Amazônia	Vida & Meio Ambiente	<p>SD124: O Brasil tem outros cinco grandes biomas (conjunto de vida constituído pelo agrupamento de tipos de vegetação, segundo a definição do IBGE) continentais, além dos ecossistemas costeiros, que não apenas apresentam uma grande biodiversidade, como também colaboram com uma série de outros serviços ambientais.</p> <p>SD125: "É claro que ela nunca vai voltar a ser o que era, mas estamos considerando aquelas áreas que podem ser elevadas a um estágio superior ao que estão hoje ou que, ao menos, são capazes de manter os serviços ambientais que sempre fizeram", afirma.</p>
63	27/08/2008	Um pasto com lavoura e árvores	Agrícola	SD126: "A introdução estratégica de árvores garante melhor fluxo dos serviços ambientais, como a manutenção da umidade do ar, estabilização de temperatura e redução da velocidade de brisas e ventos", diz pesquisador da Embrapa Pecuária Sudeste, Odo Primavesi.
64	29/10/2008	Brasil é o 2º maior credor ambiental do Planeta	Vida & Meio Ambiente	<p>SD127: O Brasil é credor - pelo menos, na área ambiental.</p> <p>SD128: Quando a União Europeia compra carne da Amazônia, indiretamente ela também importa a água e todos os demais recursos naturais que viabilizaram o crescimento do gado na região - inclusive a floresta que foi cortada e substituída por pasto.</p> <p>SD129: Acontece que o valor desse serviço ambiental não é computado no preço final do produto.</p> <p>"Não podemos é entrar em um déficit ecológico. Se não revermos os modelos econômicos podemos entrar em colapso", diz.</p>
65	06/11/2008	Pagar para preservar	Especial	<p>SD130: O pensamento continua o mesmo, mas agora se percebeu que o apelo tem de ser mais pragmático. É necessário pagar para poder conservar. E também é possível lucrar com conservação.</p> <p>SD131: Vários mecanismos estão surgindo no Brasil e no mundo com esse fim, mas a base de todos eles é a mesma – até hoje os serviços que o ambiente nos presta, como os citados acima, foram aproveitados de graça. Sem terem um valor real de mercado, ou foram consumidos sem muito controle ou vêm sendo destruídos sob a justificativa do desenvolvimento econômico.</p> <p>SD132: A idéia passou a ser destinar recursos a quem garante a oferta do serviço, o chamado Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).</p> <p>SD133: "Sempre que uma crise acaba com algum recurso, as pessoas começam a querer pagar por ele. [...]", diz.</p> <p>SD134: "[...] Se conseguirmos fazer a floresta ter o mesmo valor da soja, então os proprietários de terra vão querer preservá-la."</p> <p>SD135: "Todos na sociedade entendem que temos de construir infraestrutura, como estradas, hospitais, etc. Nós precisamos igualmente investir na infra-estrutura natural do planeta. Temos que começar a descrever os produtos e serviços de conservação do planeta em termos que homens de negócios possam entender."</p> <p>SD136: Pelos cálculos dos pesquisadores, esse seria o valor do "custo de oportunidade" – no caso de toda a Amazônia ser convertida em pasto e soja.</p> <p>SD137: "Isso significa que todas as ações que o Brasil fez em implementar unidades de conservação na Amazônia e todo o esforço de povos da floresta em proteger esses estoques de floresta foram feitos de graça. Porque, se tudo aquilo fosse transformado em algo que o mercado reconhece e remunera, estaríamos trazendo divisas para o País", afirma Moutinho.</p>
66	06/11/2008	Desmatamento não favorece crescimento	Especial	<p>SD138: Não são apenas ambientalistas e cientistas que falam que conservação dá lucro. O economista Carlos Eduardo Young, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), vem há anos fazendo uma série de cálculos que mostram que floresta em pé é melhor para a economia do País do que derrubada.</p> <p>SD139: "O que as pessoas precisam entender é que um choque de ambientalismo é pró-crescimento do País. Fazer política de conservação é ao mesmo tempo fazer política de inclusão social, porque os pobres são</p>

				os mais prejudicados com contaminações e serão mais prejudicados com a mudança do clima."
67	06/11/2008	Manancial preservado, agricultor recompensado	Especial	<p>SD140: Nesse movimento, proprietários rurais que têm manancial em suas terras – caso dos moradores de Extrema –, e os mantêm preservados, prestam de graça um enorme serviço ambiental para quem se beneficia na outra ponta da torneira.</p> <p>SD141: Foi para evitar que isso ocorra – e a quantidade e a qualidade da água que passa pela cidade mineira acabe prejudicada – que a prefeitura decidiu pagar para preservar.</p> <p>SD142: O projeto, apelidado de Conservador das Águas, está, na prática, pagando para que a lei ambiental seja cumprida.</p> <p>SD143: "A verdade é que só o modelo clássico de comando e controle para fazer cumprir a lei não tem trazido resultados", explica Pereira.</p> <p>SD144: "Na nossa realidade vimos que o agricultor sozinho não faria isso. Ele não tem renda para investir em conservação, então decidimos fazer isso e pagar para aqueles que acabam agindo como verdadeiros guardiães da água", afirma.</p> <p>SD145: "É mais barato pagar por isso antes do que ter de investir em captação e tratamento da água depois", afirma Oscar de Moraes Cordeiro Netto, diretor da ANA.</p>
68	06/11/2008	Bolsa-Floresta fortalece ideia de negociação em mercado	Especial	<p>SD146: Moradores de Unidades de Conservação do Estado do Amazonas, em especial de Reservas de Desenvolvimento Sustentável, estão recebendo dinheiro para deixar a floresta em pé e investir em fontes alternativas de renda que não envolvam mais o corte da mata.</p> <p>SD147: É algo que, por lei, já deveria ser cumprido de qualquer maneira, e muitas populações tradicionais e indígenas já vinham fazendo sem ganhar nada. Com a compensação financeira, se espera valorizar o trabalho dessas pessoas e incentivar que, aquelas que não agiam em prol da conservação, passem a atuar como guardiães da floresta.</p> <p>SD148: Os técnicos da FAS tomaram como base um estudo divulgado em 2005, na revista <i>Nature</i>, por pesquisadores da Universidade Federal de Minas e do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. Ele mostra que até 2050, se o modelo econômico continuar avançando como hoje, 40% da Amazônia terá desaparecido.</p>
69	05/12/2008	Valor para floresta em pé	Especial	<p>SD149: "Acreditamos que mercado é uma coisa complicada, pois pressupõe troca. Com o crédito, ao não desmatar aqui, dá direito de alguém emitir mais em outro lugar. E não garante que alguma floresta não vai acabar sendo desmatada em outro país", afirma Suzana Kahn Ribeiro, secretária de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente.</p> <p>SD150: Só que uma das críticas que esse tipo de financiamento recebe é justamente por não pressupor alguma troca. Quem investir no fundo ganha, claro, um planeta melhor, mas em momentos de crise, o retorno financeiro pode ser priorizado.</p> <p>SD151: "A contenção do desmatamento ajuda a evitar um mal maior. Os países sabem que um problema que traga sérias catástrofes não é bom pra ninguém. As mudanças climáticas vão trazer empobrecimento, acentuar as desigualdades, e isso pode representar perda de mercados."</p> <p>SD152: E a presença desses créditos poderia desestimular ações de descarbonização.</p>

70	05/12/2008	Comunidade tradicional quer debater desmate evitado	Especial	<p>SD153: Índios e seringueiros do Brasil estão otimistas, achando que poderão lucrar se for feito algum pagamento por essa redução. Já povos dos países com cobertura amazônica prevêem um "desastre" se as emissões evitadas em florestas forem negociadas em um mercado de carbono. O temor é que, com a valorização do carbono florestal, as populações tradicionais acabem expulsas de suas terras por quem quer ganhar com esse novo comércio.</p> <p>SD154: "Cada vez mais se ouve falar a respeito do comércio de carbono, mas os povos indígenas não estão sendo incluídos nas discussões. Queremos saber: quem será o dono do carbono? Que impacto isso terá sobre nós?", questionou.</p> <p>SD155: "Há anos já discutimos a necessidade de um sistema de beneficiamento, de um modelo de pagamento pelos serviços ambientais que prestamos", afirma Manoel Cunha, presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros, que se apresenta em Poznan na semana que vem em um evento paralelo à conferência principal. "Vivemos da floresta, conservando essa floresta, por que não sermos recompensados por isso?"</p> <p>SD156: "Se recebemos uma simples bolsa, pode incentivar um comodismo. Se investir na produção, ficaremos motivados a manter aquela atividade", diz.</p>
71	04/03/2009	Pagamento por serviço ambiental renderia R\$ 36 bi	Vida & Meio Ambiente	SD157: "Para que seja possível tirar proveito das oportunidades que surgem da crescente demanda por serviços ambientais prestados pela Amazônia, duas condições mostram-se essenciais: a regularização do caos fundiário e a instituição de um sistema de licenciamento de propriedades rurais", mostra o trabalho.
72	24/05/2009	Diálogo pode desengavetar projetos	Vida &	SD158: Mas querem um tratamento diferenciado para a legislação da agricultura familiar nas questões ambientais, o pagamento por serviços ambientais aos pequenos produtores, a regularização fundiária das pequenas propriedades e a desoneração, que implica compensar áreas degradadas com doações de áreas preservadas.
73	17/07/2009	Fundo vai financiar 5 projetos	Vida &	SD159: Minc não deu detalhes sobre os projetos. Disse apenas que um deles envolve o pagamento por serviços ambientais. "Antes a gente pagava para desmatar, agora vamos pagar para preservar", disse o ministro, na reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em Manaus. A frase faz referência ao fato de que, no início da ocupação, governo financiava o desmatamento como forma de "tornar a terra produtiva".
74	29/07/2009	Preservar começa a dar retorno	Agrícola	<p>SD160: Falta de retorno econômico não será mais desculpa para os agricultores de Joanópolis e Nazaré Paulista (SP) não investirem na preservação ambiental.</p> <p>SD161: "A proposta é trabalhar a melhoria da propriedade como um todo e deixar claro que tão importante quanto o retorno financeiro é a questão da água e a sustentabilidade da propriedade."</p> <p>SD162: "O pagamento por serviços ambientais é uma tendência", afirma Bracale, de Nazaré Paulista.</p>
75	29/07/2009	Lavoura e cachoeira no sítio	Agrícola	SD163: "Houve diálogo sobre como produzir de forma sustentável e o produtor foi integrado ao programa." Para Silveira, o fato de um produtor decidir investir em práticas conservacionistas na propriedade desperta a curiosidade do vizinho. "Ver alguém fazer é diferente de só ouvir falar."
76	29/07/2009	Produtor devia receber mais	Agrícola	<p>SD164: Ele acredita que a iniciativa oficial de pagar o agricultor por serviços ambientais é válida, porém o valor, entre R\$ 75 e R\$ 125 por hectare, é pouco em relação ao benefício proporcionado a toda a comunidade.</p> <p>SD165: "Eu deveria, assim como todos os produtores conservacionistas, ser recompensado por produzir água, e não pagar por ela."</p>
77	10/08/2009	Críticos cobram apoio do país ao REDD	Vida &	SD166: "[...] As emissões globais de carbono só aumentam e nossas florestas continuam sendo devastadas", aponta Nobre, ressaltando que os ecossistemas florestais prestam muitos outros serviços ambientais além do ciclo de carbono.
78	28/08/2009	Governo estuda criar bolsa floresta	Vida &	<p>SD167: O governo federal poderá pagar quem mantiver a floresta amazônica em pé.</p> <p>SD168: O argumento é que a floresta em pé tem um valor que pode ser calculado pelo que ela deixa de emitir de CO<sub>2</sub> e quem a preserva pode receber por isso e ainda saber de antemão com qual recurso contará.</p> <p>SD169: Para preservar será preciso, primeiro, legalizar.</p>



79	25/09/2009	Um valor para a conservação	Especial	<p>SD170: "O conceito de pagamento por serviços ambientais é inovador porque mostra que há benefícios econômicos diretos na preservação", explica Fernando Veiga, gerente de serviços ambientais da ONG The Nature Conservancy (TNC).</p> <p>SD171: O governo federal também está atento à questão e enviou para o Congresso, em junho, projeto de lei que cria o Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais, com a finalidade de financiar as ações do programa. Além de doações, o fundo receberá recursos da participação especial sobre os lucros do petróleo.</p> <p>SD172: "Assim como se faz programa de transferência de renda para tirar a população da pobreza, tem de fazer um para manter a floresta em pé." Para ele, "será um investimento em nós mesmos", já que a água garante a segurança alimentar e a produção de energia, enquanto as florestas ajudam a manter o fornecimento da água. "O cerrado é a nossa caixa d'água e a Amazônia, o chuveiro", compara.</p> <p>SD173: R\$ 112 bilhões é o valor estimado dos serviços ambientais prestados pelos ecossistemas do Pantanal, segundo estudo da Embrapa</p>
80	25/09/2009	Cuidar das nascentes garante a qualidade	Especial	<p>SD174: Segundo ele, os casos mais clássicos de PSA são justamente os de produção de água.</p> <p>SD175: Valle defende o pagamento por serviços ambientais principalmente para pequenos produtores que, sem ajuda, não conseguiriam manter os serviços ambientais em suas terras.</p> <p>SD176: "Sempre preservei, dá pena derrubar. Já vi até onça ali."</p> <p>SD177: "Quando começamos o projeto de recuperação das matas ciliares no Estado verificamos que as ações de comando e controle não são suficientes. Podemos até multar, mas se o produtor tem retorno negativo, não vai fazer a recuperação da área", diz Helena Carrascosa, coordenadora de biodiversidade e recursos naturais da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SMA).</p> <p>SD178: "O PSA, se for bem-sucedido, é um programa com fim. Por isso, ele deve ser o complemento, e não o prato principal. É um adicional que deve funcionar como um vetor de incentivo para melhorar a produção em áreas já desmatadas", afirma.</p>
81	25/09/2009	No Amazonas, 'bolsa' complementa a renda	Especial	<p>SD179: "O desafio é histórico – valorizar os serviços ambientais providos pelas florestas amazônicas. E esse desafio alcança uma nova contemporaneidade por causa das mudanças climáticas", diz Viana, que ressalta o fato de o projeto ser o primeiro no País a obter a certificação CCBA (Climate, Community and Biodiversity Alliance), de desmatamento evitado na Amazônia, conferido pela certificadora alemã TÜV-SÜD.</p>
82	27/09/2009	Ameaça se volta para o norte	Especial	<p>SD180: Se por um lado perdemos em biodiversidade e serviços ambientais, por outro, ganhamos em produção de alimentos e desenvolvimento. É dos solos desmatados do Cerrado que brotam 47% dos grãos, 40% da carne bovina e 36% do leite produzidos no País.</p>
83	27/09/2009	'Valor da biodiversidade é mil vezes superior ao da agricultura'	Especial	<p>SD181: "A riqueza que temos guardada na biodiversidade do Cerrado é mil vezes superior à da agricultura", diz o engenheiro agrônomo Eduardo Assad, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). A afirmação surpreende. Não só pelo conteúdo, mas por sair da boca de um cientista que há mais de 20 anos dedica sua vida ao agronegócio e que se lembra, sorrindo, dos tempos em que passava o correntão no Cerrado em cima de um trator, na fazenda da família em Quirinópolis, no sul de Goiás. Só que os tempos mudaram. Agora, diz Assad, é hora de preservar e pesquisar as riquezas que o bioma tem a oferecer no seu estado natural.</p> <p>SD182: "A conservação tem de ser vista como uma atividade produtiva também", diz a bióloga Mercedes Bustamante, da Universidade de Brasília.</p>

84	01/10/2009	Mamona e etanol ainda recebem investimentos	Economia	SD183: O deputado federal Fernando Gabeira (PV-RJ) também questionou o abandono do discurso do biodiesel após as descobertas do pré-sal. "O presidente Lula disse que quem duvidava da bioenergia estava com as mãos sujas de petróleo. De repente, ele aparece com as mãos sujas de petróleo alegremente", ironizou. SD184: O governador do Espírito Santo, Paulo Hartung (PMDB) citou seu estado como exemplo de que a exploração do petróleo pode trazer avanços para o meio ambiente. Ele citou o exemplo do fundo criado pelo Estado, com royalties do petróleo, para financiar o pagamento de serviços ambientais.
85	08/11/2009	Produtores e Embrapa criam rede para pesquisar áreas protegidas	Vida &	SD185: A justificativa do projeto destaca que as APPs e entornos são "porções do território que devem sustentar serviços ambientais para a proteção da paisagem (...), o que não impede de auxiliar a sustentação social e econômica da propriedade rural". SD186: "No País, as pessoas não relacionam as árvores com geração de renda. É uma questão cultural", afirma o pesquisador da Embrapa.
86	03/12/2009	'Países ricos devem pagar pelo esforço de preservação da floresta'	Especial	SD187: "Os que precisam mitigar emissões têm de nos pagar pelo trabalho de preservação da floresta", afirmou o governador. Braga reivindica para o Amazonas a condição de prestador de serviços ambientais dedicados ao planeta.
87	04/12/2009	Acabar com devastação custaria até US\$ 18 bi	Vida &	SD188: "Ainda não passamos pela prova de fogo, que será manter a queda do desmatamento frente a uma alta de preço das commodities", diz ele. SD189: A estimativa de custo para chegar ao desmatamento zero inclui gastos com fiscalização, gerenciamento de áreas protegidas, pagamento por serviços ambientais e apoio ao desenvolvimento sustentável de comunidades tradicionais – de modo que não precisem mais derrubar a floresta para sobreviver. SD190: Quem pagaria a conta não seria o povo brasileiro, mas os países desenvolvidos, por meio da compra de créditos de carbono florestal.
88	07/12/2009	Royalties do petróleo podem ir para clima	Vida &	SD191: O terceiro projeto, da Fundação Amazonas Sustentável, será beneficiado com R\$ 20 milhões para o pagamento de serviços ambientais em comunidades extrativistas, de seringueiros e de quilombolas, no Amazonas.
89	30/12/2009	Gestão da biodiversidade ganha selo no País	Negócios	SD192: A nova certificação parte da premissa de que as áreas naturais são responsáveis pela prestação dos chamados serviços ambientais – como produção de água, equilíbrio do solo e do clima, sequestro de carbono da atmosfera, polinização de lavouras, entre outros – e que, sem esses serviços, boa parte dos negócios seria inviabilizada.
90	14/02/2010	Área verde obrigatória pode ser útil ao produtor	Vida & Ambiente	SD193: Experiências também no entorno de plantações de eucalipto levaram a um resultado positivo. Como as florestas de eucalipto e pinus têm diversidade genética muito baixa – e neste caso não é viável economicamente utilizar agrotóxicos –, as florestas nativas ajudaram a evitar problemas. SD194: A engenheira florestal defende que os proprietários sejam incentivados a manter as áreas verdes nas propriedades com ações como o pagamento por serviços ambientais. Nova Iorque já faz isso há cerca de 20 anos e em São Paulo existe um projeto-piloto em que os produtores rurais recebem por permitirem a manutenção da qualidade da água em uma região.
91	31/03/2010	Cai criação de reservas privadas no País	Vida Planeta	SD195: O presidente da Confederação Nacional de RPPN (CNRPPN), Rodrigo Castro, espera que os proprietários sejam beneficiados futuramente com projetos de pagamento por serviços ambientais – como nos casos em que protegem nascentes em suas áreas e garantem a produção de água.

92	01/09/2010	Amazônia, o ativo número 1	Especial	<p>SD196: Ela guarda o equivalente em CO<sub>2</sub> a dez anos de emissões globais; num cálculo hipotético, vale duas vezes mais em pé do que devastada</p> <p>SD197: O maior desafio do Brasil para reduzir suas emissões de gás carbônico pode ser resumido em uma única frente, a da redução do desmatamento. Em todos os biomas, mas principalmente naquele que é, talvez, o ativo ambiental número 1 do mundo, a Amazônia.</p> <p>SD198: Conservada, levando em conta só o valor do carbono em suas plantas, ela vale pelo menos o dobro: US\$500 bilhões.</p> <p>SD199: Falta o passo mais difícil, dar aproveitamento econômico sustentável às florestas que ficaram de pé. "As forças de ocupação da floresta estão represadas, mas não sumiram", diz o diretor do Inpe, Gilberto Câmara.</p> <p>SD200: "A floresta precisa ter valor em pé", diz Moutinho, ressaltando que isso não significa colocá-lo numa redoma. "Há muitos recursos florestais e serviços ambientais que podem ser explorados de forma sustentável."</p> <p>SD201: "O dinheiro que vier do Redd tem de ser usado para estimular atividades produtivas que gerem renda, não só para criar reservas", diz Câmara. "Caso contrário, não vai funcionar."</p>
93	17/10/2010	Proteção deve atingir 25% da superfície da Terra, diz ONG	Vida Planeta	<p>SD202: Segundo o estudo, ampliar as áreas sob proteção é crucial para assegurar a manutenção da biodiversidade e dos serviços ambientais que a natureza oferece às pessoas. Os habitats, as espécies e os recursos genéticos que eles abrigam são a base da economia e fonte de recursos para bilhões de pessoas que dependem diretamente deles para alimentação, renda e abrigo.</p> <p>SD203: "As metas atuais são míopes e deixam a desejar na proteção da biodiversidade e dos serviços ambientais essenciais ao ser humano. A ciência nos mostra que precisamos de mais áreas protegidas", afirma Frank Larsen [...]</p>
94	17/10/2010	Em busca do apoio do PV, candidatos assumem compromissos ambientais	Nacional	SD204: Serra se coloca conta a redução das áreas de preservação obrigatória previstas no código. Propõe o pagamento por serviços ambientais.
95	23/10/2010	Degradação de rios e lagos ameaça oferta de peixes	Vida Planeta	SD205: "É importante manter esses ecossistemas aquáticos a salvo da ação destrutiva do homem, porque os custos para recuperar esses serviços ambientais são mais altos do [sic] os para preservá-los", declarou Yumilo Kura, representante do World Fish Center.
96	12/11/2010	Ministra critica discussão de Código Florestal	Vida	SD206: Ao destacar que no Brasil há muitas restrições na legislação, a ministra disse que é necessário avançar para agregar valor aos serviços ambientais. "Não dá para associar a discussão somente aos 'biohistóricos' ou 'biodesagradáveis'", afirmou.
97	02/12/2010	Projetos sobre Redd e serviço ambiental são aprovados	Planeta	<p>SD207: A outra proposta cria a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais, que permite que donos de terras recebam pagamento pela conservação de áreas verdes e nascentes de rios.</p> <p>SD208: O relator da matéria, deputado Jorge Khoury (DEM-BA), disse que os projetos mostram que o Brasil está em sintonia com as negociações internacionais do clima. "Estamos na vanguarda dos temas ambientais."</p>
98	25/12/2010	Projeto remunera proprietário que preserva floresta e nascente de água	Vida	<p>SD209: Ele é um exemplo de gente que, nos limites da maior metrópole da América Latina, já ganha para preservar remanescentes de floresta e nascentes de água.</p> <p>SD210: "Não quero derrubar, não vale a pena. Mantenho essas terras para ter ar puro para respirar", diz o paulistano da Vila Carrão, que passa pelo menos metade da semana no sítio. Ele admite que suas terras ainda dão mais despesa do que lucros. Mas faz planos para ganhar ainda mais com a mata em pé. "Querida entrar nesse negócio de créditos de carbono", diz.</p> <p>SD211: "Temos certeza de que está surgindo um novo mercado, que vai reconhecer o agricultor que preserva."</p>
99	25/12/2010	Iniciativa será reproduzida no interior de SP	Vida	<p>SD212: "Os projetos de pagamento por serviços ambientais estão se consolidando e são um caminho sem volta", diz Helena.</p> <p>SD213: "O grande desafio é garantir sustentabilidade financeira aos projetos, pois existem provas de que o mecanismo é útil para a conservação."</p>

100	05/06/2011	Floresta em pé vale mais do que soja	Especial Planeta	<p>SD214: Quanto vale uma floresta em pé? Pode ser mais preciosa do que uma lavoura de soja. Bem diferente do que argumenta o deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP), ao defender a aprovação do Código Florestal, pequenos agricultores só teriam a ganhar, em termos econômicos, se destinassem 20% da propriedade à reserva legal.</p> <p>SD215: "Encarei o desafio de medir o trabalho da natureza e os serviços ambientais que ela presta e o quanto isso representa em valor monetário, mudando o paradigma de que manter floresta significa prejuízo", diz.</p> <p>SD216: Sobre os PSA, o estudo pode ser ponto de partida para calcular e pagar valores mais justos a quem preserva ou recupera matas. "O pagamento com base no real valor da floresta seria um estímulo à preservação."</p> <p>SD217: Inverta-se a lógica para pensar quanto se gasta com tratamento de água e de doenças decorrentes de sua contaminação, desastres climáticos, baixa produtividade por falta de polinização, erosão, defensivos, efeito estufa e assoreamento de rios.</p>
101	17/07/2011	Unidade pode ser ampliada	Vida	<p>SD218: "Podemos afirmar que o parque é a experiência mais antiga de recuperação de área degradada e de conservação ambiental. E que é possível restabelecer os serviços ambientais prestados pela floresta. Em tempos de mudanças climáticas e ameaças ao Código Florestal, esse é o legado que o Brasil tem de difundir", diz Rogério Rocco, também analista do Instituto Chico Mendes.</p>
102	27/08/2011	Bolsa Verde começa a pagar R\$ 300 por trimestre para 18,7 mil famílias	Vida	<p>SD219: Não é a imagem de uma família de braços cruzados diante da floresta intocada o perfil traçado para os primeiros beneficiários do Programa Bolsa Verde, que começam a receber o benefício de R\$ 300 por trimestre em setembro.</p> <p>SD220: "O Bolsa Verde não é uma medida isolada nem de imobilização das famílias das florestas. Queremos é a inclusão produtiva da população."</p>
103	22/09/2011	Código Florestal é aprovado em comissão do Senado	Vida	<p>SD221: O senador Luiz Henrique sinalizou que deverá aceitar a sugestão do senador Eduardo Braga (PMDB-AM) de adotar regras para remunerar agricultores que mantiverem florestas em suas propriedades, como pagamento por serviço ambiental.</p>
104	12/02/2012	Ameaça ao Pantanal vai muito além do desmate	Vida Planeta	<p>SD222: Estudo da Embrapa de 2008 estimou em US\$ 112 bilhões por ano os serviços ambientais prestados pelo bioma.</p>
105	29/02/2012	Dilemas cercam plano de pagar para conservar	Especial Planeta	<p>SD223: A proposta de mudança do Código Florestal que saiu do Senado em dezembro e está para ser votado na Câmara trouxe um item, em geral, bem visto por ambientalistas e produtores rurais: o pagamento por serviços ambientais (PSA).</p> <p>SD224: O tema costuma ser indicado como um dos caminhos para frear o desmatamento por conter a ideia básica de que a floresta presta uma série de serviços. Logo, mantê-la em pé tem um valor que poderia ser pago por quem se beneficia do serviço e recebido por quem preserva a mata.</p> <p>SD225: A própria revisão do código, no entanto, expõe o fato de que a lei não garante essa proteção. "Temos esses instrumentos de comando e controle, com multas e punições, desde d. João VI. Mas em boa medida eles nunca pegaram", pondera Virgílio Viana, superintendente-geral da Fundação Amazonas Sustentável (FAS), que coordena o programa Bolsa Floresta na [sic] reservas extrativistas do Estado.</p> <p>SD226: "Temos de ir além da abordagem legalista e mudar o 'paradigma do mato'. O brasileiro tende a ver o mato como sinônimo de sujeira. Isso faz com que às vezes os proprietários deixem pegar fogo, desmatar clandestinamente", diz. Para ele, ao ganhar um valor, o mato pode ser olhado de outra forma. "Mesmo que um grande proprietário não vá depender disso para ficar mais rico, com a precificação, ele pode começar a olhar para aquilo com bons olhos, não vai ser um estorvo que poderia ser degradado. Ele vai cuidar desse ativo."</p> <p>SD227: A ideia é válida, opina José Maria Cardoso da Silva, da ONG Conservação Internacional, porque historicamente se usou os serviços que a natureza oferece, com custo zero. "Mas uma coisa é fornecer incentivos para a regularização das propriedades perante a lei, outra é o PSA. Para configurar o mercado, o fazendeiro teria de ir além da lei."</p> <p>SD228: "Isso tende a reduzir o preço da compensação, fazendo com que ela seja atraente apenas em regiões remotas nas quais o interesse pelo</p>

				desmatamento é pequeno. No final, será protegido apenas o que nem estava ameaçado, por um preço muito baixo para ter alguma relevância no desenvolvimento da região que cede as áreas para conservação."
106	29/02/2012	Experiências fornecidas para modelo nacional	Especial Planeta	SD229: De acordo com levantamento do Ministério do Meio Ambiente lançado em 2010, só na Mata Atlântica foram contabilizados 40 projetos de produtores de água, 33 de mercado de carbono e 5 de biodiversidade. SD230: "Na análise de quem pode participar, é preciso identificar qual é o serviço e tentar sempre fazer a conexão entre quem está fornecendo esse serviço e quem é a pessoa beneficiada por ele. Que pode ser uma cidade, uma indústria, a própria agricultura", diz. SD231: "O serviço ambiental é um olhar humano sobre a natureza, é o que a gente acha dela. Sabendo com clareza quem é o protetor/recebedor e o usuário/pagador é possível identificar áreas potenciais para o estabelecimento de projetos de pagamento por serviço ambiental." SD232: [...] A meu ver, a proteção só vai funcionar com os instrumentos econômicos."
107	29/02/2012	Sombra e folha fresca, bois e vacas agradecem	Especial Planeta	SD233: A Colômbia, porém, conseguiu avançar com o auxílio de incentivos financeiros, créditos especializados e pagamentos por serviços ambientais – em uma área que ainda engatinha no Brasil: a criação de gado em meio a árvores.
108	12/03/2012	Funai dá bolsa para tentar conter assédio	Vida Planeta	SD234: As primeiras famílias de índios escolhidas para receber a Bolsa Verde de R\$ 300 por trimestre foram selecionadas nas comunidades mais assediadas por contratos de venda de créditos de carbono, informou ao Estado o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Márcio Meira. O objetivo seria impedir que os índios vendam por milhões de dólares direitos até sobre benefícios da biodiversidade de seus territórios. SD235: "Créditos de carbono são uma fachada, tem gente de olho nos produtos para a indústria farmacêutica e no subsolo dos territórios, as negociações abrem espaço para a biopirataria." SD236: Enquanto isso, contratos são negociados para atender a um mercado de compra de créditos de carbono. Os clientes são empresas poluidoras.
109	03/05/2012	Instituições financeiras assinam apoio à Rio+20	Vida Planeta	SD237: Mais de 20 instituições financeiras, incluindo órgão multilaterais, assinaram ontem em Washington a Declaração do Capital Natural, que busca mostrar a preocupação do setor com o meio ambiente às vésperas da Rio+20. SD238: Segundo os organizadores, "o Capital Natural incorpora todos os ativos naturais da Terra (solo, ar, água, flora e fauna) e todos seus serviços ecossistêmicos, que tornam possível a existência de vida humana. Produtos e serviços provenientes do Capital Natural valem trilhões de dólares por ano e constituem alimentos, fibras, água, saúde, energia, segurança climática e outros serviços essenciais a todos". SD239: Por este motivo, diz o comunicado, "é preciso fortalecer a importância do capital natural para a manutenção de uma economia global sustentável, ao pedir para os setores privado e público um trabalho conjunto neste sentido".
110	06/06/2012	10 temas para um planeta sustentável	Vida	SD240: A destruição das florestas tropicais, como a Amazônia, é o sintoma mais emblemático da relação conflituosa entre homem e meio ambiente, entre crescimento econômico e conservação ambiental. SD241: Os povos tradicionais – como os índios e ribeirinhos da Amazônia, os inuits do Ártico, os povos das montanhas nos Himalaias, os aborígenes da Austrália, os maoris do Pacífico – são os principais guardiões da sabedoria associada aos recursos naturais e, em muitos casos, os guardiões na prática de áreas protegidas.

111	22/06/2012	Correa diz que para de extrair óleo se for pago	Especial Planeta	<p>SD242: O presidente do Equador, Rafael Correa, fez ontem uma eloquente defesa do pagamento dos chamados serviços ambientais. Propôs não extrair os 846 milhões de barris de petróleo sob o Parque Nacional de Yasuní e manter de pé suas florestas, em troca de pagamento.</p> <p>SD243: Exibindo gráficos, Correa procurou mostrar que os países desenvolvidos são os que mais consomem recursos naturais, enquanto os mais pobres os oferecem, às vezes gratuitamente, como o oxigênio gerado pela Floresta Amazônica.</p> <p>SD244: Correa terminou seu discurso de pouco mais de 20 minutos assim: "Imaginem se fosse o contrário. Se as florestas pertencessem aos países ricos e os pobres as estivessem destruindo. Já nos teriam invadido, sob o pretexto de salvar o mundo."</p> <p>SD245: O estilo pragmático de Correa destoou do de Evo Morales, presidente da Bolívia. Morales atacou o conceito de economia verde como uma nova forma de "colonialismo para submeter os governos anti-imperialistas e anticapitalistas".</p> <p>SD246: "Paguem a dívida ecológica, não a dívida externa." E tripudiu: Sentimos que a dívida dos países capitalistas é impagável, enquanto que a situação dos países pobres e em desenvolvimento é melhor que a deles".</p>
112	04/07/2012	País carece de lei para serviços ambientais	Vida Planeta	<p>SD247: "Mas a ausência de um marco legal causa uma certa insegurança".</p> <p>SD248: "Não estamos pagando pela água produzida", explica Carrascosa. "Estamos pagando pelo serviço de manter a nascente funcionando".</p>
113	15/07/2012	Cacau tenta renascer com lema de protetor da Mata Atlântica	Vida Planeta	SD249: Agora os produtores querem que esse serviço ambiental se reverta em uma valorização extra, que impulse a retomada de crescimento da produção.
114	05/09/2012	Novo texto permite recompor margem de rio com frutífera	Vida Planeta	SD250: "Essa possibilidade é ainda mais grave que a diminuição da faixa a ser recuperada, porque impede o serviço ambiental da mata ciliar", diz Raul do Valle, do Instituto Socioambiental.
115	12/10/2012	Proteger a biodiversidade do mundo custaria US\$ 81 bilhões por ano	Vida	<p>SD251: Quanto custa proteger a biodiversidade do planeta? Para um grupo internacional de cientistas, o valor é de pelo menos US\$ 81 bilhões por ano. O cálculo, publicado na edição de hoje da revista <i>Scienc</i>, leva em conta duas das chamadas Metas de Aichi, acertadas em 2010 na conferência das partes (COP) da Convenção da Diversidade Biológica (CDB), que estabelecem uma série de ações a serem tomadas nos próximos anos para que, em 2020, tenha sido possível frear a extinção de espécies.</p> <p>SD252: Antes que alguém possa dizer que os números são assustadores, os pesquisadores argumentam que equivalem a menos de 20% do que é gasto anualmente em todo o planeta com refrigerantes – e cerca de 1% a 4% do valor total dos serviços ecossistêmicos providos por essas espécies e habitats.</p> <p>SD253: "A pergunta a ser feita é: qual é o custo de não atingirmos essas duas metas? Considerando que o gasto anual dos países com despesas militares é da ordem de US\$ 1,7 trilhão, o custo destas duas Metas de Aichi é relativamente baixo."</p>
116	18/10/2012	Em 4 meses, lista de espécies ameaçadas ganha 400 nomes	Vida Planeta	SD254: Segundo o economista Pavan Sukhdev, autor de um artigo sobre o valor econômico de pagamento por serviços ambientais, seriam necessários entre US\$ 150 bilhões e US\$ 440 bilhões por ano para garantir a manutenção da biodiversidade no planeta. De acordo com especialistas, atualmente é estimado que sejam pagos cerca de US\$ 10 bilhões por estes serviços.
117	11/12/2012	Bolsa Verde comercializa ativos ambientais no mercado futuro	Vida Planeta	<p>SD255: Para o engenheiro florestal Tasso Azevedo, ex-diretor do Serviço Florestal Brasileiro, o grande desafio é como fazer com que a Bolsa Verde seja um mecanismo para valorizar e incluir aqueles que hoje já trabalham mantendo ativos ambientais ou prestando serviços de natureza ambiental. "São iniciativas desse tipo que fazem a gente dar saltos importantes na aplicação de políticas públicas."</p> <p>SD256: "De fato, remunera-se quem está conservando porque aquilo tem um valor. E dar valor ao meio ambiente é importante."</p>

118	06/01/2013	Costa Rica tenta ser país neutro em carbono até 2021	Vida &	SD257: "Ao contrário do típico debate que vemos muito nas negociações internacionais, de países em desenvolvimento falando que as questões climáticas são um obstáculo e são vistas como algo injusto, que vai barrar o desenvolvimento, na Costa Rica as pessoas passaram a encarar a questão como uma oportunidade de diferenciação. Ter uma marca verde se tornou estratégico", afirma Mónica.
119	06/01/2013	Cobertura florestal aumentou 79% no país	Vida &	SD258: As duas principais ações da Costa Rica para diminuir suas emissões vêm de antes até da meta de carbono neutro. O investimento em parques naturais e no pagamento por serviços ambientais, que remunera os produtores rurais por manterem a vegetação natural em suas propriedades e até recuperarem áreas desmatadas promoveu um aumento de 79% na cobertura vegetal do país. Ela passou de 29% do território em meados dos anos 1980 para 52% em 2012. SD259: As políticas pegaram principalmente porque acabaram beneficiando o setor privado.
120	20/02/2013	Pobreza reina na área mais protegida do Pará	Especial/Plana neta	SD260: Se o desmatamento gera pobreza nas cidades e comunidades ao seu entorno, tampouco a conservação da floresta por si só tem conseguido garantir um quadro econômico melhor. SD261: "Ao criarem áreas protegidas e chegarem na Calha Norte antes do problema, os governos federal e estadual tiveram uma visão estratégica. O desafio agora é como fazer com que essas amplas reservas tragam uma oportunidade e não um estorvo econômico para as populações", afirma. E agir rápido, com uma "estratégia de vacina", como definiu Veríssimo, para impedir que a região cometa os mesmos erros de outras e tenha o velho modelo econômico de desmatamento que só leva a mais pobreza. SD262: O estudo mostrou que a região não tem aptidão agrícola. A vocação é manter a floresta, que pode gerar renda com o manejo de madeira e outros produtos (como castanha e óleo de copaíba), e os serviços ambientais.
121	25/12/2013	MP quer que seja suspensa a licença para expandir porto de São Sebastião	Metrópole	SD263: A baía, que reúne costões rochosos, manguezais e praias, recebe desde o começo de 2012 uma força-tarefa de mais de 140 pesquisadores, de instituições como USP, Unicamp e Unesp, financiados pelo programa de Biot, da Fapesp, que estão estudando a biodiversidade da região, os serviços ambientais que ela presta e seu papel econômico e social.
122	25/12/2013	'Podemos dizer que o Araçá está vivinho'	Metrópole	SD264: "O que estamos vendo é que esse ambiente tem vários valores e funções. As pessoas que vivem ali percebem isso, não só hoje, mas historicamente. A gente quer qualificar a discussão sobre o uso dessa região, para que seja mais sábia."

## APÊNDICE C

### Relação de Sequências Discursivas do Jornal *O Globo*

TEXTO	DATA	TÍTULO	EDITORIA	SEQUÊNCIA DISCURSIVA
123	24/02/2002	Arquipélago ganha projeto de turismo	País	SD265: A questão ambiental hoje não é mais setorizada, é global. É uma questão de qualidade de vida, de serviços ambientais. Nós acreditamos no desenvolvimento sustentável – disse o ministro.
124	05/06/2002	Soluções de alta tecnologia esbarram em práticas do século XIX	Ciência	SD266: – Não é que os fazendeiros sejam malvados. Eles agem dentro de um quadro econômico em que desmatar e cortar madeira continuam dando mais dinheiro do que outra atividade. Se der mais dinheiro manter a floresta, ele vai agir diferente – diz o ecólogo Philip Fearnside. SD267: Ele sustenta a ideia de que o desmatamento na Amazônia Legal aumenta significativamente a concentração de gases associados ao efeito estufa, razão pela qual propõe premiar os serviços ambientais na floresta, ou seja, remunerar os que mantiverem o carbono fora da atmosfera, evitando assim o efeito estufa. SD268: – Não será como um produto físico, que se compra no supermercado. Mas não há dúvida de que a floresta faz um serviço de valor monetário, pois ajuda a manter ecossistemas importantes para a produção agrícola e para o setor energético – explica.
125	28/07/2004	Amazônia sob a ameaça de virar um cerrado	O Mundo/ Ciência e Vida	SD269: – Isso é um ótimo sinal, indica que a floresta está prestando um serviço ambiental muito importante para o planeta – afirmou Artaxo.
126	08/04/2006	Para Stiglitz, Brasil tem de cobrar compensação por manter Amazônia	Economia	SD270: – O Brasil fornece enormes serviços ambientais ao mundo (mantendo a floresta amazônica) e não é compensado por isso. O valor desses serviços é enorme, e o mundo não paga nada por eles – ressaltou o economista.
127	05/05/2008	Uma ajuda para o pulmão do mundo	Razão Social	SD271: O nosso apoio é uma forma de compensar as emissões de carbono das nossas operações. Afinal, a floresta amazônica é o pulmão do mundo. SD272: – A gente entende que quem mora nessas áreas e não derruba a floresta presta um serviço ambiental – diz Luiz.
128	02/06/2008	Cenas de um capítulo real	Razão Social	SD273: Mas, diante da atual circunstância econômica, as expectativas são negras – conclui o ator. SD274: A Amazônia não é o pulmão do mundo, mas presta serviços ambientais importantíssimos ao Brasil e ao planeta.
129	05/06/2008	O ar condicionado das cidades	Caá-etê	SD275: Os números não mentem, mas fazem sonhar. Se cada uma das cerca de 120 milhões de pessoas que vivem junto à Mata Atlântica – 67% da população brasileira em 3.406 municípios, segundo o IBGE – pagasse R\$ 1 anualmente pelos serviços prestados pela floresta, ela certamente teria mais condições (e recursos) para preservar os seus 97.596 quilômetros quadrados restantes de vegetação original. Em troca, a mata seguiria oferecendo os seus valiosos préstimos: abastecimento de água, contenção de encostas, regulação do clima e fertilidade do solo. SD276: – A base da economia brasileira está em torno da Mata Atlântica – ressaltou Clayton Lino, presidente do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. – Por tudo o que nos oferece, por esses serviços ambientais insubstituíveis, ela deveria receber mais atenção e investimentos.
130	12/05/2009	Recompensa para conservar matas	Rio	SD277: Batizada de "Programa Produtores de Água e Floresta", a iniciativa é uma parceria da Secretaria estadual do Ambiente, do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Guandu e da Prefeitura de Rio Claro com a ONG The Nature Conservancy (TNC) e o Instituto Terra de Preservação Ambiental.



131	14/05/2009	Vigília pela Amazônia	O País	SD278: A senadora Marina Silva (PT-AC) listou cinco projetos que tramitam na Câmara e três que aguardam votação no Senado considerados prioritários para o meio ambiente, entre eles, o que estabelece retribuição por serviços ambientais.
132	08/06/2009	Minc admite derrotas, mas diz que teve vitórias	O País	SD279: No mesmo evento, também foi autorizado o pagamento por serviços ambientais, que vai beneficiar a agricultura familiar, e o manejo florestal comunitário, reivindicação de seringueiros, castanheiros, quilombolas e ribeirinhos. SD280: O outro decreto fixou em 0,5% o percentual de compensação ambiental que as empresas têm de pagar por obras de impacto na natureza.
133	06/11/2009	Conta do clima é de R\$99,9 bi	Ciência	SD281: Conta do clima é de R\$ 99,9 bi SD282: A ação mais cara é a que se encontra sob a rubrica de "pagamento por serviços ambientais", que consumiria R\$ 33 bilhões em dez anos.
134	18/11/2009	Clima de palanque em Copenhague	O País	SD283: – O governador terá uma agenda ampla. Nossa ideia é que a construção de uma economia verde exige um ativismo do Estado. Há muito conservadorismo e resistências à economia verde e é preciso driblar isso – disse o secretário de Meio Ambiente de São Paulo, Francisco Graziano. SD284: Os governadores da região amazônica defendem o pagamento por serviços ambientais prestados e as inclusões de políticas de Redução de Emissões para o Desmatamento e Degradação (REDD).
135	14/04/2010	Extinção entre o mar e rio	Ciência	SD285: Se por um lado essa conversão produz alimentos, a perda que ela traz é muito maior se formos analisar os inúmeros serviços ambientais prestados pelos manguezais.
136	07/10/2010	Tucanos planejam unir propostas ambientais de Marina e Serra	O País	SD286: O documento está dividido em novo itens: código florestal, moratória do desmatamento, pagamento por serviços ambientais, comitês de bacias hidrográficas, Rio São Francisco, ecoturismo, economia verde, zona costeira e diesel limpo. SD287: Usando como exemplo iniciativas adotadas por Serra no governo paulista, o programa coloca em pauta a implantação de economia verde, com empresas se adaptando a projetos de sustentabilidade.
137	18/01/2011	Preservação ameaçada	Razão Social	SD288: A preservação da floresta de Araucária do Paraná pode estar ameaçada. O motivo é a redução gradativa do número de faxinais, comunidades coletivas tradicionais típicas que funcionam como guardiãs da mata.
138	15/02/2011	No Rio, agricultores receberão para preservar	Razão Social	SD289: Eles são uma das cinco famílias do município de Varre-e-Sai, microrregião de Itaperuna, que vão receber da prefeitura pagamentos por serviços ambientais como compensação por manter a floresta de pé. SD290: – Desde que vim morar no sítio, há mais de vinte anos, protejo a mata na beira do rio e em volta da minha casa, mesmo sem ninguém nunca ter me dito que isso era obrigatório. Cuidei porque queremos água limpa no rio e viver cercados de mato. SD291: Com o pagamento por serviços ambientais, a ideia é recompensar quem manteve uma boa área de mata nativa de pé e ajudar a recuperar áreas perdidas. SD292: – Os benefícios são compartilhados por toda a sociedade. As pessoas têm acesso à água mais limpa, e as empresas também saem ganhando, porque precisam de água para produzir, e, em alguns casos, até para distribuir. SD293: Já nesse programa, me apreço que a ideia é combinar preservação com atividade produtiva. Aí faz sentido, é diferente receber apenas para preservar.

139	21/04/2011	Aldo defende dar créditos para quem cumpriu lei	O País	<p>SD294: Relator do novo texto do Código Florestal, o deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) defendeu ontem a compensação para agricultores que cumpriram a legislação ambiental que vigorou até 2008, quando a lei foi mudada.</p> <p>SD295: Esses pagamentos sugeridos pelo PV por "serviços ambientais" – nome dado às compensações –, envolvem concessão de crédito agrícola com juros menores e limites maiores do que aqueles dados aos desmatadores; isenção de Imposto Territorial Rural sobre as áreas protegidas, conservadas ou em recuperação; e desconto no imposto de renda com gastos para preservar o meio ambiente.</p>
140	05/07/2011	A preservação como renda	Razão Social	<p>SD296: Manter floresta em pé vai render bons dividendos no Rio.</p> <p>SD297: No último dia 17, o governador Sérgio Cabral assinou decreto estipulando "formas de retribuição, monetária ou não", a iniciativas prestadas por agricultores que favoreçam a conservação e a restauração do meio ambiente. Publicado no Diário Oficial de sexta-feira, o decreto 42.029 institui o mecanismo de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).</p> <p>SD298: A lógica é trocar, sem prejuízo econômico, uma atividade degradante ao meio ambiente – no caso de Rio Claro, a pecuária de baixa eficiência – pela conservação ambiental.</p> <p>SD299: E quanto pior a qualidade de água bruta, mais caro é o tratamento. Quem paga a conta é o consumidor.</p>
141	31/08/2011	Florestal: agricultura familiar pode ter destaque	O País	<p>SD300: O capítulo preveria mecanismos de remuneração para que o agricultor familiar mantenha a vegetação nativa em áreas ambientalmente frágeis, como margens de rio ou topos de morro, consideradas Áreas de Preservação Permanente (APPs), e na reserva legal – que é o percentual da propriedade que todos os produtores são obrigados a preservar.</p> <p>SD301: A proposta diz que o pagamento seria feito de acordo com a situação do produtor: quem manteve remanescentes de florestas originais, ganha mais; quem desmatou, recebe um pagamento menor. Ou seja, mesmo aqueles que descumpriram a lei receberão recursos para replantar o que desmataram ilegalmente e, assim, se regularizarem. O princípio é emprestado de um projeto de lei que tramita na Câmara sobre Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA).</p>
142	27/09/2011	Liderança Brasileira	Ciência	<p>SD302: Mas, se na Cúpula da Terra de 1992 as conversas foram em torno de uma política global, com muitas palavras e boas intenções, mas poucas medidas concretas, o encontro do ano que vem terá foco na ação, com o estabelecimento de metas práticas para o uso dos recursos do planeta, diz Brice Lalonde, coordenador executivo da ONU para a Rio+20.</p> <p>SD303: Um dos caminhos, acredita Lalonde, é a instituição de algum tipo de remuneração pelos serviços ambientais prestados pelos países pobres e em desenvolvimento como forma a incentivar a preservação.</p> <p>SD304: – Precisamos de um novo tipo de cálculo do Produto Interno Bruto que contabilize essa infraestrutura ecológica – diz.</p>
143	27/09/2011	Mecanismos de proteção da floresta ainda são incipientes	Planeta Terra	<p>SD305: Na prática, países que têm diversidade biológica ficam com poucos instrumentos para preservar suas florestas. Além disso, muitas vezes ainda são obrigados a pagar mais por produtos feitos a partir de princípios ativos descobertos em suas fronteiras. Isso ocorre inclusive com medicamentos.</p> <p>SD306: – Os produtos vendidos a partir de elementos encontrados na floresta devem ter parte do lucro revertido para a [sic] ações de proteção da biodiversidade. Além disso, as florestas têm um valor, que deve ser pago para ser mantido. O nó é determinar quem vai pagar isso. Na verdade, acredito que o mundo deveria pagar uma cota para o Brasil manter suas áreas verdes. A biodiversidade deveria ser protegida como uma joia da coroa por sua importância ambiental – afirmou Suzana.</p> <p>SD307: – É preciso ter mecanismos em que as boas práticas sejam remuneradas. Estamos negociando com os setores da soja e da pecuária. Além disso, deve haver uma remuneração clara aos que preservam a reserva legal como um serviço ambiental. Estamos falando de</p>

				mecanismos financeiros, como a geração de créditos de carbono, para apoiar preservação da mata em pé.
144	12/10/2011	Deputados apresentam proposta para Rio+20	Ciência	SD308: As nações signatárias, assim, estariam comprometidas em atribuir valor econômico a serviços ambientais prestados pelos ecossistemas. A preservação ambiental seria incorporada à contabilidade do setor produtivo. SD309: As atribuições dessa organização seriam monitorar as metas do desenvolvimento sustentável e coordenar um esforço mundial de pesquisa de fontes de energia descarbonizantes.
145	06/12/2011	Despoluição ainda é o desafio	Razão Social	SD310: Ingrid Silveira reconhece que a despoluição do rio ainda é um desafio do projeto, que deve ganhar fôlego com o sistema de pagamento por serviços ambientais a ser lançado até março pela Agência. SD311: – Nossa equipe percorre constantemente as comunidades e o que observamos é que grande parte das pessoas ou tem uma relação utilitária com o rio, usando sua água para irrigação, ou local de depósito para o lixo. Eles precisam, de fato, de um incentivo para deixar de desmatar e conservar a bacia.
146	06/12/2011	Pagamento de serviços ambientais a partir de março	Razão Social	SD312: Os agricultores tem que ter um incentivo para criar forma de conservar a água, do contrário vão continuar desmatando para plantar.
147	31/01/2012	Preservação de papel	Razão Social	SD313: Mesmo assim, por mais que a prática pareça disseminada, o empresariado nacional ainda está longe de atingir, segundo ambientalistas, um estágio de consciência sobre conservação da biodiversidade. SD314: – A natureza impressiona pela beleza por cinco minutos. Depois, as pessoas esquecem. SD315: – [...] Fala-se mais em aquecimento global nos debates sobre sustentabilidade do que em preservação da biodiversidade, e pouco ainda se relaciona os temas com uma perspectiva econômica. SD316: Para Borges, a preservação das florestas é um forte instrumento de combate ao aquecimento global, pelo sequestro de carbono, e, também, de inclusão social, pela possibilidade de geração de renda pela venda de serviços ambientais. SD317: Mas o zoólogo acredita que o Brasil está acordando para a visão estratégica que alia conservação da biodiversidade e ganho financeiro. SD318: Se os gestores gastassem algum tempo para conhecer as comunidades e a natureza da região, certamente entenderiam que poderiam ter retorno financeiro e de imagem desenvolvendo projetos de responsabilidade social consistentes de geração de renda para comunidades, a partir da preservação.
148	08/05/2012	Negociadores da Rio+20 ganham prazo extra para chegarem a acordo	Ciência	SD319: Já houve uma redução considerável (no tamanho), mas o fato de ainda termos a maior parte entre colchetes (o que na tradição diplomática indica que o texto ainda não é objeto de acordo) é muito preocupante diante do pouco o tempo que teremos para essas negociações no Rio. SD320: Ele lembra que no fim de abril, após mais de cinco anos de debates, as Nações Unidas finalmente aprovaram a criação de uma plataforma intergovernamental sobre biodiversidade e serviços ambientais. SD321: Certamente tivemos e teremos perdas e impactos da ação humana no planeta, mas não acho que o dano seja irreversível.

149	11/05/2012	Rio+20 deve aprovar obrigação aos países	Economia	<p>SD322: A ministra não especificou quais seriam essas obrigações, mas deixou claro que o padrão de consumo dos países desenvolvidos "não pode ser replicado para todo o planeta".</p> <p>SD323: Mas não tem um lobbista, no bom sentido da palavra, daquele que vá realmente lutar pela causa, porque ela não está associada a nenhum setor que vá ter algum ganho. Então este é um papel do governo – disse Suzana Kahn, subsecretária de Economia Verde do Estado do Rio.</p> <p>SD324: – O que estamos definindo é que um pequeno percentual do que seria a redução seja encaminhado ao fundo do pagamento de serviços ambientais, especialmente para áreas de preservação permanente ripárias (mata ciliar de rios), o que vai garantir quantidade e qualidade da água, que é a matéria prima para gerar energia hidrelétrica – defendeu.</p>
150	22/05/2012	Desafio do Rio é acordo climático global	Ciência	<p>SD325: De acordo com o deputado federal Alfredo Sirkis, quatro recomendações principais deverão sair do Rio Clima: modificação do PIB, incluindo outros valores, como os ambientais; novos mecanismos internacionais de financiamento de iniciativas relacionadas ao meio ambiente, como saneamento e reflorestamento; novo mecanismo tributário que estimule práticas verdes; e a atribuição de valor econômico aos serviços ambientais.</p>
151	10/06/2012	A grande reserva de água doce do Brasil	Rio +20	<p>SD326: – A meta é restaurar 15 milhões de hectares até 2050 – afirma Carlos Alberto Mesquita. – E a ideia é que sejam áreas relacionadas a serviços ambientais da floresta, como cabeceiras de rios e encostas. Essas são áreas que não produzem alimentos, nem empregos e cuja maior vocação é mesmo de floresta.</p> <p>SD327: – Se quisermos chegar a esse número, temos que acelerar. Somente no Rio são 950 mil hectares a serem recuperados para evitar o comprometimento dos serviços econômicos e estratégicos prestados pela floresta e garantir a estabilidade do sistema.</p>
152	18/06/2012	Rio Clima quer novo PIB e fim de subsídio a petróleo	Especial	<p>SD328: Entre as propostas, que têm por objetivo manter o aquecimento da Terra em até dois graus Celsius no próximo século, destacam-se o fim dos subsídios aos combustíveis fósseis, considerados os grandes vilões do planeta, e a mudança no cálculo do Produto Interno Bruto (PIB), que deveria incluir variáveis sustentáveis.</p> <p>SD329: – É bem verdade que, com isso, os preços da gasolina vão subir, mas temos que estabelecer mecanismos de compensação social. O que era destinado aos subsídios deverá chegar ao povo por meio de alguns projetos de distribuição de renda.</p> <p>SD330: – Mesmo que o bolso regrida, a alma precisa avançar – ele disse. – Temos que transformar o PIB. Levar para dentro dele conceitos novos de progresso. Não podemos medir o desenvolvimento pelo produto, mas pelo bem-estar, e bem-estar passa pela sustentabilidade.</p> <p>SD331: Por último, o grupo sugere que os governantes passem a atribuir valor econômico a serviços ambientais prestados.</p>

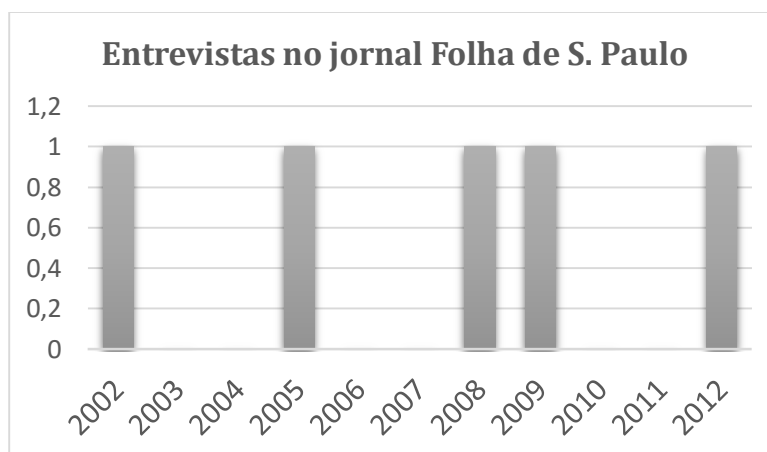
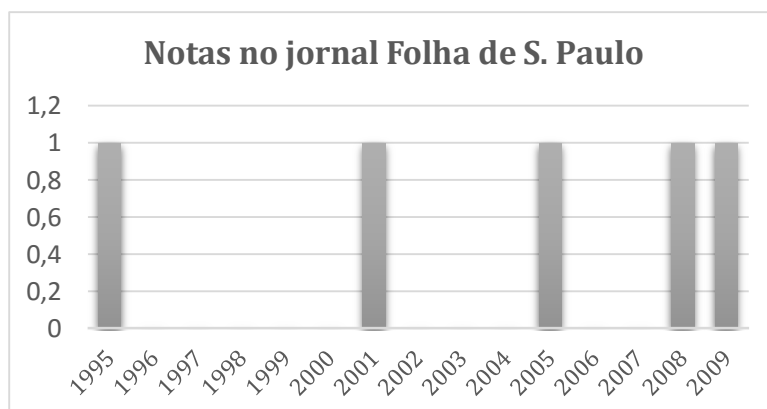
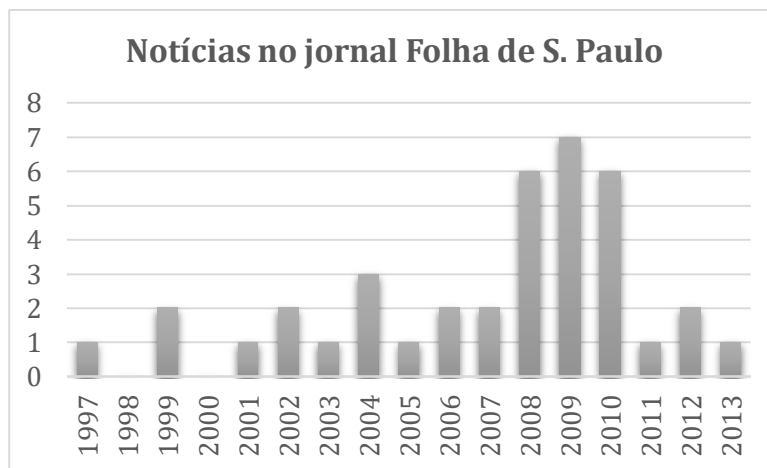
153	21/06/2012	O preço da biodiversidade	Suplemento	<p>SD332: O valor da biodiversidade no planeta é estimado em US\$ 33 trilhões por ano, valor dez vezes maior do que a quantia gasta por governos, indústrias e ONGs em proteção ambiental. Os custos de sua conservação no Brasil são estimados em US\$ 36 bilhões anuais, 12% do valor da biodiversidade no mundo.</p> <p>SD333: O Brasil é o país com maior biodiversidade terrestre, tendo entre 15% e 20% dos 1,5 milhão de espécies descritas na Terra. Suas florestas contribuem com serviços no valor de US\$ 4,7 trilhões anuais, como ciclagem de nutrientes, provisão de matérias primas, regulação do clima e controle de erosão.</p> <p>SD334: O TEEB, sigla em inglês de A Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade, é a primeira experiência metodológica para atribuir valor econômico aos recursos naturais, ativos denominados de capital natural.</p> <p>SD335: A diretora de Relações Institucionais da CNI, Mônica Messenberg, ressaltou que a compreensão do valor econômico da biodiversidade é o primeiro passo para uma política de conservação e uso sustentável. Já o diretor-executivo da Conservação Internacional, Andre Guimarães, lembrou que o Brasil cresceu 34% de 1990 a 2010, mas "se descontarmos o custo ambiental, o crescimento é de apenas 3%".</p> <p>SD336: Outro alerta do presidente da Conservação Internacional: 42% dos remédios para câncer são advindos de recursos da biodiversidade. "Não conhecemos todos os recursos e eles já estão sendo excluídos", assinalou.</p>
154	26/06/2012	Expedição global revela riqueza das criaturas errantes dos mares, verdadeiros pulmões azuis do planeta	Planeta Terra	<p>SD337: – O plâncton é parte fundamental do sistema que dá energia e recursos que são essenciais para sustentar a vida em todo o planeta – lembra Troublé. – Apesar disso, ainda estamos longe de entender como o plâncton e os oceanos trabalham integrados neste processo e o valor de seus serviços para o meio ambiente.</p> <p>SD338: – Não existe a economia verde sem a economia azul, tudo está ligado – afirma. – Nossa mensagem não é de que os oceanos estão morrendo, mas que com pequenas atitudes podemos ter um grande impacto na sua saúde.</p> <p>SD339: Como os oceanos não pertencem a ninguém, ninguém toma conta deles.</p> <p>SD340: Entre as medidas que Troublé considera essenciais para mudar o panorama está a criação de um mercado de "carbono azul", nos moldes do mercado de carbono aberto pelas negociações do Protocolo de Kyoto, que criou metas de redução das emissões de gases do efeito estufa.</p>
155	28/06/2012	Propostas plurais e inovadoras para uma economia verde	Suplemento	<p>SD341: Outro ponto ressaltado pelo deputado é a atribuição de valor econômico a serviços ambientais prestados por ecossistemas, além da reforma dos sistemas tributários, tanto de impostos como de subsídios que muitas vezes estimulam práticas prejudiciais ao meio ambiente.</p> <p>SD342: – Seria importante acabar, inclusive, com o subsídio aos combustíveis fósseis, como a gasolina, que existe não apenas no Brasil, mas em vários países – ressalta.</p> <p>SD343: É preciso adotar medidas rigorosas de desenvolvimento sustentável, dentro de uma economia verde, para conter a temperatura do planeta.</p>

156	15/01/2013	Valor da Floresta em Pé	O Globo Amanhã	<p>SD344: A atitude visionária dos Vargas agora está virando uma recompensa remunerada. Em um programa pioneiro de pagamento por serviços ambientais da prefeitura, Geraldo criou uma Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN) que lhe renderá R\$ 1.731 por ano.</p> <p>SD345: O pagamento, porém, está atrasado em quase um ano e ainda não chegou ao bolso dos beneficiários.</p> <p>SD346: No Brasil, a legislação que cria o marco regulatório nacional, estabelecendo padrões para o pagamento por serviços ambientais (PL 792/ 2007), ainda tramita na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados. Enquanto isso, organizações da sociedade civil se unem para avaliar a eficácia dessas iniciativas, criticando o que chamam de "mercantilização da floresta".</p> <p>SD347: – Preservamos porque fomos criados na floresta, mas não imaginava que podia receber dinheiro por isto. É pouco, mas vai ajudar a reflorestar. Agora que foi prometido, tem que sair. Se não, vamos gritar – afirmou o agricultor, referindo-se ao atraso no pagamento.</p> <p>SD348: Segundo Paul Simpson, CEO do Carbon Disclosure Project, maior organização sem fins lucrativos voltada ao monitoramento dos projetos de redução de gases-estufa no mundo, o pagamento por serviços ambientais só deve decolar quando houver uma crise de demanda por redução de emissões.</p> <p>SD349: – Os serviços ambientais só funcionam em áreas ameaçadas, sob pressão econômica. Ou seja, áreas que seriam derrubadas para gerar renda. O objetivo não é cobrir todas as áreas de floresta do mundo, nem dar valor monetário a todos os recursos. O valor das florestas é infinito.</p> <p>SD350: A ideia do pagamento por serviços ambientais surgiu na década de 1990, embora as discussões remontem os debates sobre bens comuns que vieram à tona nos anos 1970.</p> <p>SD351: Por outro lado, pesquisadores trabalham em cima da questão: será que é realmente necessário dar valor monetário às florestas para preservá-las?</p> <p>SD352: – Não faz sentido que uma empresa possa emitir o quanto de carbono quiser nos Estados Unidos e pagar algo para um projeto na Amazônia compensar. É preciso acompanhamento, capacitação no manejo florestal.</p> <p>SD353: – A sociedade tem que se estabelecer o objetivo dos serviços ambientais, e o governo tem que regulamentar. O instrumento é bom, mas não pode ser visto como única solução. Os ativos da floresta não podem ser definidos pelo mercado.</p>
157	12/03/2013	Desafios da preservação	O Globo Amanhã	<p>SD354: – APA e Baía de Guanabara são indissociáveis. Esta área presta serviços ambientais muito grandes. Cerca de 60% da água doce da baía vêm desta região – ressalta Muniz.</p>
158	26/03/2013	Rio emite, Amazônia compensa	O Globo Amanhã	<p>SD355: Na prática, indústrias fluminenses poderiam, em vez de reduzir suas emissões, comprar créditos de carbono de projetos de lá voltados para a conservação da floresta em pé.</p> <p>SD356: É preciso pensar em redução das emissões, mas também em formas de compensação.</p> <p>SD357: Entre as críticas está a possibilidade de manter o desmatamento e as emissões em alta sem mudar padrões industriais.</p>

159	24/10/2013	Riqueza natural	Ciência	<p>SD358: Segundo Maretti, a divulgação da lista ultrapassa a simples verificação sobre a grande biodiversidade ainda desconhecida da Amazônia. Para ele, além de conhecer é preciso reconhecer que a região presta importantes serviços ecossistêmicos para o planeta – os quais todas as espécies de plantas e animais lá presentes ajudam a construir.</p> <p>SD359: Ela estoca carbono e a circulação de ar e umidade nela promove o resfriamento e estabiliza o regime de chuvas não só na região como fora da Amazônia. Estes são alguns tipos dos serviços ecossistêmicos que são produto desta complexidade de seres vivos que vivem lá. São estas espécies múltiplas de biodiversidade que prestam serviços que toda a sociedade usa.</p> <p>SD360: Claro que não podemos pedir para os nove governos deixarem a Amazônia intocada, mas podemos exigir a preservação de uma boa representação da sua biodiversidade e a manutenção dos seus serviços ecossistêmicos.</p> <p>SD361: – A Amazônia tem que servir para o bem da Humanidade, mas isso não pode ser feito seguindo a lógica do desmatamento para levar até lá modelos que não são dela, como grandes plantações de soja – avalia. – Temos que aproveitar o que a Amazônia já tem de bom e pode oferecer naturalmente, fazendo o bioma produzir para nós.</p>
-----	------------	-----------------	---------	--

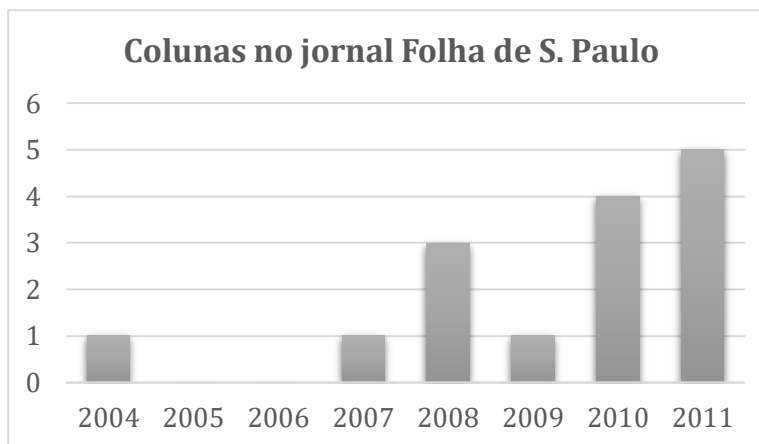
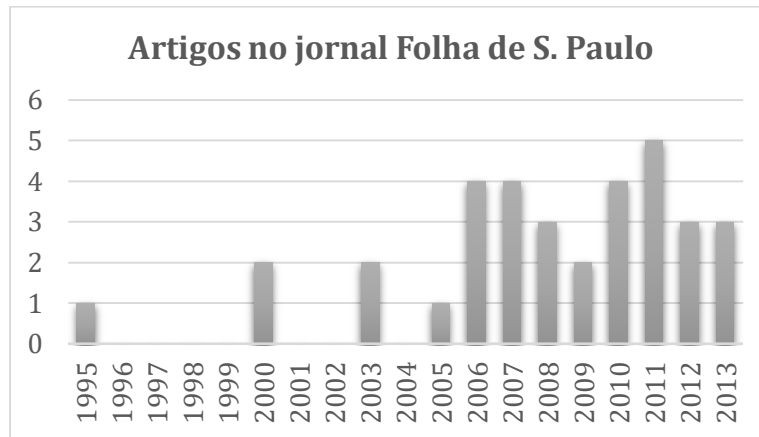
## APÊNDICE D

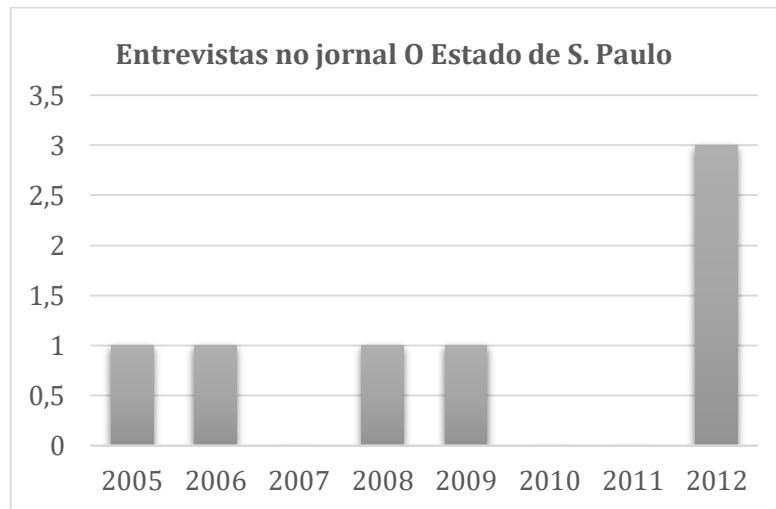
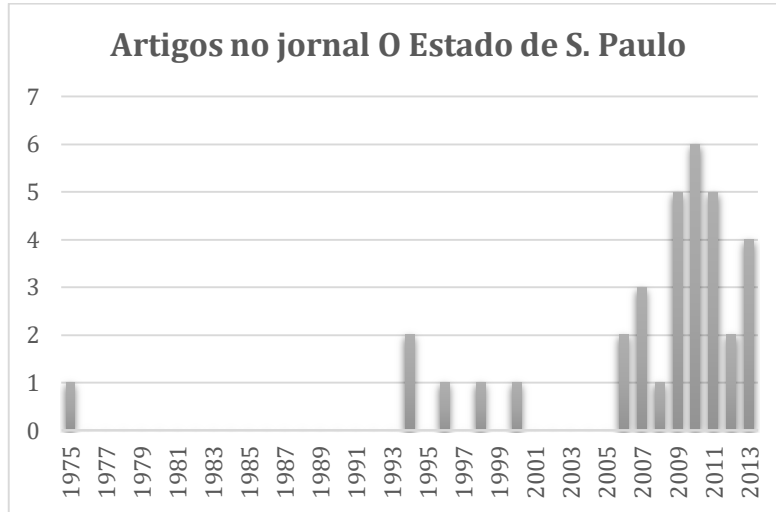
Número de aparições de textos jornalísticos que utilizaram os termos serviço(s) ambiental(is) e serviço(s) ecossistêmico(s), nos jornais pesquisados<sup>51</sup>, por ano.

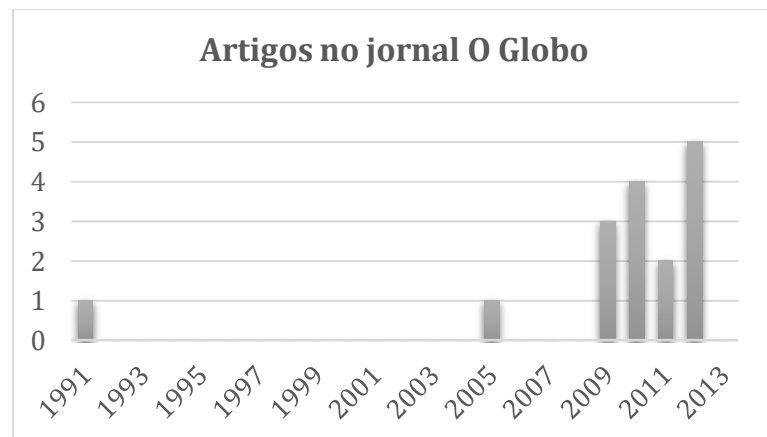
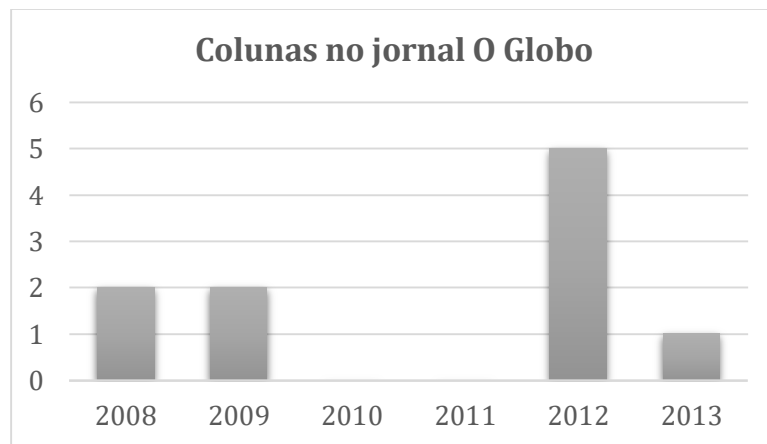


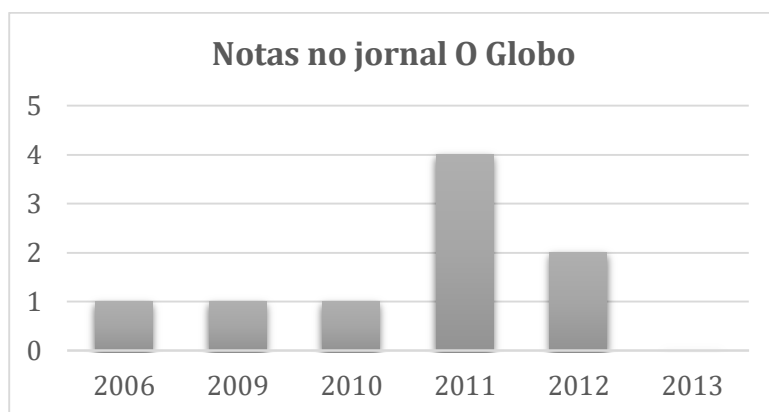
<sup>51</sup> Considerou-se como texto jornalístico, todos os gêneros informativos da escrita jornalística. Não foi elaborado gráfico de aparição de textos que tinham número menor que cinco em suas aparições, como infográficos, editoriais, entre outros.











## **ANEXO A**

CD contendo as matérias analisadas.